



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Comunicação Social

Pedro Henrique Silva

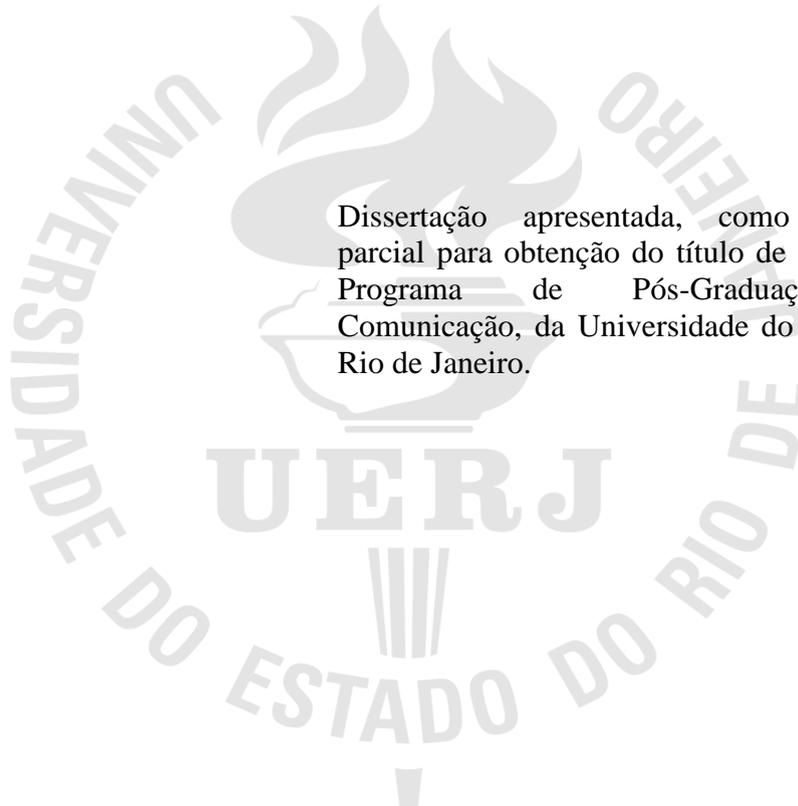
**O pânico moral no Rio de Janeiro: análise da cobertura dos  
eventos de violência de novembro de 2010**

Rio de Janeiro

2015

Pedro Henrique Silva

**O pânico moral no Rio de Janeiro: análise da cobertura dos eventos de  
violência de novembro de 2010**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Letícia Cantarela Matheus

Rio de Janeiro

2015

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ / REDE SÍRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

S586 Silva, Pedro Henrique.  
O pânico moral no Rio de Janeiro: análise da cobertura dos eventos de  
violência de novembro de 2010 / Pedro Henrique Silva. – 2015.  
244 f.

Orientadora: Letícia Cantarela Matheus.  
Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.  
Faculdade de Comunicação Social.

1. Comunicação – Teses. 2. Jornais brasileiros – Teses. 3. Jornalismo -  
Aspectos sociais – Teses. 4. Violência – Teses. I. Matheus, Letícia Cantarela. II.  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Comunicação Social.  
III. Título.

es CDU 070(815.3)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial  
desta dissertação, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Pedro Henrique Silva

**O pânico moral no Rio de Janeiro: análise da cobertura dos eventos de  
violência de novembro de 2010**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 24 de fevereiro de 2015.

Banca Examinadora:

---

Leticia Cantarela Matheus (Orientadora)  
FCS/PPGCOM/UERJ

---

Alessandra Aldé  
FCS/PPGCOM/UERJ

---

Paulo Vaz  
ECO/Comunicação e Cultura /UFRJ

Rio de Janeiro

2015

## AGRADECIMENTOS

À minha orientadora Letícia Cantarela Matheus pela honra de caminhar junto como orientando em seu debut no PPGCOM/UERJ

Aos colegas, funcionários – em especial ao amigo Celestino – e professores do PPGCOM/UERJ

Aos funcionários da Biblioteca Nacional pela ajuda na pesquisa

À Tia Silvinha (Nem) pela revisão do Português.

Ao Nosso Senhor Jesus Cristo pela força e guia em tempos atribulados. Aos mestres Aldemiro de Oliveira Melo, José Botelho e Marcos Passos, pois o conhecimento vem de longe.

À Zina Maria e Eudiléia do Santos pela criação, paciência e exemplo.

A Manoel Cesário da Silva pela extroversão impressionante.

À Olívia de Oliveira Toffles e à Meia Dra. Maria Ferreira pelos diagnósticos precisos e acalentadores.

## RESUMO

SILVA, Pedro Henrique. **O pânico moral no Rio de Janeiro**: análise da cobertura dos eventos de violência de novembro de 2010. 2015. 244 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

O objetivo desta dissertação é apresentar uma metodologia válida para investigar como quatro jornais do Rio, pertencentes a diferentes empresas, O Globo, o Extra, O Dia e o Meia-Hora de Notícias cobriram os eventos de combate entre o crime organizado e a polícia da quarta-feira 24 de novembro de 2010 até a segunda 29 de novembro de 2010. Pretendo avaliar como os êxitos e os reveses das ações policiais foram noticiados sob a perspectiva do Pânico Moral, suas etapas e categorizações. Além de pesquisar a tradição dos *moral panic studies*, procura-se referendar a adoção desta ferramenta conceitual e metodológica como possível e original na análise da cobertura criminal no Rio de Janeiro. Serão analisados também eventos de violência similar que ocorreram na cidade do Rio de Janeiro no biênio 2002/2003 sob a ótica do Pânico Moral a partir do material empírico coletado dos jornais O Globo e O DIA. Conceitos complementares ao Pânico Moral como vítima virtual, territorialidade e euforia serão abordados na análise das etapas específicas do Pânico Moral de novembro de 2010. A aplicabilidade do conceito no contexto da violência urbana assim como sua intencionalidade difusa serão o cerne desta dissertação. Através de sua originalidade, este trabalho visa ampliar o campo de percepção e significação de como o público, Estado, imprensa e facções criminosas compartilham momentos de extrema tensão e militarização da violência urbana carioca. A forma como o noticiário criminal se constrói no Rio de Janeiro apresenta momentos em que se torna factível questionar se o conteúdo que está sendo veiculado está de acordo com a imparcialidade jornalística que muitos destes meios pregam em seus manuais de redação. Como o público do Rio de Janeiro reage ao emaranhado de tramas narrativas - envolta em sentimentos distintos tais como medo, insegurança, otimismo ou vingança - reflexos de um momento histórico particular no cotidiano de uma cidade amedrontada.

Palavras-chave: Violência. Jornalismo. Pânico Moral. O Globo. O DIA. Extra. Meia-Hora de Notícias.

## ABSTRACT

SILVA, Pedro Henrique. **The Moral Panic in Rio de Janeiro**: analysis of the press coverage of the violent events on November 2010. 2015. 244 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

The objective of this article is to prepare a coherent methodology to study how four different newspapers from Rio de Janeiro, O Globo, Extra, O Dia and Meia-Hora de Notícias, reported the armed combats between the organized crime forces and the police. In the period between wednesday November 24th of 2010 and Monday November 28th , this article pretend to avail how the victories and setbacks of the police action were reported by this selected newspapers. Through the tradition of moral panic studies, we analyze others events of violence on the years of 2002/2003. Complementary concepts like virtual victim, territoriality and euphoria will also be used to consolidate this research. The use of the concept in the scenario of urban violence and its diffuse intentionality will be the core of this dissertation. Through its originality, this work pretends to extend the perception and the signification of how the people, the state, the press and the criminal groups share these moments of extreme tension and militarization of the carioca urban violence. The way that the criminal news develops in Rio de Janeiro sometimes allows to question the journalistic impartiality that many of these vehicles of communication preaches in its manuals. How the people of Rio de Janeiro reacts about these tangled storylines - full of varied feelings like fear, unsafeness, optimism and revenge – images of a particular moment in the history of the everyday in a frightened city.

Keywords: Violence. Journalism. Moral Panic. O Globo. O DIA. Extra. Meia-Hora de Notícias.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	Primeira Página, Meia-Hora, “Renda-se”, Sábado, 27/11/2010.....	44
Figura 2 -	Suplemento especial, O Globo, “Do que ri o traficante Mister M, Domingo, 28/11/2010.....	45
Figura 3 -	Suplemento especial, O Globo, Mapa: “Saiba como foi a operação”, Domingo, 28/11/2010.....	68
Figura 4 -	Suplemento especial, O Globo, Infográfico: “Conheça o cenário da batalha de ontem”, Domingo 28/11/2010.....	68
Figura 5 -	Primeira Página, Extra, “Agora é um ou outro”, Quarta-feira, 24/11/2010.....	77
Figura 6 -	Primeira Página, O DIA, “Povo aplaude paz, mas bando só quer guerra”, Sábado, 27/11/2010.....	90
Figura 7 -	Primeira Página, Extra, “Rio de alma lavada”, Segunda-feira, 29/11/2010.....	92
Figura 8 -	Suplemento especial, Extra, “Povo se orgulha de seus novos heróis”, Sábado, 27/11/2010.....	95
Figura 9 -	Primeira Página, O Globo, Charge Chico Caruso, Sexta-feira, 27/11/2010.....	96
Figura 10 -	Primeira Página, Meia-Hora, “Bundões da Vila Cruzeiro fogem como baratas”, Sexta-feira, 27/11/2010.....	97
Figura 11 -	Primeira Página, O Globo, “O Dia D na guerra ao tráfico”, Sexta-feira, 27/11/2010.....	101
Figura 12 -	Suplemento especial, Extra, “A manchete dos sonhos”, Segunda-feira, 29/11/2010.....	105
Figura 13 -	Primeira Página, O Globo, “Atentado com 132 tiros desafia poderes no Rio”, Terça-feira, 25 de junho de 2002.....	121
Figura 14 -	Primeira Página, O Globo, “E ele continua rindo”, Quarta-feira, 13/09/2002.....	133
Figura 15 -	Primeira Página, O Globo, “Perdi, chefe. Mas não esculacha”, Sexta-feira, 20/09/2002.....	139
Figura 16 -	Primeira Página, O Globo, “Ele não ri mais”, Sexta-feira, 28/02/2003 .	144

Figura 17 -	Primeira Página, O Globo, “Rio refém do medo” Terça-feira, 01/10/2002.....	146
Figura 18 -	Suplemento especial, Extra, “As duas opções dos bandidos”, Sábado, 27/11/2010.....	196

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
1	<b>O PÂNICO MORAL</b> .....	17
1.1	<b>Aplicabilidade do Pânico Moral no contexto brasileiro</b> .....	26
1.2	<b>Deslocamento e Condensação</b> .....	28
2	<b>OS DEMÔNIOS POPULARES E AS ETAPAS DO PÂNICO MORAL</b> ..	42
2.1	<b>Gestão e medo do crime</b> .....	49
2.2	<b>O elemento desviante</b> .....	53
2.3	<b>Etapas do Pânico Moral(I)</b> .....	62
2.3.1	<u>Perigo</u> .....	62
2.3.2	<u>Inventário</u> .....	63
2.3.3	<u>Reação</u> .....	63
2.3.4	<u>Primeiro Quadro Metodológico do Pânico Moral</u> .....	69
2.4	<b>Etapas do Pânico Moral(II)</b> .....	71
2.4.1	<u>Aflicção</u> .....	72
2.4.2	<u>Hostilidade</u> .....	76
2.4.3	<u>Consenso</u> .....	78
2.4.3.1	Predição .....	83
2.4.3.2	Simbolização .....	85
2.4.3.3	Sensibilização .....	88
2.4.3.4	Orientação de atitudes e temas .....	91
2.4.4	<u>Desproporcionalidade</u> .....	98
2.4.4.1	Exagero e Distorção.....	100
2.4.4.2	Ação dos agentes de controle .....	103
2.4.5	<u>Volatilidade</u> .....	105
2.4.6	<u>Segundo Quadro Metodológico do Pânico Moral</u> .....	109
3	<b>OS EVENTOS DE 2002/2003 SOB A ÓTICA DO PÂNICO MORAL</b> ....	112
3.1	<b>As etapas do Pânico Moral em 2002/2003 (I)</b> .....	119
3.1.1	<u>O Perigo em 2002/2003</u> .....	119
3.1.2	<u>Não dá mais: inventário do Pânico Moral em 2002/2003</u> .....	120
3.1.3	<u>A reação em 2002/2003</u> .....	127
3.1.4	<u>Análise comparativa das etapas do Pânico Moral em 2002/2003 (I)</u> .....	129
3.2	<b>As etapas do Pânico Moral em 2002/2003 (II)</b> .....	130
3.2.1	<u>A aflicção em 2002/2003</u> .....	130

3.2.2	<u>Hostilidade em 2002/2003</u> .....	131
3.2.3	<u>Consenso em 2002/2003</u> .....	134
3.2.3.1	Predição em 2002/2003 .....	135
3.2.3.2	Simbolização em 2002/2003 .....	136
3.2.3.3	Sensibilização em 2002/2003 .....	137
3.2.3.4	Orientação de atitudes e temas em 2002/2003 .....	138
3.2.4	<u>Desproporcionalidade em 2002/2003</u> .....	145
3.2.4.1	– Exagero e distorção em 2002/2003 .....	150
3.2.4.2	Ação dos agentes de controle em 2002/2003 .....	151
3.2.5	<u>Volatilidade em 2002/2003</u> .....	152
3.2.6	<u>Análise comparativa das etapas do Pânico Moral em 2002/2003 e 2010 (II)</u>	154
3.3	<b>Aplicabilidade do Pânico Moral em 2002/2003</b> .....	155
4	<b>CONCEITOS COMPLEMENTARES ÀS ETAPAS DO PÂNICO MORAL</b> .....	159
4.1	<b>Aflicção e Hostilidade – Conceitos Complementares</b> .....	159
4.1.1	<u>Vitimização virtual, testemunha mediada e vítima virtual</u> .....	159
4.2	<b>Consenso – Conceitos Complementares</b> .....	165
4.2.1	<u>Contrato de leitura, Ponto Nodal e pathos</u> .....	170
4.3	<b>Desproporcionalidade – Conceitos Complementares</b> .....	176
4.3.1	<u>Territorialidade</u> .....	177
4.4	<b>Volatilidade – Conceitos Complementares</b> .....	180
4.4.1	<u>Euforia</u> .....	181
4.5	<b>Os conceitos complementares na cronologia do Pânico Moral - Quadro Metodológico</b> .....	183
5	<b>O PORQUÊ DO PÂNICO MORAL NO RIO DE JANEIRO</b> .....	184
5.1	<b>Historicidade da repressão à violência urbana no Rio de Janeiro</b> .....	184
5.1.1	<u>A caveira como símbolo – do Estado Novo ao Bope</u> .....	187
5.2	<b>A dimensão moral sobre a dimensão legal</b> .....	189
5.3	<b>As UPPs posteriormente</b> .....	196
5.4	<b>Epílogo</b> .....	201
	<b>CONCLUSÃO</b> .....	207
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	212
	<b>ANEXO - Material Empírico</b> .....	232

## INTRODUÇÃO

Uma sequência de ataques na Região Metropolitana do Rio de Janeiro em novembro de 2010 repercutiu de forma intensa na mídia brasileira e internacional. Com a escolha do Rio como uma das sedes da Copa do Mundo de Futebol de 2014 e sede das Olimpíadas de 2016, a cidade virou notícia nos principais jornais internacionais, com enfoque no clima de insegurança local. Na quarta-feira, dia 24 de novembro, o governador Sérgio Cabral Filho (PMDB) pediu ao Ministro da Defesa, Nelson Jobim, ajuda da Marinha para uma contraofensiva. O argumento era que a onda de ataques se tratava de uma reação orquestrada por facções criminosas contra o principal emblema da política de segurança do Governo: as Unidades Policiais Pacificadoras (UPPs). Apenas dois dias mais tarde, o Complexo de Favelas da Penha, na Zona Norte (10 favelas, 45.681 moradores, 12.917 domicílios e 1.205.840 m<sup>2</sup>) seria retomado pelas forças policiais com apoio dos fuzileiros navais. No domingo 28, o mesmo aconteceria no Complexo do Alemão, também na Zona Norte (15 favelas, 57.054 moradores, 15.745 domicílios e 1.905.715 m<sup>2</sup>). Em pesquisa prévia, realizada para monografia de conclusão de curso (SILVA, 2011), concluímos que o jornal O Globo deu mais ênfase aos aspectos bélicos da operação enquanto O DIA trazia mais a perspectiva do morador do Complexo do Alemão e dos riscos envolvidos no confronto. Entretanto, ambos pareciam demonstrar apoio às forças do Estado, de forma quase propagandística. Editoriais e entrevistas carregavam nas palavras de ordem semelhantes àquelas produzidas pela imprensa americana na esteira do 11 de setembro (“nessa guerra não pode haver recuo”, “quem atravessar nossa caminho será atropelado”, “Rio contra-ataca”), e a lógica militarizada de combate ao tráfico com a caracterização de guerra civil acabava tornando a fronteira entre o que é possível e o que não é aceitável, o legal e o ilegal, diluída (incluindo o emprego de termos como “facínoras”, “homens de bem” e “terrorismo”). Desta vez, neste trabalho, esperamos poder aprofundar o estudo, acrescentando à análise os jornais Extra, jornal *standard* de grande circulação, e o Meia-Hora, compacto popular mais vendido no Rio de Janeiro. Além desse novo elemento empírico, este trabalho dialogará com o conceito de ‘moral panic’ inicialmente descrito por Stanley Cohen em seu estudo de 1972, *Folk Devils and Moral Panics*. Originário inicialmente da sociologia aonde inspirou a criação da área de ‘*moral panic studies*’, o termo se espalhou nas últimas décadas para o debate das ciências políticas e as práticas jornalísticas em universidades americanas e britânicas.

O Pânico Moral, apesar de sua repercussão na literatura acadêmica anglo-saxônica, não possui análises aprofundadas relatadas no universo brasileiro da criminalidade urbana em especial. Esse trabalho apresenta relativa originalidade ao abordar a cobertura midiática da violência urbana no Rio de Janeiro sob a perspectiva do Pânico Moral. Em pesquisa prévia, foi encontrado apenas um estudo na produção acadêmica nacional relacionando diretamente a violência urbana à conceituação do Pânico Moral. Ônibus 174 – a violência velada do Estado e o pânico moral (VASCONCELOS, 2010) aborda a cobertura midiática do famoso sequestro como expressão do aparato repressivo do Estado, vinculando os Pânicos coletivos citados por Peter Burke como representações de como a desigualdade social determinante no comportamento do sequestrador Sandro do Nascimento foi ignorada em sua construção como vilão pelos meios de comunicação de massa. O artigo não trabalha nem cita a metodologia de Stanley Cohen ou de qualquer outro pensador da tradição dos *moral panic studies*. Entre os estudos vinculados a esta tradição em linguagem vernácula, destacam-se os trabalhos de Freire Filho relacionando a abordagem de Stuart Hall para analisar a representação das minorias pelos meios de comunicação, os artigos de Richard Miscolski abordando as polêmicas referentes ao casamento gay com a estrutura de um Pânico Moral tal qual descrito por pensadores como Cohen, Ben Yehuda e Thomson e a dissertação de Marcus Paulo Gebin, trabalhando as etapas propostas por Stanley Cohen como elementos de um Pânico Moral que influenciou os projetos de Lei propostos pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal entre os anos de 2002 e 2012. Entre os mais de 20 estudos encontrados com referência ao termo Pânico Moral, boa parte fazia referência a representação das minorias, inclusive grupos de jovens, propostas educacionais, tráfico sexual e sexualidade, mas não se encontram pesquisas nessa área no contexto brasileiro. Destaca-se apenas o artigo da pesquisadora portuguesa Carla Machado, que apesar de estrangeira, sendo uma autora da língua portuguesa, faz a única revisão do conceito de forma abrangente em língua vernácula. Na língua inglesa, são encontrados diversos artigos e estudos do tipo, com destaque para pensadores vinculados à criminologia como David Garland e Jock Young e a sociologia como o próprio Stanley Cohen e Malin Akerström.

Estudos sobre violência urbana possuem grande repercussão não só na Comunicação como também em outras ciências sociais como a história e a antropologia. Na imprensa carioca o tema sempre ganha destaque nos jornais, independentemente do formato, seja ele um standard ou um compacto popular. Além disso, o fenômeno do Pânico Moral, relacionado a um evento que dialoga com a política das UPPs, permite pensar sobre a expectativa gerada pelo protagonismo da ação policial como elemento remodelador da

imagem da cidade. Afinal, a ocupação dos Complexos do Alemão e da Vila Cruzeiro era concebida pelo Governo do Estado como um dos elementos-chave na política de segurança para a realização da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016. Com uma nova retomada da onda de ataques às UPPs no início do ano de 2014, o tema volta às páginas dos jornais com algumas similaridades com a cobertura dos eventos de novembro de 2010.

O objetivo central desta pesquisa é entender o comportamento dos jornais cariocas e suas oscilações em relação à política das UPPs à luz da concepção de um Pânico Moral, contribuindo também para a difusão do conceito. Trata-se em suma de perceber a pertinência ou não da aplicação desse conceito como uma ferramenta metodológica válida para a análise da cobertura dos fenômenos de violência urbana no Rio de Janeiro, em especial os episódios da ocupação da Vila Cruzeiro e o Complexo do Alemão. Tal esforço se alicerça na noção de que este novo arcabouço teórico permitirá uma análise diferenciada de outras tradições já consagradas no Brasil. Com isso, esperamos contribuir para entender a cobertura da violência urbana em determinados eventos como um processo de intencionalidade difusa, ou seja, como produto não única e exclusivamente das tensões derivadas das desigualdades sociais mas fruto de um processo que carrega alta carga moral, em que o discurso anômico - de que a ameaça violenta significa a corrupção de um ideário de sociedade como um todo - se estabelece como elemento determinante.

Dada a característica cíclica do Pânico Moral, pode-se conceber que esta análise contribuirá para o estudo de outros de eventos de características similares. A pergunta inicial é que se realmente ocorreu um Pânico Moral em novembro de 2010, e, se de fato ocorreu, por que este fenômeno ocorrera. Nossa hipótese inicial é que esta causalidade está relacionada a uma historicidade da violência urbana e da cobertura policial no Rio de Janeiro que trabalha com um sensacionalismo vinculada a narrativas do medo que acaba promovendo heroicização e vilania no noticiário policial, de forma a construir um sólido enredo em que as ações do Estado acabam por se inserir em um discurso promocional das ações das forças estatais, em uma trama narrativa de alta carga moral e catártica.

O primeiro capítulo será dedicado à descrição e à apresentação dos elementos analisados e da perspectiva teórica utilizada. O segundo capítulo tratará da análise propriamente dita do material empírico sob os conceitos do Pânico Moral. O terceiro capítulo relacionará a cobertura dos eventos de novembro de 2010 com a cobertura dos eventos de violência do tráfico nos anos de 2002/2003 sobre a ótica das etapas do Pânico Moral. O quarto capítulo aprofundará a visão sobre conceitos complementares que permitiram um melhor entendimento da construção do Pânico Moral por parte dos leitores dos jornais,

tangenciando as noções de territorialidade, medo e euforia. No quinto e último capítulo há uma análise e reflexão sobre as possíveis origens e causas do Pânico Moral, em especial as características específicas da cobertura da criminalidade urbana no Rio de Janeiro, referentes não só aos eventos de violência da semana de novembro de 2010, como a todo século XX e XXI.

O Pânico Moral como veremos ao longo deste trabalho trata de direcionamento consensual entre meios de comunicação, opinião pública e forças do Estado de que algo precisa ser feito. Portanto, se tratando de promoção de um discurso reativo, o Pânico Moral utiliza de estratégias redacionais que poderiam perfeitamente serem alocadas como formas de enquadramento. Além disso, o Pânico Moral é altamente influenciado pelas tensões políticas em jogo – inexistente consenso se a corrente política expressa por jornais e governo for divergente. Há portanto uma faceta política do jogo das contradições sociais presentes tanto no Pânico Moral quanto no enquadramento. O pensamento do Pânico Moral possui categorias específicas na tradição dos *moral panic studies*, sendo também estas, formas de um enquadramento na análise de um evento social. Ambos conceitos possuem uma raiz sociológica, ambos são extremamente amplos e tratam-se de espécies de moldes ou camafeus de como emolduramos uma realidade complexa descritas em um discurso específico dos jornais.

Dois fatores em especial explicam a opção pelo Pânico Moral para a análise dos eventos de violência de novembro de 2010. Primeiramente, considero o Pânico Moral a partir da conceptualização de Stanley Cohen um paradigma facilmente especificado em etapas absolutas – perigo, inventário e reação – e em dimensões interpretativas já consolidadas – aflição, hostilidade, consenso, desproporcionalidade e volatilidade. Além disso, o Pânico Moral nasce da análise da reação popular e policial a eventos de violência ameaçadores de vandalismo juvenil na Inglaterra dos anos 60. Ou seja, o Pânico Moral inicia sua tradição em uma abordagem dos vários problemas intrínsecos na análise da violência urbana, sendo aí já mais próximo das características de novembro de 2010.

Em segundo, o Pânico Moral trata da esfera moral da sociologia urbana em pé de igualdade com as tensões políticas existentes. Apesar dos eventos de 2010 terem sido altamente midiáticos, tratou-se não só de uma cobertura jornalística, mas da forma como a população do Rio de Janeiro e jornais enxergam aquele momento na história da cidade como ruptura, como uma translação do medo dos ataques violentos à euforia com a vitória – propalada como definitiva – sobre os traficantes. Existiam discursos morais em jogo e narrativas de medo altamente sensibilizados. Apesar de podermos falar de uma gestão do

medo, o pânico trata também de totalidades, exageros e distorções onde não há ponderações, não há o outro lado. Na dinâmica do sensível é difícil falar de uma mediação totalmente controlado tal como fala o enquadramento. O jogo político entre jornais, governos e leitores apesar de direcionado na direção do consenso não pode ser tratado como hierarquizado ou meramente vetorial. E este é um dos objetivos secundários e mais amplos deste trabalho: permitir que na análise de um evento jornalístico – apesar de utilizarmos um molde conceitual e metodológico tal como seria o Pânico Moral ou o enquadramento – não desembarque em um fechamento da teoria e sim em uma abertura do problema. Este trabalho visa que a interação entre tráfico, polícia, governo, leitores e jornais seja vista como uma questão aberta, como uma experiência viva aonde produtos culturais e atores sociais influenciam e são influenciados simultaneamente. Tal como na crítica kantiana, há uma complementaridade entre as atividades do sujeito e o funcionamento da percepção. Como veremos ao longo dos capítulos há raízes morais, éticas, sociológicas, redacionais, históricas, políticas, geográficas e psicanalíticas que explicam de forma factível a emergência de um Pânico Moral. Portanto, tratar as categorias do Pânico Moral como resultado final de uma análise dos eventos de violência de novembro seria um contrassenso. Novembro de 2010 foi um objeto de várias tensões sociais e morais, inclusive uma de suas explicações é o Pânico Moral. O Pânico Moral é analisado a partir do jornalismo, mas não se fecha a ele. Em nenhuma etapa deste trabalho, o leitor deve imaginar as etapas do Pânico Moral como causalidade direta do tipo *ipso facto*, absoluta sem o crivo das negociações justapostas do jogo social. A intencionalidade do Pânico Moral muitas vezes é difusa. Não se deve *ontologizar* o conceito.

Fato que sempre me preocupa nas ciências sociais é que muitas vezes vejo uma análise extremamente mecanicista dos problemas comunicacionais e/ ou sociais. Façamos uma pequena interdisciplinaridade por exemplo. Na Física Moderna, disciplina das chamadas ciências duras que mais se aproxima da filosofia, um problema não é visto de forma euclidiana, bidimensional e vetorial desde o início do século XX. As forças atuantes não são vistas como meramente vetoriais, elas são dinâmicas, quânticas, variáveis com o tempo espaço, ou seja mutáveis e vivas. Há a necessidade também na análise de um evento social de não só uma revolução copernicana que relativize a posição do sujeito que fala, mas especialmente, uma postura relativa das forças que se interagem que não são absolutas, mas interdependentes, entrelaçadas e interativas. As forças sociais são transformadoras, mas também são anacrônicas. A realidade social nunca é plana, nem mesmo o discurso o é. Há hierarquizações, há contratos sociais. Tal como mostra o Pânico Moral, há crescentes e decrescentes, rupturas e consensos em jogo nos jornais. Para uma análise que comporte ou

pelo menos respeite este dinamismo vivo do jogo social é necessário um feedback não só sociológico ou cultural. Todo o feedback é válido para a compreensão de uma questão que envolva o cotidiano de uma cidade amedrontada tal como no pânico e na euforia de 2010. No ensino musical moderno diz-se que todo o feedback é válido para o aprendizado completo, seja ele visual, tácito, auditivo, motor ou meramente teórico (ALVES, 2013). Assim também o é com a comunicação. A ferramenta conceitual e metodológica que nos permitiu esta amplitude de visão foi o Pânico Moral por sua característica original de mesclar aspectos morais, comunicacionais e sociológicos em um singular conceito. O Pânico Moral permite enxergarmos esta cadeia de reapropriações de vilania e heroísmo que vemos no material empírico dos jornais O DIA, Globo, Extra e Meia-Hora como frutos de um agir comunicacional em fenômeno social aparentemente totalizante. Entretanto, veremos também que o Pânico Moral descrito pelos meios de comunicação ignorara as vozes dissonantes na sociedade.

Por esta opção de uma ferramenta conceitual e metodológica que dialogasse com uma necessária transgressão de fronteiras para uma hermenêutica válida, nos deparamos com um terreno fértil na tradição já consolidada dos *moral panic studies*. O material empírico analisado foi vasto e altamente imagético. Com o intuito de não quebrar a fluência da dissertação, algumas páginas de jornais foram inseridas ao longo do texto, mas o grosso das imagens selecionadas encontram-se no anexo 1. Tentou-se ser o mais descritivo possível para que o leitor tivesse a noção mais próxima da diagramação dos jornais em questão. Os títulos de matérias e editoriais foram transcritos em itálico para se diferenciar do corpo dos textos.

Sendo o relator deste trabalho também morador da cidade do Rio de Janeiro desde 1988 e também leitor dos jornais, deve-se ponderar que o autor do texto também se tratava de um elemento participante do Pânico Moral de novembro de 2010. Apesar de não estar presente nas zonas de conflito, lembro de acompanhar o desenrolar dos fatos pela televisão e jornais e ver no temor de parentes as expressões, na realidade próxima, do Pânico Moral atuante em 2010. Como músico tive duas apresentações quase canceladas em função dos eventos de violência e lembro do temor de colegas quanto à realização dos espetáculos. Apesar de tentar eximir as experiências pessoais da trama de narrativas que pesquisei – afinal trata-se de uma distância de quatro anos dos eventos descritos até a realização deste trabalho – é inevitável imaginar que algumas destas experiências pessoais possam até indiretamente ter influenciado a análise. Pois é disso que trata o Pânico, de intenções, preconceitos morais, agressividade e projetos políticos que emergem de forma às vezes oculta e dissimulada, às

vezes de forma imperativa, e que influenciam a opinião pública e as ações do Poder Público, da imprensa, das facções criminosas e dos movimentos sociais.

A curta, porém necessária distância do calor dos eventos, permitiu também analisar como muitos dos discursos e promessas de 2010 não se realizaram até o ano de 2014. A análise dos eventos de 2002/2003 permitiu compreender também como o jogo político se altera no período de mais ou menos uma década, e como a reagrupação destas forças influencia o conteúdo e a abordagem dos jornais. Por fim, a noção de uma geografia urbana atuante nos processos comunicacionais e a noção da comunicação como um campo aberto jamais restrito a mera transmissão das mensagens entre locutor e receptor adquiridas ambas nas aulas do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UERJ permitiram o fortalecimento deste trabalho. Além disso, os convívios com profissionais da comunicação já estabelecidos na pesquisa da cobertura noticiosa da violência urbana no Rio de Janeiro foram determinantes para o desenvolvimento desta dissertação.

## 1 O PÂNICO MORAL

A escolha pela escrita do termo Pânico Moral em letras maiúsculas, tal como um substantivo próprio, deriva de uma opção pela valorização do termo em sua historicidade adquirida na Sociologia inglesa na década de 1960. Apesar de estudos recentes (*cf.* SUTTON, 2013) localizarem a origem do termo como algo presente na língua inglesa desde o século XIX de forma pontual, essas aparições ressaltavam uma significação diferenciada daquela que apresentaremos nesta dissertação. Muitas vezes utilizado de forma irônica, ou presentes em campos diferentes da Criminologia e da Sociologia, não condizem com a formulação teórica que funda uma corrente de estudos na Inglaterra e nos Estados Unidos a partir do lançamento da obra “Moral Panic and Folk Devils”, em 1972 pelo sociólogo sulafricano Stanley Cohen. Seguindo uma análise de Young (2009), criminologista em diálogo permanente com Stanley Cohen:

O pânico moral é um distúrbio moral centrado em demandas cujos interesses diretos vêm sendo violados - uma relação de alteridade algumas vezes expressa em termos de demonização, tomada por gradações grosseiramente desproporcionais de um evento ou de atividades de aflições individuais, apresenta-se em termos estereotipados. No período moderno, isto acaba por envolver um foco nos meios de comunicação de massa, com o apoio de especialistas científicos e de outros empreendedores morais, com a mobilização das forças policiais e do judiciário e outros agentes de controle social. Tal processo de estigmatização em massa envolve uma narrativa de ampla circulação em gênese, propensão e flagelo de um determinado grupo de elementos desviantes que tende a amplificar a intensidade da ameaça ao longo do tempo (particularmente em número de incidentes relacionados a este grupo desviante em específico) e que finalmente se extingue. Geralmente resulta em um processo de amplificação do comportamento desviante, translação da fantasia em realidade, aonde, em certos aspectos, os estereótipos iniciais se autorrealizam. (YOUNG, 2009, p. 13, tradução nossa)

Portanto, ao selecionarmos a terminologia em letras maiúsculas, apesar de alguns autores ingleses não o fazerem, procura-se a diferenciação de um termo como proposta acadêmica de uma ferramenta de análise sociológica e de análise do comportamento da mídia relacionada também aos estudos de Marshal McLuhan em *Understanding the Media* (1964), o primeiro grande autor conhecido a citar em uma palestra o termo pânico moral, ainda que sem sistematizá-lo. Tenta-se hierarquizar a raiz moral do termo sobre a raiz dramática do medo e do pânico, perspectiva que também poderia ser adotada. Além disso, privilegia-se uma hermenêutica inserida em um paradigma sociológico, pois, apesar de McLuhan, Young ou Cohen não serem os criadores do termo, estando ele presente até na língua francesa (*panique*

*morale*), o debate acadêmico se impulsiona a partir de sua conceituação formal em 1972 pelo próprio Cohen. Mais do que uma apreensão do sentimento de medo e terror, o Pânico Moral é uma forma de um evento coletivo. Fruto da reação moral a uma aflição, o Pânico Moral seria uma estratégia possível de defesa do ser humano, porém amplificada e atravessada pelo paradigma moral de uma sociedade, como se a reação violenta fosse recalcada numa dimensão moral. Além disso, tratar-se-ia de um movimento de compartilhamento de um recalque individual, motivado pela aflição e pelo medo reais ou não, tornados coletivos por processos de comunicação e de socialização. A noção coletiva do termo vem da própria etimologia latina da palavra *mores*, que é relativa aos costumes, sendo que esta deriva do grego *ethica*.

A ética em grego, porém, possui dois sentidos. Um relativo à interioridade do ser humano (*êthos*), e outro relativo aos costumes e hábitos (*ethos*). A raiz latina privilegia esta segunda acepção, considerando a moral como um elemento relativo ao valor comunitário das regras a partir da supressão da dimensão individual da palavra.

O Pânico Moral seria, então, aquele relativo a toda sociedade e que desafiaria costumes e hábitos. Focando na dimensão do pânico, seria um discurso de alta carga moral - de preservação dos valores sociais - frente a uma ameaça que supostamente iria destruir este paradigma vigente. Desta forma, o Pânico Moral sugere sempre uma reação de forte carga simbólica, pois, segundo a lógica moral, não bastaria a interrupção de uma ameaça, em sua esfera física. Além da derrota deste inimigo moral, torna-se necessária a sua submissão no plano simbólico. O Pânico Moral tem, portanto, raiz emotiva, afinal trata de sensações, e sua racionalidade é altamente influenciada pelo sentimento de medo.

Portanto, a partir desse mecanismo, podemos pensar que as etapas de um Pânico Moral são de uma cronologia similar às das narrativas clássicas, a chamada forma sonata, pois se tem um problema, uma ameaça, vilões, muitas vezes heróis, uma atmosfera de embate e um desfecho resolutivo. Não que este heroísmo seja contínuo e indubitável, mas se trataria sim de uma acepção momentânea, derivada de uma reação ao noticiário. Por exemplo, no caso do Rio de Janeiro, pensemos na caracterização que assume a Polícia Militar, uma hora vilã, porém, em alguns momentos passageiros, heróica. Em novembro de 2010 por exemplo, a Polícia Militar fora alçada ao posto de heroína da população. Um pouco mais de três anos depois desse episódio, com a consolidação da política que implantou as UPP's no Rio de Janeiro, a situação mudou de lado com a brutalidade da PM assumindo a vilania no noticiário:

as tensões e contradições, ocultadas no discurso em 2010, tornaram-se evidentes: diversos casos de denúncias contra policiais, dos quais é emblemático o caso Amarildo, um ajudante de pedreiro que desapareceu após ser preso na UPP da Favela da Rocinha, em Julho de 2013; o aumento de registros de tiroteios e ataques a policiais<sup>3</sup>; além de manifestações dos moradores contra as UPP's e a polícia em diversas favelas. (MARTINS, 2014, p. 182)

O Pânico Moral é altamente midiaticizado e nasce das suítes de matérias que criam uma atmosfera em que um discurso de caos se alia a um discurso, na maioria das vezes, uno, de reação. A suíte, derivada da acepção francesa de sequência e prosseguimento, designa a reportagem que explora os desdobramentos de um fato que foi notícia na edição anterior. A priori, toda suíte deve rememorar os fatos anteriormente divulgados. É nessa contextualização que o inventário de que a ameaça precisa ser combatida é construído, neste estágio se estabelece que a ameaça violenta não é pontual, mas faz parte sim de uma série de eventos que almejam a convulsão social e são uma afronta moral. A suíte é um mecanismo redacional que, já fazendo parte do nosso universo jornalístico, é apropriado tanto por aqueles que querem construir o terror quanto por aqueles que advogam a necessidade de uma reação do Estado. É na repetição das suítes que o Pânico Moral tem o seu crescente e sua irrupção. A forma sonata - exposição / desenvolvimento / reexposição e coda final - é apropriada a partir de um tema problemático que tenha influência sobre toda a sociedade e que reflita algum mal que ameace este grupo social como um todo. Expõe-se uma situação conflituosa, identifica-se o elemento desviante, sugere-se uma reação que leve a um novo paradigma ou que restaure um paradigma ideal e, enfim, o pânico se dissolve.

O caso original descrito por Stanley Cohen em 1972 é a repressão a grupos juvenis identificados inicialmente como Mods e Rockers na Grã-Bretanha na década de 1960. Em um final de semana de 1964, jovens dos diferentes grupos entraram em confronto lançando cadeiras de praias uns sobre os outros na orla de Brighton, destruindo lojas e se agredindo mutuamente na cidade litorânea. O acontecimento foi descrito pelos jornais como um pandemônio, comparado à invasão dos *vikings* no litoral inglês. A reação policial foi o endurecimento da repressão aos jovens, com um grande número de prisões. O juiz responsável pelos casos impôs penas exemplares aos condenados como forma de reeducação e respaldo da moral da cidade atingida. O temor pela invasão dos “jovens arruaceiros” tomou conta das cidades vizinhas, espalhando o pânico territorialmente imaginário associando os Mods e Rockers à baderna permaneceu nos anos seguintes em toda a Inglaterra.

Entre os exemplos listados na tradição do “*moral panic studies*”, têm-se relatos de eventos envolvendo a violência juvenil contra idosos, a explosão no número de mães

solteiras sobre a política de benefícios sociais do governo, a suposta presença de imigrantes ilegais que pedem asilo indiscriminadamente usufruindo dos serviços públicos que não lhes pertencem. Enfim, vários tipos de confrontos são passíveis de se tornarem um Pânico Moral desde que estabeleça uma ameaça frente à sociedade pelos jornais. O tema passa a ser alvo de matérias, reportagens exclusivas e editoriais à exaustão de forma a suscitar uma discussão na opinião pública, em organizações civis, imprensa e autoridades públicas. Muitas vezes um caso mais emblemático se torna referência e símbolo de uma causa e começa a se desenvolver uma reação. Nesta orientação de atitudes e temas, opinião pública, meios de comunicação e autoridades geralmente se afinam em um discurso que, na maioria dos casos, precede uma ação dos agentes de controle do Estado. Pode ser um endurecimento da legislação social, a criação de um novo departamento de polícia, a ampliação das barreiras à imigração ou a presença de veículos militares nas ruas.

Segundo todos esses exemplos citados pelo autor, ao fim, pode se ter um desfecho em que a relativa tranquilidade social, que fora atacada inicialmente pelos indivíduos indesejáveis, causadores do pânico moral (*folk devils*), seja restabelecida a partir das mudanças orientadas na reação. Esta coda pode se estabelecer ou simplesmente o assunto começa a perder força na mídia e na opinião pública e deixa de ser comentado. Várias vezes após o decréscimo da curva de adrenalina começam a se analisar elementos que foram ignorados no auge do Pânico Moral. Descobre-se aí que a desproporcionalidade e o exagero muitas vezes acompanham as análises que salientaram a reação.

Pelo fato desse Pânico ser um fenômeno moral e de ampla cobertura midiática, as estatísticas criminais ou sociais podem não condizer com a realidade apresentada no discurso que promoveu o pânico. No livro “Manufacturing the News”, Mark Fishman (1980) tratou de uma onda de ataques a idosos divulgada pela imprensa americana na década de 70 em que chegou a ser criada uma divisão especial na polícia nova-iorquina para combater os crimes contra a terceira idade. As estatísticas criminais porém não apontaram nenhum aumento neste tipo de crime. É claro que as estatísticas criminais podem ser manipuladas e o próprio Fishman pondera que em Nova Iorque muitas vezes o aumento ou diminuição dos casos de violência varia de gestão para a gestão de acordo com o recorte dos dados e a forma dos cálculos estatísticos. Porém, apesar da violência geradora do pânico poder ser relativizada por dados, o temor e a mobilização da opinião pública em torno do fato são indubitáveis e geram consequências ao longo prazo a despeito das análises posteriores.

Fato similar se deu na perseguição aos refugiados na Inglaterra na primeira metade da década de 90, quando os jornais britânicos, em especial *The Daily Mail*, iniciaram uma

campanha pelo controle da imigração. Os refugiados estariam usurpando intencionalmente os serviços públicos que deveriam ser voltados aos ingleses. As estatísticas não comprovaram qualquer aumento na demanda de refugiados e o número de atendimentos no serviço público era irrisório. A propaganda de vilania frente aos imigrantes foi real, consolidando-se no imaginário jornalístico e sendo alvo de artigos até os anos 2000.

O exagero e a distorção no fenômeno do Pânico Moral muitas vezes não se originam no ato violento gerador da crise, mas nas demandas reacionais de alta carga moral que catalisam ideologias reacionárias que podem deslocar a causalidade dos fatos. Um outro caso analisado na introdução da 3ª edição de “Folk Devil and Moral Panics” é a história do garoto Jamie Bulger, um menino de dois anos assassinado em fevereiro de 1993 em Liverpool. Seus algozes foram dois meninos de dez anos, Robert Thompson e Jon Venables. Eles o levaram de um *shopping center* para a linha do trem e o agrediram até a morte.

Apesar de o número de crianças homicidas ser mínimo e não apresentar qualquer aumento ao longo dos anos, o caso Jamie Bulger virou símbolo de todos os problemas da Grã-Bretanha. Entre os temas amplamente discutidos pelos jornais britânicos nas semanas posteriores estavam o temor de uma onda de crianças violentas, o problema dos pais ausentes, a exposição das crianças à violência na TV e no cinema. O jornal *The Sun* invocou uma cruzada para salvar uma sociedade doente, políticos se mobilizaram pelo fato e acusaram o filme “Brinquedo Assassino 3” de ter influenciado os dois meninos de dez anos para o crime. O filme foi banido de algumas locadoras. Meses depois, descobriu-se que os dois assassinos não tinham visto o filme.

Durante o caso do menino Jamie Bulger, o arcebispo George Carey alertara para o perigo de se estar entrando em um Pânico Moral com todo alarmismo quanto à violência midiática e a falência moral do Reino Unido. O termo Pânico Moral possui certa popularidade na língua inglesa, rompendo o círculo acadêmico, tornando-se moeda corrente em qualquer confronto social. Geralmente ele é utilizado como alerta de um exagero e desproporcionalidade na análise de determinada questão. Em estudo recente, Altheide (2009) percebeu que, na maioria das vezes em que o termo aparecia na mídia impressa britânica, norte-americana e australiana, ele era empregado por vozes dissonantes em artigos relacionados ao comportamento desviante, ao comportamento sexual e ao uso de drogas. Em artigos, o termo Pânico Moral aparecia quando se tentava mostrar “um outro lado da questão”, em forma de um alerta que preconizava cuidado para se evitar “a criação de um Pânico Moral”. O próprio autor concluía que este “alerta de Pânico Moral” já estava adaptado

ao formato das notícias nos países estudados especialmente vinculado a determinados termos (sexo e drogas) e não a outros (terrorismo, por exemplo).

O caso do jovem Stephen Lawrence ilustra bem esta acepção do Pânico Moral como um alerta de uma distorção do fato por quem advoga o termo. Stephen Lawrence era um jovem negro de 18 anos que foi esfaqueado e morto em um ponto de ônibus de Londres por um grupo de seis jovens racistas em abril de 1993. Após seis anos de clamores e campanhas de diversas organizações dos direitos civis, grupos anti-racistas e da comunidade negra, incluindo aí também os próprios pais de Stephen, foi aberta uma investigação na Corregedoria liderada por um juiz aposentado, Sir William MacPherson, para investigar porque ninguém havia sido preso ou indiciado judicialmente pelo crime.

A conclusão do juiz MacPherson gerou enorme repercussão, sendo posteriormente caracterizada como um divisor de águas na ação policial – exemplificadas na Grã-Bretanha como antes e depois de MacPherson ou antes e depois de Stephen Lawrence.

O relatório produzido pelo juiz deixava claro que o assassinato fora motivado por questões raciais e a leniência e incompetência da investigação policial eram, segundo palavras do próprio juiz, “fruto de racismo institucional em uma falha da polícia em responder aos anseios de minorias étnicas em uma discriminação preconceituosa, ignorante, insensível e racialmente estereotipada” (COHEN, 2003, p. XI, tradução nossa).

Todos os ingredientes para um Pânico Moral estavam postos à mesa, mas surpreendentemente o clamor popular retrocedeu. Jornais de direita como o *Daily Mail* e o *Daily Telegraph* defenderam a polícia e afirmavam que a sociedade não poderia entrar em um exagero desmedido como a noção de racismo institucional. O juiz foi acusado de insano e as reportagens afirmavam que ele havia sido influenciado pelo lobby racista.

Para Cohen (2003), o caso Stephen Lawrence desrespeitou três elementos fundamentais para que um caso de Pânico Moral alcance unanimidade da opinião pública e respaldo popular. Inicialmente é necessário um inimigo conveniente, um alvo selecionável, facilmente denunciado e caracterizado como maligno, sem muito poder e pouco acesso aos meios de comunicação e as ferramentas de embate em um confronto intelectual, cultural e midiático. Definitivamente não era o caso da polícia britânica.

Em segundo lugar, uma vítima apropriada, alguém identificável pelo público leitor como um cidadão comum que poderia ser qualquer um, para que o drama da vítima fosse projetado sobre toda a sociedade. Com certeza, não é o caso de um jovem negro do Sul de Londres.

Por fim, deveria existir um consenso de que não seria apenas um caso isolado e sim parte integrante de toda a sociedade ou que ameaçasse o todo, a menos que algo fosse feito. Bom, se os jornais advogavam que não existia racismo institucionalizado na polícia quiçá haveria no resto da sociedade.

Como vimos, o Pânico Moral em sua tradição anglo-saxônica engloba os mais diversos casos em uma literatura abrangente que não possui uma metodologia padrão. O modelo teórico do Pânico Moral não possui uma estrutura fechada, apesar de sua origem ser comumente centrada na obra de Cohen. Se no caso dos Mods e Rockers as ações de vandalismo em um final de semana específico geraram a inquietação da opinião pública, para Stuart Hall e seus colaboradores, o Pânico Moral pode se originar de uma aflição imanente na sociedade, de um confronto silencioso que pouco a pouco ganha as páginas da imprensa sem um evento catalisador em específico.

Em um estudo de 1978, intitulado “Policing the Crisis”, Stuart Hall e colaboradores caracterizaram como um Pânico Moral o fenômeno do mugging na Inglaterra. Inexiste em português uma tradução precisa mas se trata de um tipo de assalto na rua com violência ou ameaça de violência. À época, apesar dos autores afirmarem que existia uma queda nas estatísticas de violência, o mugging perpetrado por jovens negros, habitantes de guetos, começara a ser alardeado pela imprensa, pela polícia e pela opinião pública como uma ameaça real e crescente. Hall fala em uma interdependência ideológica entre os agentes de controle formais (polícia, tribunais e governo) que com o acesso privilegiado aos meios de comunicação de massa, se apropria da organização hierárquica da produção de notícias que valoriza as fontes oficiais:

Esta será devida, em grande parte, ao acesso privilegiado dos poderosos à mídia, favorecido pela estrutura organizacional das notícias – e.g., necessidade de produção recorrente de acontecimentos noticiáveis, rapidez, valores de noticiabilidade – e pela ideologia profissional dos jornalistas – nomeadamente o valor da objectividade, que favorece as perspectivas oferecidas pelas fontes oficiais). Por outro lado, o relato que os órgãos noticiosos fazem dos problemas sociais tem por referência os supostos ‘mapas de significado’ (HALL *et al.*, 1978: 55) do público, isto é, os acontecimentos e enquadramentos de sentido já familiares a este. (MACHADO, 2004, p. 64)

A capacidade das forças dominantes em influenciar na produção de matérias e a tradicional associação das classes mais baixas à criminalidade acabaram por gerar nos meios de comunicação uma ideologia dominante de medo e risco entre uma sociedade vitimizada e a figura perpetrada do jovem negro como elemento ameaçador. Tal fenômeno possui correspondência até hoje na imprensa norte-americana, aonde as figuras caracterizadas como

vítimas são em geral mulheres jovens brancas, apesar dos jovens negros de áreas pobres apresentarem a maior taxa de vitimação nas estatísticas criminais e as mulheres brancas a menor. (BECKETT; SASSON, 2004)

Conforme afirmei anteriormente, a teoria do Pânico Moral não possui uma estrutura fechada. Se no caso dos Mods e Rockers, as ações de vandalismo em um final de semana específico geraram a inquietação da opinião pública, para Hall e os colaboradores, o Pânico Moral sobre a questão do *mugging* tem origem nos agentes de controle, compreensível na pré-história do Pânico na deterioração crescente das relações entre a polícia e os jovens negros, agravada pelo desemprego crescente deste grupo e radicalização da sua luta política (MACHADO, 2004). Três modelos sobressaem na tradição do Pânico Moral: a teoria da construção do Pânico pelas elites, o modelo das bases e o modelo dos grupos de interesse.

Na teoria da construção do Pânico pelas elites, temos uma raiz de origem marxista que flerta com as ideias de aparelho ideológico do Estado, apresentada por Althusser, além das premissas de superestrutura, luta de classes e ideologia da escola marxista como elementos geradores dos mecanismos do Pânico em uma hierarquia da classe dominante para a classe trabalhadora:

Thompson (1998) distingue duas posições diferentes dentro desta tese, de acordo com o papel que atribuem ao estado. Assim, enquanto algumas formulações enfatizam o poder do estrato social que, através do crime e da sua repressão, mantém a sua posição privilegiada, outras colocam a ênfase no modo como o estado, através de outras instituições sociais (nomeadamente, media, polícias, tribunais, trabalhadores sociais) reproduz, pelo medo do crime, a ordem social. Esta segunda posição corresponde, basicamente, à formulação de Hall e colaboradores (1978) (MACHADO, 2004, p. 69)

No modelo das bases, a lógica se inverte, pois o Pânico teria origem no público em geral. O medo é algo compartilhado entre os valores de determinada sociedade que emerge em determinada situação. Não que esta perspectiva ignore a importância de promotores e catalisadores do Pânico que organizam esta demanda pública de risco nos agentes de controle como meios de comunicação de massa, forças políticas e opinião pública. O Pânico residiria em um sistema de valores morais que se sentiria ameaçado por determinado agente e o retorno do *status quo* moral, uma égide de valores dominantes retornaria pela reação do Pânico Moral.

Um exemplo claro deste processo, segundo Erickson (1966 *apud*. THOMPSON, 1998), foram os movimentos de pânico em torno das bruxas de Salem, no século XVII americano, ilustrativos do processo de reforço da consciência colectiva pela punição dos ofensores. Por seu lado, Goode e Ben-Yehuda (1994a) consideram que o medo do nuclear é o melhor exemplo do pânico de raiz popular. (MACHADO, 2004, p. 71)

Por influência da sociologia norte-americana, o modelo de análise mais utilizado atualmente é o que situa a origem do pânico em grupos intermediários que assumem a posição de grupos de pressão promotores do Pânico – tais como associações profissionais. Um dos exemplos é citado por Becker (1963) sobre a criminalização da maconha promovida pelo Federal Bureau of Narcotics. Na década de 1930, a maconha era permitida em alguns dos estados americanos e sua condição como elemento de risco aos valores sociais era reduzida. Porém após intensa campanha, a maconha torna-se proibida em todos estados americanos e entra na ilegalidade no imaginário social. Goode e Bem- Yehuda analisam o modelo:

Nesta formulação, supõe-se a necessidade de certo grau de preocupação pública que forneceria, por assim dizer, a matéria prima para o pânico. Por outro lado, esta preocupação por si só, afirmam aqueles autores, não garante a elevação de um tópico à categoria de pânico moral; para tal acontecer, o medo ‘tem que ser aguçado, expandido, articulado, e publicamente expresso através de uma actividade organizada, sob a forma de um movimento, pelos grupos de interesse de nível intermédio’ (1994b: 167). Na medida em que estes, frequentemente, não são grupos de pressão estabelecidos e não têm, portanto, garantido o acesso aos meios de comunicação, precisam ganhar visibilidade através da dramatização do problema e do recurso a uma linguagem de indignação moral e do ‘Bem’ contra o ‘Mal’ (MACHADO, 2004, p. 73)

O Pânico Moral de novembro de 2010 estaria em um espaço intermitente entre essas três acepções da tradição dos *moral panic studies*. Em 2010, há a atuação forte da propaganda governamental e sua aliança com grandes grupos de comunicação, proprietários dos jornais, o que caracterizaria um pânico originado no temor das elites. Ao mesmo tempo, o discurso de alta carga moral sempre esteve presente com forte mobilização popular de apoio às tropas do governo contra os traficantes, que se assemelharia ao pânico construído pelas bases. Por fim, temos uma forte dramatização das notícias entre uma dialética de “Bem” e “Mal” recorrente na cobertura dos confrontos entre policiais e traficantes, se aproximando assim do pânico fruto da ação dos grupos intermediários. Porém tal como foi defendido na introdução, o Pânico Moral, especialmente em novembro de 2010 no Rio de Janeiro, não pode ser reduzido à uma acepção vetorial por se tratar de uma simplificação que não auxilia na compreensão de um evento social em sua totalidade. A demonstração de como

o Pânico Moral carioca tangencia os mais diversos modelos produzidos de enquadramento do Pânico Moral (elites, bases e grupos intermediários) exhibe mais uma vez como a dinâmica de um evento que se apropria da metonímia da cidade como um todo envolta em uma atmosfera de medo não possui uma intencionalidade exclusiva nem uma causa direta e programada. Deve se pensar o movimento de um Pânico Moral como uma irrupção, o transbordar de variadas tensões sociais e discursos. Pensar numa origem pontual seria um erro pois o Pânico Moral é idiossincrático. Ele dialoga com movimentos internacionais de cultura do controle e punibilidade, ao mesmo tempo que tem características autóctones de euforia e um oxímoro de supressão do Estado de Direito em defesa da legalidade. O comportamento do Pânico Moral no Rio de Janeiro, como veremos a seguir, possui uma estrutura peculiar que se adequa aos moldes do Pânico, não se encaixa e sim se adapta as categorizações – sem que isso inviabilize a sua validade metodológica e conceitual. A teoria e a empiria nas ciências humanas não devem representar uma oposição valorativa (LINCK, 2012), mas sim uma consolidação de um trabalho sobre o exótico, aonde a representação teórica e o material empírico, a todo o momento, dialogam e interagem entre si.

### **1.1 Aplicabilidade do Pânico Moral no contexto brasileiro**

Entre os possíveis problemas de aplicabilidade do conceito do Pânico Moral para o caso dos eventos de violência de novembro de 2010 no Rio de Janeiro, estão a compatibilidade de uma teoria gerada em uma tradição anglo-saxônica ser transposta para o cotidiano carioca onde não se pode negar a existência nem a gravidade de algumas ações do crime organizado; a ilegalidade inerente na eleição do traficante como demônio popular (*folk devil*); o completo ignorar das premissas do Estado de Direito na cobertura midiática da violência no caso; e as adaptações passíveis de serem feitas na metodologia do Pânico Moral em confronto com a ocupação da Vila Cruzeiro e do Complexo do Alemão.

Inicialmente, podemos já retomar que as três questões fundamentais para o sucesso de um Pânico Moral, tal qual realçadas por Cohen no caso Stephen Lawrence, estão presentes nos distúrbios que abalaram a cidade do Rio de Janeiro. Segundo a imprensa carioca, apresentava-se um inimigo facilmente identificado com o maligno que eram os traficantes de drogas, senhores do crime, cujos atos de barbárie em suas comunidades eram frequentemente noticiados. A seguir, figuraram no noticiário vítimas perfeitamente

identificáveis com o cotidiano do leitor pois a violência era expandida a toda a cidade do Rio de Janeiro. Veículos eram queimados em vias expressas, qualquer motorista poderia ser abordado e ter seu veículo queimado, além dos ônibus e vans que ardiam em chamas nas imagens dos dias que precederam as ações policiais de grande porte. O terror imposto pelos traficantes aos moradores das favelas estava sendo transposto para o asfalto. O consenso de que algo havia de ser feito foi promovido pelo governo e pelos jornais, que identificavam nos atos de terrorismo e vandalismo uma aliança do crime contra as UPPs. Não à toa, a ocupação da Vila Cruzeiro foi caracterizada no discurso dos jornais como uma reação, um contra-ataque.

Além disso, entre os diversos modelos de Pânico Moral apresentados, alguns elementos permanecem inalterados. A desproporcionalidade na análise ou na reação da ameaça seria um deles. No caso dos eventos de violência no Rio de Janeiro, a desproporcionalidade não residiu na ameaça dos traficantes, mas sim na cobertura da reação do Estado. Como veremos nos capítulos posteriores, houve a aproximação entre a vitória das forças policiais com a vitória dos aliados na Segunda Guerra Mundial. A ocupação da Vila Cruzeiro foi chamada de “O DIA D” pelo jornal O Globo. Toda uma euforia tomou conta da cobertura e foi propagada aos quatro ventos uma quebra de paradigma.

É importante salientar que o Pânico Moral apesar de muitos casos relatarem ameaças infundadas como o quebra-quebra de jovens britânicos em um balneário tal qual no caso pioneiro dos Mods e dos Rockers, não necessariamente se restringe a atos de violência banal. Como no caso do menino Jamie Bulgar ou na perseguição aos pedófilos na década de 1990, quando os tabloides britânicos exibiam fotografias dos acusados de crimes sexuais em uma verdadeira caçada pública, o Pânico Moral pode se originar de eventos de gravidade criminal como homicídios e crimes contra crianças.

A exploração do drama daqueles que sofrem a violência revelam um papel dual da imprensa – como vítima e como produtora de uma demanda por reação. As noções de “normalidade” e “ordem” difundidas pelos media “são fundamentais para a capacidade dos diversos agentes e autoridades obterem legitimidade e autoridade moral para os seus propósitos e reivindicações” (Altheide, 1992), e é nesse âmbito que a imprensa age, “no consenso público acerca das definições dos problemas e das soluções apresentadas” (Ericson *et al.*, 1991: 8). Apesar de se alocar ao lado da vítima, a imprensa também se resguarda na indignação moral do oprimido para legitimar demandas de autoritarismo contra o desviante em nome da dignidade moral de toda a sociedade:

Assim, o medo como fantasma urbano vem sendo mobilizado incessantemente pelos meios de comunicação, gerando uma disseminação que pode ser definida como contágio social. Práticas que visam a segurança privada vão se espalhando e modificando o espaço urbano tanto materialmente como no imaginário social. A consequência desse avanço, no entanto, parece ser uma intensificação do conflito e uma evidente apologia de um espaço público não-democrático, pois o medo passa a ser a linguagem utilizada para justificar ações autoritárias. (CORRÊA, 2010, p. 95)

Uma das características do Pânico Moral é a projeção de um medo de um elemento em outro problema. Desloca-se um medo e se condensa em outra figura ameaçadora. Por exemplo, o medo dos Mods e Rockers seria o medo do hedonismo dos jovens em uma sociedade do pós-guerra calcado nos valores do trabalho e da família. Seria a negação da liberdade daqueles jovens frente aos valores estabelecidos como padrões que caracterizariam a ameaça. O medo do *mugging* seria o medo da rebelião do jovem negro em uma atmosfera de desigualdade social crescente, seria o medo de uma rebelião. O caso dos “Rolezinhos” nos shoppings das cidades brasileiras nos últimos anos quando jovens de classe média baixa são criminalizados por se aglomerarem nas praças de alimentação ouvindo suas músicas e se relacionando em um espaço que antes era privilégio das classes médias e altas. A prisão e ameaça destes elementos não seria na realidade o medo de ações criminosas mas sim a ameaça de elementos que quebrem o *status quo* ao estarem presentes em espaços que não são destinados/ projetados a eles, afastando os consumidores idealizados destes espaços públicos. Não tem a ver com a violência do ato dos jovens de classe baixa presentes nos shoppings, que não incute agressividade alguma, afinal trata-se de um encontro, e sim, da inversão de classes sociais em um ambiente comercial.

A eleição de um elemento como causador do Pânico Moral pode ser a forma como se apresenta o medo de uma alteração no *status quo*. Projeta-se na figura de um elemento caracterizado como desviante o temor de uma reconfiguração da realidade.

## 1.2 Deslocamento e condensação

Trazemos aqui dois conceitos oriundos da psicanálise, deslocamento e condensação, para ajudar a explicar este processo social, transportando esses termos da atmosfera individual psicanalítica para o jogo de poder do todo social. Em um dos capítulos de “A Interpretação dos Sonhos” (1900), Freud analisa os processos de deslocamento e

condensação, expressões da transferência aonde há uma mobilidade própria dos desejos em jogo no inconsciente.

O deslocamento consiste em transferir a energia de uma representação muito carregada a outra. É um fenômeno fundamental da substituição e também faz parte da estrutura de qualquer sintoma. Uma característica importante é que o deslocamento não anula o substituto, e sim o integra numa cadeia associativa (KUSNETZOFF, 1982, p. 168).

Segundo Cabral e Nick (2007), o deslocamento é um mecanismo de defesa, caracterizado também pela transferência de emoções ou fantasias do objeto a quem estavam originalmente associadas para o substituto. A condensação consiste no processo de transferir um sentimento, emoção ou desejo de um grupo de ideias para uma só ideia. A condensação ocorreria porque o conteúdo latente seria menor do que o conteúdo manifesto no sonho. Para Freud, a condensação é um mecanismo inconsciente pelo qual as palavras e as imagens referentes aos conteúdos latente e manifesto são comprimidas, criando novas ideias das coisas. (OLIVEIRA, 2012) Seria uma representação única derivada das várias cadeias associativas produzidas pelo deslocamento.

Há, portanto, um sentido contido nos atos violentos, há uma mensagem a ser captada, uma dramatização de problemas que transitam da interioridade (subjetividade) para o social-público. (BARROS, 2000)

O Pânico Moral estaria intimamente ligado a estes processos pois, na interpretação de muitos autores, sua raiz emotiva, ou seja, o medo de um determinado demônio popular (*folk devil*) seria a conjunção de uma série de prerrogativas que caracterizam este elemento como desviante e ameaçador. A ameaça derivaria das tensões sociais que aquele elemento marginalizado alimentaria. Assim, existiria um processo de deslocamento de medo das tensões sociais que seria condensado no medo de outra coisa, no caso a criminalidade. Apesar deste temor das ações criminais se apresentar no noticiário como uma ameaça objetiva, na verdade ele oculta um medo difuso. Em “Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo” (2000), Tereza Caldeira mostrava que o medo dos paulistas ao crime era associado principalmente ao medo dos nordestinos, migrantes pobres que invadiam o cotidiano da metrópole como forasteiros perturbadores. Os jovens Mods e Rockers na Inglaterra seriam perigosos por serem livres. O medo das ações do tráfico em 2010 estava muito associado à expansão das ações cruéis destes elementos para espaços públicos de classe média. Pois se antes, a violência do tráfico estava circunscrita as comunidades, em 2010 elas ameaçavam toda região metropolitana.

Tal como descrito por Paulo Vaz:

Com a evolução da própria sociedade do Rio de Janeiro, o tráfico passou a ocupar o espaço e a tentar delimitar territórios. Eis que se fez uma associação íntima entre tráfico, crime e favela. A classe média escreve a notícia, situando a favela como lugar de residência e origem da criminalidade na sociedade, e associando-a à ideia de risco. A favela se constitui como um território ameaçador. É como se fosse indicador de risco. (DEMASI MACHADO, 2010, p. 1)

Em novembro de 2010, havia toda uma questão de territorialidade em jogo – a ocupação das favelas foi descrita como retomada de território – que influenciou uma dinâmica de risco associada à falta de controle do Estado em algumas das áreas mais carentes da cidade. Em 2010, Vila Cruzeiro e Complexo do Alemão foram identificados como áreas produtoras da violência – algumas matérias chamavam estas localidades de o coração do mal e quartel general do tráfico. Esta lógica que desloca temores sociais, frutos muitas vezes das desigualdades de renda, das tensões culturais e as condensa na figura temerária da criminalidade passou a ser alimentada por correntes da justiça criminal, principalmente a partir da década de 1990. Pois se na corrente marxista da década de

1960, o criminoso era desviante por fruto da desigualdade, em uma acepção posterior, o criminoso seria pobre e marginalizado pois a polícia já o caracterizaria como tal focando seus esforços coercitivos em áreas mais pobres e degradadas. A eleição do elemento ameaçador é retroalimentada pela política criminal em um ciclo vicioso.

Dentro deste cenário em que a violência urbana mobiliza as pessoas e orienta as políticas públicas, uma população específica parece ser o grande foco das atenções: o jovem pobre, negro, do sexo masculino constitui um "tipo ideal" de criminoso no imaginário social da sociedade contemporânea. Nesse processo social de criminalização, observa-se a construção de uma base legítima para o aumento de repressão e da violência com relação a esta população. (ALMEIDA, 2011)

Se a representatividade do elemento ameaçador é alimentada por um deslocamento, uma transferência de temores sociais para a questão criminal e esta ameaça é retroalimentada por uma justiça criminal que personifica na figura do traficante o elemento ameaçador ao *status quo*, deve-se pensar também porque se tem uma reação moral e extremamente emotiva à ameaça da ilegalidade. Uma reação de mesmo viés seria a preconização da justiça dura e fria, uma imposição do Estado de Direito pela força da sua legalidade, no “rigor da Lei”. Mas nos dias posteriores à ocupação do Alemão teve-se uma catarse de julgamentos morais e em muitas vezes a preconização da crueldade sendo aplacadas contra os bandidos. Da mesma

forma como eles eram impiedosos com suas vítimas, a polícia também seria impiedosa e inabalável com eles. Foram retratadas nos jornais, notícias que mostravam a população – especialmente àquela que não estava presente na área de conflito -vibrando com os traficantes em fuga sendo alvejados pelos helicópteros da Polícia. Da onde vem essa reação moral, de imposição da força e de retomada dos, segundo os jornais, “verdadeiros donos do Alemão”?

Uma explicação plausível seria que a reação origina-se no ressentimento desta população civil que se via amedrontada pelas ações do tráfico. Inicialmente podemos apontar que o ressentimento seria um mecanismo psíquico: um padrão pelo qual as pessoas reagem a certas experiências. Nesse sentido, seria um mecanismo ou um padrão “de natureza também física capaz de explicar a revolta moral ou sentimento próprio do escravo, do subalterno”. Escravo e subalterno inserem aí na filosofia nietzschiana em que o escravo seria aquele em uma posição desfavorável circunstancialmente. Não devemos pensar no sentido histórico ou econômico da palavra escravo *a priori*.

Escravos seriam todos aqueles que estão num sentido metafórico em uma má situação, porque outros – que estão bem – são poderosos os suficientes para impedir o seu bem-estar. De forma simplificada, o ressentimento seria um mecanismo capaz de inverter a ordem das coisas: os escravos ficam bem e os senhores são punidos de alguma forma. (...) Num sentido mais geral, o ressentimento surge quando pessoas que estão numa má situação criam uma estória que inverte a ordem e faz com que elas se sintam bem. (BRITO, 2010, p. 2)

Derivado do sentimento de ressentimento em Nietzsche, o medo de alguém do crime seria o medo de algo além do crime. Na filosofia de Nietzsche, o ressentimento é analisado até às suas últimas consequências como a negação de uma existência em toda a sua plenitude e vitalidade:

Segundo Nietzsche, o esquecimento é uma força que promove a vida, sendo até um dos fundamentos da mesma, uma espécie de digestão das impressões que os indivíduos recebem do mundo exterior. A memória surge como uma contra-faculdade, tendo menos valor que o esquecimento. É através da memória que alguns indivíduos, incapazes de se vingarem imediatamente das ofensas recebidas por serem fracos demais para agir, alimentam constantemente as impressões negativas que não são assimiladas pelo organismo. Isto provoca um ressentir constante dessas impressões, que por vezes acabam por parecer mais graves do que a ofensa real que as originou. O indivíduo cai nas garras do ressentimento quando se mostra incapaz de esquecer. Este ressentir acaba por provocar uma distorção do devir, empobrecendo a realidade, que se mostra cinzenta e sem valor. O indivíduo ressentido quer reparação, quer vingar-se daquilo ou daquela pessoa que o magoou (COSTA, 2012, p. 1)

Existia um desejo vingativo na celebração da fuga dos traficantes. Para setores de diferentes classes sociais aquele ato punitivo de violência – o aparato militar do Estado se impondo sobre os meliantes – era de uma natureza reparadora. “Um ato de agressão é uma transação, e a maneira como é julgado depende, obviamente, da perspectiva dos participantes” (GAY, 1995, p. 14) o que compreende percepções e julgamentos diferentes. Aquele que agride, na concepção de Gay, pode ser movido pelo prazer de produzir sofrimento no outro. Esta também é a interpretação desenvolvida por Nietzsche. (BARROS, 2000).

Assim o Pânico Moral ao eleger seus *folk devils*, as suas personificações do mal acabaria por mostrar que existe algo de atraente entre aqueles que ameaçam, seja sua liberdade, seu modo de vida ou o seu poder. Além disso, o Pânico Moral para alguns autores seria um medo infundado. A ameaça real não existiria. Parte da análise do Pânico Moral frisava que as ações criminais não eram sérias – não existiria aumento do crime com idosos, não existiria um aumento real do fluxo de imigrantes, os jovens roqueiros não promoveram uma destruição das cidades costeiras da Inglaterra. Temos dois problemas para a aplicabilidade do Pânico Moral como conceito para a realidade brasileira da qual vamos tratar. Primeiramente é impossível negar que os traficantes com o seu poder de armas de fogo com as acusações de latrocínio e assassinato que carregam não seriam uma ameaça à população desarmada tanto das favelas quanto do asfalto. Outro problema seria imaginar que a classe leitora dos jornais nos eventos de violência de novembro de 2010 invejasse a posição que os traficantes assumiam. Um terceiro problema seria que os estudos do Pânico Moral na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos estão sempre pautados pela manutenção de um estado de direito. Mesmo que não necessariamente seria um discurso de aplicabilidade da lei, pois tratamos de eventos de distorção e manipulação dos grupos promotores do Pânico Moral, o discurso jamais fugiria das esferas do Estado de direito, mesmo que isto estivesse escondendo na verdade um discurso de manutenção do *status quo*.

Estas três questões serão analisadas a seguir de modo a demonstrar a possibilidade de uma aplicabilidade do Pânico Moral como conceito, porém adaptado à realidade brasileira pois partimos de uma visão empiricista de adaptação da ferramenta metodológica ao objeto apresentado.

A ameaça dos traficantes em novembro de 2010 era sim real e projetava-se sobre a população de toda a região metropolitana do Rio de Janeiro, afinal as queimas de veículos se estendiam por todo o Grande Rio em locais de diferente poder aquisitivo desde a Zona Sul até a Baixada Fluminense. Porém a distorção e a desproporcionalidade no caso dos eventos de

violência de novembro de 2010 não se alocaram na ameaça e sim na cobertura da reação dos agentes de controle. O modelo tal qual como descrito por Cohen tem uma lógica reacional e é dentro desta demanda por uma resposta enérgica é que se estabelece o exagero. Do mesmo modo, é na lógica da reação que o ressentimento com o traficante se exhibe. Pois assim como os traficantes eram desumanos em suas ações, o Estado e a população permitem o sadismo e a crueldade em seu contra-ataque. É nesta esfera que residem as ações dos jogos na Internet em que traficantes são alvejados em fuga, ou a vibração descrita pelos jornais quando a televisão exibia ao vivo os bandidos fugindo dos tiros pela mata da Serra da Misericórdia. As prisões dos traficantes no Complexo do Alemão sendo ridicularizados pela população que assistia a detenção. A comparação entre o jornalista Tim Lopes, vítima do traficante Zeu, com o policial que efetuou a prisão do malfeitor em uma amostra que a situação se inverteu: a vítima se tornou algoz. O medo e a vontade de vingança do público se projetavam na descrição da crueldade dos bandidos pelos jornais. A partir de uma lógica revanchista, a conduta assumida na reação não é a do Estado de Direito, aonde a lógica do olho por olho é rejeitada. O indivíduo anseia por reparação (COSTA, 2012) tal como mostra a capa do jornal Extra de 28/11/2010. Sobre imagens sobrepostas de um camburão com traficantes presos e policiais carregando o cadáver de um bandido, o jornal afirma que essas são “as duas opções dos bandidos”, ou se entregam ou são mortos.

Desta lógica de vilania é que emergem as figuras dos heróis. E é deste prisma que vem a linguagem do Pânico Moral, que é uma linguagem do *pathos* do emocional, e assim trata de valores absolutos pois se desloca do *ethos* da racionalidade. As críticas do Pânico Moral falam que é imponderável se fazer uma medição do risco. Porém, a emoção que o comanda, ela parte de uma lógica em que se sucedem momentos como em um enredo, em uma lógica sucessória de tensão, reação e euforia. O Pânico pressupõe temor e catarse. E na historicidade da violência no Rio de Janeiro, que sempre trabalha com ruptura de um novo tempo que começa, uma esperança de paz que sempre se projeta no futuro, esta moralidade não se sustenta no estado de Direito e sim na lógica maniqueísta de Bem e Mal, herói e vilão, uma moralidade latina de enredos e narrativas do medo e euforia. Partimos então para um sentimento moral que é adquirido em uma atmosfera particular. Uma sensação contínua que não é de estabilidade com a violência urbana, mas sempre calcada em ciclos de punição, caçadas a traficantes e chacinas, numa sucessão de realidades de curto prazo.

Se o conceito de ressentimento é uma das origens do Pânico Moral – o temor contra os imigrantes, os conflitos de geração entre jovens e velhos, entre outros casos – parte do argumento é que as pessoas moralizam para falar do seu preconceito. No caso analisado,

trata-se o traficante como um demônio popular, tradução daquilo que Stanley Cohen chama de *folk devil*.

Surpreendentemente, no caso de novembro de 2010, a reação não é de fazer a ordem simplesmente, mas de superar a ameaça. Este elemento foge à dinâmica anterior do Pânico Moral em sua tradição britânica. Não seria plausível, dentro dos *moral panic studies*, um discurso contra imigrantes falar de matar imigrantes. Na dimensão do Pânico Moral britânico, a superação era na ordem do fazer e da justiça e jamais pensado como vingança ou revanchismo. Porém, deve-se admitir que a ideia de Pânico Moral está por detrás de um desejo recalcado. Não consigo então moralizo. O desejo recalcado com o traficante estaria em ser tão poderoso quanto ele, por isso a reação também é por outro lado uma vingança.

Da projeção do traficante como *folk devil* emerge também a falência das prerrogativas do Estado de Direito. Pois se o almejado é a mesma barbárie produzida pelo traficante contra o próprio, não se intenciona a justiça criminal fria, racionalizada e longa, mas sim o “justiçamento” vingativo, cruel, direto e emotivo pela lógica da mesma moeda.

Poderíamos sugerir que, por meio da questão da punição violenta e do crime, os brasileiros articulam uma forma de resistência às tentativas de expandir a democracia e o respeito pelos direitos além dos limites do sistema político. No contexto da transição para a democracia, o medo do crime e os desejos de vingança privada e violenta vieram simbolizar a resistência à expansão da democracia para novas dimensões da cultura brasileira, das relações sociais e da vida cotidiana (CALDEIRA, 2000, p. 375).

Na mesma linha, Zaluar (2004, p. 43) defende que:

graças a uma peculiar configuração cultural, institucional e econômica, o medo realista do crime, cujas taxas vêm aumentando sistematicamente nas últimas décadas, transformou-se em pavor ou terror irracionais e propiciou a volta da dicotomia nítida e absoluta entre o bem e mal. (ZALUAR, 2004, p. 43)

Ao estudar o imaginário da criminalidade na cidade de São Paulo, Tereza Caldeira observou que a partir de entrevistas com moradores de bairros ricos e pobres paulistanos, que o crime era sempre associado a uma autoridade fraca no outro lado da questão:

O crime é uma questão de autoridade. As pessoas que entrevistei em São Paulo acham que o crescimento do crime é sinal de uma autoridade fraca, seja ela da escola, família, mãe, igreja, governo, polícia ou sistema judiciário. Essas autoridades são responsabilizadas por controlar a difusão do mal. Na fala do crime, o mal é tido como algo poderoso que se espalha facilmente. Uma vez que atinge alguém numa posição fraca – por exemplo, alguém nos espaços impróprios ou sem os atributos apropriados a um membro da sociedade – é provável que domine essa pessoa, e é difícil livrar-se dele. As pessoas que entrevistei sentiam que as autoridades e

instituições estavam claramente fracassando em sua tarefa de controlar lugares e comportamentos, ou seja, estavam deixando espaços abertos para o mal se espalhar. (...)

O crime caracterizado como maligno possibilitaria respostas de cunho repressivo. A lógica se daria na medida do provérbio português de que “com vilão, vilão e meio”, de modo que a resposta da aflição se daria pela coerção. A medida não seria igual, não deriva de uma lógica resposta igual ao sofrimento causado pelo criminoso, mas sim de uma ideologia de punição para a eliminação do mal:

Os verbos usados para descrever o crescimento do crime e o contexto em que ele ocorre foram infiltrar, infestar e contaminar. Uma consequência importante dessa teoria de contágio e do fracasso das autoridades em controlar o mal é que as pessoas intensificam suas próprias medidas de encerramento e controle, de separação e construção de barreiras, tanto simbólicas (...) como materiais. (...) Além disso, elas tendem a apoiar medidas privadas de proteção que são violentas e ilegais, tais como a ação de justiceiros e os abusos da polícia. (CALDEIRA, 2000, p. 90)

A acepção do criminoso, em especial o traficante como figura ativa do mal, como veremos na análise do material empírico dos jornais cariocas acaba por se identificar com o que o estudioso inglês David Garland (1999) chama de criminologia do Outro. Dentro de uma justiça criminal readaptada na pós-modernidade a um caráter mais punitivo do que o correccionalismo penal das décadas de 1960 e 1970, emerge uma ideologia que segrega as premissas antes totalizantes do Estado de Direito, entre “nós” e “eles” e, sendo altamente influenciada pela opinião pública, emerge valores arcaicos de retributivismo e punições intimidatórias. Dentro de um espírito de revanchismo e vingança moral, a ideologia do Outro reafirma um velho conceito metafísico que retrata o criminoso como causador do mal e o crime como uma escolha incondicional pelo mal. Seja a personalidade do criminoso o fruto de genes defeituosos ou o resultado de ter sido formada numa cultura anti-social, o desfecho é o mesmo – uma pessoa que está além dos limites, além da possibilidade de reforma, fora da comunidade civil.. Nesta perspectiva antimoderna, a ordem social necessita de consenso social, mas trata-se de um consenso de cariz pré-moderno, mecânico – baseado num conjunto de valores compartilhados e não no pluralismo de diferenças toleradas. Aqueles que não se encaixam, ou não podem se encaixar, devem ser excomungados e expulsos. (GARLAND, 2008, p. 390-391)

Ora, se a implicação destes valores punitivos necessita de consenso, aí está o elemento fundamentador do Pânico Moral e abre caminho para uma reação e para a desproporcionalidade da cobertura midiática. Algo precisa ser feito, a ameaça do tráfico deve ser parada. É neste ponto que surge mais um elemento que favorece esta supressão do Estado de Direito. Assim como o crime se elege como o mal, os meios de comunicação de massa traduzem nas forças policiais as ações do bem. Em um ensejo irônico, a mão forte do Estado que é apregoada e acaba por romper com vários elementos do Estado do Direito – vide as

manchetes que clamavam que ou os bandidos se rendiam ou seriam mortos – é traduzida como os Estado de Direito chegando a estas favelas. Em muitas matérias, as forças policiais eram identificadas como forças da legalidade. Por que se dá esta contradição? Como uma ação policial que se diz legítimo traz no arcabouço das matérias que o apoiam, a defesa de valores de revanchismo e punitividade? Minha hipótese é que a cobertura se dá por uma lógica de dupla hermenêutica. Se por um lado racionaliza e legitima as forças policiais em um discurso de manutenção da ordem, no calor eufórico dos confrontos e inseridos em uma dinâmica de pânico, promulga valores do melodrama, do dilema entre o bem e o mal. Como se o discurso da ocupação dos morros cariocas, em especial as comunidades da Penha e do Complexo do Alemão, possuísem tanto uma raiz religiosa – “fortalezas do mal”, a vitória do bem” – como uma raiz jurídica – “a comunidade hoje pertence ao Estado”.

Muniz Sodré afirma que, “no terceiro mundo latino americano, o melodrama é uma ‘estratégia de comunicabilidade’ ou simplesmente um gênero que permite grande visibilidade dos mecanismos de mediação entre a indústria cultural e as culturas populares” (SODRÉ, 1992). Através da incorporação de matrizes simbólicas presentes no imaginário popular, cotidiano e familiar, é permitida ao gênero melodramático a criação de uma estesia fundada na catarse coletiva, através da qual “comunicam-se valores morais, normas de sociabilização e modelos de identificação heróicos” (SODRÉ, 1992, p. 104, *apud* MENDONÇA, 2001, p. 7).

É interessante que esta estética do melodrama está muito mais presente na cobertura dos jornais do que nas falas das autoridades. O discurso dos representantes governamentais é sempre de reconquista do Estado de Direito, do retorno de uma área de conflito à normalidade da metrópole. Porém o discurso de ensejo das ações policiais foge desta legitimidade e muitas vezes, principalmente nos dias imediatamente posteriores às ocupações da Vila Cruzeiro e do Complexo do Alemão, deságua na estética maniqueísta do bem e do mal. A alta carga moral deste discurso se insere facilmente na dinâmica do Pânico Moral como veremos posteriormente ao confrontarmos as etapas do Pânico Moral com o material empírico dos jornais. E as acepções da força Estatal como um bem refletem também a punitividade e o revanchismo contra os traficantes, pois este bem maior que se apresenta é um bem calcado na força intimidatória do seu aparato policial – vide pela cobertura imagética que destaca os tanques blindados avançando nas comunidades. O Estado de Direito se estabelece então pela força. Ocorre no momento da ação policial um flerte com o Estado hobbesiano totalizante em contraposição ao Estado do bem-estar pós-ocupação que surge nos discursos de levar cidadania e dignidade aos moradores das comunidades.

Para Caldeira (2000):

As entrevistas sugerem que as pessoas de todas as classes pensam o mal como uma força natural e que pode ser controlada apenas pelos trabalhos da cultura e da razão. O modelo que muitos moradores de São Paulo parecem ter assemelha-se à concepção de Hobbes do estado natural que fundamenta a necessidade do contrato social. Na falta de um contrato atando as pessoas a regras restritivas, e na falta de autoridades que possam impor esse contrato, existe “uma guerra de todos contra todos”. Quando o contrato social falha, as pessoas retrocedem à violência do estado natural, ou seja, a um universo de hostilidade, retaliação e vingança. Enquanto o mal se espalha facilmente, a ordem e a paz são difíceis de manter. (CALDEIRA, 2000, p. 90)

Os editoriais dos jornais O Globo e O DIA que pregam um alinhamento da população com o Estado no momento de guerra em que vivíamos representa este voto de confiança total nas forças militares para que no futuro se prove as benesses do Estado de Direito.

Para Gay, todas as formas antigas e consagradas de agressão ofereciam oportunidade de identificações coletivas – realizando ao mesmo tempo um processo de integração e exclusão, entre nós e eles (BARROS, 2000) produzindo

“[...] o mesmo efeito; cultivam o ódio em ambos os sentidos do termo: ao mesmo tempo o estimulavam e o continham, fornecendo argumentos respeitáveis para seu exercício e simultaneamente obrigando-o a fluir dentro de canais de aprovação cuidadosamente demarcados” (GAY, 1995, p. 43).

Cabe observar nesta afirmação de Gay que a agressão tem sua expressão estimulada em determinado contexto, circunscrevendo não só os limites dentro dos quais deve ser exercida, mas reconhecendo sua legitimidade, desde que observadas as regras da cultura e moral, próprias da sociedade em questão (BARROS, 2000).

Entre os conceitos estabelecidos pelo “moral panic studies” serão utilizados as acepções de demônios populares (folk devils) na construção da identidade dos traficantes nos jornais; a dimensão cronológica dos eventos de pânico moral estabelecido em perigo (warning), inventário (inventory) e reação (reaction); e os conceitos de vitimação virtual, testemunha mediada e vítima virtual. A dimensão cronológica do pânico moral pode ser expandida em uma lógica interpretativa. No intuito de gerar um quadro metodológico para análise das notícias editoriais e capas destes diferentes veículos jornalísticos e concebendo um crescente narrativo entre os fatos que antecederam a ocupação da Vila Cruzeiro e do Complexo do Alemão em novembro de 2010, serão trabalhados alguns conceitos de Stanley Cohen apresentados na 3ª edição de seu livro aonde o autor defende algumas etapas como elementos constitutivos padrões do fenômeno do pânico moral. São estes:

- I. Concern (Aflição/ Preocupação): menor que o medo. Ameaça potencial ou imaginada.
- II. Hostilidade: julgamento moral sobre os demônios populares (folk devils) responsabilizados pelos problemas.
- III. Consenso. Uma espécie de acordo público de que a ameaça existe, é séria e “algo precisa ser feito”. A grande mídia de massa e grupos influentes devem partilhar esse conceito.
- IV. Desproporcionalidade. Exagero no número e força dos casos em termos de dano causado, ofensa moral, risco e potenciais. A aflição pública não é diretamente proporcional à realidade objetiva.
- V. Volatilidade: O pânico tem sua erupção e se dissipa repentinamente e sem alarde.

Deixa-se claro que estes elementos não necessariamente estarão presentes na cobertura do veículo A, B ou C. Porém, partindo da pesquisa prévia realizada em minha monografia de graduação (SILVA, 2011), pode-se correlacionar muitos deles com a cobertura de O Globo e O Dia. Outros elementos trabalhados por Stanley Cohen na seleção dos condicionantes de um fenômeno de pânico moral serão analisados nas páginas dos referidos jornais. Se a primeira parte do Pânico Moral funciona como uma espécie de preambulo do fenômeno em si, as duas partes dissonantes subsequentes podem se subdividir entre outros elementos presentes neste tipo de fenômeno: Inventário (Simbolização, Predição, Exagero e Distorção); Reação (Sensibilização, Ação dos Agentes de Controle, Orientações de Atitudes e Temas).

Em função de um melhor entendimento da cobertura jornalística no Rio de Janeiro, apresentaremos um rápido resumo descritivo dos jornais analisados. O jornal O Globo é tradicionalmente o jornal impresso de maior interesse e acesso ao público das classes A e B da cidade do Rio de Janeiro. Principalmente após o fim da versão impressa de seu principal concorrente, o Jornal do Brasil, no dia 30 de agosto de 2010, O Globo se tornou o único jornal carioca voltado para esta camada da população. Além disso, ele faz parte de um conglomerado multimídia e, portanto, seu material jornalístico também transita por outras publicações como o Extra e por outros meios de comunicação como a TV Globo e as rádios Globo e CBN. É o jornal de maior circulação no Estado segundo os últimos dados publicados pela Associação Nacional de Jornais (ANJ).

O jornal O DIA é um periódico que foca num público de classe imediatamente anterior àquele que lê o Jornal O Globo. Tradicionalmente, é um jornal com grande ligação

com o funcionalismo público e com os aposentados. Atualmente, seu grande rival de mercado é o Extra que pertence as Organizações Globo. De formato menor que O Globo, integra por sua vez também um conglomerado de comunicação donde também fazem parte o compacto popular ‘Meia-Hora de Notícias’ e a rádio FM O DIA.

Parte do conteúdo veiculado pelo Meia-Hora é retirado de O Dia. O jornal é um compacto popular com público-alvo nas classes C e D. Com textos curtos em linguagem simples e direta, o nome do periódico é uma alusão ao tempo que o jornal levaria para ser lido, no trajeto do trabalho ou durante o horário de almoço dos leitores. Criado em 2005 para fazer concorrência ao Extra Informação das Organizações Globo, acabou adquirindo um público próprio (ALMEIDA, 2007).

Em 1998, a Empresa Jornalística Brasileira, braço das Organizações Globo responsável pela edição de jornais, considerava os resultados iniciais do lançamento de um novo jornal no mercado do Rio de Janeiro, voltado para as classes C e D. O novo jornal deveria permitir à empresa competir no segmento mais popular, respondendo à ameaça competitiva representada pelo reposicionamento de O Dia. Surgia então o Extra informação, concebido como um jornal em formato standard, que tinha na cobertura local e na prestação de serviços o foco de seu conteúdo editorial. Os primeiros projetos editoriais apontaram que o jornal deveria ser feito com matérias curtas, palavras simples, diagramação que facilitasse a leitura, poucos gráficos e muitas fotos, a fim de se adequar às preferências do leitor de classe C. É atualmente o 2º jornal de maior circulação no Estado, de acordo com as estatísticas divulgadas pela Associação Nacional de Jornais (ANJ).

Foram analisadas as edições de O Globo, Extra Informação, O Dia e Meia-Hora de Notícias da segunda-feira 22 de novembro de 2010 até a segunda-feira 30 de novembro de 2010, semana em que após uma série de queimas de veículos ao redor da cidade culminou com a ocupação da Vila Cruzeiro na quinta-feira 26 de novembro e do Complexo do Alemão no domingo 29 de novembro. O jornal Extra informação editou um caderno especial sobre a cobertura das ações policiais nos dias 27 (sexta-feira), 28 (sábado) e 30 (segunda-feira) de novembro intitulado “A Guerra do Rio” e o jornal O Globo publicou um suplemento especial com o mesmo nome nos dias 27 (sexta-feira), 29 (domingo) e 30 (segunda-feira) de novembro. Os jornais O Dia e Meia-Hora de Notícias não publicaram cadernos especiais apesar de dedicarem uma cobertura ampla ao tema.

As capas, matérias relacionadas, editoriais, artigos e cartas de leitores foram selecionadas para a produção desta dissertação. Cabe salientar que apenas O Globo e O Dia produziram editoriais sobre o tema. O conteúdo imagético e a organização das pautas

jornalísticas dentro das páginas dos respectivos periódicos também foram analisados. A abordagem se dará por uma análise de conteúdo para entender os desdobramentos desta cobertura no imaginário da cidade do Rio de Janeiro a partir da perspectiva do Pânico Moral. As ocupações da Vila Cruzeiro e do Complexo do Alemão trouxeram uma atmosfera de euforia posterior que apesar de relatada nos desfechos dos fenômenos de pânico moral não é necessariamente uma etapa padrão.

Ao escolhermos estes quatro jornais podemos atingir diferentes estratos sociais pois o espectro selecionado abrange desde o compacto popular mais vendido do Rio de Janeiro - que pode trazer a perspectiva de um público mais próximo à realidade das comunidades onde houve os confrontos - até o jornal de acesso das classes A e B, periódico de maior circulação no Estado. O discurso do Pânico Moral apesar de contingente nos mais variados veículos apresenta representações diferentes acerca do mesmo episódio. Nossa primeira hipótese é que, como esses jornais são voltados para públicos diferenciados, eles requerem estratégias de comunicação próprias, com a finalidade de promover diferentes entendimentos sobre o episódio. Seriam essas estratégias condicionadas unicamente pelas expectativas das classes sociais que correspondem aos públicos desses jornais? Ou por que os jornais tinham objetivos diferentes? Seriam elas exclusivas de determinado veículo ou poderiam ser apropriadas ao longo do Pânico Moral por diferentes jornais? Como essas estratégias vão se entrelaçando na construção das etapas de um Pânico Moral? Elementos que complementam o entendimento da relação entre leitores e jornais - que pode ser consensual ou disruptiva e não essencialmente passiva como o contrato de leitura de Eliseo Verón (FAUSTO NETO; ROCHA; ALLI; BOZZETO; ISAIA; VALLEJOS, 2010) serão abordados de uma forma complementar na análise do material empírico. A análise de como o discurso dos jornais é consumido pelos leitores, apesar de útil pois é capaz de destrinchar em uma produção textual uma série de interpretações dentro de uma prática discursiva, tomada como única ferramenta metodológica acabaria por se mostrar insuficiente. Pois, inserido em uma atmosfera de Pânico Moral, cercear nossa análise à dimensão da produção e recepção do discurso teria um efeito limitador dentro de um universo social que abrange todo o imaginário de uma cidade envolto em medo e euforia. Porém, ao mesmo tempo, serve para pensarmos o Pânico como um processo sempre dinâmico e arraigado de negociações e tensões sociais.

O medo e a euforia são, aliás, os pontos culminantes na análise do fenômeno do Pânico Moral na semana de novembro de 2010 no Rio de Janeiro. A partir da descrição comparativa da cobertura jornalística com os elementos referenciais do Pânico Moral, propomos uma análise da forma como a construção do discurso do pânico se deu dentro da

pauta jornalística. A partir do referencial empírico dos jornais, o objetivo principal é compreender as variadas estratégias e ideologias propagadas na causalidade e a funcionalidade do pânico e da euforia vigentes na cidade durante a referida semana. Além disso, visio perceber se houve ou não a construção de uma gestão do medo e uma euforia legitimadora, como fundamentação para a política de segurança no estado. Outra hipótese complementar é se o discurso da retomada do território não gerou um deslocamento discursivo acerca da vítimação, indo provisoriamente do morador do “asfalto” para o morador do “morro”, em especial nos eventos posteriores à ocupação do Complexo do Alemão e da Vila Cruzeiro.

## 2 OS DEMÔNIOS POPULARES E O PROCESSO DO PÂNICO MORAL

Se o conceito de pânico moral pode ser aplicável ao fenômeno da violência no Rio de Janeiro e à sua cobertura por parte da imprensa local, como discutido no capítulo anterior, passemos agora à problematização das etapas de instauração desse pânico, dentro do que caracterizamos como um ciclo de medo e euforia. Na formação de um pânico moral, estabelece-se uma dinâmica similar a das catástrofes naturais. Em um evento natural existe a dimensão do alerta (*warning*), misteriosa ou não, de que a tranquilidade será abalada. Existe a ameaça (*threat*) propagada por algumas pessoas que sentem a aproximação de um desastre, em alguns casos são especialistas que indicam um perigo iminente. Muitas vezes esta fase acarreta a percepção de que alguma coisa está sutilmente mudando. Ocorre então o impacto (*impact*) quando o pandemônio se instaura e uma desorganizada resposta às mortes, feridas e destruição começa. Em seguida é estabelecido um “inventário” (*inventory*), quando as pessoas expostas ao desastre traçam um preliminar retrato do que ocorreu, dos danos e das condições gerais de ação no momento. As ações de resgate (*rescue*) tomam forma com atividades de imediata ajuda aos sobreviventes. A partir do momento que as pessoas imersas na tragédia começam a ajudar umas às outras, a ajuda externa começa a chegar também. Há um momento posterior de medicação (*remedy*), quando ações mais formais e deliberadas começam a chegar aos afetados. O sistema maior de forças tanto do Estado quanto civil começa a estabelecer medidas mais aprofundadas que o aparato emergencial inicial não podia prover. E, por fim, a recuperação (*recovery*) se dá quando ocorre o reestabelecimento, por um extenso período, de uma forma de equilíbrio naquela comunidade atingida e uma adaptação às possíveis mudanças que o referido desastre pode ter deixado como legado.

A formulação do conceito de pânico moral deriva deste modelo de desastre natural, porém com as adaptações e analogias lógicas de quando se transpõem um evento de uma esfera física e biológica para uma dimensão social-comportamental. Em síntese, podemos falar nas seguintes etapas: no alerta, também traduzido como aflição ou ameaça potencial; o impacto quando o desastre toma forma em seu auge de adrenalina e efervescência de eventos; o inventário quando se dimensiona melhor o evento e sua reação que simbolizaria o fechamento deste ciclo. Tal qual afirmado na introdução, no pânico moral se insere dentro da dimensão cronológica uma lógica interpretativa: há uma relação do comportamento desviante com a aflição inicial e além nas outras etapas do evento; dentro do inventário há estágios de apuração, predição e simbolização; e a reação condensa orientações e atitudes de

sensibilização da opinião pública, além de mecanismo de controle diferenciado para combater o mal gerador do pânico moral.

Estabelecidos inicialmente como ameaçadores, os elementos desviantes são batizados como demônios populares (*folk devils*). Eles encarnam o pânico ameaçador e são o alvo posterior de uma identificação arquetípica e de uma reação moral de uma sociedade atingida.

A opção pela tradução demônio popular ao invés de demônio público, que também seria factível, dá-se pelo fato de o autor Stanley Cohen (1972, p. 1) estabelecer paralelo entre esta construção simbólica e o imaginário dos elementos ameaçadores no folclore (*folklore*). É interessante perceber que há na adoção desse paralelo a indicação de um mecanismo de fundo primitivo de uma cultura. Por se tratar de uma construção que mítifica a ameaça como a encarnação de um mal a ser combatido, consideramos mais apropriado o paralelo com o discurso mitológico do universo popular do que uma dimensão de uma ameaça pública ao Estado de Direito.

Apesar de ser uma interpretação recorrente, a noção de *hostis publicae*, o inimigo público do Direito Romano trata da noção jurídica, sendo mais interessante para esta dissertação uma acepção que faça paralelo com o discurso do sensível, do medo projetado sobre estas figuras, pois o Pânico Moral é um discurso do medo racionalizado em ações estatais e civis. Sua origem e seu modo de expansão e volatilidade se dão mais pelas sensações do que por efeitos estatísticos ou práticos.

Nos trabalhos destinados à análise do pânico moral na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos, estes elementos podem variar desde mães solteiras até gangues de jovens da periferia, passando por refugiados em potencial. Nos eventos de novembro de 2010 estes elementos eram os traficantes. Em muitas matérias a personificação do mal fora superada por uma aparição do maligno em si. No dia seguinte à ocupação do Complexo do Alemão, uma matéria de duas páginas no Meia-Hora afirmava que “o coração do mal” parara de bater, o bem vencera. Após a ocupação da Vila Cruzeiro, o Extra estampava uma foto de policiais militares mirando os seus fuzis com a legenda “o bem chega” em contraposição à imagem abaixo dos traficantes correndo pela mata, “o mal foge”. Ora identificado como ameaçadores, mirando as armas em direção às lentes dos fotógrafos em muitas fotos - e conseqüentemente para o leitor do jornal - eram também ousados e debochados quando mostrados incendiando carros e rindo dos donos dos veículos em chamas.

Ousadia e deboche  
Vão rir na cadeia também?  
Bandidos queimam carro perto de DP e riem do desespero do dono

Quando o fogo pegou, um deles, de forma debochada me viu e disse: ‘Agora pode chamar o bombeiro’ revelou a testemunha (Meia-Hora de Notícias, 24/11/2010, p. 4)

Após a reação policial, assumiam a faceta de covardes no jornal. No Meia-Hora, os traficantes eram satirizados sexualmente e moralmente. Na cobertura da sexta-feira pós-ocupação da Vila Cruzeiro, imagens de baratas permeavam não só a capa como todas as notícias do jornal relacionadas à fuga em alusão aos bandidos que fugiram pela Serra da Misericórdia.

Renda-se

Sai assim ou sai na horizontal

Atenção vagabundo amarelão da Vila Cruzeiro e do Alemão, o Meia te ajuda a se render com dignidade. Escreva seu nome, recorte e entregue para o próximo policial que encontrar na rua. Eu,-----, me entrego para as forças do bem do Rio porque não tenho coragem para enfrentar vocês. (Meia Hora de Notícias, 27/11/2010, p. 1)

Figura 1 - Primeira Página, Meia-Hora, “Renda-se”, Sábado, 27/11/2010



Na legenda da foto que acompanha a matéria, os traficantes são identificados como ‘covardões do Complexo do Alemão’. Na matéria “Imagens mostram fuga em massa”, a desumanidade dos bandidos era exposta no jornal O Globo:

Cúmplices ignoram bandido baleado

Na hora do desespero, nem os cúmplices foram ajudados. No alto do morro, numa estrada de terra perto de uma pedreira, um dos bandidos foi baleado e caiu. Um homem o arrastou pelo braço e o deixou na beira da pista. Apesar de o criminoso ter acenado pedindo ajuda, comparsas prosseguiram a fuga e o ignoraram. Somente minutos depois ele foi resgatado. (O GLOBO, 27/11/2010, Especial, p. 3)

O Extra apresentava na capa do seu caderno especial sobre a “Guerra do Rio” as duas opções dos bandidos na situação em que eles se encontravam. Em uma página inteira se contrapunham bandidos que se entregavam em um camburão e imediatamente abaixo um cadáver sendo carregado pelos policiais.

O caso do traficante Mister M emoldura como a relação dos jornais com a figura do elemento desviante pode ter diferentes faces. Antes da ocupação do morro do Alemão, o traficante Mister M, braço-direito do chefe do Comando Vermelho na região, entregou-se à polícia a pedido da mãe que o acompanhou até a delegacia. A atuação da mãe como mediadora na rendição foi destaque em O Dia. Ao lado da imagem do traficante preso, há um relato da mãe aliviada:

Mãe desabafa:

Estou feliz porque ele ia acabar morrendo. Conversei com ele. Falei vem com a mamãe. Agora estou feliz porque ele ia acabar morrendo. O desabafo é da dona de casa Nilza Maria, 57 anos. Moradora do Alemão, ela viu o cerco policial se fechar sobre um dos seus filhos. (O DIA, 28/11/2010, p. 4)

Já o jornal O Globo ridicularizava a foto sorridente do bandido recém-preso e não informava a participação da mãe no episódio:

Do que ri o traficante Mister M? O traficante Diego Raimundo da Silva dos Santos, de 25 anos, conhecido como Mister M, não parece preocupado com os anos de prisão que irá cumprir. (O Globo, 28/11/2010, p. 6)

Figura 2: Suplemento especial, O Globo, “Do que ri o traficante Mister M, Domingo, 28/11/2010



Em o Meia-Hora, a notícia ganhou ares de deboche com uma suposta carta de rendição assinada pelo traficante na qual se intitulava “Príncipe Negro dos Sortilégios”. No histórico recente das ações violentas de traficantes no Rio de Janeiro, podemos enxergar a presença destas construções de demônios populares nas próprias afirmações dos bandidos. Se o medo dos facínoras acarretava a esses personagens um aspecto medieval de assassinos tribais, bárbaros forasteiros à civilização, era porque esta imagem tinha respaldo nas atitudes dos traficantes. Em “tribunais” do tráfico pessoas eram condenadas por traficantes que se portavam como senhores do morro, inclusive queimando moradores em pneus. Estas histórias se juntavam aos relatos de rebeliões presidiárias em que traficantes de facções rivais eram queimados vivos ou decapitados e as cabeças eram utilizadas como bolas de futebol.

A própria nomenclatura dos traficantes acarretava uma mitologia. Elias “Maluco”, por exemplo, carregava uma espada samurai em seus julgamentos particulares e com ela executou Tim Lopes, jornalista da Rede Globo de Televisão que fazia uma reportagem sobre o comércio de drogas e a exploração de menores em bailes funk da comunidade Vila Cruzeiro. Aliados aos chamados “proibidões”, funks em que os poderes das facções criminosas eram exaltados, os traficantes tinham o seu poder legitimado como donos do morro, implacáveis e poderosos. O traficante assume uma dimensão figurativa, simbólica como uma alegoria do crime.

A acepção de estesia permite uma compreensão da figura do traficante violento como espelho de uma produção cultural. Se pensarmos a estesia como uma forma de apropriação do mundo a partir de uma experiência estética, temos “a condição de sentir as qualidades sensíveis emanadas do que existe e que exala a sua configuração para essa ser capturada, sentida e processada fazendo sentido para o outro”. (OLIVEIRA, 2010, p. 2) O traficante, como ser concreto, espelha-se em elementos do imaginário para construir sua realidade em um processo recíproco pois os jornais também o mitificam como o mal. “A fissura e fascínio dos meninos pelas armas e pelo exercício do poder pela violência decorrem do prazer de ser alguém, de ser temido, de ser respeitado e se não se é respeitado como cidadão, que seja como figura da mídia, artista ou criminoso.” (BENTES, 2007, p. 248)

A narratividade própria dos eventos de violência traduz uma sucessão de estados e transformações e articulada à figuratividade, ou seja, à representação simbólica no campo figurativo e não-abstrato, do traficante simbolizando a desumanidade e a ameaça. O traficante então se projetaria como elemento ameaçador e aí estaria a sua experiência estética, na representação como figura temida pela população do morro e do asfalto.

Em cartas e num estatuto relacionados ao Comando Vermelho, maior facção criminosa da cidade, por exemplo, seus membros se auto-intitulam como o “lado certo da vida errada”, sendo a ‘ótica do crime’ a ‘vocação destes criminosos’. Esta semântica de uma vida criminal legítima edifica uma narratividade própria no ato de produção de sentido.

Ao recortar o mundo sob determinadas qualidades sensíveis - temido, imponente, amedrontador -, esta força estesia gera um processo direcional de criação em que, ao se afirmar como dono do morro, automaticamente produz inimigos - como os policiais e traficantes rivais - subalternos e comandados, além de musas e poder associados a esta vida do crime. “Assim a apreensão da figuratividade de um ser do mundo origina uma sequência de estado e transformação da narratividade que o sujeito operador dessa apreensão experimenta no percurso de seu fazer relacional que se correlaciona ao percurso do que se mostra a ele.” (OLIVEIRA, 2010, p. 3)

A figura do traficante residiria como produtor do medo em uma estética dual – ele é ameaçador aos seus inimigos (policiais e traficantes rivais) e vítimas (população em geral, seja do “morro” ou do “asfalto”), ao mesmo tempo em que se mostra poderoso e admirado por seus comandados oferecendo-lhes legitimidade e poder no mundo do tráfico. Através dessa atmosfera em que está implicada a apreciação estética, captam-se determinadas qualidades da vida social (conteúdos éticos), que valem como interpretantes dos modos de pensar e agir no grupo. O traficante apreende seu mundo como elemento desviante e figura temida. Para Sodré (1992), esta estesia, esta formação histórica de um ethos dentro de um grupo social, pode ser a resultante afetiva do “indivíduo na comunidade”:

Desvinculada de uma ética que estructure o grupo, a estesia pode converter-se num puro jogo de formas, autocentrado, com a violência como único horizonte de realização. É desta maneira que ela desempenha sua parte na construção da criminalidade: jovens marginais nas grandes cidades deixam de frequentemente entrever que roupas de prestígio e respeito do grupo de vizinhança são motivações fortes para sua conduta criminosa. A “mafialização” da personalidade resultaria, portanto, de um ato de liberdade pessoal, sem relação direta com uma grande causa econômica ou social, mas afim aos atos pequenos do cotidiano, muitas vezes estéticos, como a aquisição de trajes caros e atraentes, quando não se trata do poder exercido sobre vizinhos, parentes ou pessoas próximas. (SODRÉ, 1992, p. 104)

Esta figuratividade do traficante é arranjada a partir de regras regedoras das relações possíveis que o indivíduo manuseia para configurar uma forma de ser no mundo. “A violência se impõe como o operador natural de um código social limitado à combinação de dinheiro com o poder das aparências e, portanto, destituído de qualquer valor ético que transcenda o circuito fechado de suas normas” (SODRÉ, 1992, p. 105). O ethos urbano refletiria esta atmosfera em que a pobreza e a opulência estabelecem uma relação simbiótica e o universo da criminalidade começa a adentrar na sociedade civil organizada.

Em “Semântica estrutural” (1966), Greimas afirmava que a percepção já é significação, e o interesse da semiótica alocado na abordagem dos mecanismos de significar está voltado para o processamento do sensível (OLIVEIRA, 2010, p. 4). Desta forma, a percepção do traficante como elemento a ser temido e mandatário do crime já fechava frente ao leitor do jornal, ao morador da comunidade, ao policial, ao jornalista e ao próprio traficante uma significação sensível, isto é, permeado de sensações de medo por seus inimigos, orgulho por seus comparsas e temor pelos que são subjugados, estabelece-se um elemento violento a priori, um verdadeiro demônio popular (*folk devil*). É interessante observar que esta apreensão da formação do traficante como fruto de uma projeção de poder – o jovem sente-se acuado, desprestigiado por sua condição social de favelado e vê no tráfico uma carreira que irá torna-lo senhor do crime e do morro - traz consigo também uma noção de ressentimento. No Pânico Moral, é a população civil que ojeriza o traficante como figura a ser suplantada pela força. Assim, o jovem morador da favela, supostamente candidato a traficante, seria também fruto do ressentimento:

Os milhares de vítimas que caem todos os dias no jugo de uma história escrita por vencedores, as vítimas desse assassinato que eufemisticamente é nomeado “miséria ou injustiça social”, como certa vez disse Levinas, padecem do ressentimento que é produto de sucessivas injustiças que começam, no caso brasileiro, na escravidão e hoje são reproduzidas em bolsões de miséria como as favelas e os guetos em geral. Só um pensamento cínico e violento ao extremo poderia ignorar esse ressentimento – tachando-o negativamente como inveja – sem considerar ao lado um processo de marginalização que começa muito cedo no Brasil e jamais se interrompe. (PINTO NETO, 2010, p 11).

O ressentimento apesar de figurar tanto na explicação da reação da sociedade quanto na construção da figura do traficante é ignorado pelos jornais. Há uma estética do risco atual que naturaliza a ameaça dos desviantes e a desvincula das questões sociais. Muitas das reflexões ignoram a subjetividade do desviante e ignoram a posição da sociedade frente a violência urbana. Sobre esta discrepância pondera Costa:

Não imagino outra reação do rapaz preso a não ser o ódio e o desejo de revanche. Por que, pergunto, com raríssimas exceções, temos uma concepção tão tacanha de justiça? O que prisões superlotadas, pancadarias, injúrias morais e humilhações têm a ver com ‘recuperação’ de delinquentes e ‘proteção da sociedade’? Estamos nos protegendo do quê, com essa truculência cotidiana contra os explorados e desamparados? (COSTA, 1999, p. 67-8).

A posição de elemento ameaçador assumida pelo traficante não lhe é exclusiva. Os policiais militares muitas vezes assumem este papel de elemento a ser temido, principalmente

em suas incursões nos morros cariocas e na ideologia corrente em suas forças especiais de um esquadrão policial:

Estrutura de guerra para encarar o crime

Temido pelos bandidos, o Bope, pelotão de elite da Polícia Militar do Rio de Janeiro, é fruto da própria complexidade da violência carioca. A escalada da violência no Rio de Janeiro nos últimos 20 anos preparou o terreno para o surgimento de uma máquina bélica: o Batalhão de Operações Policiais Especiais (Bope). E o uso dessa força se tornou tão frequente que espalhou Brasil afora a ideia de que o modelo carioca de enfrentamento à criminalidade poderia ser aplicado em quase todas as situações, mesmo às custas de mais violência. (GAZETA DO POVO, 2011)

Como vimos, o medo é uma sensação que pode ser transposta para um modelo de gerenciamento tanto por jornais, quanto por traficantes e policiais. A gestão do medo está intrinsecamente ligada à figuratividade do traficante como senhor do morro e elemento a ser eliminado. Este arquétipo será apropriado e manuseado pelo próprio tráfico, pelas forças estatais e pela imprensa.

## 2.1 Gestão e medo do crime

A vilania do traficante na visão dos leitores dos jornais, sua força impositiva na visão dos moradores das comunidades e seu poder frente aos seus comparsas são elementos que o bandido assume em sua figuração como traficante cruel e que são alimentadas sistematicamente pela produção midiática e pelo olhar de repulsa ou admiração que projeta sobre o mundo e o que recebe de outrem. O traficante impõe o terror aos que o enfrentam, ao mesmo tempo em que dá respaldo da proteção com os seus comandados, como numa economia do medo. O medo pode ser utilizado para gerar paralisia e submissão e pode ser gerido de forma que facilite a ação de determinado grupo social, no caso ele é administrado para favorecer a comercialização de drogas nas favelas cariocas:

Em Koury (2002), o medo em toda e qualquer forma de sociabilidade encontra-se presente como uma das principais formas organizadoras do social. Parte do pressuposto que o medo é uma construção social, fundamental para a compreensão dos embates de configuração e processos de sociabilidades e de formação dos instrumentos de ordem e desordem que desenham dialeticamente a ação dos sujeitos e grupos em relação. O medo, nesta perspectiva, assume uma outra dimensão, não mais compreendido apenas como ameaça e punição, mas, especialmente, como a possibilidade de uma nova articulação reativa, sendo, portanto, entendido como um dos fatores estruturadores fundamentais da construção social. Essa estruturação

social do medo é compreendida como uma dialética entre ordem e desordem, adquirindo no cotidiano da ação, reação e relações sociais o aspecto de organizador da sociabilidade e de criação societária (CUNHA; MAZZILI, 2005, p. 39).

O medo pode ser utilizado como eficácia para organizar a vida prática em um sistema de controle social rigoroso. Historicamente esta gerencia do medo em regimes totalitários gerou consentimento e colaboração da população, gerando normas de conduta padrão. Este processo também é descrito em grandes empresas como uma forma de desenvolver o zelo e a eficácia no trabalho:

Koury (2002) entende que o medo provoca o estado de paralisia, mas também pode desencadear atitudes que visam a transgressão, a simulação e a recriação de formas de sociabilidade. Ações sociais, que desmembram no cotidiano o ordenamento instituído, recriando uma nova possibilidade de organização social no interior da ordem estabelecida. Em situações onde o medo é um elemento organizador, reelaborações de busca de sobrevivência e integração ou de adequação aos modelos estabelecidos em dada organização social parece ser elemento contínuo da vida social. No entanto, o medo pode estabelecer, de um lado, prática de imposição associativa, normas e regulação e, de outro, fundamentos de negação desta imposição para um melhor ajustamento ou mesmo a sua superação. (CUNHA; MAZZILI, 2005, p. 39).

Este fenômeno denominado pelos estudiosos como gestão do medo, funciona como uma das formas de organização da vida cotidiana. Não podemos recair em uma simplificação de que a população das comunidades é conivente ou endossa o poder desmedido dos traficantes. Muitas vezes como forma de sobrevivência, o medo regula um aspecto da vida do cidadão aonde passivamente certos paradigmas sociais são aceitos, mas não que isso o torne um militante das barbáries de seu opressor:

a faculdade de pensar só é suspensa num setor preciso da relação com o mundo e com o outro: o setor psíquico diretamente relacionado com a adversidade alheia. Em compensação a faculdade de pensar continua se exercendo apropriadamente em todos os demais aspectos da vida - por exemplo, na vida privada, na educação dos filhos, nas atividades artísticas e culturais (DEJOURS, 1999, p. 118-119).

É comum no noticiário e nos estudos da criminalidade carioca associar esta passividade das populações mais pobres frente à criminalidade com a desigualdade social e a miséria. Porém este processo de gestão do medo é similar as estratégias midiáticas a que a população, em especial de classe média, é submetida em função dos discursos altamente sensibilizados dos jornais e autoridades governamentais. O consenso de apoio às ações policiais que ignoram a manutenção das premissas do Estado de Direito também é estimulado

por uma estratégia de gerenciamento pelo medo. O medo chega a ser um elemento modelador do espaço urbano:

O autor (Marcelo Lopes de Souza) observa o medo e a percepção de risco nas cidades como algo que deve ser visto além dos usos que são feitos dessa sensação, ou além de algo que é manipulado em prol de interesses econômicos. Não que isso esteja ausente do quadro atual, mas Souza encara medo e risco como realidade presente no dia-a-dia das cidades, ressaltando que mesmo que questões como violência e insegurança sejam preocupações que ocorrem em diferentes épocas e lugares, nem sempre o medo foi fator decisivo para modificar comportamentos, condicionar e estruturar as relações sociais e a organização espacial, como ocorre na atualidade. Trata-se de pensar, por conseguinte, em como a problemática da (in)segurança pública tornou-se fator de (re)estruturação da vida e do espaço urbanos. (KANASHIRO, 2008, p. 1, grifo nosso)

Vê-se que a gestão do medo é um tema que tangencia não só a edificação do traficante como senhor do morro, mas também o deslocamento das opiniões pró-polícia e Estado nas etapas do Pânico Moral. A gestão do medo é um tema amplo que muitas vezes é empregado para explicar as relações de trabalho e foi originalmente utilizado para explicar a adesão da população alemã ao nazismo. Hannah Arendt falava em sistemas eficazes de medo que eram transpostos para a vida prática e organizativa dos indivíduos em momentos de tensão, quebras do Estado de Direito e centro social rigoroso. Arendt fala em uma condescendência com o mal a partir da falta de personalidade dos indivíduos no que ela chama de banalidade do mal. Dejours localiza o medo como motor desta banalização:

Dejours (1999) propõe outra conotação à idéia arendtiana de banalidade do mal. Aborda como questão central o consentimento e a colaboração de cerca de 80% da população alemã no sistema. Analisando a banalidade, no sentido de característica ordinária de uma conduta tão surpreendente, questiona-se como uma gama enorme de personalidades pôde ser compatível com a participação em situação absolutamente anormal e excepcional em outras circunstâncias e que se tornou normal na Alemanha - a do crime e da violência -, estabelecendo um comportamento unificado, monolítico e coordenado de assassinos. Para ele, o fundamental é entender o processo através do qual este comportamento excepcional e habitualmente reprimido pela ação da maioria pode transformar-se em norma de conduta ou mesmo em valor. Dejours (1999) explica a banalização do mal, como um processo movido pelo medo central e decisivo. No caso Eichmann, medo de perder seu posto, sua condição. Arendt (1999) explica a banalidade do mal a partir da falta de personalidade de Eichmann. Para Dejours (1999), a explicação está no comportamento normopático que funciona diante do medo de riscos de precarização provenientes do exterior. (CUNHA; MAZZILI, 2005, p. 40).

O medo seria então além de uma forma de perspectiva, um modo de coordenar atitudes coletivizadas. O medo pode se construir como ideologia também, daí as acepções de narrativas do medo

Há marcas precisas de ruptura que são representadas através da elaboração de pequenos detalhes que, em conjunto, são articulados de forma a criar sentidos ordenadores das mudanças na sociedade carioca. A “escalada da violência” é tida como um processo traumático que possibilita a escrita de uma história por duas demarcações temporais: um “antes” e um “depois”. Essa simplificação é um recurso retórico utilizado em muitos dos discursos que produzem a *guerra de relatos*<sup>11</sup> do cotidiano, inclusive, o próprio discurso jornalístico. Essa divisão é uma tentativa de produção de fronteiras simbólicas que delimitam um “bem” e um “mal”, estrutura muito comum nas reflexões sobre a violência urbana. A consequência mais imediata dessa forma de narrar os crimes é a produção, como mencionamos anteriormente, de uma *fantasmagoria*<sup>12</sup>. Esse fantasma, que não é da ordem do visível, do totalizável, é uma forma compartilhada de vivenciar a cidade, e ele é, em grande parte, criado, no mundo contemporâneo, pelos relatos massivos. Dessa maneira, a nossa perspectiva focaliza a questão da violência urbana e analisa o fantasma do medo que é socialmente vivenciado pelas percepções coletivas que temos do espaço urbano. (CORRÊA, 2010, p. 93)

Fruto de uma angústia de uma cidade amedrontada por narrativas do medo desde a década de 1980, o Rio de Janeiro experimentou um fenômeno que Delumeau (1978) caracterizaria como uma angústia coletiva. Ao se transpor a dimensão individual do medo para a esfera coletiva “a angústia é experienciada como um sentimento global de insegurança, tanto mais aterrorizante quando menos determinado é o objeto do medo” (ALMEIDA, 2008, p. 4).

Tem-se na ameaça projetada um perigo real, pois, segundo o próprio Delumeau, a longa convivência com uma angústia incerta seria insuportável, o indivíduo tenderia a fragmentá-la em medos precisos de algo ou alguém, fabricando medos particulares. O traficante, ao mesmo tempo em que se projeta como o maligno e o cruel a ser temido em sua comunidade, é também apropriado da mesma forma pela sociedade quando suas ações começam a ameaçar o cotidiano da cidade como um todo. O aumento do crime e do medo do crime nas cidades brasileiras teria mudado o cotidiano das pessoas e introduzido o crime como um dos principais assuntos das suas conversas, criando o que Caldeira (2000, p. 27) chama de “fala do crime”: uma fala que “alimenta um círculo em que o medo é trabalhado e reproduzido, e no qual a violência é a um só tempo combatida e ampliada.” Essa fala do crime teria a função de reorganizar o mundo desorganizado pela experiência do crime, e, para isso, simplifica o mundo criando preconceitos, estereótipos e caricaturas, dividindo o mundo entre bem e mal (ALMEIDA, 2008)

Para Caldeira, “a ordem simbólica engendrada na fala do crime não apenas discrimina alguns grupos, promove sua criminalização e os transforma em vítimas da violência, mas também faz o medo circular através de histórias e ajuda a deslegitimar as instituições da ordem e legitimar a privatização da justiça e uso de meios violentos e ilegais” (p. 43). Além

disso, a fala do crime estaria em desacordo com valores de igualdade social, tolerância e respeito aos direitos alheios.

No plano coletivo, analisa Moraes (2008, p. 4), esse medo e insegurança "acabariam por personificar-se em determinadas práticas ou grupos, como, por exemplo, o crime – ou pelo menos o que é assim percebido – e o criminoso. A angústia teria neles seus distorcidos objetos". Da mesma forma, Caldeira (2000, p. 55) aponta que "discussões sobre o medo do crime revelam a angústia que se gera quando as relações sociais não mais podem ser decodificadas e controladas de acordo com antigos critérios". (ALMEIDA, 2010)

## 2.2 O elemento desviante

A maior parte das diferentes correntes teóricas propostas para estudar o fenômeno do desvio é baseada em princípios ligados às definições de normas de vida em sociedade. Apesar de sua diversidade, um ponto comum as une (LIMA, 2001). Como menciona Faugeron (1976), o desvio — por mais diverso que seja, e ele o é extremamente — é sempre e essencialmente uma diferença. Todo fenômeno de desvio é colocado sobre — e definido pelo — sinal da diferença. O desviante é essencialmente percebido e representado como sendo diferente do restante do grupo social.

Serão analisadas várias concepções sobre a formação do elemento desviante, mas em todas elas a diferença estará presente. Além disso, um amplo leque de possibilidades teóricas permitirá que compreendamos melhor a eleição do traficante como demônio popular em um quadro de Pânico Moral.

O elemento desviante é uma construção social que rege a sociedade. Tal como descrito por Howard S. Becker, há um processo interativo que “envolve uma relação entre os desviantes e os não desviantes, relação esta de caráter complementar: um não pode existir sem o outro, um pela função do outro” (VELHO, 1972, p. 15). O comportamento divergente seria uma das esferas da vida do elemento desviante. Seria uma relação social e não um comportamento definido a priori em uma acepção não estática da vida cultural:

Se a estrutura social restringe algumas disposições para agir, cria outras. O enfoque funcional, portanto, abandona a posição mantida por várias teorias individualistas, de que as diferentes proporções de comportamento divergente, nos diversos grupos e estratos sociais, são o resultado acidental de proporções variáveis de personalidades patológicas encontradas em tais grupos e estratos. Ao invés, tenta determinar como a

estrutura social e cultural gera a pressão favorável ao comportamento socialmente desviado, sobre pessoas localizadas em várias situações naquela estrutura. (MERTON, 1970, pp. 191-2)

A estrutura social e cultural teria influência direta na produção de um comportamento socialmente desviado. Parte-se do princípio de *anomie* de Merton no qual a sociedade possui um objetivo de integração - os objetivos culturalmente definidos são compartilhados por seus membros e mais ou menos integrados e ordenados em alguma hierarquia de valores: “Cada grupo social invariavelmente liga seus objetivos culturais a regulamentos enraizados nos costumes ou nas instituições de procedimentos permissíveis para a procura de tais objetivos.” (MERTON, 1970, p. 204) Quando a sociedade estaria mal integrada, ou seja, existiria uma “tensão muito pesada, por vezes virtualmente exclusiva, sobre o valor dos objetivos particulares, envolvendo em comparação, pouca preocupação com os meios institucionalmente recomendados de esforçar-se para a consecução de tais objetivos” (VELHO, 1972, p. 13). A *anomie* seria em uma analogia organicista a dificuldade de integração desta sociedade em que o desvio torna-se supressor do comportamento normal. Esta aceção de *anomie* é favorável à perspectiva do Pânico Moral, pois pressupõe um estado de normalidade social na integração. A *anomie* seria a quebra da realidade estável e bem integrada assim como o pânico é a ameaça desorganizadora do cotidiano. O Pânico Moral seria a aparição da *anomie* iminente descrita em uma temática específica, que poderia atingir todos os estratos sociais - como a ameaça dos traficantes do Rio de Janeiro - ou um grupo social em particular - como a onda de ataques a idosos em Nova Iorque na década de 1970.

Em resumo, o grau de *anomie* de um sistema social é indicado pelo grau de falta de acordo a respeito das normas que se julgam legítimas, com sua concomitante incerteza e insegurança nas relações sociais (MERTON, 1970). A falta de consenso geraria crise nas expectativas de comportamento, impedindo o funcionamento “normal” da sociedade. (VELHO, 1972)

Tal qual descrito por Gilberto Velho e Robert King Merton, tem-se o princípio da anomia, referida ao indivíduo, em que uma pessoa concreta poderia estar em um processo de anomia sem que o sistema social estivesse em *anomie*. Parte-se de uma patologia individual para uma patologia social, porém influenciada por uma desorganização de normas e valores que permitirá este desequilíbrio em um “ambiente social favorável ao aparecimento de indivíduos anômicos” (VELHO, 1972, p. 14). O traficante seria logicamente um indivíduo anômico pela ilegalidade de sua profissão, o comércio de drogas, pela ameaça moral de seu poderio militar, o senhor de um exército paralelo, e por sua presença despótica em um

ambiente degenerado e empobrecido, as favelas do Rio de Janeiro. Seu comportamento desviante não seria total como uma espécie de elemento totalmente outsider da sociedade. Seria factível imaginarmos que o traficante compartilha dos desejos de consumo das maiorias dos moradores das grandes cidades brasileiras, por exemplo as imagens de mansões luxuosas, carros esporte e joias. Além disso, tradicionalmente eles estão ligados ao universo das escolas de samba e do mundo futebol, esferas sociais populares e de ampla divulgação no cotidiano da cidade do Rio de Janeiro. Sua atuação profissional e militarizada é que seria o elemento desviante na sociedade. Esta característica é que será ressaltada na construção do demônio popular. Sua exemplificação como elemento anômico é o ponto de partida para a caracterização da ameaça de um estado de anomie para toda a sociedade.

A estigmatização está intrínseca à ideia de desvio social e na construção do demônio popular.

A classificação de grupos desviantes pode também ser considerada como expressão particular de um processo de estigmatização; ter-se-ia de um lado grupos rotulados - ou estigmatizados - como “desviantes” e, de outro, grupos admitidos como normais. O conceito de desvio social, da mesma forma que o de estigma, implica necessariamente um quadro relacional. (GOLDWASSER, 1972, p. 30)

Voltando a Becker (1963), a ideia fundamental do desvio social como ruptura de uma regra grupal pode ser relativizada:

Por outro lado, o diagnóstico do desvio depende do julgamento de um grupo que define alguém como desviante, segundo suas próprias normas, enquanto esse alguém pode, ao contrário, estar agindo de conformidade com as regras de um grupo diverso daquele. (BECKER, 1963 *apud* GOLDWASSER, 1972, p. 30)

Em entrevista ao jornal O Globo, divulgada durante a semana dos confrontos, o ativista José Júnior do Afroreggae, organização não governamental sediada no complexo do Alemão, falava da estigmatização dessas localidades como ambientes de criminosos e abordava a influência de valores estéticos na construção do perfil do criminoso.

É a favela mais estigmatizada (Complexo do Alemão), por causa do poder do tráfico. Mas nunca se discute a publicidade no meio disso tudo. O cara vê o tênis Nike de R\$ 780,00, e a campanha diz: ou você tem ou não é nada. Aí o sujeito quer ser aceito e, às vezes, pega o caminho do crime. Quando tinha 14 anos, eu quis roubar para comprar um Nike. (O GLOBO, 28/11/2010, Especial, p. 3)

Autores como Cohen, Cloward e Ohlin (1960 *apud* DOWNES; ROCK, 1988) formularam a ideia que a delinquência está associada às "estruturas de oportunidades sociais" dos meios urbanos. Dessa maneira, os autores consideram que "o acesso aos objetivos propostos pela sociedade depende dos recursos sociais legítimos ou ilegítimos da forma como as estruturas os sugerem: a delinquência parece uma conduta adaptada em certos meios às oportunidades locais." (SELOSSE, 1981, p. 19)

Quando o equilíbrio de uma sociedade é comprometido, em consequência de uma crise econômica ou moral, certos comportamentos qualificados de desviantes podem ser resultado desse estado de desregramento moral ou econômico. Como observa Selosse, "as teorias da anomia dão ênfase aos efeitos da desorganização social associados aos desequilíbrios e às desigualdades. Elas ilustram as condições que colocam obstáculos às aspirações dos indivíduos, mas também às perturbações da transmissão do sistema normativo" (SELOSSE, 1981, p. 19).

A anomia designa, portanto, a derrota das solidariedades coletivas e caracteriza o enfraquecimento da coesão do sistema social. Nesse contexto, o desvio é encarado como uma consequência da repercussão dos conflitos sociais sobre as consciências individuais, podendo engendrar a perda do sentido dos valores coletivos (LIMA, 2001).

É importante, neste momento, fazermos uma distinção entre as conceituações de Merton e Becker sobre o comportamento desviante. Se para Merton a exclusão social gera o caminho da marginalidade, em Becker esta marginalização é diretamente influenciada pela identificação do indivíduo como criminoso em potencial.

O caráter desviante ou não de um ato depende então da maneira que os outros sujeitos sociais reagem a ele. Segundo as teorias da rotulação, o desvio é o resultado das iniciativas do outro, visto que ele encadeia um processo de intervenções colocado em prática para selecionar, identificar e tipificar os indivíduos. Uma das mais importantes contribuições desse enfoque foi chamar a atenção para as consequências que implicam, para um indivíduo, o fato de ser rotulado como desviante. Segundo Becker, o desvio é sempre o produto de um "empreendimento", dirigido por dois tipos de "empreendedores de moral": os que criam as normas e os que as fazem aplicar. Os primeiros empreendem uma "cruzada" para a reforma de costumes. Os segundos são os agentes institucionais encarregados de fazer respeitar as novas leis estabelecidas por essa "cruzada". (LIMA, 2001)

O surgimento do traficante como demônio popular seria então, em parte, fruto dessa cruzada. Os jornais e parte da sociedade caracterizada como público se encontrariam nessa posição de "empreendedores morais". Este termo inclusive está presente na definição dos

Pânicos Morais motivados pela ação de grupos de interesse (THOMPSON, 1998, p. 17). O desvio e seu controle são agora encarados de maneira dialética, através de um processo de interação dinâmica e variável entre as duas partes. Várias correntes interacionistas foram desenvolvidas, baseadas em tais fundamentos. A mais conhecida é a da "rotulação social" (Labelling Theory), proposta por Becker ([1963] 1985) nos anos 1960. Durand e Weil sintetizam o pensamento do autor afirmando que, nessa perspectiva, "o desvio não é simplesmente o fato objetivo de não se conformar com as normas (interpretação funcionalista) mas a consequência de um rótulo colado nas costas do desviante pelos que o descobrem e o tratam" (DURAND; WEIL, 1990, p. 171).

Deve-se considerar também que a mera identificação de alguém como possível criminoso não gera a criminalidade. Autores da chamada criminologia radical da década de 1970, afirmavam que estas acepções de representação de determinados elementos caracterizados como desviantes eram derivadas dos conflitos sociais, raciais e de classes que emergiam em uma sociedade desigual. Muitos criticaram o interacionismo simbólico por "não fornecer uma explicação etiológica do desvio (...) e não explica como aqueles que cometem os atos desviantes chegam a isso, nem porque alguns os cometem enquanto outros, em volta deles, se abstêm" (BECKER, 1985, p. 202).

O próprio Becker tentou responder ao conjunto de críticas através de uma visão retrospectiva da teoria da rotulação, publicada em 1973. Quanto à última observação, mencionada acima, o autor justifica:

não importa qual seja a importância da operação de rotulação executada pelos empreendedores de moral, não se pode absolutamente considerá-la como a única explicação do que fazem de fato os desviantes. Seria absurdo sugerir que os ladrões à mão armada atacam as pessoas simplesmente porque alguém os rotulou com ladrões à mão armada, ou que tudo que faz um homossexual é decorrente do fato que alguém o rotulou como tal. Entretanto, uma das mais importantes contribuições desse enfoque foi chamar a atenção sobre as consequências que implicam, para um indivíduo, o fato de ser rotulado como desviante: torna-se mais difícil para ele prosseguir as atividades habituais de sua vida cotidiana, e essas dificuldades o incitam às ações 'anormais'(...) O grau em que o fato de ser qualificado de desviante conduz a essa consequência deve ser estabelecido em cada caso, por um procedimento empírico e não por um decreto teórico (BECKER, 1985, p. 203).

Apesar das críticas suscitadas, o interacionismo traz uma contribuição original quanto ao papel dos "construtores" e/ou "legitimadores" do desvio (LIMA, 2001). Como diz Becker, os fenômenos do desvio podem unir de forma estreita "a pessoa que emite o julgamento do desvio, o processo que chega a esse julgamento e a situação dentro da qual ele é produzido" (BECKER, 1985, p. 203).

É interessante observar que no mundo acadêmico a explicação para o comportamento desviante costuma ser relacionada a fatores externos ao indivíduo, como sua condição social, preconceito, ações repressivas da polícia, falta de oportunidades etc. Já entre as explicações para o comportamento criminoso no senso comum, o discurso se dá em outra esfera. Há uma visão dúbia entre a escolha e manipulação do indivíduo pelo caminho desviante, pelo caminho do mal – muitas vezes diz-se que o jovem é influenciado pelo poder do tráfico, em outros casos se diz que ele sempre fora agressivo e rebelde, uma espécie de “caso sem solução”. Segundo descrito por Tereza Caldeira (2000) a partir de entrevistas com a população de diferentes classes sociais paulistanas, o entendimento é que a criminalidade é um caminho maligno que seduz indivíduos vulneráveis:

O mal é também concebido em oposição à razão. É aquilo que não faz sentido e que se aproveita de pessoas cuja racionalidade é vista como precária. Crianças, mulheres, adolescentes, os pobres, os usuários de drogas, são tidos como os mais vulneráveis e que mais necessitam ser controlados. Como se considera que as crianças pequenas e as mulheres não são fáceis de controlar, o grupo que corre mais risco de ser afetado pelo mal é o dos rapazes. Eles são considerados muito jovens para se protegerem do mal por si mesmos, e por não serem totalmente racionais, ainda precisam ser controlados. Por serem homens, entretanto, resistem ao controle e são atraídos pelos ambientes em que o mal abunda, principalmente a rua. Ali encontram drogas que perturbam a consciência e os transformam em alvos fáceis para as forças do mal. (CALDEIRA, 2000, p. 90)

Segundo a autora, essa noção de vulnerabilidade acaba recaindo sobre a população negra e pobre, e esses estereótipos também são apreendidos pelas forças policiais. O mal é algo associado à natureza, algo a que qualquer um é vulnerável. No entanto, como os pobres são vistos preconceituosamente como os mais próximos da natureza e da necessidade e mais distantes da razão e do comportamento racional, são tidos como outro grupo que corre risco de ser infectado pelo mal, reforçando um estigma que associa pobreza e criminalidade.

Teresa Caldeira chama a atenção para o fato de as pessoas entrevistadas acreditarem que “resistir ao perigo requer uma mente forte, algo que se acredita que os pobres não têm” (p. 93). É interessante observar que essa idéia já estava atuante no século XVIII, quando se acreditava, como lembra Hazard, que “a natureza, que é razão, estabeleceu relações racionais entre todas as coisas criadas. O bem é a consciência dessas relações, a obediência lógica a elas; o mal é a ignorância dessas relações, a desobediência a elas. No fundo, *o crime é sempre um falso juízo* [...], [pois a] razão é a grande lei do mundo”. (OLIVA, 2002, p. 217)

O maniqueísmo de bem e mal no confronto criminal estabelece o raciocínio da segurança pública em uma esfera rasa e legitima a truculência de ambos os lados, tanto dos

traficantes cruéis, que assumem essa faceta ao oprimir os moradores das favelas, e do aparato repressivo da polícia, em ciclo vicioso de violência.

No que consiste numa concepção bastante difundida de ordem social, autoridade, instituições, trabalho, razão e controle são vistos como arma contra o mal. Quando as pessoas sentem que a criminalidade está aumentando, elas frequentemente culpam as instituições públicas e diagnosticam a necessidade de uma autoridade forte. (CALDEIRA, 2000, p. 90 - 91)

Neste sentido, a fim de conter o crescimento da criminalidade, tem-se realizado no Brasil um controle violento da ordem pública, com uso exagerado das forças policiais repressivas<sup>1</sup> (ALMEIDA, 2008, p. 6). Como destaca Adorno (1998, p.171), muitas vezes, sob pressões da ‘opinião pública’, as políticas públicas de segurança formulam diretrizes às agências policiais no sentido de conter a violência a qualquer custo, mesmo que para isso seja necessário comprometer vidas de indivíduos suspeitos do cometimento de crimes. Neste processo em que o sentimento de medo é constantemente reproduzido e potencializado, fundamentando a demanda por práticas repressivas no controle da violência, tem-se, como demonstra Zaluar (2004, p. 43), "os sinais de um ódio violento e vingativo que começam a aparecer cada vez com maior intensidade", construindo uma guerra clandestina do bem contra o mal. Ela comenta ainda que [na] confusão criada pelos preconceitos dos agentes policiais, jovens (trabalhadores, estudantes ou bandidos) pobres passam a ser o outro lado indiscriminado dessa guerra sem tréguas que pretende livrar- nos do mal.

Como escreve Luiz Eduardo Soares (2005), tudo leva a crer que existe uma justaposição entre o medo da população e a suspeita da polícia. Esse cenário que coloca os jovens pobres como encarnação de um mal absoluto (ZALUAR, 2004), não só serve de base para a reivindicação por diminuição da maioria penal, como funciona enquanto justificativa para a situação alarmante na qual esses jovens são exterminados<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> A necessidade de uma repressão maior aos criminosos é expressa pela mobilização da opinião pública por políticas criminais mais punitivas. Uma recente pesquisa de opinião pública realizada pelo DataSenado sobre a violência no Brasil, mostra que 87% dos entrevistados defendem a diminuição da maioria penal. A quase unanimidade presente neste resultado reflete o destaque atribuído aos adolescentes no atual cenário da criminalidade urbana. A reivindicação por aumento na severidade na punição demonstrada neste resultado acompanha os resultados das outras questões presentes na pesquisa: a adoção da prisão perpétua no Brasil, por exemplo, é defendida por 75% dos entrevistados

<sup>2</sup> A pesquisa Participação, Democracia e Racismo? do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) aponta que a cada três assassinatos no país, dois vitimam negros. Segundo a pesquisa, a possibilidade de o negro ser vítima de homicídio no Brasil é maior inclusive em grupos com escolaridade e características socioeconômicas semelhantes. A chance de um adolescente negro ser assassinado é 3,7 vezes maior em comparação com os brancos. A pesquisa mostra ainda que negros são maiores vítimas de agressão por parte de polícia. A Pesquisa Nacional de Vitimização mostra que em 2009, 6,5% dos negros que sofreram uma agressão tiveram como agressores policiais ou seguranças privados (que muitas vezes são policiais trabalhando nos horários de folga),

O Pânico Moral acabaria por apresentar um caráter conservador, pois estabelece uma unicidade e harmonia inicial que é abalada pelo elemento desviante. A organicidade do sistema tende a estabilidade sendo abalada pela presença do demônio popular e após a resolução do conflito “reconquistada”, tal como descrito pelos jornais na ocupação do Complexo do Alemão, volta-se a um estado de relativa tranquilidade. O interessante é que o retorno é projetado a um tempo indefinido. Não se estabelece a época em que o Complexo do Alemão seria o território da paz, estado ao qual estaria retornando.

Este tempo é apenas caracterizado como anterior ao domínio do tráfico de drogas. No caso do microcosmo da violência urbana carioca, esta estabilidade seria também a promessa de um futuro idílico de paz que nunca é alcançado. A calma pós-tempestade residiria sempre na esperança.

O traficante caracterizado como elemento desviante e ameaça a priori perde a sua característica individual concreta e adentra na seara mitológica. É aí que a acepção do demônio ameaçador frente ao povo se insere em sua identidade. Desta forma, os apelidos quase que obrigatórios em suas alcunhas, as lendas de assassinatos na calada da noite com espadas medievais e de cemitérios clandestinos aonde enterram seus condenados muitas vezes carbonizados constroem no imaginário popular e dos jornais figuras sombrias e ameaçadoras. A presença do traficante ameaçador surge em momento imediatamente anterior à sua caçada. Quando um bandido começa a ser intensamente descrito nas páginas dos jornais, ele começa a alçar o posto de inimigo público (*hostis publicus*). A ameaça quando chega a este nível ganha sinais de uma propaganda invertida, que em vez de exaltar os valores positivos de um determinado personagem, cria uma propagação dos valores negativos do mesmo. Por ser uma imagem coletivizada, o inimigo público seria uma construção simbólica de toda uma sociedade e faria parte de um esforço de combate contra o mau elemento. Exalta-se a periculosidade de um bandido para glorificar a ação de sua captura. É neste momento que o “meliante” começa a se aproximar mais da esfera do maligno do mal em si, em sua contraposição, o captor, civil ou militar começa seu endeusamento na figura heroica da coragem e da vitória do bem. No Pânico Moral, como a ameaça se desdobra sobre toda a sociedade, a vitória também se coletiviza, sendo o policial apenas a figura representativa desta vitória. A glória personificada em seus heróis transborda para a cidade toda que agradece os seus heróis pelo júbilo e pela esperança de paz.

---

contra 3,7% dos brancos. Segundo Daniel Cerqueira, mais de 60 mil pessoas são assassinadas por ano no País e há um forte viés de cor e condição social nessas mortes: “Numa proporção 135% maior do que os não-negros. Enquanto a taxa de homicídios de negros é de 36,5 por 100 mil habitantes, no caso de brancos, a relação é de 15,5 por 100 mil habitantes” (CARTA CAPITAL, 2013)

Ao estabelecer os demônios populares como os traficantes, os jornais alçam em contraposição, as forças policiais como heróis da batalha. A análise desta heroicização será aprofundada na análise empírica das etapas do Pânico Moral, em especial a orientação de atitudes e temas, a ação dos agentes de controle, a sensibilização e, no estudo sobre a euforia, como antítese e resolução do medo.

Nesta seção, vimos que o desvio associado ao tráfico de drogas pode ser explicado tanto pela falta de oportunidades de um indivíduo anômico tal como descrito por Merton quanto na rotulação dentro da cultura da violência urbana tal qual defendida por Becker - apesar desta segunda via, a chamada rotulação, não permitir uma explicação completa sobre o fenômeno do desvio. A noção de delinquência poderia estar associada a estas duas raízes, sendo sempre influenciada por conflitos sociais e raciais. A rotulação geraria a performance do traficante maligno assim como a polícia repressora. Outra opção descrita foi a noção de estesia tal qual descrita por Sodré que, apesar de acrescentar a projeção e figuratividade do traficante como elemento poderoso, o mantém com indivíduo anômico e desviante na sociedade, porém com um ethos próprio dentro da violência urbana.

Estas acepções sociológicas serão posteriormente relacionadas tanto com o comportamento da imprensa brasileira que se deslocou de uma política da piedade na década de 1980 para uma política do medo a partir da década de 1990 (VAZ; CARDOSO; FELIX 2012) quanto no campo do controle do crime que se desloca do correlacionismo penal para uma justiça criminal intimidatória (GARLAND, 2008). Porém estas são as causalidades e a historicidade própria que estão por detrás da emergência de um Pânico Moral. Vamos primeiramente tratar da análise empírica dos jornais escolhidos através dos matizes e etapas definidas por Stanley Cohen e reutilizada por outros estudiosos do Pânico Moral. Veremos se, assim como o Pânico Moral pode ser utilizado como um conceito válido para análise dos eventos de novembro de 2010 – com suas características autóctones, próprias da realidade carioca de então –, este conceito também valerá como ferramenta metodológica para análise da sucessão de fatos noticiosos que culminaram com a ocupação da Vila Cruzeiro e do Complexo do Alemão. Uma adaptação que já vimos no primeiro capítulo é que a desproporcionalidade – uma das etapas do Pânico Moral – estará presente especialmente na cobertura da reação das forças estatais e não na ameaça dos traficantes em si. Cabe lembrar que em outros casos do Pânico Moral este deslocamento do exagero e distorção para as ações reacionais da opinião pública e do Estado já foram descritos na tradição dos *Moral Panic Studies* – casos emblemáticos desta nuance seriam os já descritos assassinatos de duas

crianças britânicas em situações distintas, a morte do menino Jamie Bulger e o desaparecimento da menina Sarah Payne.

## **2.3 Etapas do Pânico Moral(I)**

### **2.3.1 Perigo**

Desde o início do programa das Unidades de Polícia Pacificadora com a instalação da UPP do Dona Marta em 19 de dezembro de 2008, existia o temor por parte dos moradores das comunidades que o tráfico de drogas retomasse o poder que obtinha nas regiões ocupadas. Tal fato foi descrito em pesquisas com os moradores das comunidades sobre a percepção da violência pelo olhar dos moradores de favelas (CANO, 2012) (BURGOS; PEREIRA; BRUM; AMOROSO, 2011).

A ameaça de uma reação do tráfico era abordada em jornais como uma ação possível, mas até a semana de novembro de 2010 não tinha se materializado em nenhuma ação concreta. O temor tanto de moradores quanto da opinião pública derivava de outras políticas públicas de sucesso que haviam sido interrompidas como o GPAE, o Grupamento Policial de Áreas Especiais. A instalação do primeiro GPAE aconteceu em 2000, no Pavão-Pavãozinho e, nos anos seguintes, receberam unidades os morros: Babilônia e Chapéu Mangueira, Providência, Gardênia Azul, Rio das Pedras e Cavalão e Estado, em Niterói.

A instalação do GPAE trouxe ganhos para as comunidades similares às UPPs com a diminuição nas estatísticas de roubos e homicídios na região. Porém, após três anos o projeto fracassou com o retorno dos confrontos nas comunidades e a presença ostensiva de bandidos fortemente armados. Além da experiência fracassada do GPAE, muitas opiniões atacavam o caráter eleitoreiro do projeto, temendo que as UPPs só durassem até a realização da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas do Rio em 2016. Tais fatos aliados com o crescimento da violência urbana e do poderio militar do tráfico de drogas a partir da década de 90 - incluindo ações de queimas de veículos em diferentes pontos da cidade como forma de amedrontar a população e o governo como na rebelião no presídio de Bangu 1 em 11 de setembro de 2002 - contribuía para construir uma atmosfera de tensão na cidade a partir de qualquer indício de falência do modelo das UPPs.

### 2.3.2 O inventário

O inventário começava a ganhar forma com a reação policial. Neste estágio do pânico moral, uma orientação de atitudes e temas, além da ação dos agentes de controle, no caso o Estado, estabelece-se. Uma inicial ação em 22 comunidades fora o primeiro passo. As ações policiais trazem consigo uma sensibilização da opinião em um ideário de embate. As autoridades policiais, José Mariano Beltrame e o comandante da Polícia Militar, Mário Sérgio Duarte, reforçam um discurso de defesa das UPPs e de reação às forças criminosas. Uma carta divulgada falava em uma aliança de duas facções criminosas inicialmente rivais, o Comando Vermelho e ADA para combater as UPPs. A apuração inicial demonstrava uma ação conjunta para espalhar o pânico na cidade. As ordens teriam partido de presídios de fora do estado onde os chefes das quadrilhas estavam presos. Entre as imagens mais comuns dos dias anteriores às ocupações da Vila Cruzeiro e do Complexo do Alemão estavam mosaicos que uniam queimas de carros, policiais fazendo incursões armados e familiares lamentando a morte de inocentes.

Agentes do Estado e meios de comunicação estabeleciam ali um discurso reacional claro. A militarização do conflito na cobertura preparava terreno para uma ação de mesma natureza na cidade. Termos como batalha e guerra do Rio se sucediam nas reportagens. Na quinta-feira 25 de novembro, com a continuação dos atentados contra carros e postos policiais, foi aprovada com o auxílio de blindados da Marinha a ocupação da Vila Cruzeiro.

### 2.3.3 Reação

A batalha entre o crime e a polícia se expandira das comunidades para todo o universo da cidade através do pânico. A simbolização era de um confronto claro e rígido entre forças do bem e do mal. As cartas dos leitores nos jornais clamam por uma ação enérgica. A reação vem com a orientação de ocupação daqueles que eram considerados quartéis-generais do tráfico. O confronto se militariza levando consigo uma ampla carga moral. A vitória não se limita a ocupação formal e necessita de uma vitória expandida e retroalimentada no campo do simbólico. Surgem daí o Dia D, a batalha, cinzas e destruição, a tensão que cheira a carniça e os sonhos e esperança na libertação das favelas. A ascensão dos

heróis e seu diálogo por cartas com a população eram a concretização de uma aliança que já se estabelecera no consenso de que algo precisa ser feito entre leitores, autoridades e jornais. Com a vitória na batalha o cotidiano da cidade amedrontada começava a ser substituído por matérias que exultavam como o Rio de Janeiro continuava lindo. A aliança do crime contra as UPPs necessitava de uma aliança entre as forças estatais e a população mediada pelos meios de comunicação. O governador Sérgio Cabral contava a sua satisfação no caderno especial da Guerra do Rio no Extra. Em suas mãos, uma capa fictícia em que ele próprio afirmava com a imagem do Cristo Redentor que a paz vencera. Dentro do mesmo caderno o nome Rio aparecia envolto em um coração em uma página com imagens da comunidade reconquistada, escrito “Sem Palavras”. Em O Globo, o chefe da polícia civil Allan Turnowski dizia para os bandidos da Rocinha ficarem quietos senão eles seriam os próximos. Em uma propaganda dentro do caderno suplementar que cobria a ocupação da Vila Cruzeiro, a Globo Rio destacava a cobertura e o seu papel ao lado das comunidades mais atingidas. Com o fim vitorioso do cerco ao Complexo do Alemão, o Meia-Hora vinculou para seus leitores um pôster com as inscrições similares às da Operação Lei Seca com os dizeres: Operação Paz no Rio: Eu apoio. A atmosfera era de euforia como se estivesse vivenciando uma verdadeira ruptura e gênese no cotidiano da cidade.

A repercussão na cidade, no país e internacionalmente foi imensa. Com a eleição do Rio de Janeiro como uma das sedes da Copa de 2014 e sede da Olimpíada de 2016 os jornais europeus, norte-americanos e latino-americanos destacaram o clima de insegurança na cidade. A cobertura televisiva foi intensa com plantões de notícia, correspondentes nas áreas de conflito e helicópteros sobrevoando e filmando de perto a ação policial na invasão e tomada dos morros cariocas. Na internet as manifestações nas redes sociais foram a grande novidade na cobertura jornalística com a presença de fontes oficiais, o Batalhão de Operações Especiais (Bope), por exemplo, manifestando-se através do Twitter. Por fim, na cobertura impressa, foco do estudo aqui presente, a pauta nos dias citados delimitou-se entre as ações do governo, das forças policiais e dos criminosos, seus efeitos sobre a população e a repercussão no exterior. O Globo, Extra e O DIA dedicaram coberturas exclusivas e formaram cadernos especiais suplementares sobre a “Guerra do Rio”.

Entre os temas que apareceram nas cartas dos leitores estava uma profunda torcida pela vitória das forças policiais e a necessidade de revisão do código penal e de todos os trâmites judiciais. A impunidade surgia como um dos elementos causadores da ascensão do poder dos bandidos. Os demônios populares necessitavam de uma punição severa. A humilhação no momento das prisões com a exibição de verdadeiros troféus de guerra - no caso da prisão de

Zeus em especial - deveria pavimentar o caminho de uma punição maior também no sistema penal. A necessidade de pena de morte é pregada por alguns leitores de O Globo.

O regozijo com a vitória se expandiu para as comunidades ocupadas pela polícia ou nos dizeres da cobertura jornalística libertas do poder do tráfico. Mensagens de paz eram escritas na janela e uma carta de uma moradora aliviada com a ação das forças policiais na Vila Cruzeiro chegou a ser entregue dentro de uma caixa de fósforos. Uma das matérias mais exploradas pelos jornais foi a de moradores, em especial crianças, que se banhavam na piscina de um dos traficantes que havia fugido do cerco da polícia.

As manifestações da sociedade civil, em especial de pessoas de renome cultural como músicos, apresentadores de TV, escritores de novela, atrizes e atores ganharam destaque como um movimento que “reavivou o sentimento de cidadania”. O parágrafo inicial da referida matéria dava uma clara indicação de que o caminho tomado pelo Estado era unânime e indiscutível:

A guerra incendiária do tráfico teve um efeito que ninguém imaginava. Das zonas Norte à Sul, a cidade do Rio está unida, pela primeira vez, em torno do tema segurança, que sempre dividiu opiniões e suscitou críticas em relação à ação da polícia. Ao atear fogo no primeiro carro, no domingo, as facções criminosas, que se aliaram contra a política de segurança que tem como diferencial a instalação de Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) em morros e favelas, acenderam a fagulha de um sentimento de coletividade que estava apagado, estimulou cariocas a acreditar na polícia, que no passado andava desacreditada, e que é possível resgatar a paz do Rio. Nas ruas, o que se vê é a população com medo, mas convencida de que o governo não pode retroceder e a guerra ao terror é um mal necessário. (O GLOBO, 27/11/2010, p. 34)

Em manifestações no Twitter, atores e atrizes globais substituíram as fotos por declarações de amor à cidade. E o escritor de novelas Aguinaldo Silva clamou pela resistência da população como palavra de ordem:

A palavra de ordem, não só para as forças da lei, mas também para os cidadãos, que não podem ficar reféns da desordem é: resistir! A intenção dos bandidos é semear o medo e a desordem, e desestabilizar a vida dos cidadãos de bem. Não podemos permitir que isso aconteça. (O GLOBO, 27/11/2010, p. 34)

Observou-se em algumas matérias o mesmo nome - Rio contra o Terror - que o governo dos Estados Unidos e a mídia americana usa para designar as operações de contra-terrorismo no Oriente Médio - América against Terror -, em especial Paquistão, Afeganistão e Iraque, “guerra ao terror” (CHOMSKY, 2002) como sinônimo das ações policiais no Rio de

Janeiro. Na segunda-feira 30 de novembro, o popular apresentador de televisão Luciano Huck escrevia um artigo em O Globo. Sob o título “Avante, Rio!” afirmava:

Preencho estas linhas neste diário como cidadão e morador desta cidade. Acredito no Rio. Acredito em comunidades pacificadas. (...) A única solução para este gargalo urbano e social que vivemos na cidade é “libertar” todos os bairros e comunidades do poder paralelo. (O GLOBO, 30/11/2010)

No editorial da sexta-feira, 26 de novembro, O Dia comentava a operação policial na Vila Cruzeiro, a descrição do forte apoio e vínculo da sociedade com as forças do Estado são descritas e enaltecidas, vide os primeiros parágrafos do texto:

População ao lado da polícia.  
Os ataques incendiários em série que apavoram o Rio desde domingo já produzem um efeito: a confiança resgatada da população na sua polícia e o apoio irrestrito a todas as ações desencadeadas até aqui. Aplaudidas pela população, as operações, que contam com a ajuda de blindados da Marinha, impõem reverses ao crime organizado ao penetrar em área antes intransponível, como a invasão de ontem à Vila Cruzeiro. (...) A população está ciente de que, ao lado de sua polícia, pode ajudar a livrar o Rio de uma vez por todas das garras do crime organizado. (O DIA, 26/11/2010, p. 38)

A identificação da polícia como sendo “sua”, ou seja, propriedade da população e consequentemente do leitor do jornal praticamente sela o casamento entre a sociedade civil e o Estado. Os integrantes do crime organizado atingem também a clara condição de “aliens” de pessoas estrangeiras a este contexto de união. São classificados como monstros, o mal está encarnado nas “garras do crime organizado”. E o compromisso entre Estado e população é sustentado por dados estatísticos: um número recorde de ligações ao Disque-Denúncia no que o diretor do órgão define como marco de “que lado o povo do Rio se postou quando a cidade foi tomada por uma onda de atentados terroristas sem precedentes”; e uma pesquisa no site do jornal na Internet aponta que 95% dos leitores da versão digital apoiam a ação militar no combate. Apesar de toda este clamor pelo avanço das tropas, o editorial lembra que estes embates “causam a morte de inocentes nos confrontos.” O editorial do sábado, dia 27, de O DIA, saúda a “volta do Estado de Direito”.

Com a chamada “retomada” da Vila Cruzeiro, o jornal apresenta uma ideia de regozijo com a presença dos policiais afastando os bandidos que correm “desesperadamente, em fuga como ratos, ante a presença ostensiva da força do estado com apoio de blindados da Marinha, lava a alma da população do Rio.” e reiterado o acerto da política de segurança pública do Estado ao resgatar “o princípio legal e moral do Estado de Direito”. E a força do

Estado como regulador da ordem pública é novamente exaltada: “A esperança é que a mão firme do Estado, que recebe o apoio das Forças Armadas, sufoque o crime organizado e devolva, já, a tão almejada paz aos cidadãos do Rio.” (O DIA, 27/11/2010, p. 26)

Exalta-se também a participação do Tribunal de Justiça do Rio e mais uma vez o argumento da autoridade governamental teve vez com o destaque para a declaração do ministro da Defesa, Nelson Jobim, de que o paradigma houvera mudado. E perante esta afirmação, o editorial do jornal responde: “E a sociedade agradece”. Por fim, O Globo considera que o tráfico de drogas “deixou de ser uma questão de segurança pública simples”. E que a batalha é um confronto civil pois “o enfrentamento tem de ser de todos - sociedade e Estado”. (O GLOBO, 27/11/2010, p. 7)

A ostentação do poder do tráfico, como os detalhes das mansões que os criminosos mantinham dentro de comunidades carentes foram noticiados de forma ampla. Se na ocupação da Vila Cruzeiro os policiais eram apresentados como aqueles que realmente mandam no Rio de Janeiro, na cobertura da ocupação do Complexo do Alemão os moradores eram apresentados como os verdadeiros donos do alemão. O caderno suplementar do Extra na segunda 30 de novembro entoava o grito de guerra: “A-há, U- hu, o Alemão é nosso!” (EXTRA, 30/11/2010, Especial, p. 1)

As namoradas dos traficantes foram apresentadas como mais um dos elementos da ostentação do tráfico de drogas dentro da favela. A mulher do traficante Polegar chegou a ser presa em um condomínio de luxo. Entre os elementos recuperados com a “reconquista” do Alemão estavam centenas de motos que foram roubadas e artigos de luxo - além de joias de ouro, um tucano também fora achado - que pertenciam aos chefes do tráfico. As excentricidades dos bandidos depostos também eram destacadas nos jornais. Em uma matéria, a casa de três andares na Favela da Grota do traficante Fabiano Atanázio com azulejos que imitavam o calçadão de Copacabana era descrita (MEIA- HORA, 29/11/2010). O traficante Gão chegou a colocar sua inicial no fundo da piscina de sua casa (O DIA, 29/11/2010) além das reportagens destacarem que o traficante Pezão era fã do cantor americano Justin Bieber com um quadro do astro *teen* em seu triplex (EXTRA, O DIA, MEIA\_HORA, 29/11/2010).

Se, do lado do tráfico, a cobertura optava por uma narrativa quase que literária do declínio de um império do mal, do lado da polícia e do exército muitos infográficos das ações militares. Cartografias descrevendo o avanço das tropas na Vila Cruzeiro e no Complexo do Alemão foram utilizadas.

Figura 3: Suplemento especial, O Globo, Mapa: “Saiba como foi a operação”, Domingo, 28/11/2010



Em O DIA e no GLOBO, um verdadeiro panegírico militar do armamento dos policiais, em especial os blindados da Marinha e do Exército era descrito.

Figura 4: Suplemento especial, O Globo, Infográfico: “Conheça o cenário da batalha de ontem”, Domingo 28/11/2010



De certo modo, as ações terroristas dos traficantes acabaram por legitimar a política das UPPs. Como uma espécie de afirmação concreta do mal, que gera pelo seu contrário, a clareza do que seria o bem. Antes dos eventos de novembro de 2010, a política das UPPs - apesar do discurso vitorioso implementado desde o início do programa pelo governo do Estado - era vista com cautela na imprensa carioca e seu sucesso não era uma unanimidade no discurso dos periódicos. Artigos de opinião em jornais como o próprio Globo apresentavam uma visão de desconfiança acerca da força que o Estado teria, política e militar, para ocupar uma favela com a dimensão do Complexo do Alemão por exemplo. Em artigo da segunda-feira pós ocupação do Alemão intitulado “Mocinhos e bandidos”, o articulista de O Globo Luiz Garcia, ex-editor da seção de Opinião do jornal, falava de sua grata surpresa com o êxito da ação policial:

A polícia tinha de respeitar o poder dos marginais em comunidades grandes, como o vizinho Complexo do Alemão. A timidez histórica do poder público na guerra aos traficantes parecia justificar essa ideia. Nas favelas menores, a polícia até conseguia entrar. Nos complexos, a situação, até, quem sabe, por razões etimológicas, era complicada demais. Portanto, o que estava ao alcance do limitado poder de fogo do Estado era pacificar comunidades pequenas, como a do Morro Dona Marta. Fora isso, rezar. Graças a Deus - e à turma do Beltrame - eu não poderia estar mais enganado. (...) Os acontecimentos dos últimos dias retratam uma vitória da autoridade pública no mundo bandido dos complexos favelados. (O GLOBO, 30/11/2010, p. 7)

#### 2.3.4 Primeiro Quadro Metodológico do Pânico Moral – Dimensão Cronológica

Os fenômenos de Pânico Moral, apesar de tradicionalmente serem divididos em cinco etapas básicas (aflição, hostilidade, consenso, desproporcionalidade e volatilidade), podem ser subdivididos em três lógicas complementares. Derivado da divisão dos planos de análise de catástrofes naturais em sete etapas (alerta, ameaça, impacto, inventário, resgate, medicação e recuperação), temos uma lógica cronológica macro em três etapas: perigo, inventário e reação.

Quadro I: A dimensão macrocronológica do Pânico Moral

ETAPAS	CARACTERÍSTICAS	SUBDIVISÕES
<p><b>Perigo</b> Início do mês de novembro quando as queimas de veículos começam de forma esporádica no Grande Rio. Do domingo (21/11) a terça-feira (23/11) os ataques aos veículos se intensificam na Região Metropolitana.</p>	<p>Etapa anterior em que predomina a ameaça e a situação de risco. Precede o impacto do Pânico Moral, quando o discurso anônimo toma uma forma coletiva.</p>	<p>Aflição; Hostilidade;</p>
<p><b>Inventário</b> Tarde da terça-feira (23/11) até a manhã de quinta-feira (25/11), quando o discurso de que os ataques visam atrapalhar a política das UPPs e seriam um ataque contra a cidade do Rio de Janeiro e não apenas contra cidadãos individualmente. Discurso reacional começa a tomar forma. Ações militares governamentais são planejadas com o endosso dos meios de comunicação.</p>	<p>Etapa anterior em que predomina a ameaça e a situação de risco. Precede o impacto do Pânico Moral, quando o discurso anônimo toma uma forma coletiva. A partir do impacto, têm-se o auge do Pânico Moral. A aflição anterior começa a ser diagnosticada e uma reação passa a tomar forma.</p>	<p>Consenso; Desproporcionalidade;</p>
<p><b>Reação</b> Da quinta-feira (25/11) quando ocorre a ocupação da Vila Cruzeiro ao domingo (28/11), quando o Complexo do Alemão é ocupado. O processo se estende aos dias posteriores da ocupação, segunda (29/11) e terça-feira (30/11) da semana seguinte. Na reação, o elemento desviante após ser identificado começa a ser atacado. Ações muitas vezes desproporcionais estão em curso. De forma volátil, assim como o pânico surge, ele se dissipa.</p>	<p>Na reação, o elemento desviante após ser identificado começa a ser atacado. Ações muitas vezes desproporcionais estão em curso. De forma volátil, assim como o pânico surge, ele se dissipa</p>	<p>Desproporcionalidade*; Volatilidade; (*a desproporcionalidade pode estar presente tanto no inventário dos danos causados pelo elemento desviante quanto na forma de combate ao demônio popular).</p>

**Fonte:** Jornais O Globo, O DIA, Extra e Meia-Hora entre os dias 24 e 29 de novembro de 2010.

## 2.4 Etapas do Pânico Moral (II)

A partir desta dimensão macro-cronológica surge a divisão em cinco partes, tradicional dos fenômenos do pânico moral e descrita na introdução de Folk Devils and Moral Panic. Dentro desta dimensão de aflição, hostilidade, consenso, desproporcionalidade e volatilidade se insere uma lógica interpretativa. Em especial, no inventário e na reação alguns elementos comuns surgem nos fenômenos de Pânico Moral.

Dentro do Inventário tem-se a Simbolização, a Predição, o Exagero e Distorção; e na Reação tem-se a Sensibilização, a Ação dos Agentes de Controle e as Orientações de Atitudes e Temas. No caso da semana de novembro de 2010, acrescenta-se a euforia como elemento presente na volatilidade que se seguiu à Reação. Além desta classificação tradicional citada por Cohen, cabe salientar que na dimensão do perigo, onde se tem a aflição e a hostilidade, é que começa a se construir a figura do demônio popular e esta formulação arquetípica deriva diretamente da historicidade própria daquele pânico moral.

No caso do objeto analisado, está se falando do traficante e da historicidade da violência urbana no Rio de Janeiro. Estas etapas interpretativas é que configuram a sintaxe própria do fenômeno de Pânico Moral.

Optou-se por esta divisão cronológica inicialmente porque o recorte escolhido, aqueles acontecimentos da semana de X a Y de novembro de 2010, apresentaram um enredo bem determinado e sequencial nos jornais: aflição nos três primeiros dias até a terça-feira(25/11); um consenso de que algo precisa ser feito toma forma até a quinta-feira (27/11); e por fim, neste dia, a reação começa com a ocupação da Vila Cruzeiro. Porém a opção por um quadro metodológico apesar de auxiliar na compreensão de um fenômeno não o explica totalmente. Um fenômeno de raiz social envolvendo um contexto urbano como a cidade do Rio de Janeiro não pode ser fechado em um espaço euclidiano delimitado. Suas interações, raízes e consequências rompem qualquer tipo de classificação tipológica ou visão mecanicista. Desta forma, os elementos apresentados a seguir, apesar de característicos de momentos iniciais ou posteriores do Pânico Moral, podem estar presentes também nas mais variadas etapas do fenômeno.

### 2.4.1 Aflicção

As coberturas dos episódios de violência ocorridos na cidade do Rio de Janeiro na última semana de novembro de 2010 edificaram etapas de uma construção simbólica de medo, apreensão, hostilidade, alívio e esperança no imaginário de seus leitores. Desde o início do mês de novembro, veículos eram queimados em vários pontos da cidade de forma esporádica. A partir da segunda-feira 22 de novembro, a prática cresce exponencialmente ganhando as manchetes de todos os jornais da cidade. Nos dias 22 e 23 de novembro (segunda e terça-feiras), a ação de bandidos queimando carros em vias expressas da cidade aterrorizava a população. No domingo anterior na Linha Vermelha, um veículo da Aeronáutica fora atacado a tiros de fuzil, dois carros foram incendiados, motoristas foram saqueados e uma granada explodiu na via. Na segunda-feira, o ataque ocorreu desta vez em Irajá no entroncamento entre a Via Dutra e a Avenida Brasil, com mais três carros em chamas. Os assaltos seguidos de ações de vandalismo em avenidas de grande movimento na cidade começaram a repercutir nos jornais como uma afronta organizada pelo tráfico de drogas contra a política das UPPs estabelecida pelo governo estadual. O que inicialmente eram considerados assaltos violentos e afrontas às forças policiais começam a se solidificar no imaginário da população como ações terroristas.

A escalada da violência é o tema dos primeiros infográficos que mostram uma cartografia da cidade destacando os pontos em que ocorrem os ataques. Com a ação se expandindo para ônibus e vans pela cidade o medo começa a afetar todos os estratos da população não só os proprietários de veículos. A ameaça imaginada vai se tornando real e mais grave, afinal a lógica do crime estava se transmutando em uma lógica de terror. Nos primeiros dias em que as queimas de veículos começaram a se espalhar pela cidade, as matérias ainda não identificavam as ações como práticas coordenadas de um único plano. Seriam mais um dos eventos pontuais em que as ações do tráfico avançavam sobre a população do “asfalto” – antes o raio de alcance da violência dos traficantes se restringiria às comunidades e seus entornos. Eram eventos que ocorriam na cidade com uma regularidade espaçada. Um dos exemplos seria a queima do ônibus 350 na entrada da favela Pára-Pedro em 2005 que deixou cinco mortos e dezesseis feridos. Na barbárie, os traficantes jogaram gasolina nos passageiros, atearam fogo e impediram que o motorista do veículo abrisse a porta traseira para que as pessoas pudessem sair.

Principal programa da esfera da segurança pública no Rio de Janeiro, as Unidades de Polícia Pacificadora eram um dos pilares da repercussão positiva do governo Sérgio Cabral nos jornais. À época, já haviam sido instaladas 12 UPPs, em diversas regiões da cidade. Sob o pretexto de desarticular o poder paralelo do tráfico de drogas e das milícias sobre comunidades carentes no Rio de Janeiro, as unidades funcionavam como um posto avançado da polícia militar dentro das favelas. Apesar de não extinguir o tráfico de entorpecentes nas regiões ocupadas, acabava por atingir o poder ostensivo que os traficantes outrora exibiam além de prejudicar sensivelmente o comércio da droga.

Com o objetivo de conter a presença do narcotráfico nesses espaços urbanos, as primeiras unidades começaram a ser implantadas em novembro de 2008, no segundo ano do primeiro mandato do governador Sérgio Cabral (PMDB), que assumiu em 2007. Ao todo, são 34 UPPs, todas na capital. Apesar de ter sido reeleito em outubro de 2010, em parte graças ao otimismo do eleitorado diante do novo projeto de segurança, o governador enfrentava críticas em relação à efetividade do modelo de combate à violência que, a rigor, não acabava com o tráfico de drogas, apenas inibia, num primeiro momento, a exposição de armas, os atos de barbárie e o poder dos traficantes sobre o direito de ir e vir do cidadão. Entretanto, os jornais não questionariam abertamente o fracasso do projeto até 2013. Naquele final de 2010, a articulação de entusiasmo em relação ao projeto parecia entrar numa curva ascendente (MATHEUS, SILVA, 2013). As UPPs geravam a valorização dos locais ocupados e o sociólogo Dario Sousa e Silva apontava em entrevista ao Terra Magazine outros fatores que influenciaram essa reação do tráfico de drogas à políticas das UPPs:

Há sempre associado às drogas uma série de outras atividades ilegais, como a gente tem acompanhado pelos próprios noticiários. O jogo, a prostituição, a cobrança ilegal de tarifas sobre o gás, transportes alternativos. Então, na verdade, o crime-negócio é uma rede que não se resume a apenas aquele ganho com o tráfico de drogas. Uma dinâmica que é interrompida pelo fenômeno dessa política das UPPs. Dessa forma, essa dinâmica não consegue se fechar, se articular. O lucro obtido através da venda de armas só acontece se há combate entre as facções. Para o traficante de armas, que, frequentemente, é o mesmo fornecedor de drogas, interessa que existam diferentes facções que se digladiem. Se não há a venda de drogas, que determina uma série de outras dinâmicas, mas que não se resume à venda de drogas, e se não há confronto entre as diferentes quadrilhas, não há demanda por arma nova. Então, o advento da UPP interrompe uma série de outras atividades ilegais que participam do crime-negócio. A questão da UPP não se resume a apenas ocupação territorial, mas a uma tentativa de bloquear essa série de outras atividades ligadas ao tráfico de drogas, das quais o tráfico depende. (TERRA MAGAZINE, 26/11/2010, *online*)

Sob a perspectiva do pânico moral, os primeiros dias analisados se encaixariam nas etapas da aflição (*concern*) e da hostilidade (*hostility*). A aflição como um estágio anterior ao

medo era algo recorrente na cidade do Rio de Janeiro pela escalada de violência e poder armado do tráfico de drogas a partir do final da década de 1980. Após a ocupação do Complexo Alemão, algumas reportagens descreviam a forma pelo qual aquela comunidade se solidificou na década de 1990 como o ‘empório das drogas’ ou como ‘império das armas e do tráfico’.

Para Singer e Sandberg (2004), a percepção da fragilidade da vida humana já seria uma das características do ambiente urbano. Esses autores afirmam que isso ocorreria em decorrência da experiência fragmentada da realidade, principalmente a partir da nostalgia de um passado supostamente tranquilo e o hiperestímulo da passagem do século XIX para o XX. Essa apreensão, entretanto, diz respeito principalmente às atitudes frente às tecnologias, como bondes assassinos, trânsito caótico, aceleração das atividades produtivas, os elevadores e a vertigem dos arranha-céus. (MATHEUS, 2011, p. 27)

O leitor do Rio de Janeiro já estaria acostumado às notícias da violência urbana. No Rio, contar histórias de violência se tornou atração própria, promovendo as sensações mais comoventes ou apavorantes. Parte da sociabilidade na cidade se dá em torno desses contos cotidianos de terror. (MATHEUS, 2011) O crescente impacto da violência no jornalismo do Rio de Janeiro se dá por exemplos claros no século XXI (SILVA, 2011): o jornal O Globo possui um blog direcionado somente para “notícias, reportagens, estatísticas e entrevistas sobre casos de violência, Direitos Humanos, segurança e crimes” criado e comandado pelo jornalista pelo Jorge Antônio de Barros. É um dos principais canais da blogosfera de O Globo e está associado à uma das colunas mais populares do jornal, do jornalista Ancelmo Góis, que possui também um espaço para denúncia de eventos criminosos e locais desprotegidos da proteção policial intitulado “Alô Polícia”.

De temática semelhante ao “Repórter de Crime”, com textos menos reflexivos e opinativos, existe um blog no site do Extra intitulado “Casos de Polícia”. Este blog funciona como um mosaico de notícias do caderno policial e prima pelo fator quantitativo no enfoque da violência. Assim também ocorre com o “Blog da Segurança” do site de seu concorrente O DIA. Na página do jornal Meia-Hora, a editoria que tem maior destaque se chama Plantão de Polícia, com notícias variadas sobre as ações criminais na cidade. Além disso, na versão impressa do jornal, o deputado estadual Wagner Montes mantém às segundas-feiras a coluna Balanço Geral, voltada para o conteúdo policial. Voltando-se para o perímetro das organizações Globo, mas indo além do impresso, o telejornal local da TV Globo possui um comentarista especialista em segurança; fato que inexistia em qualquer telejornal da cidade

até o início de 2010. Trata-se de Rodrigo Pimentel ex-capitão do BOPE, autor do livro *A Elite da Tropa* e roteirista do filme *Tropa de Elite*.

As notícias da semana de novembro de 2010 estavam além da normalidade no noticiário violento da cidade. As matérias indicavam uma ação ampla e organizada do tráfico de drogas diferentemente das tragédias esporádicas que pareciam muitas vezes serem dirigidas pelo acaso ao invés de um planejamento de uma organização criminosa específica. Existia uma racionalização no modo de produção daquela violência que começou a assustar a população. Além disso, os planos incluíam não somente as áreas desfavorecidas economicamente da cidade mas também as vias expressas, o Centro e a Zona Sul. Na cartografia do medo da cidade do Rio de Janeiro (MATHEUS, 2011, p. 22), há localidades que despertam um maior pânico nos jornais do que outras. A identidade territorial da favela como localidade tradicionalmente perigosa é naturalizada enquanto os bairros de maior poder aquisitivo permanecem numa lógica distinta:

Um grupo de pessoas pode habitar o mesmo espaço e, no entanto, considerar diferentes qualidades na composição de sua cidade imaginada (Halbwachs, 1990, p. 139). Os lugares são valores que podem tanto unir quanto separar. Ou seja, na conformação mental da cidade, a localização no sistema econômico e na hierarquia social se sobrepõe à localização espacial. (MATHEUS, 2011, p. 23)

Além desta territorialidade dispersa, as ações hostis estariam mais ligadas a operações de guerrilha e vandalismo, como o incêndio de carros, que estabeleceram o pânico e semearam a indignação moral contra aqueles que personificavam os demônios populares (*folk devils*) naquele momento. Na quarta-feira, 24 de novembro, este processo chegou ao auge. Em *O Dia*, o jornal disponibilizava um mapa do município do Rio de Janeiro, com os pontos em que ocorreram os ataques com fogo sinalizados. Em outra a “escalada de violência” era ordenada como todos os eventos relacionados desde o dia 8 de novembro, totalizando 34 veículos incendiados. Em matéria subsequente, a violência era computada por minutos: “a cada 46 minutos, um veículo incendiado” no Estado. A capa era de um carro em chamas com a manchete: *Rio sob ataque*.

No jornal *O Globo*, leitores descreviam uma rotina de tensão em suas vidas particulares. A onda de violência parece mesmo ter tirado o sossego dos moradores. No site do *Globo* e na página do jornal no Facebook, leitores relataram mudança de comportamento por causa dos arrastões e outros episódios violentos, o que fez aumentar a sensação de insegurança.

O uso de insuflam, a paranoia dos sinais de trânsito e tantas outras táticas de guerrilha, que usamos diariamente são espelhos disso. A situação de violência chegou ao absurdo' escreveu Nuno Moreira no site. No Facebook, a internauta Leela Santana fez coro: 'Infelizmente, viramos prisioneiros sem cometer qualquer delito. Fica complicado sentir-se em paz'.(...)  
 Outros leitores mostraram que já não se sentem seguros para circular no Rio. Diminuir as saídas à noite e evitar certas áreas já fazem parte da cartilha de segurança. Mas as leitoras Lúcia Saraiva e Solange Luiz Garrido acreditam que a situação exige medidas mais drásticas: 'Estou apavorada. Só saio para o trabalho e, mesmo assim, com muito medo. À noite, ficamos eu, minha filha e minha neta presas em casa, principalmente no final de semana'. (O GLOBO, 25/11/2010, p. 8)

O jornal Extra também disponibilizava um mapa dos ataques na cidade. Em uma chamada de primeira página com imagem de chamadas, o jornal da quarta-feira 25 de novembro apontava os dois inimigos do Rio, os boatos que espalhariam o pânico na internet e os bandidos que em uma ação “descoordenada” atacavam a cidade. Todas as matérias da editoria policial citavam ou pânico ou medo. Em uma página negra com imagens de várias ações policiais e criminosas que tomaram conta da cidade no dia anterior, o texto do jornal além de transmitir a atmosfera de tensão encaminhava uma espera de reação por parte da cidade:

Rio de Janeiro em chamadas  
 A Região Metropolitana do Rio viveu mais um dia sob o terror das ações criminosas. Das zonas Norte, Sul e Oeste à Baixada Fluminense, ameaças de bomba, adolescente morta, desespero, dor e medo. Reage, Rio! (EXTRA, 25/11/2010, p. 5)

#### 2.4.2 Hostilidade

O impacto se deu quando as ações terroristas já necessitavam de cobertura completa dos meios de comunicação. Helicópteros de equipes de reportagem sobrevoavam a cidade mostrando veículos sendo queimados ao vivo em diferentes lugares. Na internet a onda de boatos permanecia em um crescente, aumentando o pânico na cidade. Chegou-se a falar que um caminhão com explosivos fora interceptado à caminho do Rio de Janeiro. Os jornais Meia-Hora, o DIA e Extra mostravam manchetes como Rio de Janeiro em chamadas (Extra) ou Rio sob ataque (O DIA) com páginas negras e chamadas ardentes em volta das fotos de veículos queimados.

O medo e a insegurança na volta para casa eram destaques nas notícias. Em matéria, o Dia destacava: “Medo para a cidade: sem transporte, escola e paz”. As estatísticas falavam em veículos queimados na região metropolitana, na Região dos Lagos e no Norte Fluminense. A ameaça estava presente na zona sul, perto do palácio do governador, nas avenidas centrais, nas zonas Norte e Oeste, se espalhando também pela Baixada Fluminense, Região dos Lagos e Norte Fluminense. Em entrevista coletiva acompanhada por esses jornais, o governador Sérgio Cabral pedia à população que não se desesperasse e que evitasse se deixar levar por notícias de ataques fictícios.

Os ataques de terror continuavam em uma escalada de violência tal qual descrito pelos jornais O DIA e Extra. O Estado preparava uma reação em dobro como destacada pelo Globo. O Meia-Hora ridicularizava os bandidos incendiários. As dicotomias eram a formação discursiva preferida nas capas de Extra. Na quarta-feira, a capa destacava as duas acepções possíveis da sigla UPP como os dois lados da batalha: os “Unidos Pelo Pó” (UPP), em uma abordagem satírica e provocativa da aliança das facções criminosas, contra as UPPs.

Figura 5: Primeira Página, Extra, “Agora é um ou outro”, Quarta-feira, 24/11/2010



Na quinta-feira, os dois inimigos do Rio de Janeiro seriam os bandidos e os boatos - o periódico chegou a publicar uma sessão especial destacando os fatos que eram verdade e os que eram boatos propalados pela internet.

Na sexta-feira, 26 de novembro, as duas opções dos bandidos no suplemento especial do Extra informação seriam a rendição ou a morte. Quando o secretário de segurança pública José Mariano Beltrame afirmava nos jornais que “quem atrapalhar o trabalho da polícia será atropelado”, já se encaminhava o próximo passo do pânico moral, o consenso (consensus) - não necessariamente total - de que algo precisa ser feito.

### 2.4.3 Consenso

Tal como em um desastre, o alerta inicial foi ganhando contornos de ameaça quando a incidência dos casos e a análise de alguns especialistas em segurança pública que vinculava os ataques como uma possível retaliação das UPPs se estabeleceram como um discurso padrão.

Palavras de ordem eram também a tônica do discurso do Relações Públicas da PM, coronel Henrique Lima Castro: “Não começamos a guerra. Fomos provocados a entrar nela e vamos sair vitoriosos. Temos fôlego para isso. Ainda não usamos o pessoal que está de férias e o do interior” (O GLOBO, 25/11/2010, p. 17). Já o comandante-geral da PM respondeu pelo Twitter a dez perguntas enviadas por internautas e num discurso afinado com o secretário e o governador escreveu que “a explicação para os ataques feitos por bandidos nos últimos dias no Rio está no descontentamento deles com as Unidades de Polícia Pacificadora” (O GLOBO, 25/11/2010, p. 17).

O governador, em entrevista à rádio CBN, corroborou com a tese e disse que nunca teve a ilusão de que os bandidos não reagiriam às ações do estado: “Não tínhamos qualquer ilusão, perante as ações que estávamos tomando, a respeito desses marginais. Tivemos vários indícios disso, e agimos permanentemente. Mas é evidente que há, neste momento, uma tentativa desesperada da marginalidade de gerar uma fragilidade na nossa política, um terrorismo na população, um amedrontamento da população, para voltar àquela situação de comodidade (de outros governos)”.

Uma das matérias do Globo intitulava-se “O Crime contra as UPPs”, uma outra apontava que na Zona Norte, em áreas sem a presença das unidades pacificadoras, se

concentravam os ataques e lembrava “UPPs reduzem ataques na Zona Sul do Rio”. O editorial deixava claro o posicionamento do jornal. Sob o título “Nessa guerra não pode haver recuo”, o texto corroborava com a retórica do governo de um embate entre uma “nova” política de segurança e o velho crime organizado, acostumado com uma comodidade que não deveria existir mais. A primeira frase do texto é quase uma transcrição da entrevista do governador: “Não deve surpreender a reação de quadrilhas de traficantes ao avanço das forças de segurança, com a retomada do controle por parte do estado de favelas que serviam de santuário da criminalidade”.

A ideologia da mão pesada do Estado, como ação necessária para a retomada de um caminho melhor, era embasada como o único caminho possível no momento, a política de segurança teria chegado a um ponto sem volta onde o confronto direto era iminente:

“O restabelecimento do monopólio da força por parte do Estado e o banimento de armas pesadas, de guerra, dessas favelas, agora abertas para receber os devidos serviços públicos, são parte essencial do projeto, e nele não se pode recuar.” O contexto de guerra, da guerra tradicional entre Estados Nacionais e exércitos constituídos era trazido a tona em um trecho: “A aberração brasileira é o controle territorial por bandidos e o manejo de armas de guerra. Isto é inadmissível. Algo semelhante pode ser encontrado apenas em regiões remotas, como áreas de exploração do ópio no Afeganistão. E na Rocinha...” (O GLOBO, 25/11/2010, p. 6)

Assim também a perspectiva da vitória era associada como outras embates entre forças de segurança e o crime organizado ao redor do mundo que geraram períodos turbulentos mas posteriormente obtiveram sucesso:

“O Brasil, e o Rio em particular, não vive experiência inédita. Há relatos idênticos, por exemplo, de quando as forças de segurança avançaram com êxito contra os cartéis colombianos e as máfias italianas. Em ambos os casos, quadrilhas acuadas reagiram com técnicas de terror. Pode ser a fase em que o Rio começa a entrar.” (O GLOBO, 25/11/2010, p. 6)

Ao fim, a aliança entre a sociedade e governo, mediada pelo jornal, era reafirmada com a justificativa novamente da força e do avanço:

Agora mesmo é que não pode haver vacilações. A criminalidade não será contida se o estado e a sociedade brasileira como um todo ficarem inertes. Não serão respostas típicas nas ruas e nas favelas, embora necessárias, que equacionarão o problema, como disse ontem, em entrevista ao ‘RJ TV’, o secretário de Segurança, José Mariano Beltrame. (O GLOBO, 25/11/2010, p. 6)

O editorial do Dia também afirmava categoricamente: “Ataques: o Rio não pode recuar”. Ambos editoriais relacionavam a onda de violência com a implantação das UPPs nas comunidades e defendem a política de segurança do Estado. Argumentam que neste momento não deve haver vacilações e que em nenhum momento o Estado pode abandonar a população como refém do medo. Elogiam como louváveis os esforços da polícia em todas as suas esferas, tanto no âmbito estadual com a Polícia Militar quanto no âmbito federal, com o reforço da Polícia Rodoviária Federal. Porém, apenas O DIA mantém críticas ao Estado relacionando parte dos problemas ao ineficiente sistema penitenciário:

Por outro lado, a se confirmarem investigações policiais, é inaceitável que bandidos que cumprem pena continuem a ordenar ataques à população, como os arrastões em série, incêndios a veículos e atentados a cabines da PM que ultimamente apavoram o Rio. Já passou da hora de o sistema penitenciário reforçar medidas legais de segurança para impedir que os criminosos trancafiados passem ordens aos seus asseclas fora da prisão e promovam o terror na cidade, como vem acontecendo nos últimos anos no Rio. (O DIA, 24/11/2010, p. 22)

A personificação da cidade em afirmações como “O Rio não pode recuar” exacerbava o sentimento de agregação ao valor coletivo em um momento de violência e dúvidas acerca do futuro. Apesar das críticas do texto, o próprio legitima as ações das forças do Estado como representantes e defensores da população.

No editorial seguinte em O DIA, o sentimento de mobilização cívica cresceu e o texto atingiu um aspecto de palavra de ordem, como novas diretrizes para tempos de guerra. Sob o título “Um não à chantagem dos facínoras” atinge-se um novo degrau na escalada de apoio ao Estado. Defende-se em virtude da gravidade da situação uma reação da força policial “proporcional ou mais intensa ainda” aos atos de vandalismo. Segundo o jornal, isto é uma exigência da sociedade, apesar de que no mesmo editorial ponderar que “a repressão, se própria para o presente, a longo e médio prazos, não é a única solução para combater o crime.” Se faz importante destacar a escolha do termo facínora pois este carrega um sentido muito maior do que criminoso. Criminoso é uma palavra que dialoga com o direito jurídico como o infrator, aquele que comete o crime. A palavra facínora acarreta um sentido moral. O facínora é o temido, o perverso, o malvado. É aquele conhecido publicamente como um câncer na sociedade. Não é a toa que é identificado como o vilão nos filmes de faroeste, vide “O Homem que matou o facínora”.

Assim também deve ser entendido o emprego do termo chantagem. Não é uma mera barganha pessoal que o crime estava fazendo, era uma covardia, a chantagem entra nesse

contexto como a falta de caráter, o achincalhamento da tranquilidade da vida dos cidadãos de bem por parte destes indivíduos, os celerados.

A opção pela “mão de ferro do Estado” é descrita literalmente e ao final do texto novamente a população é conclamada a participar deste esforço de guerra:

Por isso, por mais que seja difícil manter a serenidade quando cenas de veículos incendiados passam a ser presenciadas na porta de casa, nas ruas da cidade ou quando se vira a própria vítima, a população há de unir forças nesta queda de braço entre o Estado e o crime organizado e dizer um não à chantagem dos facínoras. (O DIA 25 /11/2010, p. 30)

Reportagens sobre a repercussão dos fatos entre a população carioca focavam explicitamente no apoio às ações das forças do Estado. As manifestações da sociedade civil, em especial de pessoas de renome cultural como músicos, apresentadores de TV, escritores de novela, atrizes e atores ganharam destaque como um movimento que “reavivou o sentimento de cidadania”.

O parágrafo inicial da referida matéria dava uma clara indicação de que o caminho tomado pelo Estado era unânime e indiscutível. A guerra incendiária do tráfico teve um efeito que ninguém imaginava. Das zonas Norte à Sul, a cidade do Rio está unida, pela primeira vez, em torno do tema segurança, que sempre dividiu opiniões e suscitou críticas em relação à ação da polícia. Ao atear fogo no primeiro carro, no domingo, as facções criminosas, que se aliaram contra a política de segurança que tem como diferencial a instalação de UPPs em morros e favelas, acenderam a fagulha de um sentimento de coletividade que estava apagado, estimulou cariocas a acreditar na polícia, que no passado andava desacreditada, e que é possível resgatar a paz do Rio. Nas ruas, o que se vê é a população com medo, mas convencida de que o governo não pode retroceder e a guerra ao terror é um mal necessário.” Depoimentos de intelectuais e personalidades reforçavam a retórica do confronto:

O Chefe do Departamento de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas, Marcelo Neri, disse que, com o advento das UPPs, o confronto “estava escrito”.  
- Agora, é a hora de pacificar a cidade. Existe uma luz no fim do túnel – analisa. – Tem que se passar pelo processo, é um mal necessário.  
(O GLOBO, 27/11/2010, p. 34)

Tanto na página de Opinião do DIA quanto no editorial, todas as edições contaram com artigos sobre os episódios. Chama a atenção que na quarta-feira, 24, havia um artigo que condenava as UPPs apesar dele estar imediatamente ao lado de um editorial que afirmava

“Ataques: Rio não pode recuar”. Era um texto de um cientista político e juiz de direito, João Batista Damasceno. Nele, o autor lembrava do centenário da Revolta da Chibata e relacionava a opressão que a população pobre sofria em 1910 com a opressão que a população favelada sofre: “Hoje, jovens pobres e negros já não sofrem açoites legais. Mas, morrem em decorrência de similar política que repara, com suas UPPs, a Zona Sul para a elite. Já não é o açoite que mata. É o caveirão, a política de extermínio e a indiferença dos que se acreditam seguros em suas zonas protegidas, tal como a oficialidade em seus camarotes”.

Com exceção desse texto, todos os outros com depoimentos de intelectuais e personalidades que não faziam parte do corpo de profissionais do jornal eram a favor da ação policial. Na quinta-feira, 25, o engenheiro Luiz Murillo Tobias, relembrou a importância da “Confiança na Polícia”. Emoldurado com uma montagem do Capitão Nascimento, protagonista do filme *Tropa de Elite*, com o letreiro das UPPs, o texto descrevia como a morte de um Policial Militar era depreciada pela mídia e como a confiança na corporação estava abalada nos últimos tempos. Porém, o autor disse que a crise de segurança pública só seria contornada com uma polícia forte e “de auto-estima elevada”. Mais uma vez a palavra de ordem era a participação da sociedade em conjunto neste combate:

“E o cidadão faz parte do processo. Os constantes debates gerados a partir de ‘Tropa de Elite’ mostra que há esperança e crença popular na existência de não apenas um, mas vários ‘Coronel Nascimento’. Não é bom para a sociedade ter uma polícia vista com desconfiança. Os bons policiais e seus atos de bravura devem, sim, virar manchete. Questões de honra e vergonha multiplicadas. E a implantação das UPPs continuada. Espera-se do governo, e dos policiais, uma postura forte aos atos de vandalismo e desrespeito às leis públicas”. (O DIA, 25/11/2010, p. 30)

No dia seguinte, um artigo do deputado federal Jair Bolsonaro dava novo empurrão em direção à ascensão do Estado como restaurador da ordem. Sob o lema “Tolerância zero” afirmava: “é utópico acreditar que soltar pombinhas brancas na Cinelândia, abraçar a Lagoa Rodrigo de Freitas ou fincar cruzeiros nas areias de Copacabana inibe a ação de criminosos” (O DIA, 26/11/2010, p. 38). Tratava-se de um claro deboche às ações de movimentos sociais como a ONG Viva Rio e as organizações de direitos humanos. No sábado, 27, o mesmo espaço do jornal contava com um texto de teor muito menos crítico do Juiz do Trabalho Marcelo Alexandrino C. Santos. Intitulado “Rumo a um Rio de Luz” trazia consigo a ilustração de um policial apontando o seu fuzil em direção a palavra paz como uma relação de caminho e objetivo. Ao fundo uma imagem do Pão de Açúcar mundialmente associada ao conceito de ‘Cidade Maravilhosa’. Era como se para o carioca recuperar seu orgulho, sua

chance estava nas mãos da polícia, restauradora da ordem e da paz. O autor classificou o contexto como uma indiscutível guerra civil e defendeu severamente a política das UPPs como “parte da solução, não do problema”. O texto remete a esperança de dias melhores de forma ótica:

Se há sombras, um foco de luz esta por perto. Lembramos que a luz tem o poder de afugentar as sombras, não o contrário. E não nos esqueçamos que o Rio é um lugar espetacularmente luminoso. (O DIA, 27/11/2010, p. 26)

No domingo 28, um artigo de Fabiano Dias Monteiro, pesquisador do Viva Rio intitulado “O Rio contra o crime”, defendia mais uma vez as UPPs. Além disso, ele propunha que conforme as UPPs fossem se estendendo para as áreas da Zona Norte onde estão conflagrados os conflitos, mais cresceria a adesão da população ao projeto do Governo do Estado. Esta série de artigos nos revela um contexto social interessante.

Apesar de não serem redigidos pela equipe de O DIA também não foram censurados por estes que, afinal de contas, viabilizaram a sua publicação. A edição poderia muito bem cortar um texto que considerasse indesejável ou que ferisse a ideologia ou o código de conduta do jornal. Com exceção do primeiro artigo, todos os subsequentes se colocavam na corrente direta do apoio as forças do Estado. O deputado federal Jair Bolsonaro (PP- RJ) ridicularizou as ações de organizações não-governamentais como o Viva Rio e dois dias depois, no mesmo espaço, havia um pesquisador desta instituição defendendo algo semelhante ao que propunha o referido deputado. A expansão dos projetos das UPPs é que acarreta, num contexto de conflito bélico como o do Rio de Janeiro naquele momento, a aplicação da mão forte do Estado. O jornalismo é em sua origem uma esfera pública de discussão, sua coluna de opinião traz um traço de acrópole, de ambiente de discussão da sociedade. Ora, se lados tão extremos concordam em pontos que geralmente são tão delicados, devemos pensar que o jornal está inserido neste paradigma consensual que se desenha.

### 2.3.3.1 Predição

Predição em uma conotação denotativa é o processo de determinação de acontecimentos futuros com base em dados subjetivos. Sinônimo de adivinhação ou profecia

é um elemento propalador da ameaça em um Pânico Moral. Fenômeno por sua vez que catapulta o consenso como ação reacional necessária. A predição em novembro de 2010 era que os eventos continuariam a ocorrer sem uma reação forte da polícia. As cartas dos leitores expostas em O Globo, nos dias anteriores à ocupação da Vila Cruzeiro demonstravam um forte pessimismo na população:

Terror no Rio

Sim, são ataques terroristas o que estão chamando de arrastões. As autoridades têm que reconhecer isto! Se o Exército já veio para o Rio por tão menos, por que não vem desta vez? Qual é a jogada política do momento? Quem está lucrando com isto? Seria a vinda da Força Nacional de Segurança desmoralizante para as Unidades de Polícia Pacificadora? O carioca está em pânico. As pessoas não param nos sinais, ou ficam a dezenas de metros da faixa de pedestre, evitando chegar até ela, com pavor dos cruzamentos. As pessoas estão fazendo manobras arriscadas e arrancando com os veículos por qualquer emparelhamento normal de trânsito ou ao ver qualquer motocicleta. Ataques terroristas, sim.

Bruno de Faria, Rio

Já estamos em Beirute. De novo, mais arrastões com carros incendiados nas linhas expressas importantes. A polícia chega em vários carros, mas só depois do ocorrido. Como sempre, a PM diz que não tem efetivo suficiente para proteger a população. Então, só resta solicitar a Força Nacional de Segurança ao governo federal. O que será que está faltando?

Lucio de Jesus, Rio

Até quando abusarão de nossa paciência? Sou carioca e amo a minha cidade, todavia, fico pasmo e ver a inércia e a omissão das autoridades policiais, que dizem proteger os cidadãos. O que vejo é quase todo dia é um arrastão e pessoas sendo assaltadas e veículos queimados em pleno luz do dia. E o pior é ouvir das autoridades de segurança, depois dos assaltos, que estão reforçando o policiamento na área em que houve a violência. Haja paciência.

Ronaldo de Oliveira Lima, Rio

Autoridades legalmente constituídas, vamos combater a guerrilha urbana, colocando as Forças Armadas na rua, e fogo neles! Faz-se necessário um basta a tudo que está acontecendo.

Altair Santos, Rio

Prezados governador e secretário de Segurança, será que os srs. Têm alguma dúvida dos locais em que estes atos são diariamente cometidos? Linhas Vermelhas e Amarela, Perimetral. Os srs. criaram as UPPs e livraram as comunidades do tráfico. No entanto, esqueceram que as ações desceram para o asfalto. Uma vez que esta barbárie acontece diariamente, não seria de bom senso colocar policiamento diário e ostensivo ao longo destas vias? A população não tolera mais. Governador, o sr. foi reeleito prometendo mais segurança. Por favor, comece a mostrar serviço.

Geraldo Luiz Lisboa, Niterói

O Rio de Janeiro vive um trágico clima de guerra terminal. Bandidos chacinam a população indefesa, roubam e destroem seus bens. Os cidadãos foram abandonados. Cartazes, publicidade e retórica no lugar de soluções, força pública e medidas eficazes. Pouco significam estatísticas, possivelmente maquiadas. Pouco interessa quem serão os próximos governadores e os prefeitos, se não sobrevivermos. Todas, as medidas, das Forças Armadas às rezas para Nossa Senhora Aparecida, devem ser usadas para salvar o povo da dizimação. Basta de conversas fiadas fingindo

preocupações mais formais do que legais. Basta de propaganda cara e inútil. Ou o desfecho é morrermos à míngua?

Piero Bondi, Rio

Por favor, não critiquem a segurança do Rio. Afinal, temos as UPPs. Como diz a nota da secretaria - foi do secretário, da assessoria de imprensa? - “Crimes, não só arrastões fazem parte do contexto do Rio”. Afinal, foi retratado no filme “Tropa de Elite 2” o contexto do Rio. Que Deus tenha piedade de nós!

Eliza Sampaio, Rio

Acuados nas favelas pelas bem-sucedidas UPPs, traficantes do Rio intensificam suas ações no asfalto. Até aí, nada de novo: a sociedade apostava que isso aconteceria. O que a sociedade espera, como novidade, é eficiência das autoridades no incansável combate à corja criminosa. Os cidadãos de bem não aguentam mais arrastões, veículos incendiados, milícias, “bondes”, bandidos cruzando as ruas da cidade ostentando armas, corrupção nas policiais: verdadeiro rosário de ilicitudes. Tanto quanto as bem-vindas UPPs, já passa da hora de as autoridades criarem as UPPAs: Unidades de Polícia Pacificadora do Asfalto.

Nelson Nóbrega

Rio (O GLOBO, 23/11/2010, p. 8)

### 2.3.3.2 Simbolização

Se o Pânico é de raiz moral sua aflição tem valor simbólico, assim como sua reação para ser realmente efetiva deve atingir um patamar moral de valor antagônico, ou seja, a vitória deve atingir os demônios populares de uma forma que simboliza uma derrota efetiva das facções criminosas. Este momento foi alcançado com a fuga em massa dos bandidos relatadas pelas redes de televisão e pelo domínio de um território que simbolizava uma esfera de poder pelo tráfico de drogas no Rio de Janeiro. Para entendermos a euforia posterior devemos abordar também o simbolismo no imaginário carioca que possuíam as comunidades da Vila Cruzeiro e do Complexo do Alemão.

#### □ O simbolismo da Vila Cruzeiro

No universo das comunidades carentes cariocas, a Vila Cruzeiro vista a partir de sua localização e tamanho não teria grande relevância. Com uma população de 19.511 moradores, espremidos em 5.593 domicílios - a média é de uma moradia a cada 43m<sup>2</sup> - ocupa uma encosta no bairro da Penha, subúrbio do Rio de Janeiro. A Vila Cruzeiro alcançara relevância no imaginário policial da cidade por conta de um episódio particular.

Em junho de 2002, o jornalista Tim Lopes fora sequestrado, torturado e assassinado na favela enquanto fazia uma reportagem investigativa para a TV Globo. Sua morte se tornou um símbolo do poder paralelo dos traficantes na região. O Jornal Extra inclusive destacou em

sua manchete no dia seguinte à ocupação do Complexo do Alemão, a prisão do traficante Zeu, um dos algozes do jornalista, por um policial militar de feições semelhantes às de Tim Lopes:

Eliseu Felício de Souza, o Zeu, gerente do tráfico, foi preso e conduzido, nas vielas do Morro do Alemão, pelo sargento Arthur Bezerra da Silva, do 17º BPM (Ilha do Governador), que não conseguia parar de mostrar os dentes. Sorriso sincero de um rosto cheio, composto pelo cabelo curto e grisalho. Como os de Tim Lopes, jornalista que Zeu ajudou a matar, em 2 de junho de 2002. Ontem, uma coincidência fez o bandido cruzar com um rosto parecido com o de sua vítima. A exemplo de Tim, que se esquivava de câmeras e preferia nunca mostrar o rosto em suas reportagens, Arthur demorou a aceitar posar para fotos. (EXTRA, 28/10/2010, Especial, p. 5)

À época da morte de Tim Lopes ocorreu na imprensa carioca, em especial nos jornais ligados às Organizações Globo, uma intensa campanha pela apuração do caso e prisão dos responsáveis pelo crime. A morte do repórter em ação foi traduzida como um atentado à democracia e seu nome considerado como de um mártir do jornalismo que também estaria engajado na mesma luta contra o tráfico de drogas que desembocaria nas ocupações da Vila Cruzeiro e do Complexo do Alemão, oito anos depois. O editorial do Jornal Nacional da TV Globo em 2002, quando o traficante Elias Maluco, chefe da quadrilha que executou o jornalista, fora preso transmite, apesar do luto com a morte do repórter, um discurso de vitória na batalha contra o crime tal qual se expressaria nos jornais ao final da semana de novembro de 2010. O editorial apresentava uma estrutura narrativa de aflição em seu início, abordando a ameaça que os traficantes representavam:

Foram três meses de angústia e medo para a população do Rio, desde que o assassinato de Tim Lopes revelou todo o poder paralelo dos traficantes - numa longa reportagem escrita com o próprio sangue do jornalista. O que se exigia então era uma polícia eficiente, capaz não somente de prender os culpados como também de conter os altos índices de violência. (Editorial TV GLOBO, 19/09/2002)

Abordava um relativo consenso de que algo precisa ser feito contra estes demônios populares (*folk devils*) que levam medo e tensão à sociedade:

Exigir a prisão dos assassinos de Tim, com a persistência com que todo o Brasil exigiu, não era reivindicar um privilégio. Todo assassinato tem de ser punido. Mas a persistência foi também o reconhecimento de que quando se mata um jornalista o que se pretende é calar toda a sociedade. (Editorial TV GLOBO, 19/09/2002)

E termina com a comemoração de uma vitória sobre o crime:

A prisão de Elias Maluco foi uma vitória da polícia que o Brasil deseja: a vitória de uma polícia que entende como legítima a pressão por resultados, mas que não toma medidas precipitadas - e quase sempre de eficácia duvidosa - apenas para tentar conter o clamor popular. A vitória de uma polícia que aceita a crítica como construtiva, e não como fruto de uma luta política, que não há: porque o que todos desejam é a derrota do crime. A vitória de uma polícia que prefere investigar em silêncio, usando modernamente as técnicas de inteligência - e evita medidas apenas cosméticas - mas de grande impacto. Às vezes com o custo da impopularidade.

Com Elias Maluco atrás das grades, e também com a prisão de outros chefes do tráfico, o governo do estado mostrou que o Rio tem uma polícia que, em sua maioria, é capaz de acertar. O Rio de Janeiro está, sem nenhuma dúvida, de parabéns, e merece comemorar essa vitória. Mas sem perder de vista que a luta apenas começou.

Elias Maluco é somente um numa multidão. É preciso agora continuar a dar sinais claros ao crime de que não haverá tregua. A luta será contínua, dura e difícil, mas contará sempre com o apoio da população. Porque é sempre bom poder dizer que o crime não compensa. Que isso não é apenas um ditado popular. É uma verdade. (Jornal Nacional, 19/9/2002)

Entre as declarações dadas à imprensa, destaca-se a do presidente do STJ, Nilson Naves, que afirmara que aquela seria uma vitória das “forças do bem sobre as forças do mal” (MORETZOHN, 2002). Assim o ideário de paz mais uma vez aparece como uma utopia no noticiário criminal no Rio de Janeiro, uma promessa projetada no futuro (MATHEUS, 2011) que se renova de tempos em tempos, o embate entre as forças do bem e do mal são uma realidade formadora da editoria policial. Os demônios populares são uma presença constante, assim como em contraposição o heroísmo daqueles que os combatem.

#### ▮ O simbolismo do Complexo do Alemão

A região do Complexo do Alemão sempre foi conhecida como uma das mais violentas da cidade. Segundo o Censo 2000, seu IDH era de 0,711, o 126º e último colocado da cidade do Rio de Janeiro. Seu núcleo é o Morro do Alemão. Poucos moradores da cidade sabem que se trata de um bairro oficial, embora parte de sua área seja, muitas vezes, tratada como parte dos bairros vizinhos: Ramos, Higienópolis, Olaria, Inhaúma e Bonsucesso.

As dezesseis comunidades que formam o complexo já possuíam destaque no imaginário policial da cidade como territórios extremamente perigosos, espécies de fortaleza do tráfico. O Complexo do Alemão, descrito durante a cobertura jornalística como quartel-general de uma das principais facções criminosas da cidade, alcançara este posto ao longo da década de 90 em função de seu tamanho e do arsenal dos seus traficantes. Á época da ocupação, o Complexo contava com 57.054 moradores e um contingente aproximado de 300 homens armados com fuzis AS-15, fuzis 762 e granadas. Para efeito de comparação, seria uma população superior a alguns bairros como Ipanema, Leblon ou Madureira com um efetivo armado similar a um pequeno batalhão.

Assim como a desumanidade dos bandidos é exposta nos momentos que precedem à sua captura, a periculosidade de um território dominado pelo crime é destacada no momento anterior à sua retomada. As matérias nos dias posteriores à ocupação da Vila Cruzeiro (quinta-feira) que precederam a ocupação do Complexo do Alemão (domingo) destacavam a ameaça que o local representava aos policiais. Em O DIA, o Complexo era caracterizado como “o maior barril de pólvora do Rio” (O DIA, 28/11/2010). Em matéria do Globo, o complexo foi descrito como o empório das drogas pela antropóloga Alba Zaluar:

Vários fatores complexos, num processo de décadas, que fizeram do Complexo do Alemão um local considerado inexpugnável, um santuário do tráfico há anos. Armas e drogas chegam facilmente por ar, terra e mar - disse Alba Zaluar. (O Globo 26/11/2010. Especial, p. 16)

Empório era um termo do mundo romano que definia as colônias comerciais criada em país estrangeiro, logo a matéria implicitamente identifica o Complexo do Alemão como território de fronteira, área estranha à cidade do Rio de Janeiro. Na continuação da matéria eram estabelecidos comparações com outras localidades que passam a funcionar como metonímia de violência, como a Faixa de Gaza, alvo de confrontos entre Israel e Palestina.

Por causa dos violentos confrontos a região também é conhecida como Faixa de Gaza do Rio, em referência aos conflitos entre israelenses e palestinos. (O GLOBO, 26/11/2010, Especial, p. 16)

### 2.3.3.3 Sensibilização

A sensibilização seria a ação ou efeito de sensibilizar, ou seja, tornar-se sensível ou impressionável. Em um fenômeno de Pânico Moral mediado por veículos de comunicação de massa, o consenso e a reação são formulados dentro de uma estratégia de sensibilização do público. Primeiramente, a sociedade assume o papel de vítima e enquanto se advoga o pânico, os leitores do jornal estabelecem uma relação de empatia e apreço pelas ações policiais e de modo similar, vê com temor as ações futuras do tráfico de drogas.

Com a vitória, os jornais davam a certeza que o tráfico estava sendo “asfixiado”.(O GLOBO, 29/11/2010). As unidades pacificadoras passaram a ser consideradas consensualmente nos jornais como fundamentais no combate ao tráfico de drogas. A ação

conjunta dos governos municipal, estadual e federal e das forças militares primárias e secundárias criaram a euforia de que o poder armado dos traficantes estaria em declínio a partir do novo tempo que se aproximava. Na matéria, “Após o Dia D, um cenário de destruição”, o jornalista Felipe Sil escreveu: “A Vila Cruzeiro está com cinzas nas ruas e sem luz, mas moradores comemoram.” (O GLOBO, 27/11/2010, p. 24) Ao final, a legenda de uma foto transmitia um sentimento de renovação: “Retrato da paz: um PM brinca com uma criança, no dia seguinte à operação que expulsou os traficantes da Vila Cruzeiro: o sentimento geral na favela era de esperança em dias melhores.”

As associações com elementos externos ao combate do tráfico eram utilizadas ao longo da cobertura eufórica da intitulada “a reconquista”. O Globo citava um legendário samba da Imperatriz Leopoldinense sobre a abolição da escravatura para cantar que a “senhora Liberdade abriu as asas sobre nós”. Para o Extra, tal como na canção de Gilberto Gil, “O Rio de Janeiro continua lindo”. O Meia-Hora criou uma medalha de guerra para presentear os heróis policiais, além de um espaço para que os leitores enviassem cartas de agradecimento aos militares. A manchete de segunda-feira 30 de novembro traduzia o sentimento geral frente às ações estatais: “Valeu!”. O ato histórico para a cidade era relevado em vários jornais com painéis de foto da operação e bandeiras hasteadas demonstram a vitória do Estado e da sociedade sobre os traficantes. Em O Dia, as imagens da operação recebiam apenas a data de 28 de novembro de 2010 como se referendasse o dia como a marca da mudança, o início de um novo tempo não para aquela região da cidade, o Complexo do Alemão, mas sim para todo o Rio de Janeiro. A euforia na cobertura coroava a adrenalina na reação posterior ao medo. Em um artigo de uma jornalista em O DIA, o êxtase da análise dos jornais é descrito com o título “e final de Copa de uma cobertura policial. E que final!”.

O alto conteúdo imagético disposto nas páginas dos variados jornais na semana de novembro de 2010 permitia através de uma interação simbólica construir uma relação de identidade e afinidade com o público leitor. Em O Globo, as imagens abrangiam fortes cenas de ações militares. Se quando um carro particular aparece queimando em chamas em uma via expressa era o leitor que se sentia acuado, quando o policial mira sua arma ele que se sente protegido. Assim também quando os blindados avançam pela Avenida Brás de Pina na Penha é o sentimento de segurança do leitor carioca que avança com eles, aqueles são a infantaria que avançam primeiro para abrir caminho. Em O Globo, na maioria das imagens colhidas (77%, ou 14 imagens de um total de 22) os agentes das forças de segurança se postavam com os fuzis em posição de tiro e avanço da tropa (nas 8 imagens restantes, em 5 fotografias os policiais estavam conduzindo elementos presos).

Em algumas das imagens dos soldados em posição de tiro, a mira era direcionada à lente do fotógrafo em outras da esquerda para a direita acompanhando a sequência visual de leitura. Nos outros jornais a postura de agressividade em ação fora deslocada para os bandidos.

Enquanto que em O Globo a dicotomia de forças se deu claramente entre forças governamentais e tráfico de drogas, em O DIA esta contradição se deu entre estes mesmos personagens, porém associada muito mais aos sentimentos em vitória de cada um dos dois lados resultaria, segundo o jornal, em paz e guerra. A perspectiva do cidadão das comunidades, que teria sido resgatado de um ambiente ditatorial que era imposto pelo tráfico foi um caminho trilhado pelo jornal. Os enviados militares eram traduzidos como emissários da paz, algo que se enxerga, por exemplo, em uma das legendas das fotos da capa do sábado, dia 27 de novembro: “povo aplaude paz, mas bando só quer guerra”.

Figura 6: Primeira Página, O DIA, “Povo aplaude paz, mas bando só quer guerra”, Sábado, 27/11/2010



Nesta mesma imagem os militares estão dialogando com o povo que os aplaudem enquanto que na imagem ao lado os bandidos miram suas armas de modo impositivo sobre as lentes do fotógrafo. O leitor que admira estas páginas nesta banca de jornal tem a impressão que as armas dos bandidos estão miradas para ele também. É um ângulo proposital assim como ao enxergar os militares de frente estendendo a mão ao povo que está de costas, este mesmo leitor é induzido a se ver como parte desta população antes acuada e agora protegida. É a clara separação entre um lado e o outro, representa o que a escolha do lado do Estado de direito proverá, tranquilidade e agradecimentos, e o que o outro lado está para oferecer, guerra e medo (SILVA, 2011).

Durante este processo de sensibilização e de uma orientação de atitudes e temas, a própria opção do termo libertação ao invés de tomada, retirada, invasão carrega um sentido político bem forte. Primeiramente porque libertação é um termo do universo político, da seara do discurso sociológico enquanto que todas estas outras opções apresentadas são do jargão militar. Acrescente a isso, o sujeito de cada uma das ações.

Enquanto que nos verbos militarizados de tomada e invasão a ação joga a luz sobre o conquistador, no caso a polícia carioca, no termo libertação, o libertado é o morador das comunidades que antes estavam sob o jugo das facções criminosas. Antes da ocupação, as comunidades seriam invadidas pela polícia. Após a vitória, elas foram libertadas.

O jornal Extra informação utilizou uma dicotomia diferente na cobertura pós invasão da Vila Cruzeiro. Os bandidos eram retratados como cercados entre a rendição ou a morte. Os policiais surgiam em diálogo e alegria com a população com os fuzis voltados para baixo em posição de descansar ou mirados para cima como numa salva de tiros pela vitória. Os moradores eram mostrados a todo momento sorridentes e agradecidos às forças militares. O desespero dos dias anteriores se transformava em euforia.

#### 2.3.3.4 Orientação de atitudes e temas

A orientação de atitudes e temas, assim como a sensibilização, está presente tanto na esfera do consenso quanto na esfera da reação. Na verdade, esta orientação é fruto do consenso entre governo, sociedade e meios de comunicação de massa de que algo precisa ser feito. Entre a orientação de atitudes tem-se a prerrogativa de que todo apoio às ações policiais seja válido além da condenação veemente das ações do tráfico de drogas. As reportagens do Globo sobre o “reavivamento do sentimento de cidadania”, a “união pelo Rio”, se insere dentre deste paradigma de apoio às ações estatais. A orientação temática que põe na pauta diária, a chamada “Guerra do Rio”, a ocupação das favelas da Vila Cruzeiro e do Complexo do Alemão, como momentos determinantes na história da segurança pública carioca e no seu combate à violência urbana no Rio de Janeiro.

Cartas de moradores e leitores exaltando o heroísmo e coragem dos policiais emolduraram a primeira página do jornal Extra Informação no sábado pós ocupação da Vila Cruzeiro. Imagens de soldados brincando com crianças das comunidades estavam nas edições dos mais variados jornais. O Extra ainda apresentou uma reportagem posterior em que os

soldados respondiam às cartas da população. Na 1ª edição de domingo, 29 de novembro, a matéria de capa era com o perfil dos policiais que estavam atuando nas operações. Imagens de soldados do exército sendo aplaudidos pela população contrastavam com traficantes de fuzil em punho. O blindado utilizado pela Marinha na ocupação da Vila Cruzeiro foi alçado ao posto de estrela da operação por O Dia e O Globo. Ambos fizeram matérias com repórteres dentro dos blindados e a população nas ruas da Penha tirava fotos junto aos tanques de guerra.

Em momentos de tamanha euforia, qualquer matéria que não acompanhasse este ímpeto ascendente de apoio às realizações do Estado poderia se mostrar como um ponto fora da curva. O jornal O Dia na sua edição de sexta-feira 27 de novembro destacava em sua primeira edição uma matéria em que moradores da Vila Cruzeiro acusavam policiais de cometerem abusos durante a ocupação. Na 2ª edição do mesmo dia a matéria cedeu espaço à uma outra em que o Exército era aplaudido ao chegar à área de conflito.

Na cobertura da prisão de Zeu, um dos executores do jornalista Tim Lopes, após a ocupação do Complexo do Alemão o jornal Extra destacava a semelhança do policial que prendeu o bandido com o falecido repórter. Em uma espécie de reviravolta do destino, algoz e vítima trocariam de lado. A prisão de Zeu era apresentada como símbolo de uma analogia que podia ser expandida para toda a cidade. Se antes o Rio de Janeiro era refém dos bandidos, agora ele era captor e mandante de suas prisões.

Figura 7: Primeira Página, Extra, “Rio de alma lavada”, Segunda-feira, 29/11/2010



As matérias em Extra eram desde o início da semana permeadas por uma atmosfera de embate. Na segunda-feira 22 de novembro, “os chefões do tráfico aterrorizavam o Rio em protesto contra as UPPs”, naquela que seria uma aliança do crime.

O aumentativo do termo chefe (chefão) que provoca o terror e a metonímia pelo comportamento criminal (crime) seriam elemento de uma cultura mitológica do mundo criminal. A narração era extremamente sensibilizada - o medo se espalha na cidade, Rio de Janeiro em chamas e boatos espalham o pânico, era respectivamente a ordem das matérias na quinta-feira 25 de novembro. As dicotomias eram a formação discursiva preferida pelo periódico. Na quarta-feira, a capa destacava os Unidos pelo Pó (UPP) contra as unidades de Polícia Pacificadora (UPP). Na quinta-feira, os dois inimigos do Rio de Janeiro seriam os bandidos e os boatos. Na sexta-feira, as duas opções dos bandidos seriam a rendição ou a morte.

De forma semelhante nos momentos da vitória, a narração também seria sensibilizada. As cartas nos dias pós-ocupação da Vila Cruzeiro se davam do “Povo do Rio” para os Policias. Na verdade, as referidas cartas eram algumas das mensagens que leitores do Extra disponibilizaram em uma seção no sítio do jornal. No sábado 27 de novembro, as declarações de apoio e carinho aos policias foram publicadas na primeira página do jornal:

Tenho 11 anos e não tiro os olhos da TV. Vocês estão indo muito bem. Obrigada, obrigada... (Thamires da Silva Santos)

Força pessoal...O bem precisa vencer o mal para que meu filho de seis anos possa viver em uma cidade livre desses marginais (Alex Moreira da Silva)

Mostrem a eles que um Estado forte não pode se debrar diante dessa escória. Vocês, sim, merecem toda nossa admiração. Boa sorte, bravos soldados do bem! (Luis T)

É por vocês que rezo todos os dias! Que Deus os proteja! (Luciana Ferreira)

Meu caro, força e determinação. Avancem metro a metro...Tomem de de volta o que era nosso ... O direito de ir e vir, a paz. Avante! (Marcelo Ferreira)

Vocês são os nossos heróis, os nossos braços e as nossas pernas. Força, garra e perseverança! Que Deus os ilumine e abençoe. (Patrícia Santos)

Parabéns!!!Que vocês estejam com as armas de Jorge, São Jorge guerreiro...Que vocês vençam os dragões. (Marta Guimarães)

A partir do dia 25/11/2010, quando a população do Rio vir as iniciais CV em algum muro saberá que significa “Corre Vagabundo”. Dizer obrigado a vocês é pouco. (Renato Marinho)

Quero que meus filhos possam falar na escola que o pai deles é policial. Quero botar a farda dele no varal. (Márcia Miranda)

Milhões de famílias se sentem protegidas ao vê-los em ação. Gostaria muito de encontra-los um dia e quem sabe tê-los como meus alunos e amigos. (Júlio Amaral)

Estamos orgulhosos da verdadeira Tropa de elite. Parabéns! (Patrícia de Castro)

Apesar das imperfeições de alguns, vocês são os nossos verdadeiros

Nascimentos, nossos heróis de verdade. (Willian Alberto de Aquino). Estes dias ficarão na história e vocês, na memória de cada um que vive no Rio. (Mariestela Brasil)

Agora, eu acredito na polícia. A polícia da qual eu tinha medo igual aos bandidos. Agora, posso dizer que tenho orgulho de vocês. (Andrea Almeida)

Isso é ser brasileiro. Tenho 60 anos e estou emocionada com o trabalho dos soldados empenhados nesta batalha (Elsa Granda)

Fiz questão de falar para meu filho que esses, sim, são heróis de verdade. (Márcio Bastos)

Eu tenho apenas 14 anos, mas pela primeira vez eu vejo esses policiais com um olhar diferente. Quando eu os vejo sinto orgulho, sério mesmo.

Parabéns para vocês por abrirem mão de suas férias, ou outra coisa, para nos ajudar. (Matheus Deccache) (EXTRA, 27/11/2010, p. 1)

No dia seguinte o mesmo jornal destacava a mensagem de otimismo do sargento Araújo para o “Povo do Rio”.

Se for preciso fico um ano combatendo pela paz do Rio. (Sargento Araújo) (EXTRA, 28/11/2010, p. 1)

Em uma reportagem intitulada “Orgulho por estar no front”, o jornal publicou declarações entusiasmadas de vários policiais.

Desde o nosso deslocamento, na Avenida Brasil, recebemos o apoio da população, que acenou para as viaturas, nos dando força. (Sargento Wallmann)

A resistência inicial na Vila Cruzeiro, sumiu. Estamos lutando pela calmaria que toda a comunidade deseja há anos. (Cabo Ribeiro)

Cadê o poder que os traficantes da Vila Cruzeiro diziam que tinham?

Correram pro outro lado, mas não tem como evitar o confronto, a verdadeira guerra. (Cabo C. Henrique)

Somos preparados para o pior. Então, não podemos reclamar de fome, sede, dor ou escuridão. Somos militares. Nossa vida é isso. Se fosse fácil, não precisaria ser a polícia. (Cabo Moisés Ferreira)

Guerra é isso: sem luz, sem quentinha, comendo pão e salgado. Mas não podemos reclamar. Estamos aqui porque queremos. A população precisa e nós vamos atender. (Cabo Costa Lopes)

Os traficantes tinham duas metralhadoras ponto 50, mas nós entramos com o tanque da Marinha. Eles ficaram sem opção e fugiram, correndo.

(Sargento Araújo).

Entramos para ficar o tempo que for preciso para devolver a favela, totalmente, ao Estado. (Subtenente Xavier) (EXTRA, 28/11/2010, p. 3)

A sensibilização e a orientação de atitudes e temas de apoio às ações policiais são presença constante no jornalismo popular carioca. As trocas de cartas entre moradores e policiais sublinha essa relação que supera a oficialidade do agente de controle e o personifica na figura de um herói salvador.

Figura 8: Suplemento especial, Extra, “Povo se orgulha de seus novos heróis”, Sábado, 27/11/2010



BRUNO GONZALEZ

► Desejo muita força e sorte nessa hora. O povo do Rio de Janeiro está com vocês! Está na hora do bem vencer o mal de uma vez por todas!  
**Clarissa Freitas**

► Parabéns aos nobres policiais que estão arriscando suas vidas por um Brasil melhor. O povo brasileiro apoia vocês. Livrem o Rio desses bandidos que estragam a imagem dessa Cidade Maravilhosa.  
**Maicon Ferreira**

► Que Deus os proteja, soldados da paz!  
**Ricardo Silveira**

► O bem precisa vencer o mal para que meu filho de 6 anos possa viver em uma cidade livre desses marginais. Vocês estão fazendo um excelente trabalho.  
**Alex Silva**

► Vocês são os verdadeiros heróis. Escutem o silêncio.

NO ENTORNO DO Complexo do Alemão, crianças brincam diante de uma faixa estendida por moradores: eles querem paz

# O povo se orgulha de seus novos heróis

População envia mensagens aos 'soldados da paz' pelo Extra Online

■ Polícia, Corpo de Bombeiros vive um momento histórico. pelo esforço para combater a criminalidade e a violência urbana. A população espera que a situação vença a barbárie.

O jornalismo popular possui algumas características próprias que na atmosfera catártica e eufórica de um pânico moral acabam sendo apreendidas pelos mais variados periódicos, desde os compactos populares até os jornais *standards*. No trecho a seguir, faremos algumas observações sobre como a linguagem do jornalismo popular tornou-se oportuna na cobertura dos eventos de violência de novembro de 2010.

Tanto O Dia quanto o Meia-Hora exibiram imagens dos policiais em perfis e ações corajosas. Foi utilizado o termo “caveira”, apelidado dado aos policiais do Batalhão de Operações Especiais popularizado pelo filme *tropa de Elite*. O Meia-Hora já recorria desde 2007, ano da popularização do primeiro filme, quando também ocorreu uma imensa comercialização de cópias piratas. Alguns autores estimam que 15 milhões de pessoas tenham vista a película, de forma convencional ou pirata. Segundo pesquisa de Priscila

Bonfim, dentre 40 capas selecionadas do Meia-Hora em sua pesquisa empírica e adquiridas em uma amostra de pesquisa, 15 delas (37,5%) faziam referência ao filme. As matérias eram relacionadas não só a editoria de violência como também a editoria de esportes. Duas delas trabalham com a temática do erotismo. A associação com o filme não era exclusividade de O Meia-Hora.

O jornalista Merval Pereira, de O Globo, abordou em duas colunas (dias 26 e 27 novembro) o filme, em especial o personagem principal Capitão Nascimento:

#### Capitão Nascimento

Ontem foi o dia de a realidade imitar a arte. Foi dia de torcer pelo Capitão Nascimento de Tropa de Elite, que todos nós vimos em ação, ao vivo e a cores, nas reportagens das emissoras de televisão. Que o personagem de Wagner Moura tenha se tornado o novo herói nacional é um sinal dos tempos, não necessariamente um bom sinal. Ontem entraram em ação centenas de capitães Nascimento encarnados em cada um dos soldados do BOPE, que o personagem do filme de José Padilha se orgulha de ter transformado em “uma máquina de guerra”.

E quando essa máquina de guerra conseguiu colocar em disparada várias dezenas de bandidos em fuga pela mata, em direção ao Morro do Alemão, houve comemoração do cidadão comum que assistia à TV Globo como se acompanhasse um filme de aventura em que os mocinhos eram os policiais. (O GLOBO, 26/11/2010, p. 4)

A manchete do Globo no dia 27 de novembro logo após a ocupação da Vila Cruzeiro, o apoio popular era descrito num dos subtítulos “População aplaude polícia e acompanha operação pela TV em clima de ‘Tropa de Elite 3’” “em referência a popular série de filmes que têm o Batalhão de Operações Policiais do Rio de Janeiro como protagonista. A tradicional charge de Chico Caruso na capa trazia o Cristo Redentor caracterizado como um agente policial, com colete a prova de balas, boné e óculos escuros como se o símbolo da cidade do Rio de Janeiro fosse agora o contingente policial, como se aquele agente do Estado agora simbolizasse a nossa população.

Figura 9: Primeira Página, O Globo, Charge Chico Caruso, Sexta-feira, 27/11/2010



O jornal ao se apropriar de um produto cultural tenta se aproximar do leitor, assim como quando encampa a luta dos policiais adere à torcida da população:

O jornal apresenta-se, no conjunto de seus valores simbólicos, como um ‘estranho’ na tentativa de se socializar, se relacionar melhor, formar grupos de amizades, sem sofrer grandes repulsas. Assim, cremos que o jornal, através da capa, utiliza estratégias de interações simbólicas na formação de seu público e de sua imagem. Igualmente, também temos o jornal procurando se identificar com elementos do jeito de ser dos sujeitos da cultura. Uma forma de querer pertencer a círculos de amizades. Se para a sobrevivência de sujeitos em uma cultura estranha é vital fazer e cultivar amizades, assim também o é para os veículos de comunicação. (DUARTE; LANNES; ALVES; CAETANO, 2007, p. 1.)

A violência estampada nas capas seria, segundo conceito de Sodré (2006), a violência representada, uma modalidade discursiva na qual o ato violento é “tanto manejado pelo jornalismo que tende a visualizar publicamente a agressão recorrente na vida cotidiana quanto pela indústria do entretenimento, especialmente em filmes e programas de televisão, com a finalidade de conquistar maior audiência.”

No Meia-Hora, o entretenimento adentra no noticiário policial: junto com o universo cinematográfico de Tropa de Elite e com a ridicularização dos bandidos como baratas que fogem exclamando “ai, que medinho” na capa do jornal ou com a satirização das performances sexuais dos traficantes.

Figura 10: Primeira Página, Meia-Hora, “Bundões da Vila Cruzeiro fogem como baratas”, Sexta-feira, 27/11/2010



Aproxima-se do universo do leitor por relatar o pânico e a posterior euforia presente em toda a cidade do Rio de Janeiro. Dramatiza os personagens em um duelo simplificado entre bem e mal, corajosos e covardes. E por fim, dá um cenário da chamada Guerra do Rio pelas ações policiais, queimas de veículos e alertando sobre a boataria, mostrando sua utilidade.

#### 2.4.4 Desproporcionalidade

Dentre as etapas descritas por Cohen (2002) para o Pânico Moral, a desproporcionalidade (*desproportionality*), um estágio intermediário entre o consenso e a volatilidade, quando existiria um exagero no número ou na força dos casos relatados em termos de dano causado e risco potencial aonde o pânico não seria proporcional à ameaça objetiva, se apresentou no Rio de Janeiro de uma forma diferente da classicamente descrita nos *moral panic studies*. Nos casos na introdução da 3ª edição de *Moral Panic and Folk Devils* (2002), há na maioria relatos de estatísticas fantasiosas e hipóteses posteriormente refutadas que foram associadas aos demônios populares em questão. Por exemplo, em um assassinato promovido por crianças em 1992 (The James Bulgar's story) quando dois garotos de dez anos mataram uma criança de três anos na cidade de Kirby na Inglaterra em 1993. O jornal *The Sun* divulgou que os assassinos teriam visto uma fita de terror *Brinquedo Assassino 3* (*Child's Play 3*) antes do crime e teriam sido influenciados pela película. O filme chegou a ser retirado das prateleiras em Edimburgo na Escócia. O crime será reflexo de uma produção cultural doentia e de uma sociedade decadente sem critérios morais e respeito a vida do próximo. Mais tarde, foi admitido que nenhum deles havia visto a fita.

De fato, no Rio de Janeiro, realmente ocorreram atentados visando a promoção do terror entre a população carioca e ocupação da Vila Cruzeiro e do Complexo do Alemão contou com ações militares de grande escala. Existia um domínio do tráfico sobre a área e a estrutura militar dos traficantes, apesar de desorganizada, era real com um acervo de metralhadoras .30 e .50 e fuzis (EXTRA, 29/11/2010). Ambas ocupações – Vila Cruzeiro e Complexo do Alemão - foram fartamente documentadas in loco por jornais e TVs. Apesar de poder se considerar que houve uma desproporção bélica entre as forças estatais contra os traficantes, este fato é perfeitamente traduzido pela militarização do conflito. Ao se tomar o combate ao tráfico como questão de força militar tal como jornais e governo fizeram, a

proporcionalidade inexistente. Estas ações amplas de combate ao crime com a entrada de armamento bélico não é um fenômeno exclusivo do Brasil. Grande parte do material utilizado pelo Pentágono na Guerra do Iraque foi revendido para as forças policiais americanas em um negócio que movimentou 449 milhões de dólares em 2013. (O GLOBO, 20/12/2014). Pode-se argumentar que a militarização do conflito em si já seria uma forma de desproporcionalidade. Ou que há uma desproporção na reação do Estado a ataques pontuais pela cidade, porém que desestabilizam toda a cidade. Tais questões estão além do objetivo deste trabalho pois são muito mais da seara da sociologia, geografia e da estratégia militar.

Especificamente nos jornais, houve na eleição do demônio popular (cap. 1) uma forma de desproporcionalidade – tal como ocorre em todos fenômenos de Pânico Moral descritos. Uma outra característica daquela semana que pode se relacionar a desproporcionalidade da tradição dos *moral panic studies* foi o fenômeno da boataria na Internet que também ganhou destaque nos jornais. O jornal Extra chegou a publicar nas edições a partir da quinta-feira listas de eventos falsos que estavam sendo divulgados na rede para tranquilizar e esclarecer a população sobre o que realmente era verdade ou boato. Salienta-se aqui o fato de que na tradição do Pânico Moral geralmente os autores falam em uma desproporcionalidade ligada a ameaças infundadas aonde o medo seria maior do que a ameaça real. A boataria sem dúvida superlativou a ameaça do tráfico.

Outra característica que dialoga com a desproporcionalidade foi a euforia relatada nos dias posteriores às ocupações. Esta sim, tratou-se de um fenômeno inédito entre os casos de Pânico Moral analisados na tradição britânica e americana. A desproporcionalidade deslocou-se da ameaça do desviante - seu lugar tradicional – para a celebração da vitória com a reação –exaltava-se um futuro melhor para a cidade. Mais uma vez o ideal de paz na cidade era projetado no futuro como uma espécie de mito (MATHEUS, 2011). O ideário de paz e esperança se aliou a espetacularização do conflito e a forte militarização da cobertura nos jornais. Apesar da real presença de forças do Exército e da Marinha junto às forças policiais, não existiu uma declaração de guerra formal entre territórios. A ocupação simbólica do perímetro da Vila Cruzeiro e do Complexo do Alemão não se estabeleceu na cartografia oficial, em nenhum momento estas duas comunidades deixaram de se submeter à administração da prefeitura do Rio de Janeiro. O Hospital Getúlio Vargas na Penha apesar de servir para atender os feridos nos confrontos não se estabeleceu realmente como um hospital de campanha de guerra. Apesar de admitir que este patamar de guerra civil fora tangenciado na semana de novembro de 2010, uma comparação com o dia do desembarque das tropas aliadas na Normandia na 2ª Guerra tal como o fez O Globo pode ser considerado

desproporcional. Assim como comparações entre os blindados da Marinha e a ação tática da Blitzkrieg alemã na 2ª Guerra.

#### 2.4.4.1 Exagero e distorção

A opinião dos leitores do Globo, muitos deles entusiastas das ações policiais descritas pelo jornal, acabaram se manifestando abertamente naquilo que o próprio jornal definiu como exageros desmedidos: “o apoio explícito, em alguns momentos, descambou para radicalismos. Um dos leitores, que se identificou como Bacuru, chegou a defender a pena de morte: ‘Somente posso pensar uma coisa: morte a esses animais’. Na sequência, outro leitor, identificando-se como Gogó, manteve o discurso: ‘A vontade do povo é a vontade de Deus: 99,99% dos cidadãos estão exigindo que esses bandidos sejam eliminados de uma vez por todas’. (O GLOBO, 27/11/2010, p. 34)

O paralelo com o universo do faroeste, de mocinhos e bandidos como descrito por um dos articulistas de O Globo, apresentava sinais de realismo. Em uma das matérias, o jornal relatava que “com todos os comerciantes da Região da Penha de portas fechadas, apenas um estabelecimento funcionava a todo vapor: a funerária local, com dois funcionários de plantão”. (O GLOBO, 26/11/2010, Especial, p. 4)

O enredo das narrativas ficcionais tradicionais como as fábulas trabalham sempre em uma relação de causa e efeito - muitas vezes com um embate entre opostos (vilania e coragem por exemplo). A mídia impressa trabalha muito bem essa dicotomia nas suas denominações das realizações de heroísmos e tragédias: o “sargento herói” deu fim à matança do “assassino de Realengo”; os helicópteros do Bope eram os “heróis do ar” contra os “algozes da população” que se encontravam no Complexo do Alemão; a cidade estava “refém” dos bandidos numa prosopopeia que dá a um elemento material e coletivo (a cidade) dimensão humana para compreender o temor que toda a população sentia. As matérias de períodos de grande violência e aflição pública acabam por carregar uma estética de exagero com a exteriorização do conflito em comparações, metonímias e metáforas utilizada por estes veículos de notícia.

A capa da quinta-feira 25 de novembro de O Globo deixava bem claro este clima de guerra que os leitores descreviam em suas cartas. A manchete era “PM avança para ocupar o bunker do tráfico na Penha”, sendo que o termo bunker é a tradução inglesa para um termo

militar em português que seria casamata. Bunker é um conceito que se tornou comum a partir da Segunda Guerra Mundial, principalmente com a presença de fortificações de defesa na Costa Atlântica da Europa. Além do uso da terminologia militar e da chamada ‘A guerra do Rio’ havia, acima da manchete, um infográfico intitulado ‘As Batalhas’ em que num mapa da cidade do Rio de Janeiro como num campo minado se designava os locais em já haviam ocorridos ataques naquela fatídica semana delimitados por símbolos que indicavam a soma de 8 ônibus queimados, 16 carros incendiados, 2 vans que pegaram fogo e 2 caminhões também destruídos, além de 2 cabines da polícia metralhadas. Mas o mais interessante do infográfico é que em sua lateral esquerda havia a imagem de um policial paramentado com um colete a prova de balas e um fuzil 762 mirando em direção ao gráfico como que numa posição de avanço. É importante salientar que a postura corporal do soldado e o posicionamento do rifle acompanhavam o sentido de leitura do texto, da esquerda para a direita.

A ação policial de invasão da Vila Cruzeiro ocorreu na quinta-feira à tarde e teve sua cobertura completa no jornal O Globo da sexta-feira, dia 26 de novembro de 2010. A manchete da Capa, “O Dia D da guerra ao tráfico” fazia alusão ao dia em que as tropas aliadas na Segunda Guerra Mundial avançaram sobre a costa francesa iniciando a libertação da Europa Ocidental do jugo das tropas nazistas. As imagens presentes na capa mostravam o avanço dos blindados e a fuga dos bandidos na favela.

Figura 11: Primeira Página, O Globo, “O Dia D da guerra ao tráfico”, Sexta-feira, 27/11/2010



O jornal trazia ainda um caderno especial para a cobertura da invasão por tropas policiais da comunidade Vila Cruzeiro. A 2ª página deste suplemento especial era inteiramente dedicada a um imenso infográfico intitulado “Conheça o cenário da batalha de ontem” e na sua parte superior descrevia todos os meandros da fuga dos traficantes pela mata em direção ao Complexo do Alemão. Em sua parte inferior intitulada “As Armas da Polícia” havia uma descrição detalhada do arsenal de guerra das forças policiais com imagens e legendas dos blindados, dos helicópteros e das armas de fogo utilizadas na operação, assim como do efetivo que a polícia contava. Existia uma clara comparação do gigantismo do aparato do Estado frente ao poderio dos traficantes, pois no canto direito da página havia um infográfico semelhante porém com aproximadamente 1/5 do tamanho intitulado “As Armas do Tráfico”.

As comparações com outras ações militares se estenderam ao longo do caderno especial. Numa das matérias a ação com blindados foi comparada as ações efetivos da Blitzkrieg alemã, uma tática vitoriosa utilizadas pelos nazistas na Segunda Guerra. Em outro texto, intitulado “A Reconquista da Vila Cruzeiro” o armamento e a movimentação das tropas da polícia e da Marinha eram descritas passo-a-passo. A mobilização de toda estrutura estatal no combate era demonstrada com inclusive a presença do secretário estadual de Saúde Sérgio Cortês despachando do Hospital Getúlio Vargas para onde os feridos eram encaminhados. A operação ganhava ares de incursão militar expedicionária com “médicos-bombeiros que eram deslocados para a unidade, e um verdadeiro centro de atendimento de guerra foi criado para atender feridos.” Foram feitas comparações com a Guerra do Iraque e o desafio de retomar áreas de grupos armados:

Países diferentes, experiências parecidas  
Em Colômbia, México e Iraque, o desafio de retomar áreas de grupos armados. (O GLOBO, 25/11/2010, p. 15)

Quando o jornal O Globo, por exemplo, refere-se aos eventos ocorridos na Vila Cruzeiro e posteriormente no Complexo do Alemão com termos originários da Segunda Guerra Mundial, em especial o Dia D, ele está fazendo uma aproximação entre dois conflitos historicamente bem distintos. Quando blindados da Marinha em vielas urbanas são vistos como máquinas de guerra nazista em batalha estão se construindo fantasmas que têm uma relação parcial com a realidade; “os problemas são vistos de fora de sua moldura cultural, social e histórica.” (LAGE, Nilson 1979)

#### 2.4.4.2 Ação dos agentes de controle

Assim, com o destaque da vilania dos traficantes e a heroicização dos policiais, os elementos da segurança pública ganharam uma legitimidade ímpar no noticiário das ocupações militares. O comentarista de segurança da TV Globo Rodrigo Pimentel era figura de destaque nos mais variados jornais e especialistas em segurança comentavam as ações policiais e publicavam artigos em jornais e na web. As vozes dissonantes à euforia da Ocupação serão relatadas em capítulo posterior. Pois, no momento em que a bandeira do Bope, do Estado do Rio de Janeiro e do Brasil foram hasteadas no Complexo do Alemão, as forças estatais ascenderam à condição de um quase monopólio do discurso nos jornais. As ações dos agentes de controle, baseadas no consenso em torno da ideologia militarizada de uma contraofensiva reacional necessária por parte da sociedade, deram à polícia, o protagonismo no noticiário televisivo, escrito e na internet.

Episódios de dramática violência urbana suscitam também interesse no que Nilson Lage chama do âmbito da identificação humana citando um conceito de Edgard Morin, os olímpicos (MORIN, 1967 *apud* LAGE, 1979, p. 73) Trata-se da dimensão dos ídolos vivos com a vida privada adentrando o circuito comercial e industrial. Figura aí o homem que igual a todos nós, de carne e osso, mas cujas características e feitos todos nós gostaríamos de ter sido. São os grandes jogadores, as divas-cantoras, os médicos renomados. Sendo que suas opiniões e feitos ganham destaque e merecem apreço mesmo quando não se referem ao esporte, à música ou a medicina respectivamente. Exemplo mais recente do herói popular é o Sargento Alves que matou o atirador Wellington Menezes de Oliveira e impediu que o massacre que ocorria na escola Tasso da Silveira em Realengo fosse ainda maior. Após o feito, o sargento foi condecorado, ganhou alcunha de “sargento herói” e escreveu até uma coluna na segunda página do jornal de terceira maior circulação do Rio, o jornal O DIA, num domingo o dia mais importante da semana na rotina jornalística. As autoridades policiais ganharam destaque e voz nos jornais da cidade especialmente após às ocupações da Vila Cruzeiro e do Complexo do Alemão.

Em matéria de O Globo, depoimento do subchefe operacional da Polícia Civil, delegado Rodrigo Oliveira: “A comunidade hoje pertence ao Estado”, era sublinhado. O final da matéria chegava uma conclusão de cunho glorioso que mesclava orgulho e esperança: “desde domingo, a guerra do rio registrou 188 prisões e 32 mortes. O balanço da operação de ontem- o nosso Dia D - não se resume, no entanto a uma contabilidade numérica. E a herança

que deixará para a política de segurança do Rio - só será entendida no decorrer da batalha”. Além desta matéria, a entrevista coletiva concedida pelo Secretário José Mariano Beltrame após a operação ganhou destaque com mais uma vez a adoção de palavras de ordem com síntese do momento em que se estava vivendo; o título do texto era uma frase do secretário: “Quebramos um muro imposto pela guerra” (O GLOBO, 26/11/2010, Especial, p. 12). A entrevista fora redigida na íntegra, num total de

9 perguntas. Por fim, ganhou destaque na edição de domingo, uma entrevista com o Chefe da Polícia Civil à época, Allan Turnowski. A chamada da matéria é uma resposta do delegado que soa como uma ameaça e repreensão aos traficantes da Rocinha, como uma coerção e aproveitando-se do momento de entusiasmo militarista, afirmação da força estatal sobre aquele que para muitos outrora fora um poder paralelo. O título vinha em tom de ameaça: “Rocinha: ‘e melhor eles ficarem quietos porque senão nós vamos lá’” (O GLOBO, 28/11/2010, Especial, p. 7). Fora uma entrevista extensa com 12 perguntas em que ele salientava a importância do auxílio militar para que o Rio virasse essa página de uma vez por todas. A lógica do Pânico Moral era reportada agora direcionada aos demônios populares, a ameaça se dava pós-reação das forças do Estado para os traficantes.

No suplemento especial pós-ocupação do Complexo do Alemão, o governador Sérgio Cabral Filho deu uma reportagem de página inteira no jornal Extra:

Durante a campanha eleitoral, o EXTRA pediu aos candidatos que escrevessem a notícia que gostaria de ler ao deixar o governo, em 2014. Cabral, que é jornalista, escreveu ontem a parte mais difícil da reportagem. (EXTRA, 29/11/2010, p. 10)

Na imagem que acompanha a matéria, o governador aparecia segurando uma edição fictícia do jornal com o Cristo Redentor estampado e em letras brancas destacado:

A Manchete dos Sonhos:  
Cabral: a Paz venceu. (EXTRA, 29/11/2010, especial, p. 10)

Figura 12: Suplemento especial, Extra, “A manchete dos sonhos”, Segunda-feira, 29/11/2010



#### 2.4.5 Volatilidade

De forma volátil, o pânico desapareceu do noticiário no pós ocupações militares. Mas diferentemente de outros eventos de Pânico Moral, ela não sucumbira à saturação do tema ou a falta de interesse do público no embate que emergira dias antes na formulação do Pânico Moral. No caso da semana de violência de novembro de 2010 no Rio de Janeiro ele se transformara em euforia e determinaria toda uma atmosfera de catarse nos dias posteriores às ocupações. Uma alegria contagiante e um discurso de esperança no futuro da cidade surgira como efeito colateral da adrenalina dos dias anteriores.

Na sexta-feira 26 de novembro, a euforia tomou conta dos jornais. Com a espetacularização da transmissão ao vivo pela TV da ocupação do dia anterior, os jornais destacavam a fuga dos traficantes pela mata enquanto os blindados avançavam sobre a Vila Cruzeiro. “A fortaleza era de papel” (O Globo), o “Rio contra-ataca” (O Dia), “Bundões da Vila-Cruzeiro fogem como baratas” (Meia-Hora), “Deu para entender quem manda no Rio?”

(Extra) foram as manchetes daquele dia, com júbilo pela vitória. No sábado e domingo subsequentes, os jornais ainda colhiam os louros do confronto anterior em termos de geração de conteúdo sobre o acontecimento, enquanto se delineava aquela que fora batizada como a batalha do Alemão. Na segunda-feira 27 de novembro, com a ocupação do Complexo pelas forças militares, os jornais exaltaram a reconquista do território pelo Estado e a esperança de paz no futuro com a nova realidade estabelecida. Estava alcançado o último estágio do Pânico Moral - a volatilidade - assim como subitamente a atmosfera de medo surgia ela se dissipava também sem alarde.

As matérias posteriores à segunda-feira passaram a destacar não apenas o apoio às ações policiais, mas o regozijo e a alegria com a vitória.

Cartas de amor para os guerreiros da paz  
EXTRA leva mensagens dos cariocas para policiais no Alemão e emociona o comandante da PM, coronel Mário Sérgio (EXTRA, 30/11/2010, p. 1)

O Meia-Hora, no mesmo dia, dispunha aos seus leitores um pôster com dizeres similares aos da Operação Lei Seca: “Operação paz no Rio: Eu apoio”. No Globo, uma das cartas destacadas expressava o discurso de esperança e ruptura que era corrente nos quatro jornais analisados:

Uma nova história para o Rio  
A máscara caiu. A retórica dos defensores destes marginais de que a polícia entrava atirando e matando foi por água abaixo. O que estamos assistindo é a força legalizada dar todas as condições a estes facínoras de se entregarem ordeiramente. Mas não querem. Preferem o confronto. E muitos de seus familiares, que também deveriam ser presos como cúmplices, continuam dando cobertura a eles, como a família de Zeu. Esta ocupação é emblemática. Agora, até os pequenos bandidos que intimidam o cidadão nas ruas vão começar a ver medo. É questão de tempo. Parabéns a todos que apoiaram integralmente a ação da polícia, dos militares e das Forças Armadas. Começamos a escrever uma nova história para o Rio e, quiçá, para todo o país. (Osmany Magalhães Lacerda Rio. O GLOBO, 30/11/2010, p. 8)

É preciso ressaltar que o discurso de entusiasmo frente às ocupações não se encontrava exclusivamente nesses jornais, mas espalhado por amplos setores da sociedade, que repercutiram imediatamente o caso, ao ponto de o presidente Lula anunciar num programa de rádio que faria uma visita ao Complexo do Alemão. Além dessa atitude evidenciar um apoio a Sérgio Cabral, com pretensões à presidência como se especulava na época, Lula tentava mostrar com a declaração que o Alemão estava tão seguro que poderia até receber o Chefe de Estado de forma mais segura:

Eu já ia visitar o Complexo do Alemão. Agora vou com muito prazer. (O GLOBO, 30/11/2010, p. 15)

O editorial de O Globo chegou a dizer que aquela era a queda de uma das últimas cidadelas do tráfico na cidade, aonde se “afirmou o monopólio do uso da força pelo poder público, como deve ser em território nacional. E ainda sai fortalecido o estado de direito democrático” (O GLOBO, 30/11/2010, p. 6).

O jornal traçava uma agenda para depois do Alemão aonde via a possibilidade de uma revitalização dos subúrbios derivada do processo de recuperação da área portuária do Rio de Janeiro. A atuação no Rio era destacada como exemplo para o país pelo Ministro da Justiça Luiz Paulo Barreto e os soldados do Exército presentes tanto na missão brasileira da ONU no Haiti quanto na ocupação do Complexo do Alemão eram caracterizados como a “tropa gente boa”.

Duas matérias em O Globo e em Extra parafrasearam a música de Gilberto Gil “Aquele Abraço” afirmando a o retorno da tranquilidade do Rio de Janeiro:

E o Rio de Janeiro continua lindo  
Aliviados e mais seguros, cariocas retornam a rotina e enfim, aproveitam a cidade.  
Depois de uma semana tensa e cinzenta, o sol voltou a brilhar forte num  
final de semana decisivo para os cariocas, correspondendo à expectativa de que  
tempos melhores estão por vir. Da mesma forma que Gilberto  
Gil escreveu em 1969, no quartel de Realengo onde estava preso a  
canção “Aquele abraço”, enaltecendo o melhor do espírito carioca. Com os baluartes  
do tráfico retomados pelo Estado e a drástica redução dos ataques incendiários, a  
população do Rio de Janeiro pôde, enfim, desfrutar de uma sensação de maior  
segurança, retornando às atividades normais de lazer. Em toda a orla da Zona Sul, as  
areias ficaram lotadas de banhistas de diversas partes da cidade e de turistas que  
aproveitaram o dia ensolarado - que deve se repetir até o meio de semana, conforme  
a previsão de tempo - e o clima da paz. (O GLOBO, 29/11/2010, p. 12)

Houve um deslocamento no imaginário da cidade de uma representação como “violenta” para “maravilhosa” (FREITAS; GONÇALVES, 2012). No Extra, a tônica foi similar. Cabe lembrar que ambos veículos pertencem à Infoglobo, braço das Organizações Globo:

E o Rio continua lindo  
Após a onda e violência, a cidade começa a voltar ao seu ritmo normal, com praias  
lotadas (...)  
Paz no aterro  
(...) O casal de atores Ronnie Marruda e Luana Lopes resolveram aproveitar o  
domingo ensolarado para passear na Lagoa Rodrigo de Freitas. Os dois namoravam  
em um dos píers do local, embalados pela vista de um dos pontos turísticos mais  
famosos pela cidade. (...)

- Não senti medo. Na verdade, ainda não acredito que isso tudo foi real. Para mim, o Rio deve ter sempre o gostinho dessa vitória transborda paz - disse a médica Teresa Cristina enquanto admirava do Aterro a Baía de Guanabara. (EXTRA, 29/11/2010, Especial, p. 11)

As fotos mostravam pessoas na Lagoa Rodrigo de Freitas e na Praia de Ipanema:

Famílias aproveitam o domingo de sol num dos deques da Lagoa Rodrigo de Freitas: sensação de paz, mais segurança e otimismo após a vitória do Estado sobre os bandidos que vinham aterrorizando a cidade. Meninas se refrescam na Praia de Ipanema, lotada de banhistas ontem. (O GLOBO, 29/11/2010, p. 12)

Em outra reportagem, O Globo enfatizou a ideia de um retorno à normalidade e à segurança na vida noturna:

Vida noturna também já volta ao normal  
Noite de sábado teve bares e restaurantes cheios  
Depois de dias marcados pelo terror em várias regiões da cidade, sobretudo na Zona Norte, o carioca voltou a sair de noite. No sábado, o movimento de bares, restaurantes e casas de shows chegou próximo do normal. Até mesmo as áreas de lazer ao ar livre voltaram a atrair frequentadores, mesmo após o escurecer. No campo de futebol que fica próximo ao Túnel Rebouças, um torneio entre quatro times começou por volta das 19h de anteontem e só terminou às 23h. A confraternização entrou pela madrugada de domingo, com direito a churrasco e cerveja, numa grande confraternização. (O GLOBO, 29/11/2010, p. 12)

É importante apontar que as matérias destacavam o retorno à tranquilidade em locais distantes de onde houve os confrontos entre polícias e traficantes - os locais relatados eram na Zona Sul. Além disso, em nenhum deles - Praia de Ipanema, Lagoa Rodrigo de Freitas, Aterro do Flamengo, entrada do Túnel Rebouças na Fonte da Saudade - houve relatos de ataques criminosos nos dias anteriores e que ajudaram a justificar todas essas ações do Estado.

Após a escolha do Rio de Janeiro como sede das Olimpíadas de 2016 e a proximidade com a Copa do Mundo de 2014, gerou uma onda virtuosa, pautada e reproduzida pela mídia (FREITAS; GONÇALVES, 2012) A pacificação foi adotada como um slogan e acolhida como necessária pelos jornais:

Esse quadro começa a se transfigurar, com a candidatura do Rio de Janeiro a sediar a Copa do Mundo e as Olimpíadas, respectivamente em 2014 e em 2016, e a união da prefeitura, do governo do estado e da União Federal em torno do projeto de trazer, para o Brasil, esses dois importantes megaeventos desportivos. Mas, para isso, a cidade precisava livrar-se de sua imagem violenta, precisava ser “pacificada”, ou não teria chance de vencer a disputa pela sede. (FREITAS; GONÇALVES, 2012, p. 57)

A ameaça do tráfico fora enquadrada como uma ameaça terrorista a realização dos grandes eventos no Rio. A euforia da ocupação acompanhava a euforia com a realização dos megaeventos na cidade. Kleber Mendonça (2011) aponta que esta vinculação fora feita posteriormente ao Complexo do Alemão, quando da ocupação do Morro da Mangueira:

De volta à edição de 20/06/11, a conversa entre os repórteres do *RJTV* e o major do Bope nos oferece ainda outras evidências deste funcionamento discursivo. (...)

[Major Nunes termina a medição. Vemos o Maracanã ao fundo]: "O equipamento acabou de me confirmar a distância de 580 metros desse ponto até o anel superior do Maracanã.

[Hélter Duarte pergunta ao comentarista da Globo. Os três aparecem na imagem em que vemos o Maracanã bem próximo ao fundo]: "Qual a importância disso, Rodrigo? Qual a importância desse lugar? Estamos muito perto do Maracanã, né?"

[Rodrigo Pimentel responde]: "Exatamente. Os fuzis utilizados pelos traficantes aqui na Favela da Mangueira (...) são os fuzis 762. Major Nunes, um fuzil 762 atinge o anel do Maracanã com letalidade ainda?"

[Major Nunes]: "Sem dúvida nenhuma. Com esta distância de 580 metros um fuzil calibre 762, utilizado muito pelos traficantes, ele consegue sim atingir com letalidade o Maracanã".

[Hélter Duarte retoma a palavra]: Quer dizer, nessa área, Rodrigo, onde o poder público não chegava, os bandidos tinham um camarote privilegiado para o Maracanã. É isso?

[Rodrigo Pimentel conclui]: Exatamente. Para a Olimpíada e para a Copa do Mundo. A inusitada conversa é rica em apontamentos acerca dos deslocamentos simbólicos e espaciais vivenciados no Rio de Janeiro de hoje. De um lado, testemunhamos a ênfase na importância dos futuros eventos mundiais e a evidência dos riscos que a proximidade entre esta espécie de *sítio de importância global* e os territórios outrora dominados pelas 'classes perigosas' representava. (MENDONÇA, 2012, p. 8)

O poder do tráfico era visto diretamente como ameaça a realização dos jogos e os processos de pacificação eram verdadeiros ritos de instituição<sup>3</sup> alterando os sentimentos e representações da população carioca:

O Globo apropriou-se do termo "pacificação", replicando-o como um *slogan*. Veículos com a penetração do periódico examinado tendem a estabelecer como lugares significativos de consenso em torno de certas políticas públicas, daí a importância de sua adesão a essas iniciativas. (FREITAS; GONÇALVES, 2012, p. 66)

#### 2.4.6 Segundo Quadro Metodológico do Pânico Moral – dimensão interpretativa

Vê-se pela análise corrente que o Pânico apesar de sua dimensão cronológica em uma sucessão de perigo, inventário e reação, possui também ramificações que foram

<sup>3</sup> Ritos de instituição é um termo original de Pierre Bordieu: "Falar em ritos de instituição é indicar que qualquer rito tende a consagrar ou legitimar, isso é, a fazer desconhecer como arbitrário e a reconhecer como legítimo e natural um limite arbitrário (...)" (BORDIEU, 2008, p. 98)

chamadas de etapas do Pânico Moral, no caso diferenciadas pelo algarismo II. Foram demonstradas empiricamente, exemplos de predição, sensibilização, simbolização, orientação de atitudes e temas, exagero e distorção e ação dos agentes de controle nas coberturas de O DIA, Globo, Extra e Meia-Hora. Todas estas fases são retiradas da conceituação de Stanley Cohen sobre o Pânico Moral (1972). Abaixo, relacionamos estas formas de discurso descritas com a interpretação do Pânico em cinco momentos: Aflição, Hostilidade, Consenso, Desproporcionalidade e Volatilidade. Além disso, reiteramos a descrição desta etapa como elementos dispostos acima.

Dimensão cronológica do Pânico Moral e lógica interpretativa

Etapas	Características	Elementos comuns na interpretação do Pânico Moral
Aflição	Nesta etapa é que se tem início a movimentação que gerará o impacto do Pânico Moral. Especialistas começam a indicar que algo diferente e perigoso se aproxima, porém tal fato não repercute com grande convicção por parte dos jornais	Historicidade do elemento violento.
Hostilidade	A figura do demônio popular se estabelece não mais apenas como elemento desviante, mas também como elemento ameaçador. O impacto é iminente.	Propagação do Discurso do elemento desviante como ameaça; Presença do demônio popular.
Consenso	Há um consenso de parte da sociedade, Estado e meios de comunicação de massa de que algo precisa ser feito. É a fase do inventário que, após o impacto, orientará ideologicamente a reação que está por vir.	Predição; Simbolização; Sensibilização*; Orientação de Atitudes e Temas; Ação dos Agentes de Controle;
Desproporcionalidade	A análise do impacto dá margem a formulações sem base científica ou factual na realidade. A reação acaba se pautando por uma hermenêutica desproporcional e acaba gerando ações reacionais igualmente disformes de uma realidade estatística e/ou factual. A compreensão do fenômeno se pauta muito mais por elementos morais e emocionais do que por uma ação racional não-catártica.	O Exagero e a Distorção; Sensibilização*; Orientação de Atitudes e Temas; Ação dos Agentes de Controle
Volatilidade	Assim como o pânico surge, ele se dissipa. A euforia entra como elemento organizador da análise e há um recorte parcial do fenômeno do pânico moral com um deslocamento muitas vezes favorável ao status quo e às ações estatais.	Euforia

**Fonte:** Jornais O Globo, O DIA, Extra e Meia-Hora entre os dias 24 e 29 de novembro de 2010

Observa-se que a Sensibilização\* que seria basicamente a dramatização da narrativa de embate na atmosfera do Pânico Moral pode estar presente tanto na fase do Consenso quanto na Desproporcionalidade. Assim também ocorre na Orientação de Atitudes e Temas que seria a dimensão ideológica e discursiva da Reação e na Ação dos Agentes de Controle que seria a ação propriamente dita das forças estatais, no caso a Ocupação da Vila Cruzeiro e do Complexo do Alemão.

Para comprovarmos a validade metodológica deste trabalho, utilizaremos a ferramenta do Pânico Moral para analisar o material empírico dos jornais de outros eventos de violência no Rio de Janeiro. Escolheu-se o biênio 2002/2003 quando uma série de ações do tráfico foram perpetradas com um grande alcance midiático como o assassinato de Tim Lopes e a perseguição à Elias Maluco e as rebeliões de Bangu 1 e a transferência de Fernandinho Beira-Mar para um presídio federal. Veremos que estes fatos desenrolados ao longo de um ano e meio aproximadamente não apresentaram a concisão do discurso da semana de novembro de 2010. Eles se inter-relacionavam, constituindo, se possível, um Pânico Moral de um espaço temporal mais estendido. Sob a perspectiva e molde do Pânico Moral, destrincharemos a cobertura noticiosa da violência urbana em 2002/2003 e veremos a aplicabilidade do Pânico Moral para este novo objeto, de forma comparativa com os resultados já obtidos da análise de novembro de 2010.

### 3 OS EVENTOS DE 2002/2003 SOB A ÓTICA DO PÂNICO MORAL

Entre os anos de 2002 e 2003, uma série de episódios violentos ocorridos na cidade do Rio de Janeiro foram destacados na cobertura jornalística local e tiveram repercussão similar aos ataques de novembro de 2010. Ocorreram igualmente incêndio de veículos em vias públicas, sentimento de medo e pânico retratados no cotidiano da cidade, a eleição de determinados traficantes como inimigos públicos, além de um discurso reacional do Estado. Nesta etapa do trabalho, analisaremos a cobertura dos jornais o Globo e O DIA sobre os eventos de 2002 e 2003 sob a ótica das mesmas categorias do Pânico Moral que utilizamos anteriormente. Pretende-se desta forma encontrar diferenças e similaridades entre os dois processos, além de entender uma historicidade própria destes ciclos de Pânico Moral na violência urbana carioca. A escolha destes dois únicos veículos se deu por dois motivos: o jornal Meia-Hora ainda não existia a época dos acontecimentos e os exemplares do jornal Extra não estavam disponíveis para consulta ao público em função da reforma da Biblioteca Nacional, aonde estão guardados os acervos de todos jornais em circulação pelo país. Apesar destes dois desfalques, o objetivo de traçar um paralelo entre o Pânico Moral nestes dois momentos pode ser alcançado de forma satisfatória pela reincidência de uma série de elementos nos dois períodos históricos analisados.

Quatro eventos de maior porte foram noticiados ao longo dos meses de junho de 2002 e fevereiro de 2003 e provocaram suítes e editoriais sobre eles. Foram relacionados a uma crise na segurança pública do Rio e a ameaça do chamado poder paralelo dos traficantes. Os quatro eventos selecionados foram os seguintes: em 24 de junho de 2002 a sede da Prefeitura do Rio de Janeiro foi metralhada de madrugada; no dia 11 de setembro de 2002, o traficante Fernandinho Beira-Mar comandou uma rebelião no presídio de Bangu 1 além de uma série de ações violentas em diversos pontos da cidade; no dia 30 de setembro uma nova série de boatos e de ações violentas paralisou diversos serviços na cidade; e por fim em 24 de fevereiro de 2003, houve a chamada “segunda sem lei” em que mais uma nova série de boatos e ações violentas foram descritas pelos jornais ameaçando o cotidiano da cidade.

Estes eventos em um período de aproximadamente um ano foram relacionados dentro de uma cronologia própria. Ao analisarmos empiricamente os jornais podemos identificar dois momentos em que a construção de uma ideia de ascensão da violência e de demonstrações de pânico e medo nas reportagens foram interrompidos pela exaltação das ações policiais contra os mesmos demônios populares de 2010, os traficantes.

No primeiro deles, a prisão do traficante Elias Maluco em 19 de setembro de 2002 foi o primeiro momento de reação das forças estatais contra uma série de ações violentas provocadas na cidade desde maio. Em 15 de maio ocorreu o que foi classificado como um atentado à Secretaria dos Direitos Humanos ao lado do Palácio Guanabara. No dia 2 de junho o jornalista Tim Lopes fora assassinado pelo bando do traficante Elias Maluco, fato que gerou uma enorme repercussão na imprensa na busca por culpados e na exigência de uma resposta contra as barbaridades promovidas pelas organizações criminosas. No dia 24 de junho, a sede da Prefeitura do Rio na Cidade Nova foi metralhada. No dia 11 de setembro de 2002, a rebelião no presídio de Bangu 1 atormentaria o cotidiano da cidade. A crescente incidência desse tipo de notícia sobre atos violentos seria interrompida pela primeira ação factual, fora do mero plano discursivo, de grande porte de combate ao crime por parte do Estado. Como poderemos ver a seguir, as ações governamentais se limitavam a promessas de maior efetivo e de combate ao crime; mas a prisão de Elias Maluco seria a primeira ação retratada pela imprensa como um troféu para autoridades.

O segundo momento foi a transferência do traficante Fernandinho Beira-Mar para o presídio de Presidente Bernardes no interior de São Paulo. Em três momentos anteriores (11 de setembro, 30 de setembro e 24 de fevereiro) ele fora acusado de promover o caos na cidade ao enviar ordens de dentro do presídio de Bangu para que veículos fossem queimados e que o comércio na cidade fosse fechado. Sua transferência ordenada pelo governo federal foi considerada uma vitória das autoridades pelos jornais.

É interessante observar que, em 2010, as etapas do Pânico Moral se manifestaram em um período menor de tempo, completando um ciclo completo de medo e euforia em aproximadamente uma semana. Era como se as narrativas de medo, consenso, euforia e volatilidade estivessem condensadas em um curto período de tempo, permitindo a edificação de uma narrativa quase ficcional. Todo o detalhamento das ações, o excesso de informações teria por objetivo consolidar uma narrativa clássica do evento com heroicização e vilania. Ao fechar a narrativa em um enredo, a interpretação dos fatos acabava por se consolidar na direção do apoio irrestrito às forças estatais:

Até que ponto a precisão das informações, os detalhes das descrições não são muito mais tributários de uma herança do realismo do que uma necessidade de objetividade? Até que ponto não fazem parte das estratégias de verossimilhança das narrativas sensacionais, com quem o mito da objetividade contribui ao dar respaldo às sensações ali descritas? O poder de ficção dos jornais decorre justamente do poder de verossimilhança que o mito da objetividade lhe confere. (MATHEUS, 2006, p. 50)

Estavam todos os elementos presentes: a vilania dos traficantes, a população apavorada, o consenso entre as autoridades estatais e a imprensa, a ação policial vitoriosa, a euforia da cidade unida e o desfecho de paz de um novo tempo que nascia. Pode-se dizer que novembro de 2010 foi o Pânico Moral ideal, no qual todos os elementos (perigo, aflição, consenso, desproporcionalidade e volatilidade) estavam presentes com possíveis paralelos com todas as subcategorias descritas por Cohen (1972): predição, simbolização, orientação de atitudes e temas, ação dos agentes de controle, exagero e distorção.

Porém entre 2002 e 2003 esta dinâmica se daria de forma expandida. Se em novembro de 2010, os acontecimentos em seu auge se restringiram a uma semana específica, em 2002 os atentados se alongaram de formas pontuais em maio, junho, setembro, outubro e fevereiro do ano posterior. E como veremos a seguir, não cessaram após a suposta vitória do governo do Estado contra Fernandinho Beira-Mar. A caçada à Elias Maluco se estendeu por um período de pouco mais de três meses, de junho a setembro.

O que diferenciara os eventos de novembro de 2010 dos de 2002 e 2003 é a noção quase consensual segundo as narrativas jornalísticas de uma ruptura. Nos eventos anteriores, o sentimento de medo e pânico eram totalizantes, mas as vitórias alcançadas – a prisão de Elias Maluco e a transferência de Beira-Mar – eram considerados avanços pontuais na vitória sem prazo de consolidação contra o tráfico de drogas. Era como se a batalha contra o crime organizado fosse já um status quo no noticiário da criminalidade carioca. Tratava-se o confronto entre polícia e traficantes como uma característica já imanente à cidade, sem perspectiva de resolução e também era noticiado de forma tão maniqueísta como uma batalha entre o bem e o mal tal qual em 2010. Existiria uma naturalização do alto índice de mortes na cidade, até porque muitas vezes estes números se concentram entre a população de baixa renda e residente em regiões periféricas. Segundo Ignácio Cano:

As pessoas lidam com insegurança no Rio de forma cíclica e dramática. Para conviver com o alto nível de violência na cidade, tratam como se ela não existisse. Mas, então, surge um evento de grande repercussão e vira uma pauta central na cidade, todos discutem, é uma grande catarse. (BBC BRASIL, 22/22/2010)

Em 2002 e 2003, esta catarse tal qual descrita por Ignácio Cano se manifestou em diferentes momentos em um período de aproximadamente um ano, sobre dois eixos centrais que, apesar de suas diferentes temáticas, não eram excludentes: o avanço do Poder Paralelo sobre toda a cidade na figura de Fernandinho Beira-Mar, e a brutalidade do assassinato de Tim Lopes pelo traficante Elias Maluco e sua posterior caçada. Estas duas narrativas em

muitos momentos se entrelaçavam, até porque, segundo os jornais analisados, ambas eram demonstrações do avanço do Poder Paralelo sob a cidade, cerceando a liberdade do ir e vir do carioca, fechando as portas do comércio da cidade e cerceando a liberdade da imprensa ao executar brutalmente um jornalista. Estes fatores justificam a comparação entre dois momentos de durações distintas – a semana de novembro de 2010 e o período de maio a fevereiro de 2002/2003 – já apontando esta importante diferenciação: em um, os elementos tiveram uma erupção curta e cessaram – no outro, eles se estenderam em um longo período e não cessaram plenamente. É importante salientar que os próprios jornais O Globo e O DIA faziam esta cronologia associando diferentes eventos, distantes meses, em uma narrativa única. Em matéria sobre os ataques de 24 de fevereiro de 2003 em O Globo, todos os eventos desde maio de 2002 eram correlacionados:

#### O poder público na mira do crime

Uma série de atentados contra as autoridades e o poder público foi iniciada no ano passado pelo crime organizado. O primeiro ataque aconteceu em 14 de maio de 2002, quando quatro homens jogaram uma granada na sede da Secretaria estadual de Direitos Humanos. (...) No dia 24 de junho, a sede da prefeitura, na Cidade Nova, foi atingida por mais de 200 tiros. (...) Em 11 de setembro passado, quando o traficante Luís Fernando da Costa, o Fernandinho Beira-Mar, organizou um motim em Bangu I para assassinar presos rivais, uma ação orquestrada também foi desencadeada em todo o Rio a mando do crime organizado. (...) No dia 30 de setembro, traficantes ordenaram o fechamento do comércio e de escolas em vários bairros do Rio e outros municípios da Região Metropolitana. (...) No início da madrugada de 16 de outubro passado, bandidos dispararam contra o Palácio Guanabara, em Laranjeiras, sede do governo estadual. (O GLOBO, 25/02/2003, p. 15)

O mesmo jornal em junho, antes da prisão de Elias Maluco, relacionava o assassinato de Tim Lopes com os eventos de violência na cidade.

#### A escalada de violência no Rio

Em 14 de maio, quatro homens em duas motos jogaram uma granada na sede da Secretaria estadual de Direitos Humanos e fizeram disparos de fuzil contra a portaria do prédio na Rua Barão de Itambi, em Botafogo, onde também funciona o Desipe. (...) No dia 2 deste mês, criminosos deram mais uma demonstração dos seu poder assassinando o jornalista Tim Lopes, da Rede Globo. (...) No dia 18 deste mês, foram divulgadas gravações de conversas telefônicas da quadrilha do traficante Fernandinho Beira-Mar, preso em Bangu I. O grampo, feito pela Polícia Federal, mostra que o bandido, mesmo na cadeia, continua comandando o seu bando. (O GLOBO, 25/06/2010, p. 15)

Tal como descrito por Matheus (2006), as coberturas dos eventos de violência do tráfico de drogas no Rio de Janeiro em 2003 eram imediatamente associadas aos eventos do ano anterior:

No dia 25, ainda de janeiro, o jornal escolheu como manchete “Tráfico volta a espalhar violência”. Observa-se na manchete a referência explícita a acontecimentos anteriores, o que fica evidente através do emprego do verbo voltar, como se os fatos relatados fossem uma continuação de outros ocorridos cinco meses antes e classificados como onda de horror. Durante cinco dias seguidos a partir daquele 25 de janeiro, as manchetes do jornal seriam sobre o mesmo assunto: as ações de traficantes. Com a proximidade do carnaval, as reportagens passaram a falar da possibilidade de intervenção federal e do uso das Forças Armadas para proteger a cidade durante o período, o que realmente ocorreu. Vinte dias mais tarde, a manchete de O Globo voltou a tratar de ações criminosas: Juiz que cuidava de Beira-Mar é executado com quatro tiros em São Paulo. (MATHEUS, 2006, p. 27)

Neste exemplo, pode-se traçar um paralelo com a catarse descrita por Ignacio Cano (BBC BRASIL, 2010). O medo do crime que permanece latente na cidade e de repente torna-se a temática do dia e domina o noticiário por cinco dias seguidos.

Observa-se que no noticiário criminal no Rio de Janeiro, as tramas narrativas são muitas vezes constituídas em um emaranhado de fatos distintos que se sobrepõem de forma a construir um crescente de violência. Há uma propriedade associativa entre os eventos de violência de forma a emoldurar uma atmosfera de medo na cidade. O discurso acaba centrando muitas vezes em um mal absoluto – a violência – que atormenta todos cidadãos. Exemplos disso é uma matéria de O DIA de março 2003, que aborda mais um dia de violência na cidade, mesmo após a transferência de Beira-Mar – foi chamada de a “nova segunda sem lei” – em que o secretário de segurança Josias Quintal afirma que os policiais não estão preparados para enfrentar tiroteios. A matéria tem em seu primeiro parágrafo a imagem da estudante Gabriela de 14 anos, fazendo o símbolo da pomba da paz com as mãos. A estudante foi assassinada no metrô da São Francisco Xavier na Tijuca no mesmo ano, em um crime que gerou grande comoção pública. Como aponta Matheus (2006), em 2003 as notícias do caso Gabriela, da Guerra do Iraque e da guerra do tráfico no Rio eram entrelaçadas:

A descrição do contexto serve para mostrar que os objetos desta pesquisa não configuram isoladamente uma idéia de violência, possuindo relação de interdependência com outras reportagens que assim passam a constituir uma espécie de continuum narrativo sobre o tema midiático da violência. (...) Esse continuum se dá tanto por estratégias editoriais quanto redacionais. Durante três dias consecutivos o caso Gabriela, por exemplo, foi publicado na primeira página lado a lado da “Guerra de Bush”, transferindo editorialmente um sentido de violência de Estado para a “Guerra do Rio”. (MATHEUS, 2006, p. 28)

É inserido nesta ideia de continuum narrativo que se constrói a dinâmica do Pânico Moral ao longo destes meses entre 2002 e 2003. Cabe a ressalva de que em 2010, o Pânico Moral descrito pelos jornais, este fluxo narrativo sensacional de medo pode até ser considerado coincidente com o pânico real nas ruas, como se o tempo da narrativa se aproximasse do tempo da realidade. É factível pensarmos que o medo e a euforia da população na semana de novembro foram concomitantes com estas mesmas sensações descritas pelos jornais. Em 2002 e 2003, a estratégia narrativa porém perpassava esta espécie de latência do medo da violência do tráfico, um medo sempre possível que subitamente vinha à tona, tal qual na catarse descrita por Ignacio Cano.

Na redação das reportagens, esse continuum do sentido da violência fica ainda mais evidente, como quando O Globo diz que ‘Tráfico *volta* (original sem grifo) a espalhar violência’. Essa ameaça produz necessidade de intervenção das Forças Armadas na cidade durante o carnaval, frente à ameaça do poder do traficante Luiz Fernando da Costa, o Fernandinho Beira-Mar, em uma cadeia de histórias de violência. Essa cadeia discursiva ou continuum narrativo, como temos chamado, fica evidente por meio dos signos compartilhados por ambas as coberturas. (MATHEUS, 2006, p. 29)

Essa cadeia discursiva, obviamente constrói uma lógica sequencial e é esta lógica ou continuum narrativo que tentaremos analisar sob os mesmos parâmetros de novembro de 2010 pelos quais categorizamos os eventos do Complexo do Alemão e da Vila Cruzeiro.

Voltando a Cohen (2003), vimos que existem três elementos base para que um caso de Pânico Moral alcance unanimidade pública e respaldo popular. Primeiramente, assim como em 2010, temos um inimigo convincente, facilmente condenável e ameaçador: os traficantes de drogas. Em segundo lugar, temos também uma vítima apropriada, facilmente identificável com o público leitor. Esse ponto foi atingido pelos jornais O Globo e O DIA especialmente em três momentos.

Em O DIA, foram abordados em específico a morte de um taxista executado pelos traficantes de Manguinhos ao tentar atravessar uma barreira na Av. Leopoldo Bulhões e a de um dona-de-casa, passageira de um ônibus da linha 410 (Saens Peña – Gávea) incendiado em Botafogo, que não resistiu aos ferimentos. As matérias de ambas ganharam destaque com depoimentos de parentes dos mortos.

*Morto pelo tráfico na segunda sem lei era motorista de táxi* Depois de 40 dias internado após cirurgia cardíaca, Sílvio Manoel Fernandes (foto), 73 anos, estava ansioso. Voltaria a trabalhar na manhã daquela segunda-feira. Acordou às 3h30 para ir até o PAM de Del Castilho checar a pressão. Ao volante de seu Versailles, em Manguinhos, perdeu a direção por não conseguir enxergar com a fumaça provocada por um coquetel molotov e rompeu a barreira feita por traficantes na Rua Leopoldo Bulhões. Foi arrancado do carro, levado para dentro da Favela Mandela 1, espancado

e executado com um tiro de fuzil na cabeça. O táxi foi incendiado. Só ontem a viúva reconheceu o corpo do marido. (O DIA, 26/02/2003, p.1)

*Passageira de ônibus não resiste*

Com 60% do corpo queimado, a dona-de-casa Aury Maria do Canto (foto), 70 anos, não resistiu e tornou-se ontem, às 15h15, a segunda vítima fatal da Segunda Sem Lei. (...)

Aury iria saltar no segundo ponto depois do local do acidente, para entregar salgadinhos que sua filha Rosângela Cavalcante de Araújo, 45 anos, faz e vende para a cantina do Colégio Pedro II no Humaitá. (O DIA, 28/02/2003, p. 8)

Em ambas as matérias, há destaque ao choro dos parentes e uma foto dos mortos. Relata-se a falta que um ente querido fará na família, aproximando o público leitor daquele drama, fazendo com que o próprio leitor tema a perda de um parente de forma súbita na onda de violência que toma a cidade.

Em mais um dos dias de ataques, desta vez em março, O Globo dedicou uma página ao depoimento de uma passageira de São Paulo que estava em um ônibus da 1001 que foi atacada na Avenida Brasil. Cabe destacar que o público leitor das classes A e B de O Globo difere do público leitor de renda menor de O DIA. Logo assim, como a morte de taxista e de uma dona-de-casa repercutem em O DIA, a vitimação de uma dentista paulistana que estava hospedada na Lagoa repercutirá em O Globo:

Na poltrona de Maria Emília, a marca de três tiros

No banco onde eu estava, acertaram três tiros. Tinha marcas de estilhaço por várias poltronas. Era a imagem do inferno, mas todos rezavam muito. Havia crianças, mas elas milagrosamente ficaram mudas, quando precisávamos de silêncio para espantar os marginais. Ouvia-se orações evangélicas mais exaltadas, mas não dava para reclamar, era um pedido de ajuda desesperado, uma oração à vida. Entre lágrimas ela contou por telefone o desespero de lidar com a morte iminente. (O GLOBO, 01/03/2003, p. 10)

A descrição dos momentos de terror de Maria Emília permitem aproximar o leitor da situação e imaginar visualmente todo o pânico daquelas crianças e passageiros do ônibus, coletivizando a memória daquele momento de tensão. Essas e outras histórias vão se colecionando no continuum narrativo como uma historicidade própria da violência no Rio. A mesma descrição que é feita pelo temor das vítimas será repetida mais à frente ao se narrar a crueldade dos criminosos. Projeta-se o medo das vítimas sobre o leitor e mitifica-se o bandido em sua esfera mais cruel e bárbara, criando uma dualidade entre vítima e vilão, dualidade esta que se expressou em 2010 principalmente entre os bandidos derrotados e os heróis policiais.

Por fim, deve haver o consenso de que os casos de violência não são eventos isolados e sim parte de um todo, de uma ameaça maior. Neste ponto, entre em 2002/2003, este continuum narrativo constrói uma trama crescente, progressiva de violência desde os primeiros atentados cometidos pelos traficantes. Os editoriais dos jornais deixam bem claro esta demanda por reação.

#### Lenga-lenga

Há quatro semanas, as autoridades policiais e federais negociam no Rio e em Brasília um rol de medidas para combater o tráfico e a violência desenfreada que tomou conta da cidade. Pelo visto, até agora, não chegaram a nenhuma conclusão. Enquanto isso, pais enterram os filhos mortos estupidamente, bandidos incendiam ônibus na principal via de acesso ao Rio, e assassinatos continuam acontecendo em número cada vez mais crescentes. (...) Alguém precisa agir nessa história. (O DIA, 01/04/2003, p. 6)

Em outro editorial de O DIA, o poder público encontrava-se derrotado frente o avanço do tráfico de drogas:

#### Além do limite

O atentado contra o prédio da prefeitura do Rio de Janeiro inaugurou um novo e perigoso estágio na crise de segurança pública. Atos como este, no limiar do terrorismo, lembram situações de guerra civil e ruptura institucional. Mas, por serem praticados, provavelmente, por marginais alistados no crime organizado e financiados pelo tráfico de drogas, são, na verdade, mais um passo na escalada em direção à barbárie e à total derrota do poder público diante da violência. (O GLOBO, 25/06/2002, p. 6)

Tem-se então os três elementos descritos por Cohen (2003) para a emergência de um Pânico Moral presentes em 2002/2003 assim como tivemos em 2010. Para analisarmos os eventos de 2002 e 2003, utilizaremos o conceito de Pânico Moral e portanto voltaremos ao estudo a partir das suas duas dimensões – a macro cronológica (Perigo, Inventário e Reação) e a posteriormente a divisão das cinco etapas básicas do Pânico Moral.

### **3.1 As etapas do Pânico Moral em 2002/2003 (I)**

#### **3.1.1 O Perigo em 2010**

O perigo seria a etapa em que se destaca a ameaça e a situação de risco que precede o auge do Pânico Moral. Pode-se dizer que é uma etapa de construção do medo pelos jornais.

Em 2002 e 2003, esta etapa se localiza em atentados pontuais que supostamente os traficantes faziam contra o poder público. Pertencem a este período eventos como o ataque a secretaria dos Direitos Humanos em maio e o ataque a Prefeitura em junho, além do assassinato do jornalista Tim Lopes no mesmo período:

*A escalada de violência no Rio*

Em 14 de maio, quatro homens em duas motos jogaram uma granada na sede da Secretaria Estadual de Direitos Humanos e fizeram disparos de fuzil contra a portaria do prédio, na Rua Barão de Itambi em Botafogo, onde também funciona o Desipe. O atentado ocorreu às 20h40m e duas pessoas ficaram feridas. Os bandidos fugiram e, poucos minutos depois, atiraram numa cabine da prefeitura e numa patrulha da PM na entrada do Túnel Santa Barbara, em Laranjeiras. Nas imediações do prédio do Desipe, os marginais deixaram dois cartazes. Num deles, estava escrito: “Chega de opressão. Daqui para frente qualquer ação arbitrária com nossos irmãos na cadeia será dada resposta à altura (na bala)” (...) No dia 2 deste mês, criminosos deram mais uma demonstração do seu poder, assassinando o jornalista Tim Lopes, da rede Globo. (O GLOBO, 25/06/2002, p. 15)

A ameaça latente nos episódios da violência urbana era que o poder paralelo do tráfico começasse a não mais se limitar às áreas favelizadas e tomasse conta do chamado “asfalto”. Apesar de episódios pontuais de violência urbana serem frequentes no Rio de Janeiro há décadas, estes dois fatos começaram a ser interpretados como um aumento do poder do tráfico. Se antes eles se limitavam a manter o funcionamento de suas bocas-de-fumo nas comunidades e restringia o seu poder de opressão nas favelas, agora o tráfico estaria cerceando a imprensa - no caso, tratava-se do maior conglomerado multimídia da América do Sul, a rede Globo de Televisão - e desafiava diretamente o poder constituído. Em um evento posterior, em outubro do mesmo ano, o próprio Palácio da Guanabara seria alvo de tiros. A questão da territorialidade estava se expandindo de forma diferente daquela de novembro de 2010. Se nas ocupações da Vila Cruzeiro e do Complexo do Alemão era o Estado que retomava o território do tráfico, em 2002 e 2003, era o Estado que estaria perdendo o seu poder legal frente ao tráfico. Esta narrativa de derrota na guerra do Estado de Direito condicionou todo o processo seguinte, de auge e inventário do Pânico Moral

### 3.1.2 Não dá mais: inventário do Pânico Moral em 2002/2003

O inventário trata principalmente das ações das Forças do Estado e opinião pública em um momento imediatamente após o auge do Pânico Moral, quando as ameaças promovidas

durante o momento do perigo se consolidam. Quando a Prefeitura fora metralhada com 132 tiros, o consenso de que algo precisava ser feito tomou forma.

Figura 13: Primeira Página, O Globo, “Atentado com 132 tiros desafia poderes no Rio”, Terça-feira, 25 de junho de 2002

**O GLOBO**

Fundador: IRINEU MARINHO RIO DE JANEIRO, TERÇA-FEIRA, 25 DE JUNHO DE 2002 • ANO LXXVII • Nº 25.158 • www.oglobo.com.br Presidente: ROBERTO MARINHO

# Atentado com 132 tiros desafia poderes no Rio

Sede da prefeitura é atacada de madrugada, em nova ação do crime organizado no estado

• A escalada da violência no Rio parece não ter fim. Ainda traumatizada com a execução do jornalista Tim Lopes e com a ação do traficante Fernandinho Beira-Mar mesmo preso, a cidade viu ontem a sede da prefeitura virar alvo, na madrugada, de um atentado: um bando armado de fuzis fez pelo menos 132 disparos contra o prédio, destruindo 55 vidraças, antes de jogar duas granadas. O presidente Fernando Henrique, que foi à prefeitura, disse que os bandidos tentam mostrar que há um outro poder no Brasil. “Mas o (único) poder é o que o povo elegeu. Medidas enérgicas serão tomadas.” Traficantes são os principais suspeitos, mas o secretário de Segurança, Roberto Aguiar, não descartou a hipótese de desestabilização do governo Benedito. O prefeito César Maia defendeu a decretação do estado de defesa na capital. Páginas 14 a 19 e editorial “Além do limite”

**A escalada da violência em 2002**

- 3/3 - Traficantes sequestram um carro da PM em Vila Lobo, matam um suspeito, matam outro em fuga e atacam a 27ª DP com tiros de fuzil
- 14/3 - A Secretaria estadual de Defesa Humana, a SED, recebe do Polício Gaurambara, é atingida por uma granada e dois de fuzil
- 28/3 - Tráfico forte o Tardes Santa Bárbara por uma hora
- 2/6 - Traficantes prendem, torturam e matam o jornalista Tim Lopes
- 18/6 - Fernandinho Beira-Mar, mesmo preso em Bangu I, nega a culpa de matar

VIDRAÇAS QUEBRADAS e buracos de tiros na parede de concreto da prefeitura

O PRESIDENTE Fernando Henrique mostra cápsulas de balas de fuzil

Esta mesmo paradigma se deu durante os dias 11 de setembro, 30 de setembro e 24 de fevereiro quando ataques coordenados por criminosos paralisaram a cidade. A edição de O DIA no dia posterior ao ataque da prefeitura estampava em sua capa declarações de autoridade que davam um tom de que seria necessária uma reação do Estado.

“Essas balas que são de uso militar, são a prova que tudo passou do limite. É inaceitável” Presidente Fernando Henrique. “É mais que crime organizado. É terrorismo. É preciso convocar um estado de defesa no Rio.” Prefeito César Maia. (O DIA, 25/06/2002, p. 1)

O medo compartilhado pelos moradores do entorno da Prefeitura era destaque em O GLOBO:

Assustada com o movimento na rua e com a interdição da Pinto de Azevedo, Inês Costa, funcionária da secretaria municipal de Saúde, se espantou ao saber que o andar em que trabalha tinha sido alvo de rajadas de fuzil: Estou apavorada. Não imaginava que isso poderia acontecer aqui, mas hoje no Rio tudo é possível disse ela. (...) Os vizinhos da prefeitura viveram uma noite de terror. Renato de Matos, morador de um prédio na Rua Pinto de Azevedo, disse que inicialmente pensou que fossem fogos de artifício e ficou surpreso quando viu que se tratava de um atentado à prefeitura: - Se prédios públicos são alvos, onde tem segurança no Rio? (O GLOBO, 25/06/2002, p. 14)

O termo poder paralelo era uma constante em ambos os jornais. A polêmica sobre o estado de defesa exigido pelo prefeito Cesar Maia tomou conta das notícias no dia seguinte. Pela constituição federal, o estado de defesa pode ser decretado pelo Presidente da República, “em locais restritos, por tempo determinado, visando a preservação ou o restabelecimento da ordem pública ou da paz social ameaçadas por grave ou iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidade de grandes proporções na natureza”. Em O DIA, universitários discordavam do estado de exceção. Em O GLOBO, foi publicada uma nota assinada pela governadora Benedita da Silva, pelo presidente da Assembleia Legislativa, Sergio Cabral Filho e pelo presidente do Tribunal de Justiça do Rio, Marcus Faver, intitulada “A Ordem Pública e o Estado de Direito”:

#### Os três poderes unidos contra a violência

O governo do Estado do Rio de Janeiro, a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro e o tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, em face do atentado ao prédio do Centro administrativo São Sebastião, sede da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, ocorrido na madrugada desta segunda-feira, 24 de junho, vem, em conjunto, afirmar:

1. Trata-se de episódio gravíssimo, que busca, por meio torpe e intolerável, intimidar e desestabilizar as instituições democráticas da cidade e do Estado do Rio de Janeiro.
2. Na mão inversa de sua finalidade, o episódio une, fortalece e aproxima os poderes legalmente instituídos, na defesa inequívoca e contumaz do estado de direito, representado por todas as suas instituições e seus instrumentos de controle.
3. A resposta firme e uníssona vem com a articulação, em ação integrada, de todas as forças credenciadas a investigar, solucionar e punir os responsáveis por este atentado.
4. Há consenso de que o enfrentamento deste e dos demais atentados contra a ordem pública e o direito sagrado da vida que vem afligindo a população fluminense deve mobilizar os policiais e todos os órgãos de segurança dos poderes constituídos.
5. O compromisso de entendimento e cooperação ora selado entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e a resposta firme e incontestável contra a violência e o crime organizado, que deve aproximar em definitivo, Estado e sociedade. (O GLOBO, 25/06/2002, p. 5)

O consenso de que algo precisa ser feito em uma aliança entre governo e opinião pública se deu de forma diferente em 2002 e 2010. Apesar dos jornais concordarem com este discurso uníssono de que era necessária uma reação, o apoio dos meios de comunicação não foi total como em 2010. O editorial de O DIA, não poupava os governantes eleitos e toda classe política de críticas:

Não dá mais

É inaceitável. A frase não é de um carioca qualquer, indignado com a violência que campeia pela cidade. Ela foi proferida pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, depois de visitar a sede da prefeitura, fuzilada na madrugada de ontem. O estilo do presidente já é conhecido dos brasileiros. Ele costuma sempre ficar ao lado da maioria, como se as mazelas não tivessem nada ver com ele nem tampouco com seu governo. O presidente, assim como o prefeito Cesar Maia, tirou proveito político do lamentável e preocupante episódio. O que aconteceu no centro administrativo da cidade tem a ver com o presidente, a governadora, o prefeito e todos nós. Decididamente, “não dá mais”, como desabafou Fernando Henrique.

O Rio – assim como o Brasil – já enfrentou e venceu desafios muito mais complexos que o combate a um amontoado de delinquentes, armados de fuzis e bombas. O que falta, hoje, é foco nessa questão. Na antevéspera das eleições, todos os administradores só pensam nos votos que podem ganhar ao tratar da gravíssima questão da segurança pública. E por isso que os traficantes encorpam. Está na hora de tomarem atitudes contundentes. Como disse FH: Não dá mais. (O DIA, 25/06/2002, p. 8)

Se em 2010, o discurso dos jornais alocava o problema na barbárie e sua causa na malignidade dos traficantes, em 2002 o agravamento do problema era fruto do descaso dos governantes. Esta crítica à postura dos governantes foi uma tônica dos jornais em 2002/2003 que inexistiu em novembro de 2010.

Medo e Pânico

Quando uma aeromoça faz os procedimentos de decolagem, avisando aos passageiros como se comportar no caso de depressurização ou de aterrissagem forçada, com certeza não está levando pânico aos viajantes. Preventivamente fornece informações preciosas para quem está dentro do avião. A governadora do Rio, Rosinha Garotinho, e os seus assessores de segurança pública confessaram publicamente, que sabiam desde domingo da intenção dos traficantes de aterrorizar o Rio, na segunda-feira sem lei. Não denunciaram a ação com receio de criar mais pânico. Em última análise, deixaram os cidadãos de bem entregues à própria sorte – já que as forças policiais não foram ágeis o suficiente para impedir os atentados em série na segunda-feira e ontem. (O DIA, 26/02/2003, p. 8)

A editorial do jornal chega até a ridicularizar a velha temática do confronto com a bandagem que posteriormente é defendida nos confrontos de 2010:

A atitude paternalista das autoridades evidenciou, novamente, que as polícias não estão preparadas para ações preventivas e muito menos sabem manejar informações. Preferem bater na velha tecla do confronto com a bandagem. No caso em questão,

armaram-se até os dentes e foram para as ruas feito baratas tontas. (O DIA, 26/02/2003, p. 8)

Os eventos se estenderam por um período de trocas de governo estadual e federal. Em 2002, estava-se no final dos oito anos do governo Fernando Henrique Cardoso. O DIA, era especialmente crítico à política de segurança do ex-presidente:

#### Fogo da omissão

(...) Uma metrópole do tamanho e da importância do Rio de Janeiro merece ser humilhada dessa maneira? É óbvio que não. Mas, desgraçadamente, os cariocas estão colhendo o que plantaram. Há algum tempo, autoridades e magistrados vêm sendo alertados de que a presença de Fernandinho Beira-Mar no sistema prisional de Bangu é risco muito grande. O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso chegou a ser alertado disso. Ele e seu então ministro da Justiça, Miguel Reale Jr., fizeram ouvidos de mercador. (O DIA, 25/02/2003, p. 10)

#### De mãos lavadas

(...) É sempre assim, nos momentos de grande comoção como as chacinas da Candelária, de Vigário Geral e na tragédia do ônibus 174 – o Palácio do Planalto agiu da mesma maneira. Reuniu-se, prometeu mundos e fundos e até agora não aconteceu nada de concreto. (O DIA, 26/06/2002, p. 6)

No governo estadual, estava-se na administração interina da vice-governadora Benedita da Silva – o governador eleito Anthony Garotinho tinha se licenciado do cargo para disputar a presidência da república. O DIA na maioria dos editais pesquisados foi crítico em especial à política de segurança pública.

#### Faltou ânimo

A bandidagem do Rio tem histórias características próprias, que a diferem do resto do País. Nenhum governador e muito menos um Secretário de Segurança não podem – sob nenhum argumento – desconsiderar lacônicas gravações como as que foram reveladas pelo Ministério Público. (...) Desgraçadamente, as corporações policiais fluminenses se acostumaram a trabalhar sobre fatos consumados. Vivem na boca do vulcão. Não têm o hábito e muito menos o ânimo de evitar que os atos criminosos aconteçam. Preferem ver para crer. Só que quando isso acontece, quem paga a conta são os cidadãos desprotegidos. Na maioria das vezes, com a própria vida ou com situações de pânico e humilhação como as de segunda-feira. (O DIA, 02/10/2002, p. 8)

O secretário de segurança Roberto Aguiar era o alvo preferido do jornal assim como o prefeito César Maia, ridicularizado também em charges. Em uma matéria de capa, o jornal destacava que enquanto os dois discutiam na imprensa, a população carioca continuava sofrendo com assassinatos e ações do tráfico.

Enquanto eles batem boca, a violência não dá tréguas.

Estive com ele e fiquei apavorado porque ele é desequilibrado. Olhem para os olhos dele. Ele tem que ir para tratamento. – Prefeito César Maia sobre o secretário de segurança Roberto Aguiar.

Ele é uma pessoa muito instável e eu respeito muito as pessoas doentes. O prefeito está fazendo uma projeção dele em mim. – Secretário Roberto Aguiar sobre o prefeito César Maia. (O DIA, 26/06/2002, p.1)

Em alguns momentos, o jornal demonstrou simpatia ao discurso do governo Benedita. Um dos principais efeitos da prisão de Elias Maluco foi o aumento das intenções de voto das ex-governadora.

Sinal animador

(...) Essa prisão tem um significado especial para a sociedade: ninguém está impune, por mais poderoso, rico ou sanguinário que seja. É verdade que o bandido não é dos mais importantes na hierarquia do tráfico que domina as favelas da cidade. Trata-se de sujeito desequilibrado, sem inteligência e que se impunha apenas pelas atrocidades que cometia e por um prontuário com mais de 60 homicídios. (...) O seu próximo desafio, como alertou a governadora Benedita da Silva, é colocar junto com Fernandinho Beira-Mar, Marcinho VP e Elias Maluco, um criminoso igualmente perigoso que atende pelo nome de Linho. Trata-se do maior fornecedor de drogas em liberdade. Que venha o próximo alvo! (O DIA, 20/09/2002, p. 6)

Além disso, em 30 de setembro, em uma das vezes em que o comércio da cidade parou em função da ameaça do tráfico de drogas, o jornal endossou o discurso da governadora de que se tratava não de uma ação do tráfico, mas de manobra política de adversários tentando derrubar o seu governo:

Pânico real

Há suspeitas de que a onda de pânico que fechou comércio e lojas e redirecionou linhas de ônibus possa ter sido estimulada por políticos inescrupulosos ou por bandidos ensandecidos. (...) O trabalho dos boateiros por ordem de quem quer que seja encontrou um terreno fértil para que o pânico avançasse como se fosse um rastilho de pólvora. Os cidadãos estão inseguros. As autoridades, por mais que se esforcem, são frequentemente desafiadas pelos bandidos. Usar politicamente a fragilidade da população é uma postura tão criminosa e irresponsável quanto a do bandido que despacha seu exército de garotos pela cidade mandando fechar o comércio. O momento não é para oportunismos vorazes. A sociedade saberá muito bem separar os oportunistas daqueles que tratam desse problema com seriedade. (O DIA, 01/10/2002, p. 1)

O jornal O Globo, no mesmo dia, viu a ação como uma reação do tráfico aos avanços do governo federal à época e do governo estadual. No material analisado, as críticas de O DIA ao governo Fernando Henrique Cardoso não encontraram respaldo em O Globo. Ao mesmo tempo, o governo Benedita teve uma avaliação positiva no momento da prisão do traficante Elias Maluco.

De proporções inéditas, o bloqueio orquestrado por quadrilhas é uma reação a importantes ações bem-sucedidas executadas pelo poder público. Chefes de alguns desses grupos estão presos, e a força-tarefa coordenada pela Polícia Federal tem colhido êxitos na repressão às linhas de suprimento de drogas, armas e dinheiro às quadrilhas. Há inclusive gratificantes evidências da melhoria de qualidade dos quadros da Polícia Civil. O crime reage porque está acossado. (O GLOBO, 01/10/2002, p. 6)

Mas, o elemento mais original no editorial do dia 30 de setembro não foi o apoio as ações do governo estadual e federal e sim, uma postura inédita de um dos jornais selecionados entre todo o material empírico analisado de 2002/2003 e 2010. Este fora o único momento em que um dos periódicos analisados apresentou postura similar a alguns dos jornais descritos por Cohen (2003), de desvalorizar a ameaça do tráfico como algo superlativado. Tem-se aí, a única vez em que um dos jornais alerta que este Pânico incensado entre a população não fosse correspondente à ameaça real. Este é o único momento em que a desproporcionalidade tal qual descrita na tradição dos *moral panic studies* encontra eco no Brasil, ou seja, um jornal alertando que o exagero e distorção encontra-se na ameaça do desviante. Lembro que em todo material analisado, este elemento de desproporcionalidade foi exclusivo da cobertura da reação do Estado. Esta fora a primeira a única vez, que dentro do material empírico, encontramos por parte dos jornais uma relativização da ameaça do tráfico:

#### Causa comum

(...) Mais do que refletir o poder real do crime organizado, o fechamento do comércio e escolas em vários bairros do Rio e de Niterói deu a dimensão do medo que toma conta da população. Mesmo que quadrilhas de traficantes não tivessem condições efetivas de impor uma espécie de toque de recolher em bairros das várias regiões das duas cidades, de Ipanema a Itaipu, a ordem dada em alguns pontos localizados se alastrou de tal forma, e embalada por tantos boatos, que durante parte do dia de ontem viveu-se um clima de meio feriado. Mas com muita tensão. (O GLOBO, 01/10/2003, p. 6)

Em 2003, o presidente Lula assumiu a presidência da república. Por seu pouco tempo de governo, sua administração foi poupada das críticas em ambos os jornais. Apenas o ministro da justiça Marcio Thomaz Bastos chegou a ser criticado em um dos editoriais de O DIA, mas também fora elogiado anteriormente. O mesmo não aconteceu com a governadora Rosinha Matheus. Assumindo depois de oito anos de governo Anthony Garotinho, sua gestão foi considerada pelos veículos como uma continuação da administração de seu marido. É interessante observar como a postura dos editoriais dos jornais O Globo e O DIA se alterou com a nova gestão. A mesma tensão fruto da boataria em 30 de setembro de 2002 torna-se no

dia 24 de fevereiro de 2003, fruto da incapacidade do governo Garotinho em enfrentar o tráfico:

*Hora do terror*

O Rio amargou mais um dia de tensão – segundo a própria polícia por ordem de chefes do tráfico encarcerados no sistema penitenciário de Bangu. (...)O governo Rosinha Matheus se mostra perplexo. Enredado em grave crise financeira, politicamente paralisado por uma CPI cujo centro é um escândalo em que um dos protagonistas foi alto funcionário da fazenda de Anthony Garotinho, o governo é agora apanhado em estado de catalepsia por mais uma demonstração de força do crime organizado. (...) São condenáveis a empáfia e a arrogância com que alguns responsáveis pela segurança pública, no governo Rosinha Matheus, assumiram seus cargos. (...) Esgotou-se o tempo da retórica. (O GLOBO, 25/02/2003, p. 6)

Em O DIA, a politização da questão foi duramente atacada na gestão Rosinha:

Cabe à governadora Rosinha Garotinho e ao ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, dar um basta nesse joguinho de faz-de-conta. O Palácio do Planalto finge que está ajudando a resolver essa questão gravíssima enquanto o Palácio Guanabara também finge que está recebendo a colaboração de Brasília. Nessa altura dos acontecimentos, politizar o drama da segurança pública é uma temeridade. As “segundas-feiras sem lei” já se transformaram em rotina. A população está machucada e assustada com tanta barbárie. (O DIA, 01/04/2003, p. 6)

O inventário da ameaça do poder paralelo em 2002/2003, apesar de não apresentar o discurso quase que propagandístico de 2010, quando se via uma simpatia muito maior entre os jornais com as ações do governo Sérgio Cabral Filho, se solidifica com a demanda por uma resposta nas duas esferas estadual e federal a três questões básicas: a insegurança que ronda a cidade, a prisão de Elias Maluco e a transferência de Fernandinho Beira-Mar.

### 3.1.3 A reação em 2002/2003

A reação em 2002 e 2003, diferentemente de 2010 não teve um desfecho conclusivo. Os dois episódios de maior euforia foram na transferência de Beira-Mar e na prisão de Elias Maluco, como veremos mais a frente, porém não se consolidou a ideia de ruptura como apontei anteriormente. Algumas medidas como a presença das tropas do Exército no carnaval foram saudadas – os jornais inclusive apontavam que “o bloco agora é o verde-oliva” em referência ao uniforme dos militares:

Nunca mais

Colocar o Exército na rua, afastar Fernandinho Beira-Mar do Rio, reforçar o policiamento nos presídios, combater traficantes nas favelas e tentar desarticular as bocas-de-fumo pela cidade são providências mais do que necessárias. Todas são emergenciais. Deveriam ter sido tomadas há muito tempo. (O DIA, 28/02/2003, p. 6)

Vê-se que o jornal não enxerga uma vitória definitiva nas ações do Estado, mas parte de estratégias de um caminho que poderá tornar-se vitorioso no caminho de enfrentamento do tráfico. Não se tem um novo tempo tal qual em 2010. O periódico exalta as ações como mais uma das estratégias que poderão frutificar um novo paradigma no futuro.

O momento é oportuno para que o Brasil construa, de uma vez por todas, um plano nacional de segurança pública. Um rol de providências de médio e longo prazo no qual os governos estaduais e federal estejam comprometidos a atenuar o impacto da violência na vida brasileira. Algo que tenha consistência e seja efetivo. (O DIA, 28/02/2003, p. 6)

A reação em 2002/2003 acabou sendo condicionada também por uma série de promessas de medidas efetivas que acabaram não se concretizando ou foram efetivas durante um curto período de tempo. Em maio de 2002, após o atentado contra a Secretaria Estadual de Direitos Humanos, foi idealizada e criada uma força-tarefa de combate ao crime. Na quinzena final do mês, aproximadamente metade das capas do Globo tratavam do assunto – 8 capas em um período de 15 dias. No mesmo mês, a governadora Benedita sugeriu o bloqueio do acesso de carros às favelas. Em Outubro nas eleições, houve um efetivo de 50 mil homens do Exército, Polícias Federal, Civil e Militar para garantir a segurança do pleito. No carnaval de 2003, as forças do Exército foram novamente chamadas para garantir a segurança, especialmente no Sambódromo.

No mesmo mês, a governo federal sugeriu a federalização de Bangu I, além de que as polícias estaduais civil e militar ficassem sob administração especial de uma missão enviada pelo ministério da Justiça – ambas medidas foram rejeitadas pela governadora Rosinha Garotinho. Por fim, em abril do mesmo ano, após trocar o comando de todos batalhões da PM, o secretário Anthony Garotinho integrou o Rio ao Sistema Único de Segurança no que foi saudado pelo jornal O Globo: “É animador constatar que picuinhas foram postas de lado para se derrotar um inimigo comum”.

### 3.1.4 Análise comparativa das etapas do Pânico Moral em 2002/2003(I)

Quadro III – Dimensão macrocronológica do Pânico Moral 2002/2003

ETAPAS	CARACTERÍSTICAS	SUBDIVISÕES
<b>Perigo</b> Atentado contra a secretaria estadual dos Direitos Humanos (15\05\2002); temor com a influência do tráfico entre os jovens; a ameaça do crescente poder de fogo do poder paralelo, desaparecimento do jornalista Tim Lopes (junho, 2002), o poder do tráfico se estende sobre a imprensa	Etapa anterior em que predomina a ameaça e a situação de risco. Precede o impacto do Pânico Moral, quando o discurso anômico toma uma forma coletiva.	Aflição; Hostilidade;
<b>Inventário</b> Atentado à prefeitura do Rio (24/06), episódios em que por ordem do tráfico veículos são incendiados e o comércio na cidade é fechado (11\09\2002); (30\09\2002) e (28\03\2003). A segurança pública não consegue deter o poder paralelo do tráfico. Sugestão de federalização de Bangu 1; missão especial do Ministério da Justiça e transferência dos líderes de facções para outros estados.	Etapa anterior em que predomina a ameaça e a situação de risco. Precede o impacto do Pânico Moral, quando o discurso anômico toma uma forma coletiva. A partir do impacto, têm-se o auge do Pânico Moral. A aflição anterior começa a ser diagnosticada e uma reação passa a tomar forma.	Consenso
<b>Reação</b> Prisão de Elias Maluco (13\09\2002) e transferência de Fernandinho Beira-Mar (27\02\2003)	Na reação, o elemento desviante após ser identificado começa a ser atacado. Ações muitas vezes desproporcionais estão em curso. De forma volátil, assim como o pânico surge, ele se dissipa.	Desproporcionalidade Volatilidade

Fonte: Jornais O Globo e O DIA entre os dias 15 de maio de 2002 e 1º de Abril de 2003.

Quadro IV – Diferenças e similaridades entre as dimensões macrocronológicas do Pânico Moral 2002/2003 e 2010.

ETAPAS	SIMILARIDADES	DIFERENÇAS
<b>Perigo</b>	Em ambos os períodos analisados o perigo se alocava no tráfico de drogas no Rio de Janeiro que desafiava as iniciativas do poder público.	A questão da territorialidade se expandia de forma oposta. Em 2002\2003, o temor era que o poder do tráfico se expandisse rumo ao asfalto de forma descontrolada. Em 2010, o temor era de que o Estado não teria conseguido retomar o território das favelas pacificadas com as UPPs.
<b>Inventário</b>	Em ambos os eventos surge uma demanda pela militarização do conflito. A cobertura em ambos os confrontos explora o drama das vítimas do tráfico e a crueldade dos bandidos.	Em 2002\2003, os jornais apresentam uma postura extremamente crítica aos governos estadual e federal. Em 2010, a posição dos jornais era de apoio as ações do Estado conclamando a população à defesa da política das UPPs
<b>Reação</b>	A cobertura em ambos os confrontos explorava as privações a que seriam expostos os bandidos presos.	Em 2002\2003, a reação não apresentava um desfecho conclusivo. Em 2010 se solidificou o discurso de um novo tempo para o Rio de Janeiro.

Fonte: Jornais O Globo e O DIA entre os dias 15 de maio de 2002 e 1º de Abril de 2003 e Jornais O Globo, O DIA, Extra e Meia-Hora entre os dias 24 e 29 de novembro de 2010.

## 3.2 As etapas do Pânico Moral em 2002/2003(II)

### 3.2.1 A aflição em 2002/2003

Como vimos anteriormente, a grande ameaça em 2002/2003 era de que o poder paralelo dos traficantes suplantasse o poder público. Segundo a imprensa, o estado de Direito estava em risco. Uma crônica de Luís Fernando publicada em O Globo na esteira de uma das ações de Fernandinho Beira-Mar que levou pânico ao estado reflete bem este temor de uma politização das facções criminosas desafiando o Estado.

Nosso pânico

Será que entre os presos deste país existe um que tenha cometido um crime mais hediondo do que matar uma nação de fome e miséria? – escreveu o filósofo mais influente do momento, o anônimo autor da carta distribuída a comerciantes antes do ataque orquestrado do tráfico ao Rio, na segunda-feira. Difícil dizer o que assusta mais: o poder de mobilização e de fogo do crime, o que não é novidade, ou o tom político da sua última ameaça, que é inédito. Pois é aterrador pensar que só o que distingue vandalismo organizado de insurreição é o arranjo das palavras que acompanham os atos. Que só falta para banditismo virar revolução é um rótulo que grude, é a frase apropriada. (VERÍSSIMO, 27/02/2003 – Opinião pg 7)

Em várias matérias o poder desmedido do tráfico, mesmo com seus líderes presos em presídios de segurança máxima era alarmado. Em junho de 2002, antes do atentado à prefeitura, o poder dos traficantes era o tema do jornal O Globo:

Beira-Mar negociou compra de mísseis iguais aos de Bin Laden O bandido que foi preso rindo, em desafio às autoridades, mostrou que tinha motivos para isso: de dentro de Bangu I, presídio supostamente de segurança máxima, Fernandinho Beira-Mar comandava sua quadrilha com total liberdade de ação. A descoberta foi possível após a Justiça autorizar a gravação de mais de 400 horas de conversas de bandidos presos em Bangu I, descrito no processo como “escritório central do crime organizado” no Rio. Nas conversas, sob guarda do Ministério Público, a quadrilha de Beira-Mar chegou a negociar um míssil Stinger, arma usada pela Al-Qaeda, grupo terrorista de Bin Laden (O GLOBO, 18/06/2002, p. 1).

No dia seguinte, a manchete destacava que foram revelados esquemas de subornos para policiais e que os traficantes dominavam a maiorias das associações comunitárias nas favelas do Rio (O GLOBO, 19/06/2002, p. 1).

Um outro temor presente era a força do tráfico de drogas entre a juventude carioca mais pobre. Em 24 de junho, no dia do atentado à prefeitura, o jornal O Globo, noticiava um

estudo da UERJ e da fundação Oswaldo Cruz de que 25% dos jovens entre 10 e 19 anos que moram em favelas do Rio estão envolvidos no tráfico de drogas. (Tráfico alicia 1 em cada 4 jovens nas favelas do Rio, 24/06/2002, pg 1) Á mesma época, o jornal O DIA chamava atenção que em comunidades dominadas pelo Comando Vermelho, as crianças não podiam falar o número três, referência à facção rival Terceiro Comando. A contagem então era feita da seguinte maneira: um, dois, dois mais um, quatro...(O DIA, 2002)

### 3.2.2 Hostilidade em 2002/2003

Se no atentado da prefeitura a ameaça do poder paralelo trouxe consigo a construção do consenso entre as forças políticas de uma necessidade de reação, nos eventos posteriores à rebelião de Bangu I surge a eleição do demônio popular personificado na figura do traficante Fernandinho Beira-Mar. Na capa de O Globo, ele surgia como um verdadeiro senhor do crime:

*Beira-Mar assume o comando do poder paralelo e aterroriza o Rio. Foi o 11 de setembro do tráfico. No dia em que o mundo temia um novo atentado nos EUA, um ano após a destruição do World Trade Center, o Rio foi dominado pelo terrorismo do narcotráfico. Ao estilo de um golpe de Estado e com o objetivo de assumir o controle do poder paralelo na cidade, o traficante Luiz Fernando da Costa, o Fernandinho Beira-Mar, comandou um motim em Bangu I. (O GLOBO, 12/09/2002, p. 1)*

Em O DIA, o jornal destacava Fernandinho Beira-Mar como o grande promotor do pânico que se espalhou pela cidade.

*Uma cidade só de reféns*  
 Pelo celular, Beira-Mar ordenou a cúmplices em liberdade condicional que espalhassem o terror pelo Rio caso a polícia encostasse nele. (...) A ordem era clara: se algo fosse feito contra ele, os bandidos deveriam espalhar o terror na cidade. “Se me esculacharem aqui dentro, e pra descer os bondões e tocar o terror, ordenou na frente das autoridades”. Fernandinho foi além dos reféns feitos na rebelião. Usou toda a população do Rio para garantir sua integridade física e conseqüentemente conseguiu o que queria: matou seus inimigos e continuar em Bangu I ao lado dos seus aliados. (O DIA, 13/09/2002, p. 8)

A solidificação de Fernandinho Beira-Mar se deu pela construção da imagem de um chefe sádico e que optara pelo caminho do mal. Em uma capa da mesma semana, O DIA revelava que Beira-Mar fora um bom aluno no ensino fundamental:

Beira-Mar foi bom aluno

Incrível: o bandido que comandou a matança em Bangu 1 e fez toda a cidade de refém não levava bomba na escola. No primário, Luiz Fernando da Costa tinha média 7 na maioria das matérias. Inquieto e inteligente, era apaixonado por filmes violentos. Aos amigos, não cansava de afirmar que um dia seria famoso. Gostava de colocar duas ripas de madeira na cintura, como se estivesse armado, e desfilava com a mesma arrogância com que desfilou nas galerias do presídio na quarta-feira, em meio às suas vítimas. Ele desprezou o esforço da mãe, que fazia questão de ver o filho estudando, para usar a sua astúcia a serviço do mal. (O DIA, 15/09/2002, p.1)

As formas como Beira-Mar eliminava seus inimigos geraram várias matérias. Na prisão ele carbonizou o corpo do traficante arquirrival Uê e, dentro da mesma prisão, comandara uma execução por telefone:

Beira-Mar comanda chacina por telefone

Gravação revela o bandido cobrando dentro de Bangu 1, explicações para assassinados cometidos por integrantes da quadrilha sem sua autorização. Pelo viva-voz, ele dá a senha para a execução dos comparsas.

- Vamos resolver esse bagulho agora. Eu só tô preso, não tô morto, não”

- Já tiraram as peças (armas) da cintura? Entrega tudo na mão dele.” (som de tiros) (O DIA, 06/09/2002, p. 1)

Antes de Bangu 1, o mesmo processo de caracterização aplicado à Beira-Mar se estendera a Elias Maluco. Desde a notícia da morte de Tim Lopes, foram 109 dias de buscas atrás do traficante. A forma como ele executara o jornalista era destacada como forma de realçar sua crueldade e desumanidade. “Tribunal do tráfico condenou e executou jornalista da Globo. Chefe Elias Maluco usou espada ninja para torturar e matar o repórter Tim Lopes.” (O DIA)

Morto pelo tribunal do tráfico

Corpo foi queimado e está enterrado na Grotta (...) Ele então ordenou que seus cúmplices levassem o repórter até a Grotta, onde ele estava, pois queria executá-lo pessoalmente. Para que Tim não fugisse, os traficantes deram um tiro na perna do repórter e amarraram suas mãos para trás. (O DIA, 10/06/2002, p. 14)

PODER PARALELO: Considerado um homem frio e violento, Elias Maluco é o bandido mais procurado pela polícia.

Um traficante que usa a violência extrema para impor seu comando e subjugar os moradores das favelas sob seu domínio. Elias Pereira da Silva é, segundo a inspetora Marina Maggessi, da Delegacia de Repressão a Entorpecentes (DRE), um bandido sem cérebro, pois não consegue administrar os negócios de sua quadrilha. (...) – Elias é pura

violência, por isso passou a ser conhecido como Elias Maluco – afirmou Marina Magessi. (O GLOBO, 10/06/2013, p. 13)

Antes dos assassinatos, sessões de tortura

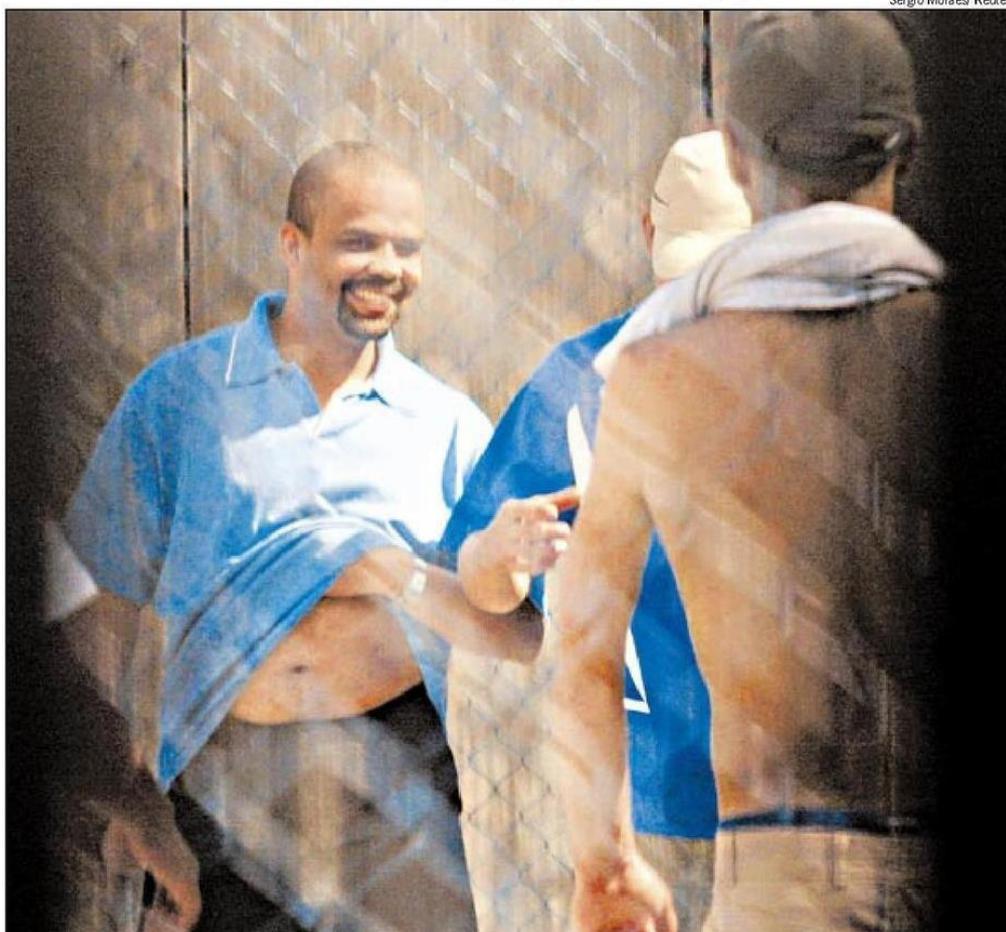
Segundo o delegado Reginaldo Guilherme, da 38ª DP (Brás de Pina), Elias Maluco comandou a execução de 60 pessoas nos últimos anos. Todas as mortes foram antecedidas por sessões de torturas. Muitas das vítimas tiveram os corpos incinerados em fornos improvisados pelos traficantes nas partes mais altas e isoladas das favelas. (O GLOBO, 10/06/2013, p. 13)

Após a rebelião de Bangu I e a prisão de Elias Maluco, Fernandinho Beira-Mar tornara-se o inimigo público no 1, fato que se intensificou quando em 30 de setembro e 24 de fevereiro do ano seguinte, uma onda de boatos e ataques espalhados na cidade fechou o comércio nas zonas Sul e Norte.

Figura 14: Primeira Página, O Globo, “E ele continua rindo”, Quarta-feira, 13/09/2002

## E ele continua rindo

Sérgio Moraes/ Reuters



DEPOIS DE SAIR vitorioso na mais longa rebelião já ocorrida em Bangu I, o traficante Fernandinho Beira-Mar relaxa com os colegas de cadeia

Traficante de novo, ‘as gargalhadas’

Quando foi transferido para o Rio, Fernandinho Beira-Mar avisara: Só tô preso, não estou morto não. O traficante, que sempre aparece sorrindo e que já negociou da cadeia até mesmo a compra de um míssil, comemorou a morte de seus rivais com

gargalhadas e a repetição de um refrão de bailes funk. Enquanto comandava a chacina, de acordo com diálogos ao celular gravados pelo Ministério Público, ele gritava eufórico: Tá dominado, tá tudo dominado.” (O GLOBO, 12/09/2002, p. 1)

Uma diferença interessante entre o processo de 2010 e o de 2002/2003 foi que no primeiro a ameaça do tráfico se idealizou em uma ameaça de um mal absoluto contra a cidade como um todo. Já no segundo, a figura dos demônios populares, apesar de permeável a todos traficantes se singularizou especialmente nas figuras de Fernandinho Beira-Mar e Elias Maluco.

### 3.2.3 Consenso em 2002/2003

Como podemos observar anteriormente, o consenso de que algo precisa ser feito ocorreu em 2002/2003 assim como em 2010. O poder público estaria sendo ridicularizado pela bandidagem e a cidade estaria refém e humilhada pelo poder paralelo:

Estado paralelo da bandidagem continua zombando do Poder Público.  
Ontem, provocações foram feitas através de radiocomunicadores, em mensagem para policiais captada por carros de reportagem: “Não adianta vocês ficarem aí embaixo, porque o bagulho vai continuar sendo vendido livremente.” tripudiou um traficante, na Vila Cruzeiro. “Eles são otários mesmo. Um bando de azul frouxo” emendou o outro. (O DIA, 21/06/2002, p.1)

Porém, desta vez como já descrito, houve críticas ferrenhas dos jornais O Globo e O DIA a gestão da segurança pública pelos governantes, em especial à administração Rosinha Matheus. Outro dado substancialmente diferente, é que as autoridades políticas não foram entrevistadas tal como em 2010. Se em 2010, o secretário de segurança pública José Mariano Beltrame, o comandante da polícia militar Mário Sérgio Duarte, o chefe da polícia civil Allan Turnowski e o próprio governador Sérgio Cabral tiveram páginas de entrevistas nos jornais do Rio, em 2002/2003, pelo menos nos momentos de embate mais fervoroso contra o tráfico de drogas, os secretários de segurança pública Roberto Aguiar e Josias Quintal, e as governadoras Benedita da Silva e Rosinha Matheus não tiveram este espaço privilegiado de entrevistas para cederem suas opiniões. Era como se em 2002/2003, as vozes oficiais de combate ao crime não tivessem o mesmo respaldo e legitimidade que adquiriram em 2010.

### 3.2.3.1 Predição em 2002/2003

A predição de que os ataques violentos do tráfico iriam continuar ocorrendo sem uma ação forte do poder público foram as mesmas em 2002/2003 e 2010. O discurso dos jornais O Globo e O DIA repetiam as mesmas demandas de necessidade de uma quebra de paradigma. Um elemento que esteve em 2002/2003 e diminuiu bastante em

2010, foi a terminologia “poder paralelo”. O termo era uma constante, pode-se observar que em vários das notícias em editoriais dispostos nesta dissertação o temo está presente. Em 2010, o termo não era tão utilizado, preferia-se a associação a poder do tráfico e ou associação nos momentos de maior tensão e euforia com a terminologia forças do mal. É factível admitir que a predição em 2002/2003 objetivava apenas uma cessão dos ataques e desmandos do tráfico e em 2010, pelas próprias circunstância daquela semana de novembro, construiu-se um discurso de que o tráfico seria amplamente derrotado naquele momento. Um exemplo de como a predição do poder tráfico se manteria ainda longamente está no editorial de o Globo de 28 de fevereiro de 2003.

#### Fortes tarefas

Na crise da segurança pública do Rio, o que mais se vê e se ouve são reações imediatistas. Por exemplo, é obviamente inaceitável que bandidos aparentemente colocados fora de circulação – por estarem presos – continuem a controlar suas quadrilhas e a espalhar pânico pela cidade atrás dos muros de penitenciárias. Isso não é apenas acinte e desafio: é prova do limitado retorno positivo da prisão de um chefe do tráfico – proeza de alto risco e grande dispêndio de recursos. Por tudo isso, o problema exige solução viável, permanente, eficaz. Mas, por viverem as autoridades um momento de alta tensão emocional, produzem uma reação com pouco sentido prático e certamente de curta duração. (O GLOBO, 28/02/2003, p. 6)

A euforia e esperança pela transferência por Beira-Mar era limitada e esbarrava na desconfiança com a ineficácia do poder público:

Espera-se de Brasília não apenas recursos humanos e materiais, mas coordenação, planos, projetos eficazes. Ninguém se iluda: não demorarão muito a aparecer os herdeiros de Beira-Mar. (O GLOBO, 28/02/2003, p. 6)

### 3.2.3.2 Simbolização em 2002/2003

O simbolismo que as ocupações do Complexo do Alemão e da Vila Cruzeiro alcançaram em 2010 estão diretamente relacionados com os eventos de 2002/2003. A morte do repórter Tim Lopes, capturado na Vila Cruzeiro e executado na Grotta, no Complexo do Alemão, tornaram as localidades como exemplos maiores dos territórios do tráfico no imaginário carioca.

Em uma matéria intitulada “O cemitério clandestino de Elias Maluco” (O Globo de 15 de junho de 2002), o cemitério no alto da Grotta onde encontraram Tim Lopes seria o exemplo de uma realidade cruel que se espalha pelo Rio. Não é à toa que o inferno da ficção é associado aos cemitérios clandestinos dos bandidos em suas comunidades:

Na ambientação do filme ‘Orfeu’, estrelado por Toni Garrido e dirigido por Cacá Diegues, o personagem-título não desce ao inferno em busca da amada Eurídice e sim a um barranco usado para “desovar” cadáveres de desafetos de traficantes da favela onde mora. Trata-se de uma analogia com uma situação real: no Rio, os criminosos têm matado e enterrado suas vítimas em cemitérios clandestinos com uma frequência assustadora. Já foram descobertos cemitérios, por exemplo, nos morros do Pavão-Pavãozinho, em Copacabana, dos Macacos, em Vila Isabel, nas Paineiras e na Favela da Acari (O GLOBO, 15/06/2002, pg. 13)

Um outro simbolismo presente em 2002/2003 que tem paralelo com os eventos de 2010 é a associação que o jornal O Globo fez com conflitos internacionais. Se em 2010, o paralelo traçado foi principalmente com a vitória dos aliados na Normandia, o Dia D, em março de 2003 a associação direta foi com a Guerra do Iraque que se iniciava no mesmo período. Em um episódio de queima de ônibus na Avenida Brasil, o dia estampava: “Nossa Guerra: noite de terror e bombas no Rio”. Abaixo na legenda do veículo em chamas, estava escrito: Bagdá? Não, Avenida Brasil. O Globo, também intitulava as ações como “Guerra ao tráfico”. Mas a partir do assassinato da menina Gabriela, surge a égide “Guerra do Rio” que será utilizada até nos eventos de novembro de 2010:

Em 2003, quando os EUA invadiram o Iraque, em busca de armas de destruição em massa, e promoveram uma guerra, o jornal *O Globo* noticiava o assassinato de uma adolescente em uma estação de metrô na Tijuca, bairro carioca. Lado a lado, ambos os títulos pareciam querer contaminar o contexto de cada um: “A guerra de Bush” e “A guerra do Rio”. A expressão relacionada à violência urbana era uma clara alusão à guerra que o presidente norte-americano declarou naquele mesmo ano. Dois conflitos com características diferentes eram colocados quase como equivalentes. Desde então, “A guerra do Rio” tornou-se uma rubrica que nomeia conflitos entre traficantes de drogas e policiais em favelas do Rio de Janeiro.

Curiosamente, essa série não teve uma duração planejada: um acontecimento foi sendo ligado a outro durante anos, e a expressão deixou de ser apenas uma rubrica para se tornar uma campanha política. (CÓRREA, 2010, p. 95)

### 3.2.3.3 Sensibilização em 2002/2003

A sensibilização em 2002/2003 se deu de forma similar às estratégias da imprensa em 2010. Foram observados dois movimentos distintos: a aproximação do drama das vítimas de forma a torná-lo próximo à sensibilidade do público leitor; a descrição da crueldade dos bandidos de forma a ressaltar o lado mais cruel de suas ações respaldando a eleição destes como demônios populares, estabelecendo o consenso de uma reação e legitimando uma reação moral após a captura/derrota dos mesmos; e a promessa de um novo tempo de paz para a cidade.

Um exemplo desta descrição do drama das vítimas está na entrevista de uma das passageiras do ônibus parado na avenida Brasil por traficantes. Segundo a matéria, os passageiros só não foram executados porque traficantes rivais entraram em confronto no momento do ataque:

“Eles não querem justiça, querem a barbárie!”

Maria Emília, dentista paulista, relata o drama vivido no interior do ônibus 1001 que seguia para São Paulo. “Eu sou uma pessoa simples, só trabalho com gente pobre. Mas, para esses monstros, não importa. Eles matam sem motivo!” O espanto da dentista Maria Emília Carvalhaes Machado, de férias com o marido no Rio, é o de quem acabou de ver a morte de perto. Paulista, de 41 anos, ela havia passeado na lagoa, ido à praia, vivido tudo o que o Rio tem de bom. Mas não saiu da cidade antes de provar, dentro do ônibus da 1001, o pior da cidade: a banalização da morte. Da Lagoa, para onde voltou desorientada após a quase-morte, ela contou o drama da madrugada de ontem. (...) Também fiquei revoltada com o governo. Ali, senti, pela primeira vez, uma enorme distância entre mim e quem me governa. Eu era o alvo, estava prestes a virar número, enquanto governantes dão declarações políticas e viram protegidos pelo poder. Estão num mundo diferente do meu. (O GLOBO, 01/03/2003, p. 10)

A morte violenta de Tim Lopes por exemplo foi descrita em várias matérias, com destaque especial à utilização da espada ninja em sua tortura e a queima de seu corpo em um tonel. Para Castilho(2006), essa narrativa acaba por enfatizar o drama da vítima e obrigam o leitor, sensibilizado, a condenar as arbitrariedades do tráfico:

Percebemos que o repórter, baseado em valores compartilhados pela comunidade jornalística, narra uma história que deve não apenas despertar a atenção do leitor,

mas orientá-lo na formação de um juízo de valor sobre o fato noticiado. Os jornais estimulam o público a tomar partido no episódio. São os leitores, como árbitros de uma realidade apresentada pela imprensa, que vão condenar os assassinos ou expressar sua solidariedade com o morto. Para isso, os jornalistas descrevem o episódio com toda riqueza de detalhes, enfatizando o “martírio” da vítima (CASTILHO, 2005, p. 126)

Ao mesmo tempo os traficantes surgem mais do que como seres desviantes, encarnando os próprios representantes do maligno em nossa sociedade. Elias Maluco no período que antecede sua captura torna-se uma espécie de arquétipo da violência. Vários bandidos do seu bando são comparados a ele em crueldade. O termo Elias Maluco surge como um patamar de barbárie:

O bandido é amigo de infância de Elias Pereira da Silva, o Elias Maluco, acusado de matar o jornalista Tim Lopes. (...) Apesar de ser articulado, discreto, se vestir bem e morar fora da favela, Mineiro é considerado pela polícia tão cruel quanto Elias Maluco” (O GLOBO, 22/08/2002, p. 18)

*Um apelido bem dado.*

Um dos gerentes do tráfico na Vila Cruzeiro, o bandido André da Cruz Barbosa, de 21 anos, foi um dos torturadores de Tim Lopes. Segundo o depoimento do traficante preso Ângelo Ferreira da Silva, foi Capeta quem capturou Tim durante o baile funk, informou Elias Maluco e também foi quem cortou as pernas do repórter antes de a vítima ser jogada de cabeça para baixo ainda viva em um tonel com óleo diesel e gasolina. A violência de Capeta rendeu-lhe o apelido e a confiança de Elias Maluco (O GLOBO 14/08/02, p. 13)

Essa aproximação entre a malignidade de Elias Maluco e o martírio de Tim Lopes acaba por estabelecer uma dualidade, promovendo Elias Maluco ao posto de antagonista de Tim Lopes:

Para estabelecer a oposição entre os personagens centrais da trama, O Globo insere uma pequena chamada no fim da matéria, que remete ao título da página seguinte: “O repórter que se chamava Arcanjo, na página 14”. Assim, o noticiário põe em lados distintos o herói e o vilão. Enquanto Tim Lopes aparece em manchetes como “Repórter ajudava família de presos assassinados” e “Um repórter peão para toda obra”, Elias Maluco era o “protagonista de crimes cruéis”, como sugere o título de O Globo, de 12 de junho de 2002. (CASTILHO, 2006, p. 124)

### 3.2.3.4 Orientação de atitudes e temas em 2002/2003

Além dessa dualidade entre a crueldade dos bandidos, e o martírio das vítimas, outra relação dual estabelece: o heroísmo dos policiais e a covardia dos bandidos. A exaltação das

ações policiais vitoriosas elevando alguns destes a posições de heróis tal como em 2010 ocorre com a mesma intensidade, porém com vetores contrários quando a descrição de bandidos cruéis se transmuta na caracterização de indivíduos covardes no momento de sua captura.

Aqui está Elias Maluco: “Perdi!”  
Assassino de Tim Lopes foi preso no Morro do Alemão. Desarmado, não reagiu: ‘Não esculacha. Sou eu mesmo.’(...) Descalço, desarmado e sem camisa, Elias Maluco, um bandido cruel e sanguinário, só teve uma preocupação ao se entregar: não sofrer nenhuma agressão. (O DIA, 20/09/2002, p. 1)

A manchete de O Globo sobre a prisão era de teor similar:

Figura 15: Primeira Página, O Globo, “Perdi, chefe. Mas não esculacha”, Sexta-feira, 20/09/2002



A prisão do bandido gerou um sentimento de euforia entre os jornais tal qual como tivemos em 2010 após as ocupações da Vila Cruzeiro e do Complexo do Alemão:

A Polícia Civil do Rio inaugurou uma nova fase com a prisão de Elias Maluco. A truculência de outros tempos deu lugar à técnica e à estratégia arquitetadas nos mínimos detalhes” (O GLOBO 20/09/2002, p. 17)

O trajeto em que Elias Maluco é levado do local de sua captura até a sua cela no Batalhão de Choque ganhou ares de carreata pública na descrição do O Globo:

No caminho, guardas de trânsito também apitavam e faziam sinal de vitória para as equipes de polícia que passavam com o traficante preso. Até na Zona Sul, após as primeiras notícias da prisão de Elias Maluco, houve comentários nos bares e as pessoas se aglomeravam em volta dos aparelhos de televisão para conseguir mais informações sobre o grande assunto do dia. (O GLOBO, 20/09/2002, p. 16)

Na mesma matéria essa a dualidade se expressa em um silêncio, quase um luto na prisão do morro, e a felicidade com as comemorações no asfalto. Surge daí, uma territorialidade similar à de 2010, aonde as favelas da zona da Leopoldina eram o território do tráfico e o asfalto e favelas pacificadas, território do poder público. Porém, se em 2010, a narrativa foi de retomada das comunidades para o âmbito do Estado de Direito, em 2002/2003 elas permanecem como colônias estrangeiras, áreas do inimigo. Essa característica de fronteira se revela quando os sentimentos com a prisão do traficante são diametralmente opostos na descrição dos jornais, silêncio e comemoração:

*Poder do Estado: captura do traficante se tornou o principal assunto de rodas de conversa por toda a cidade.*

Silêncio no morro, comemoração no asfalto. O silêncio da aparente tranquilidade no morro onde Elias Maluco foi capturado contrastou ontem com o barulho das comemorações e dos comentários no asfalto por toda a cidade. (...) No trajeto feito pelo comboio da polícia, aplausos puderam ser ouvidos na altura de Bonsucesso, por exemplo. No fórum e na Chefia de Polícia Civil não faltaram curiosos, que não se contentavam em assistir apenas e caprichavam nos gritos de repúdio ao traficante. (O GLOBO, 20/09/2002, p. 16)

Observa-se que o título da matéria acima - “Poder do Estado” - é uma antítese direta ao termo “Poder Paralelo” tão usado pelos jornais para descrever as ações do tráfico. Reforça-se assim a dimensão de vitória do poder público sobre as facções criminosas na cobertura jornalística.

A prisão de Elias Maluco e a transferência de Fernandinho Beira-Mar foram os dois momentos em que os jornais simbolizaram um sentimento de vitória que tinha alguma similaridade ao que se teve quando as tropas estatais ocuparam a Vila Cruzeiro e o Complexo do Alemão em 2010.

Um dia inesquecível para a polícia. Equipes que participaram da prisão vivem clima de confraternização. A satisfação pela prisão do traficante Elias Maluco estava estampada ontem no rosto dos policiais civis que participaram da operação. Após a prisão do traficante numa casa

situada num beco da favela da Grota, no Complexo do Alemão, o grupo de policiais saiu comemorando e fazendo o sinal ‘V’ da vitória (O GLOBO, 20/09/2002, p. 16)

Os policiais são alçados a posições de heróis, os participantes da operação ganham a alcunha de “meninos de ouro” e uma imediata promoção da governadora Benedita da Silva.

Os meninos de ouro<sup>4</sup>.

Eles passaram o dia recebendo elogios. Parentes, amigos e até desconhecidos os parabenizaram. Afinal, eles botaram atrás das grades o inimigo público número 1 do Rio. O grupo responsável pela prisão de Elias Maluco faz parte da nova cara que a Polícia Civil quer implantar: policiais com curso superior e disposição para enfrentar a criminalidade. (O GLOBO, 21/09/2002, p. 16)

Assim como os jornais aproximavam o sofrimento das vítimas quando construía a demonização dos traficantes, agora o cotidiano dos policiais é esmiuçado, sendo eles conhecidos por nomes e apelidos carinhosos. Por se tratarem de agentes recém admitidos na Polícia Civil recebiam a alcunha de “*danoninhos*” e seus perfis de policiais com nível superior era realçado como exemplo de um novo paradigma que estaria se construindo na Polícia Civil do Rio de Janeiro:

Ronaldo de Oliveira (foto), de 38 anos, delegado da DC-Oeste, não esconde sua alegria com os “danoninhos”. (...) Helton Javarese (foto): de 39 anos, é mais um novato. Formou-se em economia, mas preferiu ser policial. (...) -Ainda não caiu a ficha – disse o inspetor André Coppolla, de 30 anos, que recebeu a denúncia anônima sobre a localização do traficante Elias Maluco e o avistou no andar superior de uma casa na Favela da Grota, em Ramos. – É engraçado como todos na rua estão me cumprimentando. (Dia de aplausos para a polícia. O GLOBO, 21/09/2002, pg. 16)

No caso Beira-Mar, a figura ameaçadora do bandido deu lugar a um bandido isolado, cujo poder estaria controlado com sua transferência para um presídio no interior de São Paulo:

Beira-Mar perde regalias e fica incomunicável em nova prisão.

Ele não ri mais. A gargalhada de Beira-Mar ao trocar Brasília pelo Rio, em abril, e o sorriso após a rebelião de 11 de setembro deram lugar a uma expressão carregada, ontem no avião que o levou a São Paulo. (...) Ali, o bandido – que mesmo preso aterrorizou o Rio por dez meses – teve a barba e o cabelo cortados, foi isolado dos

<sup>4</sup> O termo meninos de ouro lembra a alcunha dos 12 Homens de Ouro da Polícia. O grupo era considerado a elite da polícia e foram oficialmente escolhidos, em 1969, pelo Secretário de Segurança general Luís França. Os “Homens de Ouro” foram criados para coibir a criminalidade e proteger os motoristas de taxi que estavam sendo assaltados e mortos pela quadrilha “bandeira 2”. Na verdade, em grande parte, a criação de um grupo de policiais com licença para matar foi, segundo um de seus integrantes o policial “Sivuca”, para “(...) acalmar a imprensa, dar satisfação à sociedade”. Entre os participantes do grupo estava o policial Mariel Mariscott que também se dedicava a ser “leão de chácara” de muitas das boates da zona sul do Rio, onde circulavam a elite e a classe média carioca. Acusado, entre outros crimes, de envolvimento com “bicheiros” e traficantes de drogas, Mariscott acabou preso e condenado a cumprir pena no presídio da Ilha Grande.

outros 68 detentos e ficará, sob a vigilância de câmeras, incomunicável por 11 dos 30 dias em que vai permanecer no presídio. Seu destino, ao final deste período, ainda é incerto, mas não voltará ao Rio. (O GLOBO, 28/02/2003, p. 1)

Os jornais destacavam que o traficante ainda ameaçara o Estado no momento de sua transferência, mas ao chegar ao novo presídio vira que sua situação mudara:

Vida dura para Beira-Mar.

Bandido sai do Rio fazendo ameaças, mas se assusta com o rigor da nova prisão. “Perdi. Mas Marcinho VP, Isaías do Borel, Lambari e Marquinho Niterói vão dar continuidade ao trabalho. Eles vão zoar esse sistema. Não adiante me levar!” Fernandinho Beira-Mar (...) Na nova cadeia, Beira-Mar apenas poderá tomar banho de sol daqui a 11 dias. Até lá, permanecerá sozinho numa cela da ala de observação. (O GLOBO, 28/02/2003, p. 9)

As descrições minuciosas das privações submetidas ao novo cotidiano de Beira-Mar mostram um detalhe interessante. Se as descrições da crueldade o tornavam um elemento mais ameaçador, as demonstrações de punições a que ele será submetido mostram um certo revanchismo na cobertura. Era como se o traficante que antes limitava o direito de ir e vir do cidadão carioca agora tivesse o seu direito à liberdade finalmente cerceado. Ressurge aí o conceito nietzschiano de ressentimento que também estava presente em novembro de 2010. Em novembro de 2010, este elemento se mostrou na imposição da força policial sobre os traficantes, a população civil comemorando sobre a imagem dos traficantes sendo alvejados em fuga pela mata da Serra da Misericórdia. O ressentimento flerta com a noção de recalque, daquele que sofre das privações do desviante alimenta internamente uma inveja: “O pior vício do dominado é o ressentimento contra o dominador. O ressentimento e o auto-venenamento anímico por repressão de um ato querido de vingança que o fraco não pode realizar em sua impotência contra o seu dominador” (DUSSEL, 2006)

Se em 2010, esse ressentimento se mostrou em um desejo da população civil ser impiedosa com os traficantes assim como eles eram com os seus subjugados, em 2002/2003 este ressentimento se manifestou no regozijo em ver os líderes do tráfico também amedrontados, também impedidos de exercerem sua liberdade, de também terem a sua perspectiva de futuro ameaçada assim como a população civil enclausurada pela violência urbana: “O indivíduo ressentido quer reparação, quer vingar-se daquilo ou daquela pessoa que o magoou, e assim vive alimentando o ressentimento” (COSTA, 2012).

Neste momento temos a reação moral do Pânico na cobertura jornalística. Não basta o traficante ter seu poder anulado, a vitória do Estado de Direito acarreta consigo um caráter humilhante. Não é à toa que o jornal destaca que sua comida será igual ao dos outros

detentos, deixando claro que, como um rei deposto, Beira-Mar de poderoso passa a ter sua aura desmitificada:

Nesse período, será monitorado 24 horas por dia. Das 27 câmeras do circuito interno de TV, uma delas estará, sem que o traficante saiba, apontada dia e noite para a sua cela, de 2,5 por 3,5 metros e que conta com cama de alvenaria, cano apenas com água fria para o banho e latrina. As visitas também estão proibidas. Somente depois de um mês na carceragem é que ele poderá receber a visita de parentes ou amigos. Assim como os demais detentos, as visitas se restringem a duas pessoas por semana, sempre aos sábados ou domingos. E somente podem se comunicar por aparelhos telefônicos e se verem através de paredes de vidro blindado. A refeição será a mesma fornecida aos demais detentos por uma empresa da região: arroz, feijão, carne, macarronada ou frango ensopado. (O GLOBO, 28/02/2003, p. 9)

As matérias de ambos jornais se sucedem descrevendo o duro cotidiano de Beira-Mar com traços de ironia em espécie de ostentação das privações do traficante. O secretário de São Paulo diz que o perigoso marginal vai ficar bonzinho em sua nova prisão. O DIA, se refere ao presídio de Presidente Bernardes como o amargo lar de Beira-Mar.

Presídio é conhecido como Alcatraz brasileiro. Segurança extrema leva criminoso considerar que ficar ali é uma sentença de morte. O presídio de segurança máxima de Presidente Bernardes, a 568 quilômetros de São Paulo, é conhecido como o “Alcatraz brasileiro”, numa referência ao famoso presídio americano de onde os detentos jamais fugiam e de lá só saíam mortos. (...) Alguns presos ali já tentaram suicídio por terem chegado à conclusão de que a liberdade é impossível e a vida ali simplesmente inviável por um longo tempo. (...) – Aqui ele vai ficar bonzinho – resumiu o secretário de segurança de São Paulo, Saulo de Castro Abreu Filho. (O GLOBO, 28/02/2003, p. 10)

Na matéria de O DIA, ressalta-se o lado punitivo da transferência, na “nova casa” de Beira-Mar é considerada um castigo:

Um lar amargo. A nova casa de Beira-Mar. Passar uma temporada no Centro de Readaptação Penitenciária de Presidente Bernardes é um castigo. É para lá que vão os presos de alta periculosidade que tiveram mau comportamento em outras unidades – caso de Fernandinho Beira-Mar, que comandou assassinatos e ações criminosas de cúmplices de dentro de Bangu 1, por celular. (O DIA, 28/02/2003, p. 9)

O realçar do isolamento imposto à Beira-Mar serve a dois propósitos: tranquiliza a população de que o grande mentor do crime agora estaria com o seu poder anulado, sem capacidade de comandar rebeliões de dentro da cadeia e sacia um revanchismo contra os demônios populares típico dos eventos de Pânico Moral. Não basta ao desviante ser coagido ele precisa ser “suprimido”, seu suplício deve ser público e notório, como um castigo exemplar. É dessa noção que surge a noticiabilidade de detalhes como o cardápio da

cadeia que se limita sempre a “arroz, feijão, carne, macarronada ou frango ensopado”. A possibilidade do suicídio torna-se uma alternativa palpável ao alçó da população em O DIA, o objetivo moral da reação fora alcançado, ele não apenas havia sido transferido para um local mais rigoroso, sua vida ali seria “simplesmente inviável ao longo do tempo”.

Figura 16: Primeira Página, O Globo, “Ele não ri mais”, Sexta-feira, 28/02/2003



Salienta-se que esta acumulação punitiva sobre o demônio popular é consequência direta da construção do próprio demônio. Fecha-se o enredo, o vilão é suplantado pelo herói e paga por seus crimes. Tanto em 2002/2003 quanto em 2010 todas as vozes contrárias a essa mitificação da narrativa policial encontravam-se fora dos jornais analisados:

Uma nota da comissão Tim Lopes não publicada por O Globo, mostra como os produtores de notícias acabaram superdimensionando o poder de Elias Maluco. Embora a nota reafirme a questão da “comunidade interpretativa” e acentue o caráter de vigilância da imprensa como um instrumento de poder que paira sobre outras instituições, como a polícia, a declaração soa como autocrítica aos jornalistas seduzidos em produzir uma narrativa de mitificação do personagem.

*Publicamente, reconhecemos a eficiência da Polícia do Rio de Janeiro, que cumpriu seu dever e prendeu o traficante Elias Pereira da Silva sem colocar em risco vidas inocentes. Esperamos que, agora, o mito se desfaça e Elias Maluco seja encarado apenas como um marginal.* (CASTILHO, 2006, p. 123)

Não é à toa que o verbo utilizado por O DIA no momento da prisão de Tim Lopes era “enjaular” (Traficante enjaulado no Batalhão de Choque, O DIA), um verbo muito mais associado ao cativeiro de animais do que a uma cela de prisão. A nota acabava criticando a

exaltação da monstruosidade de Elias que acabavam colocando sobre um desviante uma atmosfera mitológica. Em 2010, também muitos artigos foram vinculados fora dos jornais, em especial em artigos acadêmicos e entrevistas. Hélio Luz, ex-secretário de segurança pública do governo Marcelo Alencar afirmava que a construção da mídia de um exército do tráfico no morro do Alemão seria fantasiosa:

Eles conhecem bem o terreno e a comunidade. Mas eles não constituem exército, milícia, coisa nenhuma. É um bando de garotos que não têm nada na cabeça. O fato de eles fugirem juntos supõe algum nível de organização de enfrentamento. Mas não têm. (ZERO HORA, 28/11/2010, p. 1)

Nenhuma destas vozes contrárias a orientação de atitudes e temas de uma exaltação da polícia e demonização do tráfico, em uma retórica de luta entre bem e o mal alcançou espaço ou respaldo nos jornais analisados. Alguns intelectuais como Ignacio Cano(2010) e Luiz Eduardo Soares (2010), nomes de respaldo no estudo da violência pública no Rio de Janeiro, se negaram a comentar as ocupações da Vila Cruzeiro e Complexo do Alemão imediatamente, por entenderem a promoção de um sensacionalismo na cobertura midiática além de discordarem da retórica de vitória das forças do bem.

#### 3.2.4 Desproporcionalidade em 2002/2003

A desproporcionalidade em 2002/2003 se manifestou de forma diferente daquela como se deu em 2010. Se em novembro de 2010, a desproporcionalidade não se manifestou nos moldes dos *moral panic studies* - ou seja não se encontrou uma desproporcionalidade na real ameaça dos desviantes, mas esta se alocou principalmente na cobertura propagandística das ações policiais, numa narrativa de uma euforia coletiva sobre a cidade do Rio de Janeiro -, em 2002/2003 foi diferente. Em 30 de setembro quando uma ameaça do tráfico de drogas fechou o comércio em diversas regiões da cidade, os jornais O Globo e O DIA apresentaram duas hipóteses para a ação: pânico provocado pelo tráfico ou ação eleitoreira, afinal teríamos o pleito em outubro.

Figura 17: Primeira Página, O Globo, “Rio refém do medo” Terça-feira, 01/10/2002



Porém, ambos noticiaram que se tratou de um Pânico desmedido, como se o temor imaginado fosse maior do que a ameaça real tal qual nos eventos dos *moral panic studies* em que vândalos adolescentes são considerados uma ameaça ao status quo e a dignidade da Inglaterra. Os jornais se comportaram tal qual os jornais ingleses que quando não compactuam com certo temor público, indagam se a sociedade não estaria entrando em um Pânico Moral:

Medo provoca efeito dominó na cidade

Boatos sobre Beira-Mar e ameaças concretas de traficantes fazem as pessoas misturarem real e imaginário. O pânico tomou conta da cidade num efeito dominó, transformando os cariocas em reféns do medo. Além das ameaças concretas, as pessoas se deixaram levar por uma forte onda de boatos. Um fenômeno social que, segundo os psiquiatras, acontece quando medo real e o imaginário se misturam. O clima de insegurança espalhou-se e as pessoas buscavam desesperadamente informações sobre os familiares por telefone e, principalmente, por celular. Embora não tenham sido divulgadas estatísticas sobre o aumento do uso da telefonia móvel, a Telemar divulgou que chegou a dobrar o número de ligações feitas através de

telefones fixos. Em relação a segunda-feira da semana passada, o aumento no Rio foi de 98%. Em Niterói, de 102% e em São Gonçalo de 147%. (O GLOBO, 01/10/2002, p. 18)

Em O Globo diversos especialistas foram analisados para explicar o fenômeno que foi diagnosticado como histeria coletiva, medos interiores e pânico generalizado.

O cientista político Alberto Carlos de Almeida, da Fundação Getúlio Vargas e professor da Universidade Federal Fluminense (UFF), disse que houve uma histeria coletiva. Já a psiquiatra Alice Bittencourt acredita que momentos como o que o carioca enfrentou ontem fazem desencadear medos interiores. – A população precisa ver que a realidade é que somos maioria em relação aos bandidos. Não podemos ficar a mercê de uma minoria – disse. Para o historiador Milton Teixeira, a situação de ontem só teve paralelo durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), quando a cidade era obrigada a ficar às escuras perante simulações de ataque aéreo. Segundo ele, nem no golpe militar de 1964 o receio levou o comércio a fechar dessa maneira: - Estava dando uma aula e todos os alunos resolveram ir embora. A cidade nunca viveu um dia como esse. (O GLOBO, 01/10/2002, p. 18)

Ainda em O GLOBO, jornalistas davam o seu depoimento pessoal sobre o episódio. Tom Leão falava do desespero dos alunos na escola de seu filho:

Meninas choram no colégio.

Na ligação, ele me contou, tranquilo, que todos na sua turma de quinta série do colégio Andrews, em Botafogo, (média de idade entre 10 e 12 anos) estavam em pânico, muito assustados. Todas as meninas choravam com medo de Fernandinho Beira-Mar invadir o colégio. Boatos diziam que o Santo Ignácio, em Botafogo, havia sido invadido e roubado. Eles não saíram nem para o recreio, ficaram todos na sala de aula. (O GLOBO, 01/10/2002, p. 18)

Arnaldo Bloch falava ironicamente de uma “segunda-feira” sangrenta no Leblon em alusão ao domingo sangrento de Belfast em 1972:

Segunda-feira ‘sangrenta’ no Leblon.

Na porta do elevador, a empregada doméstica do vizinho avisa: - O Vidigal desceu todo, o Leblon está parado, os bandidos estão matando na rua. O senhor tome cuidado. Agradeço incrédulo mas, por via das dúvidas, deixo o carro na garagem. Ao sair, constato: as ruas estão calmas. Demais. O táxi vai pela praia. Nas areias, uma paz dominical. (O GLOBO, 01/10/2002, p. 18)

Em O DIA, o articulista Sérgio Costa descrevia um uma boataria aparentemente sem sentido que levou pânico à Ipanema e as comunidades do seu entorno:

Boca-boca do pânico

Em Ipanema, o sistema de comunicação do morro e do asfalto é mais eficiente do que com a polícia. (...) – Mandaram fechar – resmungava uma vendedora na porta de sua loja, caprichando no sujeito oculto. – Quem mandou? –perguntei. Ninguém sabia ao certo quem, mas todos obedeciam. (O DIA, 01/10/2002, p. 7)

Além da desproporcionalidade deste pânico desmedido, dois episódios entre o material empírico analisado chamaram a atenção. Não foi detectada a mesma desproporcionalidade de 2010 no que condiz a comparação desmedida com conflitos externos. A comparação com a Guerra do Iraque aparentou muito mais um recurso editorial de um gancho entre os duas temáticas, mas o conteúdo descrito não fora comparado. Ninguém comparou a ação dos policiais com os marines ou os ataques da aviação americana com o ataque dos bandidos. Em momentos pontuais apenas que as conexões surgiram – quando se soube que Beira-Mar buscava adquirir um míssil utilizado pelos talibãs no Afeganistão ou quando O DIA comparou que a imagem de um ônibus em chamas na Avenida Brasil lembrava Bagdá no Iraque. Lembra-se que em 2010, a ação do Bope na Serra da Misericórdia foi comparada com as ações da Blitzkrieg nazista e com a tomada das Colinas de Golã em 1967 pelas forças de Israel. Porém, algumas ações das forças estatais antes da transferência de Fernandinho Beira-Mar para o interior de São Paulo demonstraram uma desproporcionalidade, ou melhor, uma manobra de caráter muito mais midiático do que pragmaticamente eficaz.

A primeira destas manobras foi a tática do prefeito César Maia de sugerir a aplicação do Estado de Defesa na cidade. Uma ação que foi interpretada como uma manobra muito mais retórica do que efetivamente prática. Cabe lembrar que o político fora o responsável pela inserção da palavra "factóide" no cotidiano político brasileiro. Em 1995, o então prefeito do Rio de Janeiro César Maia em uma entrevista respondeu que "está careca de inventar factoides". Na reportagem ele explica:

Como sair nos jornais com grande destaque? É muito simples. Basta que eu elabore com uma imagem muito nítida. Fatos que tenham conteúdo não têm a menor importância. Lanço factóides no realismo delirante. (...) [factoides] são ideias que você arremessa com certa base de realidade, embora sem grandes possibilidades de ser realizadas, diferente do simples delírio, que é pura fantasia. (VEJA, 26/04/95, p.77)

Outra manobra foi a ordem para que ficasse um policial do BOPE vigiando cada um dos líderes do comando Vermelho em Bangu 1.

Cada bandido, um PM  
 Marcação homem a homem. Presos em Bangu I são vigiados individualmente. Os 24 criminosos do comando vermelho são vigiados 24 horas por dia, cada um por um PM do Bope. A cada meia hora, um policial responsável pelo bandido entra na cela e faz uma minuciosa revista. O presídio tem 48 presos em celas individuais distribuídas em 4 galerias. (O DIA, 27/02/2003, p. 11)

A ação que, aparentemente, teria mais um efeito espetaculoso do que efetivo no combate ao crime foi duramente criticada por O Globo em editorial:

Mas, por viverem as autoridades um momento de alta tensão emocional, produzem uma reação com pouco sentido prático e certamente de curta duração. De que outra forma pode-se definir a vigilância individual permanente, olho no olho, de todos os bandidos perigosos presos em Bangu? Ainda por cima, usando-se para isso homens do Batalhão de Operações Especiais, a elite da Polícia Militar, certamente com coisas muito mais importantes para fazer. (O GLOBO, 28/02/03, pg. 6)

Vê-se nestas manobras um elemento muito presente na reação do Pânico Moral da violência urbana no Rio de Janeiro. Assim como as ações do tráfico, a barbárie de suas execuções e o sofrimento de suas vítimas tornam-se midiáticos, também as ações policiais são condicionadas por este viés:

Jeudy (1994:71) constata que a gestão de segurança não foge do controle da mídia. O discurso sobre a violência se mantém através de uma “visualização constante”. Segundo o autor, as autoridades, quando convocadas para o debate, “só podem responder de uma forma midiática também. Ou seja, não saímos do processo midiático nem na resposta das autoridades ao sentimento de insegurança.” (CASTILHO, 2010, p. 130)

Por esta ótica tanto as ações das forças policiais ocupando os Complexos do Alemão e a Vila Cruzeiro quanto a obrigatoriedade da presença ostensiva de um PM por cela em Bangu 1 em 2003 devem ser vistas como medidas conjugadas objetivando uma economia do medo tal qual descrevemos no Capítulo 1, uma forma de administrar os temores urbanos da população de forma econômica e política.

#### 3.2.4.1 Exagero e distorção em 2002/2003

A distorção da ampla militarização do conflito inclusive com referências externas de 2010 não encontrou paralelo em 2002/2003. Mas uma similaridade entre o exagero desmedido de alguns leitores de O Globo que em novembro de 2010 pedia pena de morte para os bandidos encontrou eco nas declarações do prefeito César Maia e do secretário de segurança pública Josias Quintal.

Após mais um dia de temor da população com as ações do tráfico de drogas, ao mesmo tempo em se determinou a política de um PM vigiando de prontidão cada chefe do

tráfico em Bangu 1, o prefeito César Maia defendeu em entrevista, a execução destes mesmos bandidos presos:

Se eu fosse governador, não tinha conversa em Bangu 1. O Bope deveria entrar e atirar para matar. Prefeito César Maia. (O DIA, 27/02/2003, p. 1)

No mesmo dia, o secretário Josias Quintal deixou entender em uma declaração sua, que aqueles que enfrentassem a PM seriam mortos:

Nosso bloco está na rua. Se alguém tiver que morrer por isso, que morra. Nós vamos partir para dentro. Não tem conversa. A polícia tem que ter cuidado com inocente, todo mundo sabe disso. Mas não é por conta de uma extrema preocupação que não vamos fazer a nossa parte. A polícia vai pra dentro mesmo. Secretário Josias Quintal (O GLOBO, 27/02/2003/ p 15)

Ambas as declarações em O DIA encontraram eco, seja entre a opinião dos leitores do jornal, seja entre as ações policiais do dia seguinte.

Maioria apoia declaração de César

A maioria dos leitores que participou da enquete Você é o Juiz aprovou a declaração do prefeito Cesar Maia, que defendeu a morte de bandidos presos. Total de 21.136 pessoas deu sua opinião por telefone. Desse total, 19.231 leitores, 90,2% dos participantes, disseram sim, apoiando o prefeito. Outras 2.085 pessoas, 9,8% foram contrárias à opinião de César. Na quarta-feira, o prefeito deu uma entrevista defendendo que a polícia seja mais truculenta com os bandidos. (...)Ontem, o prefeito disse que a população apoiou sua declaração na enquete do DIA porque “quer reconstituída a autoridade pública e quer ver os bandidos correndo da polícia e temendo o uso da lei.”(O DIA, 28/02/2003, p. 7)

Depois de palavras, tiros

Polícia segue instruções de Josias e mata 6 traficantes. Tática de partir para o confronto com os marginais, pregada pelo secretário de segurança Josias Quintal, resultou ontem em cinco mortes em uma favela de Costa Barros e uma no Jacarezinho. (O DIA, 28/02/2003, p. 7)

Estes dois momentos refletem uma característica autóctone do Pânico Moral inserido na violência urbana carioca: a necessidade de enfrentar as ameaças do Estado de Direito com premissas que estão fora dele. Ou seja, tanto em uma esfera discursiva – na opinião dos leitores do jornal -, quanto em ações práticas – nas ações policiais, pede-se, ancorado em declarações de autoridades públicas, a execução dos demônios populares. O estado de Direito torna-se mera ferramenta de discurso pois afinal, serve para promover a quebra do mesmo com assassinato de indivíduos sem qualquer respaldo legal. O uso da lei acaba para servir que a mesma lei dos bandidos seja aplicada contra eles. A declaração do secretário Josias Quintal se assemelha a dos traficantes que ameaçavam colocar os seus “bondes” na rua. Margeia-se

aqui, a dinâmica do olho por olho, os bandidos serão punidos sumariamente, como se a violência que eles praticam se voltasse contra eles nas mãos dos policiais. Tem-se mais uma demonstração do revanchismo fomentador do Pânico Moral, em que a rigidez legal é posta de lado frente à necessidade de uma ameaça moral contra o desviante.

#### 3.2.4.2 Ação dos agentes de controle em 2002/2003

Como visto anteriormente, a ação dos agentes de controle em 2002/2003 não teve a abertura para autoridades das forças policiais ou governadores. Em nenhum momento de período analisado, estes elementos ganharam espaço privilegiado nos jornais para promover as ideias e as ações estatais. Muitas vezes os jornais realçavam os desentendimentos entre esferas municipais, estaduais e federais. Muitas vezes, em charges o prefeito Cesar Maia aparecia em confronto com os secretários Roberto Aguiar, Josias Quintal e com Anthony Garotinho. Em O Globo, as declarações de Rosinha Matheus durante os eventos de fevereiro de 2003 foram comparadas, de forma irônica, com suas declarações contra o governo Benedita em 2002:

Até mesmo Rosinha já usou e muito, as ações do tráfico como arma contra a antecessora Benedita da Silva. Ao comentar o dia 30 de setembro, a governadora, então candidata ao Palácio Guanabara, chegou a descartar novas intervenções do crime organizado, caso estivesse a frente do Palácio Guanabara: “Ninguém pode prometer que assumir e que tudo será um mar de rosas. Se eu ou o Garotinho estivéssemos no governo, a situação não chegaria a este ponto.” Garotinho engrossava o coro classificando a administração de Bené como fraca. (O DIA, 25/02/2003, p. 6)

Em O Globo, Josias Quintal também teve uma repercussão negativa:

O secretário Josias nada sabia  
Tenho uma boa notícia para vocês: o Rio teve uma madrugada tranquila, disse aos jornalistas o secretário de Segurança, Josias Quintal, às 10h. Ele ainda não sabia dos novos ataques. (O GLOBO, 26/02/2003, p. 1)

Fato comum em muitos dos editoriais analisados era a demanda dos jornais para que os governos federal e estadual atuassem em conjunto:

Não há demérito nem perda de autoridade para o governo estadual se, neste momento, não simplesmente aceitar a ajuda federal – mas cobrar a sua continuidade. (...) A governadora Rosinha precisa ter a grandeza de aceitar a boa ajuda, venha de onde vier, seja quem for que a apresente. A alternativa é limitar-se a reagir aos desafios do crime com gestos ditados apenas pelo pânico. (O GLOBO, 28/02/2003, p. 6)

Essa é mais uma das diferenças entre os eventos de novembro de 2010 e 2002/2003. No primeiro, a ação conjunta e coordenada dos governos municipal, estadual e federal foi exaltada como símbolo de um elemento importante para a vitória contra o tráfico de drogas pelos jornais. Em 2002/2003 esta união só se manifestou na imprensa por uma demanda de reação, mas a maioria absoluta das notícias enfatizavam as divergências entre as três esferas do Executivo.

### 3.2.5 Volatilidade em 2002/2003

A volatilidade expressa em 2010 em que o pânico desapareceu após a ocupação da Vila Cruzeiro e do Complexo do Alemão não ocorreu em 2002/2003. Mesmo após as maiores vitórias da política de segurança pública – a prisão de Elias Maluco e a transferência de Fernandinho Beira-Mar – a poder paralelo ainda permaneceu como uma constante no noticiário e a violência dos traficantes ainda atemorizava a população. Inclusive, após a transferência de Beira-Mar em fevereiro, ainda ocorreu uma nova “segunda-feira sem lei”. A transferência de Beira-Mar ocorrera na quinta-feira 27 de fevereiro de 2003. Na madrugada de 1 de março de 2003, os traficantes da favela da Maré atacaram o ônibus da 1001 que ia do Rio para São Paulo:

A quinta noite de violência

Um homem executado na frente da família, tiroteio, motoristas assaltados, um ônibus incendiado e outro metralhado com os passageiros dentro. Na quinta noite consecutiva de violência no Rio, a Avenida Brasil, uma das mais estratégicas da cidade, ficou fechada três horas na madrugada de ontem devido a mais um ataque do tráfico. (O GLOBO, 01\03\2003, p. 1)

Exatamente 1 mês depois, as ações do tráfico ainda aterrorizavam os cariocas:

Tráfico volta a atacar

O Rio voltou a viver ontem nova onda de terror comandada pelo tráfico. Os bandidos agiram em cinco frentes: na madrugada, ônibus e carros foram metralhados e

queimados, matando um tenente na Avenida Brasil; duas bombas foram lançadas em frente a um hotel em Copacabana; a estação do metrô de Del Castilho foi atacada a tiros; uma garagem teve incendiados três ônibus em Inhaúma; e, à noite, foram alvejadas uma cabine da PM e a estação do trem do Corcovado. (O GLOBO, 01\04\2003, p.1)

Em O DIA o episódio foi caracterizado como uma nova “segunda sem lei”. Segundo o jornal a cidade estava “sob o domínio do crime”, com cariocas e turistas apavorados com a nova ação do tráfico.

Além desta característica recorrente dos ataques do tráfico, o ano de 2003 ainda revelou dois crimes contra jovens estudantes que estimularam ainda a atmosfera de insegurança na cidade.

Gabriela do Prado Ribeiro, de 14 anos, cresceu assustada com a violência e, por ordem dos pais, quase não saía de casa. Ontem, a estudante ia pela primeira vez pegar o metrô sozinha, na estação São Francisco Xavier, para saltar uma estação depois, na Saens Peña, quando ficou no meio do fogo cruzado entre um policial e um dos bandidos que assaltavam uma bilheteria. Atingida no lado direito do peito, Gabriela não resistiu e morreu. (O GLOBO, 26/03/2003, p. 11)

Exatamente 41 dias após o crime com Gabriela (Matheus 2006), a estudante Luciana Novaes foi alvejada dentro da faculdade Estácio de Sá e ficou tetraplégica. Os casos de Gabriela e Luciana desencadearam uma ampla cobertura pelos jornais.

Momentos pontuais mostraram similaridade com a euforia de novembro de 2010. Após a prisão de Elias Maluco, houve um sentimento de que uma nova etapa na

Segurança Pública se iniciava com uma polícia efetiva, inteligente e eficaz:

Derrota do medo

O cerco que culminou na prisão de Elias Maluco é episódio exemplar: mostra o nível que a polícia do Rio de Janeiro de fato pode atingir. (...) Tudo foi notável. (...) No organograma do crime ele pode estar longe de ter a importância de um Fernandinho Beira-Mar. Mas a brutalidade insana de seus métodos criou para ele um nicho especial entre os criminosos do Rio, e torna necessário que seja tratado de forma exemplar. (...) O episódio de ontem fez nascer a esperança de que o medo pode começar a arrefecer. É uma extraordinária sensação. (O GLOBO, 20/09/2002, p. 6)

Porém este discurso, acabou suplantado pelos acontecimentos trágicos dos meses seguintes.

## 3.2.6 Análise comparativas das etapas do Pânico Moral em 2002/2003 e 2010 (II)

Quadro IV – Dimensão interpretativa do Pânico Moral em 2002\2003

<b>Etapas do Pânico Moral</b>	<b>Características</b>	<b>Categorias de análise</b>
<b>Aflição</b>	Nesta etapa é que tem início a movimentação que gerará o impacto do Pânico Moral. Especialistas começam a indicar que algo diferente e perigoso se aproxima, porém tal fato não repercute com grande convicção por parte dos jornais. Em 2002 esses elementos surgem nos primeiros atentados, na fase inicial do desaparecimento de Tim Lopes e na chegada de Beira-Mar em Bangu 1.	Historicidade do elemento violento
<b>Hostilidade</b>	A figura do demônio popular se estabelece não apenas como elemento desviante, mas também como elemento ameaçador. O impacto é iminente. Descrição dos atos bárbaros de Elias Maluco e Fernandinho Beira-Mar. Demonstração de como Beira-Mar mantém seu poder mesmo preso em Bangu 1.	Sensibilização
<b>Consenso</b>	Há um consenso de parte da sociedade, Estado e meios de comunicação de massa de que algo precisa ser feito. É a fase do inventário que, após o impacto, orientará ideologicamente a reação que está por vir. Editoriais dos jornais pregam a união entre os governos e alguma atitude prática contra os desmandos do poder paralelo.	Predição Simbolização Orientação de atitudes e temas
<b>Desproporcionalidade</b>	A compreensão do fenômeno se pauta muito mais por elementos morais e emocionais do que por uma ação racional não-catártica. Heroicização dos policiais e ações de cunho altamente midiático: solicitação de Estado de defesa e política de um PM para cada chefe preso em Bangu 1	Exagero e distorção
<b>Volatilidade</b>	Assim como o pânico surge, ele se dissipa. A euforia entra como elemento organizador da análise e há um recorte parcial do fenômeno do pânico moral com um deslocamento muitas vezes favorável ao status quo e às ações estatais.  Euforia com a prisão de Elias Maluco.	Ação dos agentes de controle

Fonte: Jornais O Globo e O DIA entre os dias 15 de maio de 2002 e 1º de Abril de 2003.

Quadro V – Comparação entre a lógica interpretativa de 2002\2003 e 2010

<b>Etapas do Pânico Moral</b>	<b>Similaridades</b>	<b>Diferenças</b>
<b>Aflição</b>	Aflição com a imprevisibilidade dos ataques	Em 2010, a aflição se condensou na primeira metade da semana de novembro. Em 2002\2003, a aflição permeou todo o período entre as ações de tráfico em um período de 1 ano.

<b>Hostilidade</b>	Sensibilização da ameaça do tráfico.	Em 2010, os traficantes eram os demônios populares. Em 2002\2003, esa ameaça se singularizou nas figuras arquetípicas de Elias Maluco e Fernadinho Beira-Mar.
<b>Consenso</b>	Simbolização do Complexo do Alemão como metonímia do poder do tráfico no Rio de Janeiro	Em 2010, o consenso nos jornais com o Estado foi total. Em 2002\2003, isto só ocorreu na prisão do traficante Elias Maluco.
<b>Desproporcionalidade</b>	Leitores de jornais defenderam a execução dos bandidos.	Em 2002\2003, o prefeito e o secretário de segurança também defenderam a morte de bandidos. Comparação constante com guerras estrangeiras em 2010. Exaltação constante das forças policiais. Pacto entre população e polícia.
<b>Volatilidade</b>	Em um curto período de tempo, houve euforia com a prisão de Elias Maluco e se anunciou um novo tempo para a segurança pública assim como em 2010.	Em 2010 se solidificou um discurso de ruptura e as autoridades e governantes ganharam legitimidade como promotores da paz nos jornais. Em 2002\2003, os acontecimentos violentos permaneceram e as autoridades políticas estavam desacreditadas.

**Fonte:** Jornais O Globo e O DIA entre os dias 15 de maio de 2002 e 1º de Abril de 2003 e Jornais O Globo, O DIA, Extra e Meia-Hora entre os dias 24 e 29 de novembro de 2010.

### 3.3 Aplicabilidade do Pânico Moral em 2002\2003

Pela tradição dos *moral panic studies* não existiria problema em um temor ou Pânico Moral ter se alongado durante o período de um ano sem desfecho resolutivo. Alguns casos descritos por Cohen (2003), como a perseguição aos imigrantes que estariam usufruindo dos serviços públicos ingleses se estenderam por quase uma década nos jornais britânicos – em especial toda a década de 90. Além disso, vimos que a eleição dos traficantes como demônios populares assim como em 2010 tangenciou a ideia de ressentimento quando os chefes do tráfico tinham sua liberdade e facilidades privadas na cadeia e isso regozijava o público leitor. Tínhamos também as três premissas de Cohen para um Pânico Moral ter alcance na opinião pública: um mal ameaçador, vítimas identificáveis e o consenso que os atos de violência não eram eventos isolados, mas atentados coordenados pelo tráfico para amedrontar a população e desestabilizar o poder público. Observou-se até um momento único, na cobertura do dia 30 de setembro, quando os jornais caracterizaram a paralisia da cidade pelas

ações do tráfico como uma ação desmedida, um pânico exagerado frente a ameaça real aproximando-se notoriamente da noção de Pânico Moral da tradição britânica.

Um paralelo factível é de entendermos um processo de deslocamento e condensação em 2002\2003 a partir do contexto econômico e social da época. O jornal O Globo alertava nos meses anteriores para a favelização crescente e para o fato de apenas 7% dos jovens em comunidades possuírem um emprego fixo. No início dos anos 2000, o Brasil possuía uma das mais altas taxas de desemprego no mundo. Em *Cultura do Controle*, David Garland vê o surgimento de uma criminologia do Outro como fruto das políticas neoliberais de aumento da desigualdade social promovendo um empobrecimento dos centros urbanos e um enriquecimento dos subúrbios britânicos e americanos. A acentuação da divisão social criara uma lógica territorial em que os antigos centros tornassem locais perigosos. A política das janelas quebradas tão criticadas atualmente nos Estados Unidos em que a polícia é acusada de racismo institucionalizado derivam deste momento. A polícia passa a prender mais para conter a ameaça de jovens desempregados e que, pelo discurso corrente à época, buscariam o caminho do crime como alternativa. Em Garland, a situação econômica é a raiz da cultura do controle e da economia do medo que rege as políticas de segurança nos grandes centros urbanos. Trazendo esta teoria para o Brasil, aonde também o número da população carcerária nunca foi tão elevado, podemos ver no medo de uma convulsão social o medo da ameaça do tráfico. Cabe lembrar do artigo de Veríssimo que, ao comentar os panfletos distribuídos pelo Comando Vermelho, afirmava que a distância entre o pânico promovido “é um rótulo que gruda, é a frase apropriada.” (VERÍSSIMO, 27/02/2003 – Opinião pg 7)

Por um mecanismo de deslocamento e condensação é factível pensarmos que o medo das ações do tráfico era condensação de um medo maior. O medo da quebra do status quo, o medo de que a população marginalizada nas favelas, condenada pelo subemprego estivesse se revoltando através da violência desmedida contra o asfalto. Se em São Paulo (CALDEIRA, 2000) na década de 90, o medo dos nordestinos que adentravam no cotidiano da população paulista era condensado em um medo do crime, o medo da violência seria também um medo que a população marginalizada socialmente se revoltasse. A associação entre criminalidade e pobreza é antiga no Rio de Janeiro e o crescente da violência seria também retroalimentado pelo crescente da pobreza.

Porém não creio que, a partir da observação empírica dos jornais analisados, possamos falar em um Pânico Moral a posteriori na cobertura jornalística dos eventos de 2002\2003 por causa principalmente de um fator determinante. O consenso entre os jornais analisados O Globo e O DIA não fora absoluto e este fator desestabiliza o ciclo do Pânico

Moral. O que não quer dizer que o modelo do Pânico Moral seja absolutamente falho na reprodução dos eventos de 2002\2003. Vimos há pouco que vários elementos encontraram correspondência – eleição do demônio popular, alta sensibilização – e que, a priori, não existiria problema em tentar uma aplicação da metodologia do Pânico Moral em 2002\2003. Porém, sem o consenso, o Pânico Moral torna-se uma ferramenta conceitual válida para analisarmos os fenômenos de 2002\2003, mas não uma ferramenta metodológica. Em 2010, o consenso acarretou a desproporcionalidade e a volatilidade elevando o discurso do sensacional na violência carioca a outro nível, ao patamar da euforia. A sucessão dos fatos acabou contribuindo para toda esta narrativa mitológica entre bem e mal, pois em uma semana passou-se da ameaça do crime à vitória acachapante das forças policiais segundo os jornais. Essa característica folhetinesca é uma realidade do noticiário criminal do Rio de Janeiro, independente da erupção ou não de um Pânico Moral:

O propósito é também fazer com que o leitor reconheça seus problemas diários ao folhear o jornal: a pretensão do verossímil neste caso é tornar familiar, conhecido e, a partir daí, transformar o cotidiano em verdade. Para isso, o jornalista apela para aspectos emocionais, chegando mesmo a comparar a realidade presumida com obras ficcionais. Todos os recursos são utilizados para produzir a proximidade do relato do leitor, transformando o conhecido em verdadeiro. É necessário, através de estratégias narrativas, fazer acreditar. (CASTILHO, 2006, p. 132)

A dramaticidade no noticiário de violência no Rio de Janeiro é uma realidade diretamente proporcional à identificação do público-leitor com a vítima.

A construção de um Pânico Moral se utiliza destas estratégias de discursos, mas estas, apesar de presentes, não o definem. O Pânico Moral é fruto de um processo político também, pois ele subentende uma reação. Se não há consenso entre opinião pública e Estado, o movimento do Pânico para pela metade e se dissipa retornando aos estágios iniciais de aflição e hostilidade. Cabe ressaltar que este trabalho não pretende homologar o Pânico Moral como regra para análise da cobertura da violência urbana no Rio de Janeiro. Esta dissertação visa referendar o Pânico Moral como estrutura válida para analisarmos os pequenos detalhes e estruturas narrativas que os jornais empregam ao analisar a violência carioca, em especial os eventos ligados as ações do tráfico de drogas e da polícia em 2002\2003 e 2010. A violência urbana e sua cobertura noticiosa são um tema complexo, que poderia não se limitar a uma só abordagem. Seria impossível tentar abarcar todas as tensões e narrativas possíveis no jogo político social entre favela e asfalto e na cobertura dos enfrentamentos entre polícia, traficantes e população. O Pânico Moral é, assim, apenas um molde possível para tentar compreender o comportamento da imprensa e sua

participação nesse processo. E, como toda moldura, o modelo do Pânico Moral é uma abstração teórica que necessita ser adaptada para que enxerguemos determinado objeto. Com intuito de relativizarmos esta abordagem, veremos em que situações da violência urbana carioca, como as situações presentes em 2010, o Pânico Moral se torna uma ferramenta válida e as possíveis causas que referendam esta acepção. Por outro lado, sabemos que, mesmo que o Pânico Moral seja um instrumento válido de análise, ele não é o único e nem surgiu ao acaso – suas conclusões derivam e dialogam com outras teorias. Mesmo a teoria do Pânico Moral apresentada aqui neste estudo não engloba toda a riqueza conceitual dos *moral panic studies*. Veremos alguns conceitos complementares que auxiliam na compreensão da cobertura jornalística de 2010 e sua relação com o público, além de outras ferramentas\ metodologias convergentes, ou seja, ferramentas\ metodologias distintas do Pânico Moral mas nem por isso excludentes. Ambas são aplicáveis ao mesmo objeto. Lembremos que a luz na física moderna se comporta tanto como onda quanto como partícula. Se a natureza não é newtoniana ou mecânica em seus movimentos, quiçá o são os jornais e seus leitores em tempos de violência.

## 4 CONCEITOS COMPLEMENTARES ÀS ETAPAS DO PÂNICO MORAL

As etapas do Pânico Moral – aflição, hostilidade, consenso, desproporcionalidade e volatilidade – dialogam com diversas teorias e abordagens sociológicas. A forma como os jornais noticiam cada uma dessas etapas apresenta características que nos permitem enxergá-los através do prisma destes conceitos complementares. Alguns deles são originários da tradição dos *moral panic studies*. Outros são naturais da relação entre o leitor e os jornais, na forma como as notícias são consumidas e como elas são redigidas de forma a gerar um posicionamento do leitor. Por fim, há conceitos típicos de cartografias urbanas, aonde vemos a metrópole como uma área de múltiplos territórios e vemos fronteiras estipuladas por divisões político-sociais. Veremos a seguir como cada uma das etapas do Pânico pode ser analisada e melhor compreendida por estes conceitos.

### 4.1 Aflição e hostilidade – conceitos complementares

Os conceitos apresentados a seguir auxiliam o entendimento da construção da vitimação por parte dos jornais cariocas, em especial o tão contumaz discurso da população “refém do medo”.

#### 4.1.1 Vitimação virtual, testemunha mediada e vítima virtual

Ao trabalharmos as ideias iniciais de aflição presentes em um pânico moral, os leitores dos jornais se sentiam acuados tendo seus medos espelhados no depoimento das vítimas que tiveram seus carros incendiados ou aquelas que presenciam tiroteios. O próprio Stanley Cohen (2004), afirma que em seus estudos está mais interessado na audiência do que nos atores. Na esteira dos estudos voltados para a temática do pânico moral, surgem os conceitos de virtual victimhood e mediated witness abordados pela professora Moira Peelo da Universidade de Lancaster na Inglaterra.

Uma tradução possível destes dois conceitos em língua inglesa seria vitimação ou vitimização virtual e testemunha mediada. Virtual victimhood seria entendido como fruto de um diálogo entre meios de comunicação e o leitor/ espectador, que através de uma série de técnicas estilísticas, visa conectar emocionalmente o leitor e a vítima descrita no texto, neste caso, a notícia. A vitimação virtual seria diferente da real experiência vivenciada por familiares, amigos e pessoas próximas da real vítima. Entre os processos descritos como geradores desta vitimação virtual estão a repetição (repetition), a familiarização ('defamiliarization') e a objetificação (objectification).

Na construção de um discurso estilizado pelos meios de comunicação de massa, estes elementos estão presentes de forma duradoura na análise de vários episódios de violência urbana analisados por Moira Peelo (2006, p. 161) na Grã-Bretanha. A repetição é moeda corrente até mesmo pela aparição de suítes nos dias posteriores de um episódio violento, além da existência de cadernos e reportagens especiais sobre um fato. Além disso, dependendo da extensão da tragédia, um determinado massacre, chacina ou assassinato pode se solidificar como um referencial dentro do imaginário midiático e acaba sendo sempre citado em eventos posteriores como elemento de comparação ou meramente como uma espécie de cronologia da violência urbana no jornal. Um exemplo próximo dentro da realidade carioca seria a lembrança das chacinas da Candelária ou de Vigário Geral quando se fala da violência policial no Rio de Janeiro. Em um espectro internacional, pode-se citar o massacre a tiros na escola Columbine, nos Estados Unidos, como referencial sempre que ocorre qualquer massacre de estudantes dentro de uma escola secundária, independente do país ou região. Este novo status em que um episódio violento pode ser mensurado em relação a uma tragédia posterior possibilita que a sociedade torne estas narrativas do medo como um senso comum dos seus crimes, em especial os crimes mais hediondos e reportados pela grande mídia.

Torna-se factível prever que a chamada "batalha do Alemão" e a ocupação da Vila Cruzeiro possam, em um futuro próximo, se solidificar como referências de operações policiais de grande porte. Ao serem revisitadas em todas grandes matérias que procurem imagens de mobilizações de blindados nas ruas da cidade ou nas demonstrações de agradecimentos da população com os militares, a semana de novembro de 2010 ganha um lugar permanente no imaginário do leitor.

Assim como ao ler um jornal pelo conceito de Comunidades Imaginadas de Benedict Anderson, um leitor sente-se parte integrante de um todo maior que compartilha estas informações, a repetição trabalha a relação do leitor com o jornalismo em uma reciprocidade

que coletiviza estas tragédias e, como veremos mais a frente, também socializa o medo gerado por elas.

A familiarização é um conceito derivado da definição de notícia presente na obra de Stuart Hall (TRAQUINA, 2005), da escola estruturalista britânica. O valor-notícia estaria no âmbito daquilo que o jornalista considera acerca do ‘fora do comum’, numa linha que lembra a célebre frase de Amos Cummings: “Se um cachorro morde um homem, não é notícia; mas se um homem morde um cachorro, aí então a notícia é sensacional.” (LAGE, 1979, p. 35)

Inserida no Estado de Direito, a violência urbana soa como uma perturbação da vida social pois abala a existência pacífica dos indivíduos de uma sociedade. O próprio termo sociedade deriva do latim *societas*, uma “associação amistosa entre irmãos”. Apesar de pensadores como Freud defenderem que a violência, o impulso agressivo é inerente ao ser humano (BELLONI, 2004, p. 1), todos os pensadores jus naturalistas viam como condição básica do convívio social e da existência a garantia da preservação da vida humana. Esta premissa está intrínseca em nosso pensamento e é por isso que qualquer ato de violência sempre soa como uma perturbação da ordem social, como um evento que rompe a banalidade e, como tal, garante seu lugar no jornal impresso do dia seguinte. A familiarização seria o aprofundamento deste processo. Anteriormente, o que tornava um assassinato extraordinário era o horror e a ojeriza que ele gerava, o hediondo e macabro e anormal presente naquele episódio. Atualmente o noticioso está nos seus fatores comuns. Quanto maior a frugalidade do cotidiano da vítima, maior o impacto social da matéria. Quando uma família é abordada por meliantes ao sair em uma viagem de final de semana, o processo de familiarização ocorre ao adentrar brutalmente a violência dentro daquele ambiente comunal. O crime chocante não está mais na zona de prostituição e sim nos subúrbios de classe média. O não familiar, o hediondo entra na esfera da família estilizada / protegida e gera comoção.

Apesar do conceito original possuir um prefixo de negação - de-familiarization - fato que numa tradução direta seria descrita como des-familiarização, preferiu-se a opção pelo termo familiarização. Pois o interesse do jornal neste processo de sensibilização da audiência está no choque direto da violência dentro do contexto familiar, apesar de ser factível a visão pelo outra via de que o familiar é que estaria perdendo as características de segurança e tranquilidade e entrando na esfera policial. O conceito original - defamiliarization- é importado da arte moderna. Dentro do universo artístico pós- Duchamp é comum a prática de retirar objetos do seu uso diário e, “desfamiliarizando” o olhar do comum, gera-se o choque. Vide o exemplo da presença de elementos do cotidiano como mesas, cadeiras e bicicletas

como obras de arte dentro do paradigma das artes plásticas modernas. Seria a desfamiliarização do olhar ou a familiarização da violência, termo de minha preferência pois abrange de maneira direta a construção direta de sentido na produção da notícia, enquanto que a desfamiliarização foca contextualmente na apreensão de sentido por parte do leitor em seu cotidiano. Em suma, apesar da aparente contradição, tratam-se de conceitos similares que apenas operam em diferentes vias - um trata da historicidade da notícia policial indo da esfera do grotesco para a esfera do cotidiano (familiarização), e outro trata do leitor deslocando a sua acepção de mundo de uma realidade imaginada como segura para uma realidade de violência (desfamiliarização).

A testemunha mediada surge desta representação em que o leitor sofre as emoções representadas daquele que sofreu a ação real. O testemunho está um passo ao lado da vitimação e daí surge a chamada vitimação virtual. O assassinato de uma criança no parque torna nossos filhos vulneráveis à mesma tragédia quando estão indo brincar em uma praça. A vítima virtual seria a vítima potencial, mas seu universo de abrangência é toda a sociedade. A interação com os leitores nos permite não só entender detalhes do crime mas nos relacionarmos emocionalmente com a vítima e com os sobreviventes de um homicídio. Os jornais trabalham geralmente com símbolos simples, heróis e vilões. O conceito de vítima virtual do professor Paulo Vaz (2005, 2009), apesar de anterior, surge como elemento quase que complementar aos elementos descritos por Moira Peelo (2006). A vítima virtual seria um estado subjetivo em que um leitor ou espectador que, a partir de notícias sobre o sofrimento de estranhos, passa a “conceber suas rotinas de trabalho e lazer como perpassadas pela possibilidade de vitimização.” (VAZ, 2009, p. 53). A familiarização da violência e a desfamiliarização do olhar converge com a cultura do risco descrita por Paulo Vaz. O conceito de risco implica que o indivíduo planeje ou repense suas ações em função de um resultado danoso no futuro.

O conceito decorre diretamente do novo problema ético. Está se lidando com risco e não com perigo quando há dupla contingência (LUHMANN 1993, p. 16). A primeira é imediata: o sofrimento futuro é possível. A segunda diz respeito ao fato de que há risco quando atribuímos um acontecimento presente ou futuro a uma decisão, isto é, há contingência porque um dado agente podia não ter tomado a decisão que tomou. Agente não designa apenas um indivíduo, mas qualquer entidade que pode escolher, como uma empresa ou um governo. Percebe-se assim que risco delimita imediatamente o poder da ação humana - o sofrimento que ocorrerá depende de uma decisão - e é um conceito oposto ao de acaso;

como se trata apenas de atribuição, pode-se acreditar que nada acontece sem que tenha havido uma decisão que o permitiu ou facilitou. (VAZ; CARDOSO; FÉLIX, 2012, p. 12)

A construção do risco não fala só de perigos ou elementos desagradáveis (COHEN, 2002) mas da forma como nos portamos, somos atingidos, classificamos e como reagimos à ameaça. Parte presente da cultura contemporânea as reflexões sobre o risco dialogam com os conceitos de vitimação, insegurança e medo. Há uma racionalidade no risco. Controle social e comportamento desviante reforçam julgamentos morais (Eriksson) e uma retórica do risco, da segurança ou do perigo derivam de uma política moral. A percepção e aceitação do risco está intimamente ligada à uma alocação de culpa e a estabelecer quem é responsável por causar danos a quem (COHEN, 2002). Muitas vezes o indivíduo atacado tem sua vitimação coletivizada, tendo a sociedade carioca, ou melhor, a cidade, como alvo de ataque. Ocorreu um processo semelhante ao que se deu na imprensa norte-americana na cobertura dos eventos de 11 de setembro de 2001 e nas posteriores incursões americanas no Oriente Médio para a caçada dos integrantes da rede Al-Qaeda. As manchetes do noticiário vinham sob égides como “America against Terror” (a América contra o terror) ou “America under attack” (América sob ataque). A América contra o terror não era só o continente e seu contingente populacional. Era toda a bagagem cultural americana, tudo o que define e identifica culturalmente aqueles cidadãos, melhor dizendo, era vendido como um esforço de guerra para salvar da extinção o *american way of life*, a forma como, perante o mundo, estadunidenses se reconhecem como americanos.

A metonímia do Rio sob ataque carregava similar processo de reificação, estando a cidade, como símbolo e modo de vida, ameaçada pelos traficantes. Paradoxalmente, a cultura do risco ajuda a projetar na vítima a causalidade da agressão que sofre pois todo sofrimento seria evitável e derivado de decisões. Por outro lado, expandindo esta premissa, abre-se caminho para o direito ao risco - cada indivíduo teria capacidade de administrar seus prazeres e as ameaças cotidianas ao qual estaria exposto. Quando a agressão surge não só se problematiza nos jornais a vulnerabilidade ao qual a vítima se expõe mas também a ineficiência daqueles que deveriam protegê-la. Esta cultura da indignação se expressa no Brasil como uma intolerância contra o Estado que não provém a proteção a seus concidadãos. Na semana de novembro de 2010, com a reconquista dos complexos do Alemão e da Penha, esta indignação leva a um apelo contumaz pela demonstração de força do Estado. “Os afetos envolvidos na identificação são a compaixão, o medo e a indignação. Esses afetos estão conectados uns aos outros; adicionalmente eles envolvem crenças, notadamente sobre a causalidade do sofrimento. O argumento se completou.” (VAZ, 2005, p. 59,).

Quando a população se sente como vítima ela notadamente atribui responsabilidades. E estas responsabilidades, estes papéis são os de protetores que no momento estão falhos e causadores do sofrimento que no momento estão sendo efetivos, triunfantes. Vaz acaba por desenvolver o conceito trabalhando com a questão da alteridade. Ao estabelecer um agente social causador de danos anormais, estabelecemos uma realidade desejável. O ‘nós’ reconhecido como vítima separa fielmente o outro ameaçador. É a realidade cotidiana compartilhada pelos leitores e seus prazeres urbanos que estão sendo ameaçados pela violência crescente nas grandes cidades. Inserido na relação de alteridade, a relação de oposição de como um sujeito pensante (eu) se estabelece frente a um objeto (não eu), se pode analisar alguns processos pelos quais a mídia constrói e naturaliza discursos e práticas sobre o mundo.

O público do Rio de Janeiro reagiu ao emaranhado de tramas narrativas - envolta em sentimentos distintos tais como medo, insegurança, euforia, otimismo ou vingança - reflexos de um momento histórico particular no cotidiano de uma cidade amedrontada.

Ao estabelecer um agente social causador de danos anormais, a audiência simultaneamente estabelece uma realidade desejável. O ‘nós’ reconhecido como vítima separa fielmente o outro ameaçador. Pertencem ao ‘eles’ os agentes do Estado incapazes ou corruptos; no caso do crime ou terrorismo, o ‘eles’ incluirá imagens do criminoso e do terrorista. Nessas imagens, predominam o desprezo pela vida dos outros e a presumida impossibilidade de mudar. O que talvez singularize a posição objetiva da vítima virtual é que a separação entre ‘nós’ e ‘eles’ tende a ser insuperável, sem horizonte de resolução, a não ser pela erradicação do ‘eles’.  
(VAZ, 2009, p, 55)

O homem de bem portanto é o nome que a vítima social escolheu para se resguardar e identificar os “homens de mal” que deixam de ser indivíduos infratores, para assumirem a posição de “facínoras” e “terror”, termos utilizados na cobertura dos jornais analisados.

O terceiro conceito desenvolvido na formação da vitimação virtual é a objetificação e se dá quando um episódio específico é transposto para uma realidade mais ampla pela cobertura do fato jornalístico. Peelo (2006) descreve o caso de um diretor escolar assassinado por delinquentes juvenis na década de 90 como sintomático deste processo. A partir do assassinato do diretor Philip Lawrence uma série de reportagens e polêmicas tomaram conta do universo midiático britânico sobre a qualidade do ensino escolar, a presença de drogas e gangues violentas nas praças e escolas secundárias. As reportagens deslocaram-se rapidamente de uma tragédia pessoal para despersonalizar-se em matérias sobre como os pais temem pelo futuro de suas crianças em um ambiente de desintegração social, as especificidades do mundo vivido na infância e adolescência e como a violência do mundo

contemporâneo se insere neste universo. As perspectivas próprias dos pais e alunos sobressaíram no assassinato do indivíduo Philip Lawrence. Ele se tornou a linha condutora de um fio que levou a matérias sobre a desintegração da sociedade inglesa em três diferentes jornais britânicos, The Times, Daily Mail e o Daily Mirror.

Cada um deles estabeleceu uma linha de abordagem diferente para a falência da dignidade e respeito de todo um universo social. O último destes três jornais chegou a fazer uma campanha condenando o manuseio de facas por jovens - Philip Lawrence fora esfaqueado - em uma campanha geral para que armas brancas só fossem permitidas em delegacias.

É importante entendermos que a construção da vitimação é parte inerente à hostilidade do Pânico Moral. Ao acentuarmos o medo da população também estamos condenando a ameaça dos desviantes e legitimando a reação do Pânico Moral que virá com o consenso. Tal como apontado por Matheus (2006):

O jornalismo tem feito do medo parte das identidades cariocas e de seus modos de sociabilidade. Nesse contexto, os jornais funcionam como artefato de memória de certo grupo social com poder de narrar a violência e o medo e de construir o entendimento acerca de quem é a vítima. Trata-se, a rigor, da disputa pela possibilidade de temer, pelo direito de prevenir e/ ou punir. Que tipo de comunidade é essa que necessita lutar pela posição de vítima e por quê?

Nem sempre a vítima é o fraco, ou o fraco, o perdedor. Fazer-se de fraco é também exercitar o poder. No Rio de Janeiro, assumir a posição de vítima permite reivindicar certas medidas do governo e botar o aparato estatal para trabalhar a seu favor. (MATHEUS, 2011, p. 97)

Como podemos ver a vitimação produz também uma demanda por ação estatal. Este movimento reativo foi amplamente noticiado pelos jornais e consolidou o período do consenso do Pânico Moral em novembro de 2010.

#### 4.2 Consenso – conceitos complementares

Ao analisarmos o Pânico Moral de 2010 sob a óticas dos jornais – O Globo, O DIA, Meia-Hora e Extra – pode se solidificar a impressão de que o Pânico fora uma realidade absoluta na cidade do Rio de Janeiro e que a causalidade polícia (bem) versus tráfico (mal) seria uma realidade indiscutível. Se tomássemos este caminho estaríamos *comprando* a cobertura dos jornais em 2010, assim como estes mesmos jornais *compraram* o discurso

estatal de reconquista do território e de um novo tempo para a cidade do Rio de Janeiro. O verbo comprar encontra-se aqui em sua concepção conotativa, não referente ao sentido de adquirir via dinheiro, mas sim ao significado de referendar um discurso ou tomá-lo como o seu. E, se abordamos anteriormente que a existência de um consenso entre meios de comunicação, opinião pública e autoridades governamentais foram o elemento determinante para considerarmos que em novembro de 2010 ocorrera um legítimo Pânico Moral diferentemente de 2002/2003, cabe entender melhor esta fase singular do Pânico Moral. O consenso é quando as peças se arrumam no tabuleiro, ou seja as mais variadas forças políticas se articulam para a construção da reação em sequência.

Primeiramente, deve-se atenuar que este consenso absoluto só fora uma realidade em novembro de 2010 dentro da análise empírica dos jornais O Globo, O DIA, Extra e Meia-hora. Fora desta cobertura jornalística, várias vozes se articularam durante a semana de novembro de 2010 problematizando a ação do Estado e a cobertura dos jornais. Foram artigos e entrevistas dadas por movimentos sociais, pensadores de tradição no estudo da violência urbana como Ignacio Cano e Luiz Eduardo Soares, além de militantes e ativistas de esquerda especialmente. Não nos aprofundaremos no contexto destas análises críticas para não desviarmos do objeto que são as coberturas dos jornais pela ótica do Pânico Moral, mas citarei alguma delas como forma de emoldurar as vozes dissonantes à construção arquetípica maniqueísta de bem e mal que os jornais advogavam no confronto entre polícia e traficantes:

#### A Guerra do Rio

Ela é simplesmente uma guerra pela hegemonia no cenário geopolítico do crime na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. As ações ocorrem no eixo ferroviário Central do Brasil e Leopoldina, expressão da compressão de uma das facções criminosas para fora da Zona Sul, que vem sendo saneada, ao menos na imagem, para as Olimpíadas. (ALVES, 2010, p.1)

Na continuação do artigo, o professor de sociologia José Claudio de Souza Alves discorda da real ameaça do poder do tráfico e associa as mesmas operações policiais que são tratadas pelos jornais como marcos na luta como crime, como ações ineficientes que ludibriam o leitor:

Justificar massacres, como o de 2007, nas vésperas dos Jogos Pan Americanos, no complexo do Alemão, no qual ficou comprovada, pelo laudo da equipe da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, a existência de várias execuções sumárias é apenas uma cortina de fumaça que nos faz sustentar uma guerra ao terror em nome de um terror maior ainda, porque oculto e hegemônico.

Ônibus e carros queimados, com pouquíssimas vítimas, são expressões simbólicas do desagrado da facção que perde sua hegemonia buscando um novo acordo, que

permita sua sobrevivência, afinal, eles não querem destruir a relação com o mercado que o sustenta.

A farsa da operação de guerra e seus inevitáveis mortos, muitos dos quais sem qualquer envolvimento com os blocos que disputam a hegemonia do crime no tabuleiro geopolítico do Grande Rio, serve apenas para nos fazer acreditar que ausência de conflitos é igual à paz e ausência de crime, sem perceber que a hegemonização do crime pela aliança de grupos criminosos, muitos diretamente envolvidos com o aparato policial, como a CPI das Milícias provou, perpetua nossa eterna desgraça: a de acreditar que o mal são os outros. (ALVES, 2010, p. 2)

Em artigos da mesma época, Giuseppe Cocco contestava a operação policial como solução para a crise da política de segurança:

O Complexo do Alemão e as mudanças na relação entre capitalismo mafioso e capitalismo ‘cognitivo’

Dize-se que o problema da violência nas favelas pode ser resolvido pela imposição do monopólio do uso da força por parte do Estado quando é o contrário: a violência nas favelas é o fruto de um monopólio absoluto do uso da força pelo Estado em sua relação neoescravagista com os pobres. Só que o Estado não consegue dar, a essa tremenda efetividade, uma legitimidade estável e sequer a "paz do medo" consegue impor. É nesse absurdo que toda política de segurança – até a mais bem intencionada – encalha! E isso porque a base da corrupção generalizada da polícia (quer dizer do Estado) está exatamente no direito de fato que os policiais têm de matar e torturar os pobres! O Estado sempre esteve presente nesses territórios na sua forma mais truculenta, para matar os pobres. Essa é a base fundamental de todo processo de corrupção. (ADITAL, 10/03/2011, p. 2)

Assim como Cocco, Hélio Luz, ex-secretário de segurança pública do Rio, via na negligência do Estado, a verdadeira causa do poder do tráfico nas comunidades:

“O Estado criou estes caras”

O Estado nunca teve uma política de segurança de longo prazo. Nem de médio prazo. O Estado sempre operou com política de segurança de resultados. Há duas causas para o que nós estamos vendo. Uma, mais remota, e mais grave, que é a questão social. Outra, mais próxima, é restrita à área de segurança. (ZERO HORA, 28/11/2010, p. 2)

O jornalista Gustavo Barreto via um pânico desmedido na cobertura das ações policiais:

O jornalismo desonesto e o mito do “crime organizado”

O “Jornal da Globo” fechou com chave de ouro o dia de uma emissora empenhada em assustar e desinformar o público, enquanto outras emissoras e rádios acompanharam a tática do pânico. A velha técnica do “Mantenham a calma” seguido de imagens impactantes da violência no Rio de Janeiro é a melhor forma, do ponto de vista da cultura do medo que tenta se impor, de pôr em ação esse objetivo. É como você dizer “Fique à vontade” quando recebe alguém pouco conhecido em sua casa, provocando o efeito contrário. Neste caso é bem pior: trata-se do imaginário social de um conjunto de milhões de brasileiros que está em jogo. E neste caso há consequências políticas. (BARRETO, 2010, p. 1)

Ignacio Cano (2010) via nas operações policiais de combate ao tráfico uma necessidade de tranquilizar a classe média apresentando uma lógica invertida daquelas descritas pelos jornais. Não era a população favelizada que estava sendo resgatada a priori do jugo do tráfico nas ações policiais. Era a tranquilidade da classe média que estava sendo reconquistada e, mais importante do que a população das comunidades aderirem ao projeto das UPPs, era a classe média sentir que a ocupação permanente das favelas pacificadas traria paz ao asfalto:

*Sociólogo vê alarme exagerado com arrastões no Rio de Janeiro*

O perigo, aqui, é as classes médias acharem que a sua segurança está sendo comprometida por causa das UPPs. Se passarem a acreditar que o investimento nas UPPs é contraproducente para quem não mora nas favelas, isso poder acabar com a sustentabilidade política do projeto. Sérgio Cabral sempre fez questão de associar a expansão das UPPs a benefícios também para o asfalto, justamente para não correr esse risco. (BBC BRASIL, 22/22/2010)

O geógrafo Carlos Walter Porto-Gonçalves tratava a ação no Alemão como uma resposta aos ensaios do empresariado e do capital estrangeiro com a proximidade da Copa do Mundo e das Olimpíadas no Rio de Janeiro:

*O Haiti é Aqui*

O espetáculo da violência que se quer legitimar por parte do Estado globalizando Vila Cruzeiro e o Complexo do Alemão coloca a sociedade brasileira diante de si mesma. Vivemos uma época onde o capitalismo financeirizado usa como estratégia a produção de eventos como a Copa do Mundo e as Olimpíadas. Esses eventos desencadeiam excelentes oportunidades de negócios no setor da construção civil, turismo, marketing e publicidade, indústria esportiva e mídia conformando um bloco de poder que insta os estados a agir em seu interesse em nome de atrair investimentos e gerar emprego e renda. (PORTO-GONÇALVES, 2010, p. 1)

O sociólogo Luiz Eduardo Soares, também ex-secretário de segurança pública do Rio, se negava a dar entrevistas à época por discordar amplamente do discurso construído pelos jornais de um novo marco zero da segurança pública no Rio de Janeiro com as ocupações da Vila Cruzeiro e do Complexo do Alemão:

*A crise no Rio e o pastiche midiático*

(...) Nada que se possa fazer já, imediatamente, resolverá a insegurança. Quando se está na crise, usam-se os instrumentos disponíveis e os procedimentos conhecidos para conter os sintomas e salvar o paciente. Se desejamos, de fato, resolver algum problema grave, não é possível continuar a tratar o paciente apenas quando ele já está na UTI, tomado por uma enfermidade letal, apresentando um quadro agudo.(..) . O foco capaz de ajudar a mudar a realidade é aquele apontado por outra pergunta: o que fazer para aperfeiçoar a segurança pública, no Rio e no Brasil, evitando a violência de todos os dias, assim como sua intensificação, expressa nas sucessivas crises?

Se o entrevistador imaginário interpelar o respondente, afirmando que a sociedade exige uma resposta imediata, precisa de uma ação emergencial e não aceita nenhuma abordagem que não produza efeitos práticos imediatos, a melhor resposta seria: caro amigo, sua atitude representa, exatamente, a postura que tem impedido avanços consistentes na segurança pública. Se a sociedade, a mídia e os governos continuarem se recusando a pensar e abordar o problema em profundidade e extensão, como um fenômeno multidimensional a requerer enfrentamento sistêmico, ou seja, se prosseguirmos nos recusando, enquanto Nação, a tratar do problema na perspectiva do médio e do longo prazos, nos condenaremos às crises, cada vez mais dramáticas, para as quais não há soluções mágicas. (SOARES, 2010, p. 2)

Por fim, uma nota de organizações de direitos humanos atuante no Complexo do Alemão mostrava que a euforia com a ação policial ocultava uma série de irregularidades recorrentes praticadas pela polícia nos morros cariocas:

Manifestação Pública de Organizações de Direitos Humanos sobre Alemão e Vila Cruzeiro"

A ordem é vasculhar casa por casa", disse o comandante da PM. As autoridades rasgaram as leis e deram carta-branca para a livre atuação de policiais. Há três semanas, as favelas do Alemão e da Vila Cruzeiro, no Rio de Janeiro, se tornaram o palco de uma suposta "guerra" entre as forças do "bem" e do "mal". A "vitória" propagada de forma irresponsável pelas autoridades – e amplificada por quase todos os grandes meios de imprensa – ignora um cenário complexo e esconde esquemas de corrupção e graves violações de direitos que estão acontecendo nas comunidades ocupadas pelas forças policiais e militares. Mais que isso, esta perspectiva rasa – que vende falsas "soluções" para os problemas de segurança pública no país – exclui do debate pontos centrais que inevitavelmente apontam para a necessidade de profundas reformas institucionais. Desde o dia 28 de novembro, organizações da sociedade civil realizaram visitas às comunidades do Alemão e da Vila Cruzeiro, onde se depararam com uma realidade bastante diferente daquela retratada nas manchetes de jornal. Foram ouvidos relatos que denunciam crimes e abusos cometidos por equipes policiais. São casos concretos de tortura, ameaça de morte, invasão de domicílio, injúria, corrupção, roubo, extorsão e humilhação. As organizações ouviram também relatos que apontam para casos de execução não registrados, ocultação de cadáveres e desaparecimento. (JUSTIÇA GLOBAL, 21/12/2010)

Pelo que vimos nesta série de artigos, o consenso de apoio às ações do Estado era uma unanimidade nos jornais, mas não na sociedade carioca. Mas mesmo dentro do universo dos jornais seria fantasioso concebermos uma concordância absoluta entre leitores e jornais. Mesmo tendo cartas de leitores favoráveis em todos os jornais a favor da ação policial, deve-se salientar que esta é uma área extremamente editorializada dos periódicos. Muitas vezes as cartas de leitores são selecionadas no intuito de concordar com a linha editorial do jornal. Em períodos de ampla tensão como em novembro de 2010, época de acirramento das opiniões e sensibilização do noticiário, este processo se intensifica. Tanto esse editorialização das cartas de leitores aprofundando o pacto entre população e Estado quanto o sensacionalismo da

cobertura na Vila Cruzeiro e Complexo do Alemão fazem parte de estratégias discursivas e redacionais que visam um posicionamento específico do leitor.

#### 4.2.1 Contrato de leitura, ponto nodal e pathos

Inicialmente, os jornalistas de O Globo, O Dia, Extra e Meia-Hora escreveriam para um leitor modelo, uma espécie de leitor idealizado a partir de questões sociodemográficas em um conceito original de Umberto Eco. Os leitores dos jornais cariocas poderiam ser de classes sociais diferentes, cotidianos variáveis e de formas de vivência da semana de violência de novembro muitas vezes distante. Alguns, moradores da zona de conflito – bairros da Penha e zona da Leopoldina – outros, espectadores televisivos do teatro de operações policiais. Porém, ambos, englobados no universo da cidade do Rio de Janeiro em sua maioria e, inseridos na metonímia da cidade, são participantes das etapas deste Pânico Moral. O contrato de leitura (VÉRON, 2004), estabelecido pelo receptor-leitor não necessariamente seria de compreensão e parcimônia.

Seria mais próximo de uma via de mão-dupla, aonde como em um espaço imaginário, percursos múltiplos são propostos ao leitor:

em uma paisagem, de alguma forma, na qual o leitor pode escolher seu caminho com mais ou menos liberdade, onde há zonas nas quais ele corre o risco de se perder ou, ao contrário, que são perfeitamente sinalizadas (VERÓN, 2004, p. 216)

O conceito de Umberto Eco acaba por conceber o texto como fechado, pois o leitor mantém uma posição passiva como receptor de informações. A complementaridade de Verón está em conceber o texto como campo aberto e pensar que o ato de leitura é ativo: “Ler é fazer”. O contrato de leitura seria o modo pelo qual se vinculam as intenções do enunciador e do leitor dentro do texto:

Segundo o autor, o contrato de leitura é o dispositivo de enunciação da imprensa escrita e que comporta três dimensões: a imagem de quem fala, a imagem daquele para quem o discurso é dirigido e a relação entre enunciador e destinatário, que é proposta no e pelo discurso. Conforme o autor, o êxito de um suporte de imprensa é modulado por sua capacidade de propor um contrato que se articule aos objetivos, às motivações e aos interesses do leitor; de fazer evoluir o contrato de leitura de modo a se adaptar às mudanças socioculturais; e de modificar o acordo segundo as demandas dos leitores. (MIRANDA, 2008, p. 14)

A cobertura militarizada de O Globo, o endosso das ações policiais pelo Meia- Hora, a afronta aos bandidos por Extra e o posicionamento da população local em O Dia seriam o resultado desta proposta entre leitores e jornais no discurso. Existiria uma demanda por uma ação militar, um sentimento de vingança quanto as ações dos bandidos e a necessidade de exposição da situação de risco em que se encontrava a população local durante o confronto por parte dos leitores do Rio de Janeiro, cada qual consumidores destes respectivos periódicos. Concedendo a leitura de um jornal uma via de mão-dupla, é necessário entendermos como essa via é direcionada rumo ao consenso com as forças estatais. Sobre que formas de narrativas o leitor é convencido a aderir à posição do estatal e dos jornais. Quais seriam estas formas de convencimento? Em suma, por que caminhos se trilham a retórica dos jornais?

Dentro da atmosfera de medo e de euforia de um Pânico Moral, a leitura tenderia a ser a mais sinalizada possível. O crescente de adrenalina da cobertura na promoção de um discurso único de promoção da ação das forças do Estado, acentuaria um diálogo mais próximo do mundo das sensações e privilegiaria um imaginário de embate e vitória. Entre as estratégias de discurso, chega-se a um ponto nodal. A política das UPPs, sua importância, a agressão que sofria, a necessária reação e a realização de um futuro melhor para a cidade do Rio de Janeiro se encaixam em uma narrativa sem abertura para intertextos. A ideia de ponto nodal vem dos antagonismos entre duas totalidades estruturadas em discursos antagônicos – fenômeno em comum em períodos de exceção e violência. Dois campos discursivos se tornam hegemônicos e excludentes e os pontos nodais se apresentam como elementos determinantes. A partir deles, se define a validade de todo um universo de argumentos. Analogamente, o ponto nodal é um maniqueísmo, uma escolha entre posições antagônicas sem a possibilidade de ponderação. Ou se está com o Estado ou contra ele.

Um exemplo clássico é o do discurso entre dois candidatos sobre a política de drogas. Um prega práticas sociais educacionais e o outro prega políticas de repressão policial. Os dois discursos emergem em duas totalidades que qualquer falha neste encadeamento inviabiliza todo este universo discursivo e legitima o outro, de modo que estes pontos nodais tornam-se elementares para a legitimidade de todo um encadeamento de ideais e por continuidade responde pelo descrédito das ideias antagônicas a este.

Para Laclau, idealizador do conceito de ponto nodal, o discurso é conjunto de ações e palavras em articulações concretas que geram sentidos em disputa no espaço social. O discurso das ações governamentais em novembro de 2010 não era passível de negociação nos jornais. Após a adrenalina do dia seguinte a operação de invasão da Vila Cruzeiro, as

matérias jornalísticas passaram também a explorar as repercussões na sociedade civil e no mundo político dos embates entre criminosos e traficantes. As posturas críticas às ações policiais foram identificadas como proveniente de rivais e concorrentes do governador Sérgio Cabral. Além disso, mesmo descrevendo o conteúdo crítico daqueles que se posicionavam contra a operação ou mesmo acreditavam que se tratava de “uma lavagem cerebral” ou “enxugar gelo”, os repórteres Marcelo Dutra e Natanael Damasceno iniciaram o texto com uma contradição entre o que aparentava serem os fatos e o argumento dos críticos: “Apesar do apoio dos mais diversos setores da sociedade, do governo federal e das Forças Armadas, a guerra contra o tráfico nos complexos de favela da Penha e do Alemão, deflagrada pela polícia do Rio, ainda enfrenta a resistência de opositores ao governo Sérgio Cabral”.

O ponto nodal trata de um elemento determinante em uma cadeia de significação. Em discursos éticos, morais ou políticos, esta cadeia de significação é alvo de embates que envolvem o poder que cada tipo de significado possui a partir de suas condições de emergências, dos seus locais de enunciação. O discurso governamental em um Pânico Moral como protetor da sociedade emerge como dominante em um terreno aonde tradicionalmente “os discursos lutam por estabelecer verdades ao excluírem do campo de significação outros significados”. Qualquer opinião contrária é tomada como afronta, acharque ou irreabilidade.

Se dificilmente, em uma época histórica temos dois discursos diametralmente opostos que disputam a significação científica dos fenômenos da natureza, isto, de forma distinta, acontece quase como decorrência de sua natureza no discurso político. O papel do Estado nas sociedades ocidentais contemporâneas é um significado em disputa: associa-lo a um estado mínimo ou ao um Estado provedor, não se trata de uma questão de superestrutura ou uma decorrência de uma lógica econômica, mas é uma forma de constituí-lo enquanto Estado com todas as suas cargas, decorrências e consequências para os sujeitos concretos, efeitos de uma ou outra construção. (PINTO, 2011, p. 4)

O discurso do Pânico Moral no Rio de Janeiro colocava em voga o papel beligerante do Estado. Era um discurso ideológico de um Estado provedor de segurança para uma população amedrontada que não problematizava o papel deste mesmo Estado na sensação de insegurança na cidade que se arrasta desde o crescimento da violência urbana na década de 90. O discurso dicotômico de bem e mal, vilania e heroísmo reduz a questão a uma apropriação da ocupação militar que passa a ser concebida como solução final, em uma espécie de gatilho de um discurso de esperança de que o futuro será diferente e a paz reinará. Esta apreensão sob a perspectiva de Laclau não é retrato de uma situação econômica como aparência de uma superestrutura desigual entre favela e asfalto, protegidos pela ação policial e

relegados a áreas de traficantes. O discurso seria a própria atmosfera de embate em que se dá essa realidade.

O que deve ficar claro aqui é que o discursivo não se encontra em um nível superestrutural ou das ideias. Não é possível distinguir entre o “Estado real” e o “Estado discursivo”. O primeiro só pode ser apreendido em um discurso. Em qualquer sociedade haverá sempre uma disputa entre discursos que significam o estado, o que é diferente de dizer que estes discursos disputam um estado não significado. (PINTO, 2011, p. 4)

A aparência totalizante da ação consensual no Pânico Moral abre caminho pela argumentação igualmente moral e totalitária. Daí se tem a metonímia da cidade como um signo, Rio, que significa todos nós, em uma condição de vítima, sob ataque. O comprometimento com a ação policial revelaria um discurso ideológico. Para Laclau, se está frente a um efeito ideológico *strictu sensu* quando existe “a crença que há um arranjo social particular que pode trazer o fechamento e a transparência da comunidade. Existe ideologia sempre que conteúdos particulares mostram-se mais do que eles próprios” (LACLAU s/d p. 9)

Seguindo o exemplo de Laclau, quanto mais a vontade revolucionária perde significado particular, maior é a cadeia de equivalência em que ela se atualiza. Em discursos totalitários, tanto de direita como de esquerda, o comprometimento pela causa perde sentido específico e todos os atos públicos e privados dos indivíduos são significados pelo comprometimento. Quanto menos sentido específico tiver o comprometimento com a causa, mais a causa se tornará presença. (...) Quando, por exemplo, a “causa” dá sentido aos atos, a todas as manifestações, a todas as políticas, quando um dado discurso consegue tal façanha, não permitindo nenhuma incerteza de significado se está, segundo Laclau, frente a um discurso ideológico. (PINTO, 2011, p. 8)

As críticas aos modelos de ocupação ou da postura do governo do Estado só surgiram posteriormente, como nas denúncias de que soldados do Exército haviam roubado eletrodomésticos de moradores como espólios de guerra, ou na ação violenta de soldados das Unidades de Polícia Pacificadora com os moradores ou nas denúncias de corrupção e envolvimento com o tráfico relacionadas a membros da cúpula da Polícia Civil (o delegado Carlos Oliveira ligado diretamente com o Delegado Allan Turnowski) ou da Polícia Militar Mario Sergio Duarte. Tal como dito por Rubem Braga, em função de sua ação como correspondente junto a FEB, “em tempos de guerra já não é muito não mentir, dizer qualquer verdade é impensável.” A alcunha de Guerra do Rio acaba trazendo um posicionamento a priori do leitor e também dos jornais. Daí a lógica de um comprometimento que permeia todos os discursos dos meios de comunicação, das autoridades e de muitos leitores que

tiveram suas cartas publicadas declarando amor ao Rio, admiração pela polícia e adesão total ao projeto de defesa das UPPs e de “retomada do território do tráfico”.

Esta reflexão é de suma importância para que não incorramos no erro de naturalizar as etapas do Pânico Moral. O consenso não é reflexo natural do medo tal como nos faz acreditar o discurso dos jornais de 2010. Ele é construído através de estratégias de discurso. Como já vimos, não é possível separar o “Estado real” do “Estado discursivo”. Se o contrato de leitura legitima o diálogo entre leitores e jornais e o ponto nodal regula o seu posicionamento pró-Estado ou pró-tráfico (entre combatente e inimigo), falta-nos analisar como se dá a ação. Isto é, tendo um leitor posicionado a favor das forças estatais, como se estimula sua adesão e o seu afeto sobre o tema. O público já conquistado em um lado da guerra, assim como uma tropa, necessita ter a sua moral elevada. Quais estratégias do sensível são utilizadas para suscitar uma mudança de atitude e de comportamento? Porque esta é a mudança da aflição e hostilidade para o consenso e a reação. Este é um dos momentos determinantes do Pânico Moral em que o público leitor sai da passividade da vítima para a pró-atividade do lado vitorioso do Estado. Trata-se de destacar o pathos mais do que o ethos no discurso. São as estratégias adequadas para provocar no público, no leitor as emoções e as paixões necessárias para suscitar a perspectiva da vitória e da ruptura, é o que dá certeza que a vitória moral da sociedade contra o desviante está sendo encaminhada. Tal como delineado por Aristóteles, o pathos trata de persuadir:

pela disposição dos ouvintes, quando estes são levados a sentir emoção por meio do discurso, pois os juízos que emitimos variam conforme sentimos tristeza ou alegria, amor ou ódio. (1998, p. 49) As paixões são todos aqueles sentimentos que, causando mudança nas pessoas, fazem variar seus julgamentos. (ARISTÓTELES, 2000, p. 5)

No momento da ação militar, o discurso era imperativo, como se dissesse que quem atravessasse o caminho da polícia seria atropelado, isto é, a reação seria em dobro, e que nessa guerra não poderia haver recuo. “O Rio contra-atacava”. Essas eram as palavras de ordem, no encaminhamento do discurso dos jornais que pareciam se deslocar do seu lugar de produtores de notícia para assumir uma postura similar ao de agentes de promoção das forças militares do Estado. Porém, a construção ideológica do Pânico Moral se daria pelas palavras de ordem que habitam uma função co-extensiva à linguagem. A linguagem jornalística, apesar dos editoriais claros de apoio à polícia, também trabalharia em uma forma de discurso indireto em uma relação imanente ou intrínseca em determinados enunciados e os atos. O “pathetico” seria identificável não só com necessidade de provocar alguma reação no leitor,

mas também com o sentido prático de uma afirmação, daquilo que se subentende nos discursos de reação contra o tráfico pelos jornais. O significado puramente denotativo de uma afirmativa como esta “Guerra não pode haver recuo”(editorial de o Globo), “Um não à chantagem dos facínoras” (editorial de O DIA) , ou “Os dois inimigos do Rio: bandidos e boatos”(manchete do jornal Extra), não reduzem apenas à crítica da situação vivida mas propõem internamente uma postura combativa do leitor – traduzido no apoio às forças do Estado – e uma mudança do paradigma de uma coletividade ameaçada para uma coletividade em reação, uma legitimação da agressividade.

Deleuze e Guattari, diziam que o jornalista eficiente trabalharia no âmbito da ilocução ou seja do sentido prático da afirmação de acordo com a situação extrínseca em que estão postos falantes e ouvintes, no caso dos jornais, redatores e leitores:

E uma das tarefas do jornalista-pragmático, por exemplo, seria a de procurar descobrir e pôr a nu este vínculo que os enunciados apresentam, sobretudo quando mais eles parecem estar naturalizados, quanto mais parece ser aquilo que é normal dizer-se. O jornalista trabalharia a conferência de imprensa não para reproduzir aquilo que foi dito e «informar objetivamente» – a objetividade aqui seria a da transmissão da ordem –, mas apresentar estes vínculos que, direta ou indiretamente estão naquilo que foi dito. É certo que os bons profissionais procuram o ilocucionário.(...) Desta forma, os media, «os jornais, as notícias, procedem por redundância, ao dizerem o que é “preciso” pensar, reter, esperar, etc. – este «o que é preciso» não é dito explicitamente (ainda que muitas vezes o seja), mas implicitamente, na medida em que os enunciados/atos dos media estão relacionados com os mais diversos pressupostos implícitos. (CORDEIRO, 2007, p. 47)

No discurso consensual e reacional do Pânico Moral, todas as estratégias de discurso confluem para a adesão às forças do Estado. É como se toda narração de um jornal se submetesse à uma lógica panfletária. A vitória do Estado real na ação militar na Vila Cruzeiro e Complexo do Alemão passava também pela vitória do Estado discursivo entre a opinião pública. Por estas razões que o Pânico Moral, mais do que um evento sociológico ou comunicacional, ele tem também uma forte raiz política. A linha editorial dos jornais foi determinante para a sua construção em 2010, assim como fora ausente ou crítica em 2002/2003. Sendo o Pânico de raiz moral, sua efetividade se dá não pelas ações deflagradoras ou reacionais à aflição inicial, mas sim por suas características dramáticas. Para os jornais e para o governo, o objeto de 2010 não estaria só no teatro de operações na Penha, mas na reação da plateia. Lembremos que Ignacio Cano via as operações como uma forma de reafirmar a confiança da classe média nas UPPs e no governo. Não seria essencialmente a confiança do morro, o principal objeto das ações tal qual promulgou a

propaganda estatal, mas também a confiança do asfalto. O combate em novembro de 2010 se deu tanto por armas quanto por notícias:

Expandindo o conceito de comunicação para a sua origem latina – *communicatio* – que significa pôr em comum – a comunicação entre jornais e leitores não nasceria da mera transmissão e posterior interpretação das mensagens ou notícias. A comunicação estaria no elemento aglutinador e na ação encampada pela população, governo e imprensa: nas forças militares estaria o seu princípio ordenador. Ao se ver como parte do esforço de guerra e postar como mais um elo no mecanismo da propaganda destas ações, o leitor assume um lugar no mundo diferenciado frente a passividade da vítima virtual e torna-se proativo de uma reação que visa eliminar ou derrotar os demônios populares (*folk devils*) que o atormentavam e ameaçavam. Partindo da premissa de que o contra- ataque tem a ação legitimada da reação, do defensor que em nome da própria preservação parte para o ataque. Pode-se ponderar que quando a ação policial passa a ser denominada e publicada como guerra civil, a fronteira entre o que é possível e o que não é aceitável, o legal e o ilegal tende a se diluir. Existe uma demanda emocional e moral de vitória que acaba por transcender a esfera jurídica e estimula um sentimento de vingança. Na perspectiva do pânico moral este processo é coletivizado e altamente mediatizado. Assim como se expandem as imagens dos tanques e das bandeiras tomando conta do Complexo do Alemão, expõe-se também os criminosos em fuga ou rendidos na cadeia ou sendo transportados – mortos ou vivos – por policiais fardados. A demonstração de força seria tão importante quanto o domínio do território do tráfico. Assim como o pânico era comunal, a euforia da vitória também o foi e transbordou além da esfera militar para a dimensão mais presente no cotidiano que é a esfera cultural. Desta forma, se inserem as séries de medidas voltadas às comunidades pacificadas, em especial ao Complexo do Alemão (shows, maratonas, campeonatos de futebol, reportagens, séries de televisão e narrativas ficcionais). O estar em comum traria não só o medo e a vitória, mas uma prometida integração daquelas comunidades à cidade.

#### **4.3 Desproporcionalidade – conceitos complementares**

A ocupação da Vila Cruzeiro e do Complexo do Alemão abriu caminho para uma política das UPPs de sucesso e sem limites. Da objetivação da ocupação militar imaginou-se a reforma social de toda a cidade. Entre os textos, transpôs a ideia de que o Rio de Janeiro,

depois de uma decadência de 50 anos desde a transferência da capital para a Brasília, iniciava uma nova ascensão. O discurso ampliado era de uma ruptura, gênese de um novo tempo para cidade aonde o poder do tráfico nas comunidades começava a virar passado.

#### 4.3.1 Territorialidade

“(...) subam o morro, ele é da cidade.”

*José Mariano Beltrame, secretário de segurança do Rio de Janeiro*<sup>5</sup>.

Um dos pontos ressaltados na cobertura de O Globo da ocupação do Complexo do Alemão era o desafio da polícia em produzir a megaoperação, com uma matéria descrevendo o histórico do Complexo e as dificuldades que as tropas poderiam enfrentar nesta próxima invasão que se anunciava. Mais uma vez, a comparação com o contexto belicoso era feita através do título “o empório das drogas”. Empório era um termo do mundo romano que definia as colônias comerciais criada em país estrangeiro. Logo, a matéria implicitamente identificava o Complexo do Alemão como território de fronteira, área estranha à cidade do Rio de Janeiro.

A posterior fincada da bandeira do Estado no topo de uma montanha do complexo de favelas apresentava então uma carga simbólica muito maior do que politicamente efetiva; em nenhum momento anterior ou ulterior aquele território se declarara autônomo ou separado da cidade do Rio de Janeiro. A reconquista era simbólica e transformadora, um território do crime estaria se transmutando em um território da cidade.

Da apropriação do território físico emerge a apropriação do território simbólico. O termo território em sua origem abarca tanto uma noção material quanto uma noção simbólica. Sua etimologia permitiria traçarmos conexões com os termos terra-territorium e terreo-territor (HAESBERT, 2007). A primeira acepção terra-territorium significaria o controle e domínio político e social da terra. Já terreo-territor seria o terror, a inspiração do medo inerente à este controle e à delimitação das fronteiras. As cidades desde a Antiguidade identificam seus limites como forma de proteção a seus cidadãos e governantes. Não à toa, a introdução do

---

<sup>5</sup> “Palavra do Secretário”. Disponível em: [<http://upprj.com/wp/?p=175>] acesso em 30/12/2014.

livro ‘A História do Medo no Ocidente’ de Jean Delumeau (1978) inicia com a descrição dos mais variados aparados de segurança de uma cidade alemã do século XVI contra a presença de um singular forasteiro:

Os complicados mecanismos que outrora protegiam os habitantes de Augsburg têm valor de símbolo. Pois não só os indivíduos tomados isoladamente, mas também as coletividades e as próprias civilizações estão comprometidos num diálogo permanente com o medo. (DELUMEAU, 1978, p. 1)

O território gerado destas duas interpretações teria uma lógica de dupla hermenêutica: uma identificação positiva de pertencimento àqueles que o dominam e um estranhamento ameaçador àqueles que estão além de suas fronteiras:

A construção do ‘nós’ implica sempre na construção do ‘eles’. Talvez a simultaneidade seja característica de toda posição subjetiva dominante, que pensa sua identidade como uma negação de uma identidade negativa que ela inventou, que se pensa, portanto, como um outro de um ‘outro estipulado como imoral e ameaçador. (VAZ, 2009, p. 55)

Entre as manchetes da semana da Ocupação, as comunidades dominadas pelas facções criminosas foram descritas como o “quartel-general do tráfico” pelo Jornal O Globo, “empório das armas e drogas” pelo jornal O DIA e “o coração do mal” pelo Meia- Hora. O tráfico ali estabelecido geraria identificação com o território daquelas comunidades. Aos policiais e moradores das outras regiões da cidade, ali estaria firmado um perímetro de segurança. Rompê-lo seria sinal de ameaça e guerra. As ações policiais foram descritas como num contra-ataque ao inimigo e a tomada do morro, a vitória do Estado, descrita pela imprensa como a vitória do bem e da paz. Superada a atmosfera de tensão, o jornal Extra intitulara os policiais como “os verdadeiros donos do Alemão”. Com o instituído domínio militar, tem início um novo processo de legitimar o poder do Estado na região. De modo similar a uma nova colonização, as forças oficiais “civilizariam” aquele novo território antes dominado por bárbaros.

Lefebvre (1986) destaca além da dominação política, territorial e militar, a funcionalidade simbólica da apropriação. O espaço, além do território político, acarretaria o estabelecimento de um domínio e de uma legitimidade cultural:

Podemos então afirmar que o território, imerso em relações de dominação e /ou de apropriação sociedade-espaço, "desdobra-se ao longo de um continuum que vai da dominação político-econômica mais 'concreta' e 'funcional' à apropriação mais subjetiva e/ou 'cultural- simbólica'". (HAESBERT, 2004, p. 95-96)

Por este prisma, a comemoração de um ano da ocupação das forças policiais com um espetáculo de música erudita, o projeto Aquarius, patrocinado pelo governo do Estado e pelo principal grupo de comunicação da cidade reforça o papel civilizatório da presença das forças oficiais naquele território. Nos jornais cariocas, Vila Cruzeiro e Complexo do Alemão eram territórios do tráfico e deste poderio armado derivava também todo um universo cultural. A partir de uma contradição entre a referida cultura popular e a chamada cultura erudita, um território onde antes um jornalista fora sequestrado e morto em um baile funk transpassa ao universo da cultura erudita.

A questão do funk aparece como um dos elementos determinantes na forma de territorialização inserida no programa das Unidades de Polícia Pacificadora. Em pesquisa realizada com os policiais lotados nas UPPs, a repressão ao baile funk surge como símbolo de uma vitória sobre o tráfico:

O outro cenário de disputa, fortemente relacionado com este som, é a celebração de bailes e festas. Além do som alto, na visão de muitos policiais, os bailes são lugares de tráfico e consumo de drogas, de músicas que fazem apologia do tráfico (o famoso proibidão) e de outros comportamentos associados com a degradação e a delinquência. Esta visão de lócus do Mal é atribuída particularmente aos bailes funks, enquanto outras músicas são contempladas com mais benevolência. Para além da possibilidade de condutas delitivas, o funk é, simbolicamente, a música do inimigo, e o fim do baile funk é um troféu simbólico para muitos policiais, que mostram quem manda agora na comunidade, como se arriassem a bandeira inimiga depois da conquista do território. Quando o funk toca 'proibidões', se torna não apenas simbólica, mas também literalmente, a música do inimigo. Com efeito, em muitas UPPs, os policiais dedicam um tempo considerável a perseguir estes proibidões.

A maioria das vezes quem faz baile está vinculado com sexo e crime e nem pede autorização. (Subcomandante, Comunidade 4) [*sic*] (CANO, 2012, p. 154)

Em outra demonstração de que o Complexo do Alemão estava sendo apropriado pela sociedade carioca, a comunidade se torna cenário de novela no horário nobre e tem seus recém-instalados teleféricos alçados ao posto de novos pontos turísticos da cidade. A visita ao teleférico do Alemão é uma espécie de itinerário simbólico (CÔRREA, 2010) da vitória das forças do Estado sobre o tráfico naquele território. Em diversos jornais e revistas e matérias televisivas, o passeio surge como símbolo de um novo turismo na cidade. Em todas as matérias, a recuperação da localidade pelo Rio de Janeiro é destacada. Controla-se uma "área geográfica", ou seja, cria-se o "território", visando "atingir/afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos" (SACK, 1986, p. 6).

Territorializar um espaço não implica somente a dimensão política mas também as esferas culturais e econômicas. Estas relações formadas entre os habitantes deste território e

as forças dominantes do mesmo acabam dando um significado de lugar a este espaço. O próprio Sack afirma também que:

A territorialidade, como um componente do poder, não é apenas um meio para criar e manter a ordem, mas é uma estratégia para criar e manter grande parte do contexto geográfico através do qual nós experimentamos o mundo e o dotamos de significado. (SACK, 1986, p. 219)

#### 4.4 Volatilidade – conceitos complementares

A escalada dos eventos traz também a escalada do noticiário de quarta a domingo, de modo que se torna quase natural um desaguar na glorificação da vitória e um alinhamento de vínculo e admiração com as forças policiais e militares. As frases se sucedem edição após edição como num enredo: “força dobrada contra bandidos que impõem o terror”, “quartéis do exército estão em alerta máximo”, “na maior mobilização contra o crime das forças de segurança na História do Rio, policiais conseguem retomar a Vila Cruzeiro, área até então sob o controle absoluto do tráfico”, “a população aplaudiu e tirou fotos nos blindados” “ a dura rotina dos policiais, os heróis da resistência da ocupação na favela” e “ a conquista da paz tem um preço que cada um de nós deve pagar”

. A ação se energiza até um grande momento, a invasão da vila Cruzeiro, saboreia o alívio da paz e novamente repousa já com a vitória estabelecida no reconhecimento dos heróis (os famosos louros da vitória) e na análise de tudo o que aconteceu e o que a cidade passou naqueles dias. Esta curva de adrenalina na sucessão dos acontecimentos assim como o fervor na defesa do Estado como guardião da população mostra que O DIA assim como O Globo chegam a mesma posição de enaltecimento do poderio e da presença do Estado apesar de construírem estes caminhos sob óticas diferentes. Porém em muitos momentos estas perspectivas se encontram em editoriais semelhantes como já citado (no caso, tratasse do editorial de O DIA da quarta-feira, 24, e de O Globo na quinta-feira, 25), e em matérias de quase o mesmo lide. No caderno especial de O DIA também houve mapas mostrando os detalhes da ação policial<sup>26</sup> e reportagem de como são por dentro os blindados da Marinha<sup>27</sup>, ‘as estrelas da operação’, assim como houve no suplemento especial de O Globo.

Através da incorporação de matrizes simbólicas presentes no imaginário popular, cotidiano e familiar, cria uma estesia propiciadora de catarse coletiva. É na catarse, enquanto função básica da experiência estética, que o gênero melodramático vai

buscar os seus efeitos. Por meio da estesia catártica, comunicam-se valores morais, normas de sociabilização e modelos de identificação heroicos (SODRÉ, 1992, pp102-3)

#### 4.4.1 Euforia

A euforia é uma realidade dos eventos de novembro de 2010, porém não se concretizou amplamente em 2002/2003. Derivada do consenso, ela se manifesta como último estágio de um evento cíclico. É como se fosse o ponto máximo de uma curva de atenção do público e dos jornais que depois arrefeceria – não à toa trata-se do estágio da volatilidade no Pânico Moral. A euforia da vitória deriva da possibilidade de resolução de um problema. É como se em novembro de 2010, toda problemática do tráfico de drogas com a violência urbana carioca que se arrasta desde a década de 80 estivesse em um horizonte de resolução. Mais importante do que isso, tal como destaca Anthony Downs em seu estudo sobre a questão ecológica, é como se o problema pudesse ser resolvido sem que se alterasse o status quo, ou seja uma ruptura que não alterasse a hierarquia social:

A descoberta alarmante e o entusiasmo eufórico  
 Como resultado de uma dramática sucessão de eventos (como o distúrbio dos guetos em 1965 a 1967), ou por outras razões, o público subitamente começa a se preocupar e alarmar-se com os males de um problema em particular. Essa descoberta alarmante é invariavelmente acompanhada de um entusiasmo eufórico sobre a capacidade da sociedade de “resolver o problema” ou “fazer algo realmente efetivo” em um relativamente curto espaço de tempo. A combinação de alarme e resultados que inspiram confiança derivam em parte da forte pressão da opinião pública na América pelos líderes políticos que defendem que os problemas podem ser “resolvidos”. Essa perspectiva está enraizada na grande tradição americana de enxergar otimistamente a maioria dos obstáculos ao progresso social como externos a própria estrutura social. A implicação desta assertiva é que todo obstáculo pode ser eliminado e todo problema resolvido sem qualquer reordenamento fundamental da própria sociedade, basta apenas que devotemos o esforço necessário. (DOWNS, 1972, p. 3)

Pelo raciocínio de Downs vemos o quão ilusório é o discurso que aglutina a solução dos problemas da violência no Brasil pela ação militar inicial do Alemão e Vila Cruzeiro - tal como a revista Veja noticiou na semana, o Brasil estaria começando a vencer o crime. A semana de novembro é a sede do Pânico Moral pois nela o discurso totalizante uniu anos de insegurança pública em uma virada espetacularizada pelos jornais. Talvez aí esteja o fator que torna a dinâmica da euforia tão atrativa ao público e aos jornais em 2010. Vislumbrava-se uma mudança eficiente e pragmática. Alocava-se o germe do problema do tráfico e

resolvia-se com a ocupação policial. O raciocínio era extremamente mecanicista, o Estado estava ausente. Agora ele está presente. De certo modo, também era cômodo uma mudança de uma ruptura de uma vez só e militarizada. Não se necessitou alterar nada na superestrutura social. A ruptura começou com o sucesso da ação militar. Este discurso apesar de extravasado pelos jornais, não eram necessariamente o discurso de todas as autoridades. Várias vezes o secretário Beltrame alertara que as UPPs sem uma reforma social ampla seria um plano sem futuro. Inclusive, atualmente 4 anos após a ocupação, esta temática é uma constante no questionamento dos jornais e das autoridades. Porém na euforia de 2010, a economia do medo fora extremamente austera e eficiente em sua solução. A ameaça moral dos traficantes seria vencida pela ação militar.

Cabe ressaltar que alterar a estrutura social no que condiz ao Complexo do Alemão e a Vila Cruzeiro, envolveria mais do que um Dia D tal como descrito pelo Globo em sua cobertura, mas um verdadeiro Plano Marshall. Após a ação militar, o otimismo expresso em várias ações de cunho, social, cultural e econômico não conseguiu romper plenamente estas fronteiras, apenas alterar a designação das forças dominantes. Ambas geridas pelo Estado, Rio de Janeiro, Vila Cruzeiro e Complexo do Alemão ainda possuem seus limites dentro da dinâmica sociedade-espço. Apesar da ação estatal legitimadora, os indicadores sociais de ambas as comunidades permanecem menores em relação à média da cidade do Rio de Janeiro:

	Índice de longevidade (IDH-L)	Índice de Educação (IDH-E)	Índice de Renda (IDH-R)	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)
Rio de Janeiro	0,754	0,933	0,840	0,842
Bairro da Penha <sup>6</sup>	0,743	0,908	0,761	0,804
Complexo do Alemão	0,663	0,834	0,637	0,711

Fonte: Prefeitura do Rio

Tal como descrito por Downs, após a euforia entusiasmada, a sociedade realiza a verdadeira dimensão do problema:

A conscientização do real custo de um progresso significativo  
O terceiro estágio consiste numa gradual e coletivizada tomada de consciência de que o custo de “resolver” o problema talvez seja muito alto. (...) Entretanto, nossos

<sup>6</sup> Não estavam disponíveis indicadores sociais da Vila Cruzeiro, somente do Bairro da Penha. Os dados sobre o Complexo do Alemão estavam disponíveis pela Prefeitura pois, desde 1993, este é considerado um bairro. Porém, concebendo a Vila Cruzeiro uma favela inserida no bairro da Penha, local de ampla vida comercial – dois shopping centers – mercado, comércios de rua e mais de uma dezena de colégios públicos e privados, torna-se factível considerarmos que os indicadores específicos da Vila Cruzeiro seriam ainda menores do que os descritos no quadro acima.

maiores problemas de pressão social usualmente envolvem a deliberada ou inconsciente exploração de um grupo da sociedade pelo outro, ou a prevenção para que um grupo mantenha a exclusividade dos privilégios que desfrutam. Por exemplo, a maioria dos brancos de classe média alta valorizam a separação geográfica que os isola da população mais pobre e dos negros. Deste ponto nenhuma igualdade de acesso às vantagens de morar nos ricos subúrbios pode ser adquirida por pobres e negros sem algum sacrifício dos “benefícios” da separação para os brancos de classe média. O crescente reconhecimento desta causalidade entre problema e “solução” constituem uma parte chave deste terceiro estágio (*pós-euforia*). grifo nosso. (DOWNS, 1972, tradução nossa,p.3.)

#### 4.5 Os conceitos complementares na cronologia do Pânico Moral – Quadro Metodológico

Quadro VI - As etapas do Pânico Moral e seus conceitos complementares

<b>Etapas do Pânico Moral</b>	<b>Conceitos Complementares</b>	<b>Reflexos encontrados no material empírico</b>
<b>Aflicção, Hostilidade</b>	Vitimação virtual, Testemunha mediada e Vítima virtual	Nos primeiros dias da semana de novembro, depoimento de vítimas dos ataques do tráfico.
<b>Consenso</b>	Contrato de leitura, Ponto nodal e Pathos	Editoriais pregando o pacto entre população e forças do Estado; matérias que destacavam a manifestação nas mídias sociais e nas ruas de apoio à polícia.
<b>Desproporcionalidade</b>	Territorialidade	Discurso de retomada das áreas do tráfico; matérias com a metonímia “A Reconquista”.
<b>Volatilidade</b>	Euforia	Cobertura do dia seguinte ( <i>day after</i> ) das ocupações da Vila Cruzeiro e do Complexo do Alemão.

## 5 O PORQUÊ DO PÂNICO MORAL NO RIO DE JANEIRO

### 5.1 Historicidade da repressão à violência urbana no Rio de Janeiro

O processo de gênese e ruptura no confronto com o tráfico de drogas no Rio de Janeiro parte de uma historicidade própria que se estabelece no imaginário da cidade, seus cidadãos e leitores de jornal. Assim como a ocupação do Alemão torna-se paradigmática como “o dia em que o Brasil começou a vencer o crime” (capa da revista *Veja*), as causas da criminalidade possuem distintas hermenêuticas que são delimitadas em diferentes períodos históricos.

Grande parte da opinião pública vê o sucesso das facções criminosas e o crescimento das favelas como reflexo da política do governador Leonel Brizola. Sento- Sé(1997) afirma que:

(...) A segurança pública associada ao respeito aos direitos humanos foi, ao longo dos anos 80, perdendo lentamente margens de adesão, até que, na segunda metade dos 90, se testemunhasse a revitalização do apelo ao modelo militarizado de segurança. Nesse debate, a centralidade ocupada pela figura de Brizola e daquilo que o brizolismo representou na política carioca e fluminense tem peso significativo. (...) Identificada fortemente com suas gestões, seu estilo político e os valores que empunhou, a concepção de segurança pública pautada na defesa dos direitos humanos tornou-se um dos flancos mais visados pelos adversários políticos de Brizola e um sintoma, junto a uma parcela da opinião pública, de sua incompetência política e administrativa (...). A alegada ineficiência da ação policial era, portanto, transferida para a filosofia definida pelo governo (...). A lógica militarizada já principiava a retomar fôlego, alimentada pelo crescimento do sentimento de insegurança e pela semantização do governo Brizola como promotor de desordem urbana.” (SENTO-SÊ, 1997, p. 50-51)

Pode-se creditar ao ex-governador o crescimento em sua época do poderio militar nas favelas, porém justificá-lo como o grande causador da desordem pública, traz uma relação no mínimo superlativada. Considerar que dois governos não consecutivos, cujo último mandato se encerrou há mais de 15 anos, sejam responsáveis por uma favelização cuja primeira comunidade descrita vem dos veteranos da Guerra do Paraguai na década de 1870 é mas uma vez limitar o problema da segurança a bons e maus, heróis e vilões<sup>7</sup>.

---

<sup>7</sup> Um fato que deve ser lembrado é que Leonel Brizola assim como Anthony Garotinho eram opositores ferrenhos das Organizações Globo e isso pode ter influenciado a construção de uma imagem negativa deles por parte dos jornais

Vê-se que esta tipificação da área de segurança como uma mecânica direta de bons e maus, inimigo e Estado, de um ambiente de guerra em si é algo já antigo na sociedade carioca. O secretário de segurança pública afirmava já em 1995: “O Estado do Rio de Janeiro Está Sendo Alvo de Uma Verdadeira Guerra.” (Nilton Cerqueira – O Globo, 21/05/95). O medo e o discurso de “escalada da violência” vêm paulatinamente estimulando “o recrudescimento das ações policiais gerando uma espiral de letalidade na qual todos sem exceção são vítimas, de modo que a polícia do Rio de Janeiro é a que mais mata e mais morre no mundo.” (SOARES; SOUZA, 2008)

Podemos encontrar reflexos desta política do confronto na década de 90 ou então mesmo no período militar. O comandante do DOI-CODI/ RJ durante o período Médici, general Adyr Fiúza de Castro assim se expressava sobre a repressão em tempos de guerra:

Foi a mesma coisa que matar mosca com martelo pilão (...). Evidentemente, o método mata a mosca, pulveriza a mosca, esmigalha a mosca, quando, às vezes, apenas com um abano é possível matar aquela mosca ou espantá-la. E nós empregamos um martelo-pilão.(COIMBRA, 2000, p. 3)

Vários elementos na historicidade da violência urbana carioca nos permite enxergar que o Pânico Moral no Rio não pode pregar a rigidez da lei constitucional pois sua existência no plano do discurso só cita o Estado de Direito como ferramenta retórica e não como fundamento de ação. Muitas vezes, são as vozes dissonantes – movimentos sociais, imprensa, políticos de oposição - que têm que manter esta postura vigilante de preservar as garantias das prerrogativas legais aos bandidos ou a população civil. Muitas vezes os agentes da segurança pública agem como representantes de um grupo paramilitar e recorrem a uma dialética de vingança se apropriando muitas vezes do linguajar dos bandidos para ameaçar os meliantes. Lembremos do desafio lançado contra os bandidos pelo secretário Josias Quintal e pela defesa da execução sumária dos traficantes pelo prefeito César Maia em 2003:

- Nosso bloco está na rua. Se tiver que ter conflito, que tenha. E, se alguém tiver que morrer, que morra. Mas nós vamos partir para dentro. Não tem conversa. (Josias Quintal) (O Globo, 27/02/2003/ p. 15)

Para o prefeito (César Maia), numa rebelião a polícia deveria entrar no presídio e ordenar que os detentos deitassem no chão: “Quem não deitasse morreria. Se esses bandidos não forem enfrentados assim, quem vai para o chão é a população, para se proteger dos tiroteios”. (O DIA, 27/02/2003, p. 10)

Esta apropriação do discurso do desviante pelas autoridades públicas lembra um pouco a apropriação do discurso revolucionário pelos militares em 1964. Mas não é só neste

ponto em que o regime militar e a estrutura de segurança pública carioca se aproximam. O supracitado secretário Josias Quintal fora analista de informações do DOI- CODI/RJ. O tenente-coronel da PM, Paulo César Amêndola, idealizador e fundador do Bope, segundo o Projeto Brasil Nunca Mais<sup>8</sup>, também fora torturador durante a ditadura militar. Muitos historiadores localizam a truculência da ditadura militar na formação dos oficiais na década de 30, quando as forças brasileiras foram altamente influenciadas pelo fascismo europeu. Seria factível também, vermos na cultura de repressão da PM atual ecos do regime militar. Em entrevista à revista Veja na década de 80, o presidente Médici dizia que a repressão ao terrorismo era caso de polícia e este mal deveria ser eliminado. Esta estética do inimigo, originária da retórica militar dos anos 70, é a mesma dos treinamentos policiais atuais:

Então, tive uma conversa com o ministro do Exército, general Orlando Geisel, e ponderei: "Só os nossos estão morrendo". Ele respondeu: "Nós não podemos matar, precisamos não desfazer a cadeia". Perguntei: "Mas só os nossos morrem? Quando invadirem um aparelho, terão de invadir metralhando. Estamos numa guerra e não podemos sacrificar os nossos". Ainda hoje, não há dúvida de que era uma guerra, depois da qual foi possível devolver a paz ao Brasil. Eu acabei com o terrorismo neste país. Se não aceitássemos a guerra, se não agíssemos drasticamente, até hoje teríamos o terrorismo. (VEJA, 16/05/1984)

Se na década de 70, o inimigo a ser alvejado era o militante comunista, nos anos 2000, esta figura é alocada no traficante. Na resposta do medo do Pânico Moral, há uma apropriação da tão propalada crueldade dos desviantes pelos elementos da reação no Pânico Moral.

Na polícia militar carioca, este não respeito as diretrizes do Estado de Direito tem raiz profunda e relação direta com a política de repressão da ditadura militar, apesar de sua origem ser ainda mais distante. A violência, inclusive a que parte da polícia, já era projetada sobre negros e pobres, tal como pondera o ex-secretário nacional de Segurança Pública e professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) Luiz Eduardo Soares:

"Não podemos atribuir à ditadura essa barbárie entre nós, isso faz parte da história do Brasil. Aliás, a ditadura não inventou a violência policial, nem do Exército ou das Forças Armadas. Há relatos, até de Graciliano Ramos [escritor brasileiro], de que as brutalidades eram corriqueiras. O que a ditadura fez foi deslocar o foco para a classe média, para os estudantes, para profissionais liberais, para nós, que éramos militantes da oposição", ressaltou o ex-secretário. (AGÊNCIA BRASIL, 28/11/2013)

---

<sup>8</sup> O Projeto Brasil Nunca Mais trata-se de um dossiê da Arquidiocese de São Paulo sobre o terrorismo de estado pós-1964, com base em relatos de presos políticos feitos na Justiça militar.

Na verdade, é difícil estabelecer a origem destes processos truculentos. Há relatos de cemitérios clandestinos, como aquele em que fora encontrado o corpo de Tim Lopes, desde a década de 50, porém vinculados a grupos de extermínio e policiais corruptos:

No ano de 1959, trabalhadores do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (D. N. E. R), localizaram em um despehadeiro no km 39 da estrada Rio/Petrópolis, um “cemitério clandestino” com dezessete esqueletos que ostentavam perfurações causadas pelas armas de fogo. As relações escusas entre a polícia carioca e o jogo do bicho já estavam nítidas pelo menos desde os anos 50. Sintonizado com o clima da época, em 1958, o general Amauri Krueel, então chefe de polícia civil no Rio de Janeiro, criou um grupo especial na polícia com a missão de combater a criminalidade. Nessa cidade, setores da imprensa e a Associação Comercial do Rio de Janeiro cobraram medidas duras de combate à criminalidade ao general Amauri Krueel. A resposta do general não tardou e foi criado pelo delegado Cecil Borer, do Serviço de Vigilância, o Serviço de Diligências Especiais (S.D.E) que tinha total liberdade para empregar todos os métodos para conter à criminalidade. O resultado foi que o Serviço de Diligências Especiais “(...) não só institucionalizou o esquadrão da morte, como aumentou o número de pontos de bicho, deu liberdade de ação aos bicheiros, estimulou o lenocínio e centralizou as verbas distribuídas por todo tipo de contravenção”. Desde o seu início os homicídios praticados eram justificados com a desculpa de “que não adiantava prender os supostos marginais, pois a justiça os soltaria em pouco tempo”. O resultado disso foi que o Esquadrão da Morte, nos anos seguintes, utilizou e pilhou o Estado para garantir a realização de seus interesses privados. A articulação entre violência e corrupção foi uma das marcas registradas do esquadrão da morte que começou a atuar no Rio de Janeiro em fins da década de 50. (COSTA, 1997, p. 8)

### 5.1.1 A caveira como símbolo – do Estado Novo ao Bope

Um exemplo claro de como a lógica da vingança está intrincada na política criminal carioca é o símbolo do Bope:

A PM carioca gosta de cobra e de caveiras  
O núcleo da Companhia de Operações Especiais (Nucoe) da Polícia Militar do Rio de Janeiro, que incorporará pessoal com cursos de especialização em guerrilha e antiguerrilha, e sabotagem e antisabotagem, nasceu, na semana passada, sob uma chuva de protestos. A apresentação de seu distintivo – uma caveira trespassada, por cima, por um sabre, que lembra o antigo Esquadrão da Morte<sup>9</sup> – mereceu a condenação de políticos, da imprensa e da população. O coronel Nilton Cerqueira, comandante da PM, defendeu o símbolo – mas retirou-o e apressou-se a informar que vai providenciar um outro. Antes que a semana terminasse, a PM carioca serviu ao público outra surpreendente revelação: a de que o Batalhão de Polícia de

<sup>9</sup> O Esquadrão da Morte foi uma organização paramilitar surgida no final dos anos 1960 cujo objetivo era perseguir e matar supostos criminosos tidos como perigosos para a sociedade. A mais famosa organização foi a "Scuderie Le Cocq", cujo nome homenageava o detetive Milton le Cocq, que foi perdendo importância ao longo da década de 1990 no estado do Rio de Janeiro devido a ação de membros que agiam sem controle, bem como faziam a segurança de contraventores. Seu símbolo é uma caveira com duas tíbias cruzadas semelhante à usada na bandeira dos antigos piratas

Atividades Especiais mantém presa, numa jaula, uma jiboia de 2 metros. Policiais disseram que a cobra é apenas um bicho de estimação – mas ex-detentos do Batalhão afirmam que ela é usada em sessões de torturas. (VEJA, 19/08/81)

Além da alusão a um grupo paramilitar de extermínio de bandidos no símbolo da corporação, o Bope - assim como ocorre com a ROTA em São Paulo - possuem influência direta do aparelho repressor militar do regime de 1964. De forma análoga, os Esquadrões da Morte da polícia na década de 1960 eram formados com profissionais treinados na “Polícia Especial” (P.E) da década de 1930, braço armado da Delegacia de Ordem Política e Social (D.O.P.S). A “Polícia Especial” era uma verdadeira tropa de choque do governo Vargas aonde a ação policial passou a incorporar a tortura, a execução, prisão ilegal como técnicas comuns de atuação. Vários dos membros do Esquadrão Motorizado da Polícia Especial, cujo símbolo era também um crânio com ossos cruzados, participaram da fundação do Esquadrão da Morte:

Denúncias na justiça contra os crimes cometidos pelo esquadrão começaram a surgir. Em 1958 o detetive Eurípedes Malta foi denunciado como o primeiro chefe do esquadrão da morte. Mas a ação do grupo continuou apesar dos eventuais processos. As atividades do esquadrão continuaram, destacando-se a atuação do detetive Milton Le Cocq de Oliveira, o “Gringo” que passou a liderar o grupo. Le Cocq, juntamente com o detetive José Guilherme Godinho Ferreira, o “Sivuca”, além de detetive Euclides Nascimento, vulgo “Garotão”, tinham pertencido à famosa “P. E” (Polícia Especial ) que aterrorizava os presos políticos durante o “Estado Novo”. Assim, na genealogia do esquadrão da morte encontra-se as violências, torturas e arbitrariedades praticadas pela polícia durante o Estado Novo. (COSTA, 1997, p. 9)

A violência policial acompanhara o crescimento dos centros urbanos no Brasil, principalmente o eixo Rio-São Paulo. Várias características presentes na repressão policial atual já eram descritas na primeira metade do século XX:

Boris Fausto argumenta em Crime e Cotidiano (A Criminalidade em São Paulo (1880-1924) que, comparando-se com a atualidade, São Paulo de fins do século XIX e início do XX (1880 a 1924), era uma cidade relativamente tranquila. Contudo, segundo o autor, o sentimento de insegurança em determinados momentos e espaços urbanos já estava presente entre os moradores da cidade. A polícia, além de reprimir com violência grevistas e os inimigos políticos do Estado, era regularmente acusada pela imprensa de praticar arbitrariedades contra a população. Tanto que, em 1898, o jornal A Nação aconselhava que a população não passasse nas ruas ou lugares aonde estivessem soldados da polícia. Existiam relatos de presos comuns de serem submetidos a espancamentos, alguns deles brutais, dentro de delegacias de polícia. O famoso método de tortura chamado de “pau de arara” iria originar-se nos anos quarenta em São Paulo. (COSTA, 1997, p. 2)

Até bem pouco tempo atrás esta violência policial brutal era institucionalizada nas polícias civil e militar, como afirma Luiz Eduardo Soares:

Na discussão sobre a permanência de instrumentos de tortura no ambiente policial, Soares lembrou que a Polícia Civil do Rio de Janeiro aplicou aulas sobre como bater até 1996. Segundo ele, até 2006, o Batalhão de Operações Policiais Especiais (Bope) deu aulas de como torturar. (AGÊNCIA BRASIL, 28/11/2013)

Apesar de não existirem mais procedimentos de tortura no curso de formação dos policiais, estas práticas permanecem na cultura policial carioca, sendo propaladas nos gritos de guerra da corporação:

‘Grito de guerra’ de treinamento do BOPE:  
 “O interrogatório é muito fácil de fazer /  
 pega o favelado e dá porrada até doer.  
 O interrogatório é muito fácil de acabar /  
 pega o bandido e dá porrada até matar. (...)  
 Esse sangue é muito bom / já provei não tem perigo é melhor do que café / é o  
 sangue do inimigo. (...)  
 Bandido favelado / não se varre com vassoura  
 Se varre com granada / com fuzil metralhadora.”  
 (SOARES E SOUZA, 2008, p. 1)

Além da militarização fortemente arraigada às políticas de controle do crime, a própria aflição com os elementos desviantes pode encontrar raízes profundas na sociedade carioca. “A polícia age a partir do pressuposto da suspeição generalizada, da premissa de que todo cidadão é suspeito de alguma coisa até prova em contrário e, é lógico, alguns cidadãos são mais suspeitos do que outros.”(CHALHOUB, 1996, p. 23)

Em Cemitério dos vivos, Lima Barreto já descrevia em 1921 esta diferenciação:

A polícia, não sei como e por que, adquiriu a mania das generalizações, e as mais infantis. Suspeita de todo o sujeito de nome arrevesado, assim os russos, polacos, romaios são para ela forçosamente caftens.; todo o cidadão de cor há de ser por força um malandro. (LIMA BARRETO, 1993, p. 14)

A suspeita de todo o cidadão de cor ser por força um malandro se expressa na terminológica “cor padrão” da polícia carioca<sup>10</sup> que traduz a raça negra como predisposição ao mundo do crime. Elemento presente no início do século XX, ainda é moeda recorrente nas polícias militares de todo o Brasil. Em 2013 um documento da PM de Campinas (SP) identificava assaltantes como elementos de cor parda e negra. No documento divulgado pelo

<sup>10</sup> O termo cor padrão é historicamente associado na PM carioca aos indivíduos de pele negra.

jornal Diário de S.Paulo, o capitão Ubiratan de Carvalho Góes Beneducci, após a ocorrência de diversos assaltos no bairro Taquaral - um dos mais nobres de Campinas -, orienta a tropa a agir com rigor, caso se depare com jovens de 18 a 25 anos, que estejam em grupos de três a cinco pessoas e tenham a cor parda ou negra. Essas seriam as características de um suposto grupo que comete assaltos a residências no bairro. Tal como em 1921, a figura do negro permanece associada à criminalidade e depositário das ações punitivas da polícia, seja ela na forma dos esquadrões paramilitares, os *caveiras* do século XX, ou nos esquadrões especiais, os *caveiras* do século XXI<sup>11</sup>.

Esta genealogia própria do símbolo da caveira nas forças policiais que, originária da Polícia do Estado Novo, passa pelos Esquadrões da Morte da década de 60 e deságua no Bope, demonstra que a violência sem limites legais reservada ao desviante, além da supressão dos direitos dos indivíduos criminalizados – em especial pobres e negros – mostram como a repressão policial margeia o cotidiano da cidade por todo o século XX.

A ideia de uma polícia agressiva e punitiva já está emaranhada no imaginário da cidade em uma violência policial naturalizada – e muitas vezes ignorada - nos noticiários dos jornais, gerando uma lógica difusa em que uma dimensão moral torpe de justiça (muitas vezes calcada em irregularidades jurídicas, supressão dos direitos essenciais e revanchismo) se sobrepõem à dimensão legal do Estado de Direito.

## 5.2 A dimensão moral sobre a dimensão legal

Um dos questionamentos comuns à uma emersão do Pânico Moral seria que, referendar ações que contradizem as premissas do Estado de Direito – como a morte de bandidos - em defesa da legalidade seria um contrassenso. Porém, “nem tudo o que é legal é justo moralmente, e, nem tudo o que é justo moralmente é legal” (DUSSEL, 1977). A lógica do Pânico Moral nasce de uma relação de alteridade é a partir dela que o demônio popular é figurado como elemento ameaçador de fora da sociedade. No caso do Pânico Moral de

---

<sup>11</sup> É interessante observar que os Esquadrões da Morte também geraram produtos culturais populares baseados em suas histórias de perseguições aos bandidos. A atuação do Bope gerou os dois filmes *Tropa de Elite* (I e II) que foram sucesso absoluto nas bilheterias. Sobre os Esquadrões da Morte existe o filme biográfico *Eu matei Lúcio Flávio...* de 1979, dirigido por Antônio Calmon. O roteiro é baseado em fatos da crônica policial e da vida de Mariel Mariscot (nome grafado como Mariel Moryscôtte de Mattos nos letreiros iniciais enquanto o do personagem aparece como Mariel Maryscôtt), notabilizado por ser um dos líderes do Esquadrão da Morte no Rio de Janeiro na década de 70.

novembro de 2010, o herói surge desta cisma. A figura do herói prescinde da divisão entre uma totalidade, no caso do Pânico Moral, uma totalidade ameaçada, e um Outro, no caso o desviante, o traficante. A euforia deriva da vitória moral sobre o tráfico e esta vitória não obedece as diretrizes do Estado de Direito pois não é de natureza legal:

*A Não Eticidade Dos Atos "Heróicos"*

"O herói da ontologia da totalidade, não comete falta moral nem tem consciência da culpabilidade quando na guerra mata outro homem, o inimigo.(...) Qual o tipo de ontologia que justifica essas matanças do herói? Que tipo de lógica dirige a argumentação de tais "injustiças"? Para justificar a morte de alguém, a exploração, a opressão, sem a culpabilidade moral, é necessária algo que fundamente. O outro é revestido da impessoalidade, do "inimigo", é visto como alguém de fora, diferente, ameaçador até, precisa ser eliminado, oprimido antes que este Outro levante-se contra e oprima, mate. O outro é visto como alguém diferente dentro da totalidade, subversivo, distinto ameaçador da ordem, da unidade. (GOLFE, 2006, p. 1)

Se o Estado de Direito abarca todos como cidadãos e as instituições estatais como responsáveis pela manutenção da vida de todos indivíduos, no Pânico Moral esta totalidade possui uma seletividade própria. Fazem parte da sociedade, a opinião pública, meios de comunicação e Estado – basicamente os elementos atuantes na fase consensual do Pânico Moral. Localizam-se fora desta esfera os elementos desviantes. Deste paradigma, emerge a ordem e a segurança como fatores provenientes da totalidade ameaçada e a barbárie e a desordem derivariam dos traficantes. No Pânico, o caráter heroico dos policiais era exaltado e esta heroicidade condiciona também a eliminação do desviante:

O herói é o mantenedor da ordem, é a mediação pela qual o distinto, o diferente, o outro é eliminado. Seu nome (do herói) passa a ser exaltado, louvado pela coragem, valentia, imortalizado na pátria: "O Mesmo". O "Mesmo", a pátria, não aceita o Outro, o diferente. (GOLFE, 2006, p. 1)

Mesmo no Estado de Direito, a criminologia no século XXI em países como Estados Unidos e Grã-Bretanha, em uma política que encontra eco no Brasil, as premissas correcionalistas do Estado de Direito está sendo substituída por uma penologia punitiva de caráter muitas vezes espetacularizado, como uma espécie de retorno da ostentação dos suplícios pré-moderna na criminologia atual:

Talvez os mais claros casos de medidas penais "punitivas" sejam aqueles a que uma linguagem penal mais antiga se refere quando fala de penas "exemplares" ou "aflictivas". J. F. Stephen (1993, vol.2, p. 451) propunha a ideia de "castigos exemplares" para descrever medidas — como o enforcamento ou o açoite — que "justificavam categoricamente e satisfaziam o desejo de vingança do público com relação a tais delinquentes". Durante uma boa parte do século XX, a expressão abertamente confessada do sentimento de vingança foi virtualmente tabu, pelo menos

da parte dos representantes do Estado, mas, nesses últimos anos, tentativas explícitas de expressar a cólera e o ressentimento do público tornaram-se um tema recorrente da retórica que acompanha a legislação penal e a tomada de decisões. Os sentimentos da vítima, ou da família da vítima, ou um público temeroso, ultrajado, são agora constantemente invocados em apoio a novas leis e políticas penais. O castigo — no sentido de uma sanção significativa que apela para o sentimento do público — é uma vez mais um objetivo penal respeitável, abertamente reivindicado. (GARLAND, 1999, p. 3)

Já falamos que o Pânico Moral tem muito mais a ver com a plateia do que com os atores em cena, ou seja, o Pânico Moral na contemporaneidade é um fenômeno altamente mediatizado. Também assim se dá esta nova criminologia punitiva que edifica sua lógica muito mais para responder os anseios da população do que para a correção do indivíduo preso. É neste cenário que a vítima assume um papel de protagonista e a punição ao criminoso ganha um caráter público e notório:

Jeremy Bentham (s/d, p. 83) caracterizava como “penas infamantes” essas penas — como os castigos corporais — nas quais “sempre se mistura uma parcela de ignomínia”. De modo indiscutível, todas as sanções criminais são “ignominiosas”, mas algumas carregam um fator de humilhação particularmente chocante. Medidas recentes como a reintrodução do grilhão em vários Estados americanos, ou o porte do uniforme listrado do preso, ou o fato, na Grã-Bretanha, de que os delinquentes sexuais libertados sejam sinalizados para a comunidade certamente poderiam ser ditas “punitivas” nesse sentido. De fato, essas formas de mortificação e de humilhação públicas, que durante décadas foram consideradas como obsoletas e extremamente aviltantes, são hoje valorizadas por seus partidários exatamente devido a seu caráter inequivocamente “punitivo”. (GARLAND, 1999, p. 3)

Esta criminologia punitiva foi caracterizada por Garland (2006) como uma criminologia esquizoide por ser uma criminologia que se fecha à figura do Outro. O termo “esquizoide” foi criado por Eugen Bleuer, no início do século XX, para definir uma tendência da pessoa para dirigir a sua atenção para o mundo interior, fechando-se ao exterior. A sociedade projeta seus problemas na figura do desviante:

A retórica que acompanha essas políticas punitivas impõe uma criminologia que parece diferente das “criminologias da vida cotidiana” de que falamos acima. Ao invés de retratar o delinquente como um oportunista racional, pouco diferente de sua vítima, a criminologia caracterizada pela abordagem “punitiva” é bem mais lombrosiana, bem mais “orientalista” (ver quadro): o delinquente é “o outro, esse estrangeiro”, alguém que pertence a um grupo social e racial distinto, cujas atitudes e cultura — e talvez mesmos os genes — não guardam mais que uma fraca semelhança com as nossas. É uma criminologia que se nutre das imagens, dos arquétipos, das angústias e da sugestão antes que das análises prudentes e dos resultados de pesquisa, é um discurso politizado do inconsciente antes que uma forma racional de saber empírico. (GARLAND, 1999, p. 16)

Neste ponto, o saber criminal se aproxima da dinâmica do Pânico Moral quando as regras legais da justiça criminal são influenciadas pelo sensível, pela exemplificação do temor e trauma das vítimas e tem uma penalogia influenciada pela vitória moral pelo castigo exemplar:

As políticas punitivas fundam-se na caracterização dos delinquentes como “marginais”, “predadores”, “monstros sexuais”, “maus” ou “malvados”, membros de uma “sub-classe”, cada um deles sendo o “inimigo marcado”, em uma cultura dominante que exalta os valores da família, a iniciativa individual e os limites da assistência social. Cada caso ilustra o que Mary Douglas chama de “usos políticos do perigo” (DOUGLAS, 1992, p. 10). Essas caracterizações sugerem uma maré montante da criminalidade, ameaçando engolir nosso “modo de vida”, antes que uma imagem normalizada do crime como incômodo rotineiro mas administrável. A iconografia sofre uma brusca mudança de gênero, passando do doméstico para o demoníaco. Os delinquentes são retratados como seres ameaçadores e violentos pelos quais não podemos ter simpatia e para os quais não há ajuda concebível. A única resposta prática é colocá-los “fora de jogo” para a proteção do público, o que, no Reino Unido, significa fazê-los sofrer pesadíssimas penas de prisão e, nos Estados Unidos, a condenação à morte. (GARLAND, 1999, p. 16)

A vitória moral à priori diferiria de uma vitória “legal” do Estado do Direito. O paradoxo do discurso do Pânico Moral no Rio de Janeiro em novembro de 2010 é que a vitória do Estado de Direito não se traduz em uma inserção ou conversão do desviante à rigidez da lei e aos parâmetros da sociedade organizada. A narrativa que se dá pela primeira vez é a de um resgate da “população de bem” do morro de volta ao jugo e domínio do Estado de Direito. A face cândida do Estado de Direito se oferece aos moradores que, agora com o território da favela reconquistado, “retornariam” à proteção legal dos seus direitos e deveres. Aos bandidos, cabe a faceta mais cruel do Estado de Direito com a humilhação pública, e a eliminação dos inimigos. Está retórica está alijada no discurso jurídico no que Garland chama também de “criminologia do outro”:

A criminologia oficial mostra-se, assim, cada vez mais dualista, polarizada e ambivalente. Há uma “criminologia do eu” que faz do criminoso um consumidor racional, à nossa imagem e semelhança, e uma “criminologia do outro”, do pária ameaçador, do estrangeiro inquietante, do excluído e do rancoroso. (GARLAND, 1999, p. 17)

Esta forma de criminologia é resultado também das altas taxas de crime nos centros urbanos em todos mundo, não só no Brasil. A militarização da repressão policial é um fenômeno mundial. Esta militarização não se restringiria às instituições policiais, mas afetaria outras políticas públicas na organização das cidades:

Em muitas partes do mundo as polícias estão parecidas com exércitos. Os veículos utilizados pelos soldados no Iraque foram distribuídos para as forças policiais americanas. O que norteia isso é a ideia de que o inimigo está em algum lugar na cidade, independentemente de onde essa cidade esteja. É uma política muito antiurbana, de que a cidade está cheia de inimigos e precisa ser controlada por forças militares. Com o aumento acelerado da urbanização nos países do sul global, a tendência é que esse movimento se acentue. (GLOBO, PROSA E VERSO, 20/12/2014, p. 2)

Para Balko (2013), a militarização das polícias locais começou no final da década de 1960. O marco inicial é a criação da primeira SWAT, o famoso esquadrão de elite treinado com métodos semelhantes aos das Forças Armadas, em Los Angeles, em 1969, cuja ação inaugural foi contra uma célula do grupo Panteras Negras. “Em 1975, já havia 500 unidades no país. Hoje, são milhares e até órgãos federais, como a NASA, têm suas próprias equipes.” (O GLOBO, 2014).

Cabe lembrar que os soldados do Batalhão de Operações Policiais do Rio, o Bope, de inspiração similar à da SWAT americana, eram os heróis das ações policiais nas notícias de novembro de 2010, juntamente com os soldados da PM e da Marinha. A ação do Bope na Serra da Misericórdia foi comparada em O Globo com a investida do exército israelense na Colinas de Golã e com as táticas da Blitzkrieg nazista. Apesar desta militarização mundial das forças policiais ser um fenômeno recente, na historicidade da violência urbana no Rio é fato consumado há décadas.

Vimos que, se na Grã-Bretanha e Estados Unidos, esta criminologia do Outro é um fenômeno da virada dos anos 90 para 2000, na política de segurança pública carioca trata-se de um processo que permeia todo o século XX. A lógica do Nós e Eles do Pânico Moral já seria algo estabelecido nas abordagens da questão criminal no Rio de Janeiro a partir dos anos 90. De modo oposto na década de 1980, a cobertura do jornalismo policial no Rio de Janeiro trabalhava em uma espécie de política da piedade (CARDOSO; VAZ; FELIZ, 2012). As matérias relacionavam a violência muitas vezes à desigualdade social. Pregava-se a reforma do sistema carcerário para a ressocialização dos presidiários. Em matéria sobre uma rebelião no presídio da Ilha Grande (1983) com mortes, o editorial de O Globo falava que:

Ao homem de bem não escapa a dimensão do ser humano, mesmo na pele de um monstro. E por formação e racionalidade ele quer as penitenciárias funcionando realmente como instituições de ressocialização do criminoso e não como depósito e arena de bandidos irrecuperáveis” (O GLOBO, 1983, p.1.)

O sofrimento das vítimas – no caso bandidos – deveria ser aplacado por um Estado considerado ineficiente. Comparando a transformação de uma política da piedade em uma

estética do risco, Cardos, Vaz e Felix caracterizam uma nova forma de recorte no jornalismo criminal:

Se a reportagem fosse produzida hoje, a ênfase estaria sobre a imoralidade daqueles que expõem outros a riscos. E mais, o fato de a vítima estar numa situação econômica crítica, não teria relevância, já que o importante é a relação entre a inconsequência de alguns e a generalidade do risco. (CARDOSO; VAZ; FELIZ, 2012, p. 9)

Além disso, o noticiário de violência urbana atual está carregado de uma *moralidade latina*, de uma estética calcada no melodrama que difere amplamente da frieza racional do estado de Direito. A moral diferentemente da ética não é reflexiva. A moral é compartilhada socialmente como valor e não necessariamente condiz com as prerrogativas do Estado de Direito. No material empírico analisado nos jornais, vemos emergir uma moralidade extremamente dual e maniqueísta entre bem e mal. Uma estética folhetinesca que divide a narrativa entre heróis policiais, vítimas na população e vilania nos bandidos. Sua resolução é proporcional à ameaça. Ou o bandido se rende ou será morto. Esta lógica não está na frieza da lei constitucional mas transborda para a ação das autoridades, para o discurso proeminente na opinião pública e para os meios de comunicação. O castigo exemplar da criminologia do Outro é o alimento da reação no Pânico Moral.

Figura 18: Suplemento especial, Extra, “As duas opções dos bandidos”, Sábado, 27/11/2010



Vemos portanto que esta reação moral desmedida sobre os traficantes e tudo que eles representam tem uma razão histórica na violência policial carioca e também um paradigma favorável na militarização das polícias e na evolução mundial de um pensamento criminal punitivo contra as chamadas “classes perigosas”. Todos estes elementos – a truculência policial, a estética folhetinesca do jornalismo policial, a militarização das soluções para as crises sociais, a criminologia esquivoide – se uniram a um ponto chave nos eventos de novembro de 2010: a situação política consensual entre poder público e meios de comunicação. Esta aliança permitiu que todos os elementos manifestados acima se entrelaçassem em uma narrativa “civilizatória” dos confrontos entre policias e traficantes em 2010. Era o futuro da cidade que estaria em jogo – futuro este fruto de uma aliança política – contra a barbárie do tráfico. Lembremos que a euforia, segundo Downs (1972), derivaria de uma simplificação da questão social: o consenso de que o problema poderia ser resolvido sem uma grande alteração do *status quo*, bastaria a aniquilação do poder bélico do tráfico.

O Pânico Moral teria uma raiz moral mas sua causalidade se dá por raízes históricas e políticas. Em outras cidades ao redor do mundo, o Pânico Moral seria de ordem diferente da que se manifestou em novembro de 2010. A lógica da guerra atendia a uma polícia acostumada com a estética do confronto e com um jornalismo calcado na cobertura da violência maniqueísta entre bons e maus heróis e vilões. Esta relação de alteridade excludente à figura do traficante é que permitiu a eleição do demônio popular, porém assim como em vários dos casos descritos pela tradição dos *moral panic studies*, a relação entre o momento político e os jornais foi determinante para o *sucesso* do Pânico Moral. Pelo discurso dos jornais, a demonização do traficante e sua derrota atenderia a uma racionalização dos territórios favelizados. Porém, a realidade discursiva do Pânico Moral de novembro de 2010 não se concretizou na forma que fora propalada durante a euforia da ocupação do Complexo do Alemão pelas forças policiais. A dita “*ação civilizatória*” e sua integração com a cidade ainda esbarraria nas diferenças sociais e nos anacronismos da segurança pública carioca.

### 5.3 As UPPs posteriormente

A entrada pelo poder público em uma comunidade, vista como salvação no momento da entrada das forças policiais, tem de agora e doravante, enfrentar a dificuldade do

estabelecimento da normalidade em um território ainda isolado da cidade, cultural e socialmente. Afinal, a dominação deriva de uma desigualdade entre os territórios. Nenhum poder subjuga o seu igual, seja na esfera econômica, simbólica ou política. A hierarquia se dá pela diferenciação. Tal qual descrito por Baratta (1994), o medo pode ser uma forma de interpretar o mundo. Deste modo suas soluções ou ‘remédios’ para o problema passariam mais por critérios de efeitos midiáticos do que soluções científicas à longo prazo. A estratégia discursiva dos meios de comunicação cariocas legitimaram as ações militares sob a alcunha de pacificação dos territórios. Em consonância com a descrição de Mendonça (2011), o governo do Estado faz uso desta cobertura noticiosa em suas peças publicitárias. O território pacificado porém não se transmuta em cidade ou bairro. Mantém seu espaço diferenciado, mas há “um deslocamento simbólico da favela como ‘lugar das classes perigosas’” (COIMBRA, 2001), para o status de ‘espaço pacificado’ no qual os trajetos de turistas e dos consumidores dos eventos futuros estará garantido pela ocupação do Estado”. (MENDONÇA, 2011)

Segundo o governo, a ocupação militar seria só uma parte do processo:

A tomada do Complexo do Alemão pelas forças policiais, segundo o governo do Estado, não será uma incursão, mas uma permanência, que se consolidará com outras ações, ditas sociais. Entre estas, incluem-se a abertura de ruas de acesso, a construção de um teleférico e de equipamentos educacionais e de saúde. Modelo semelhante teria sido testado com sucesso na Colômbia, ajudando a reduzir os índices de violência. (MAGALHAES, 2007, p. 1)

A ocupação policial permanente, a presença de uma força militar secundária como legitimadora da libertação dos moradores destas comunidades, paradoxalmente mantém um estado de exceção, não integrando-as plenamente ao território da cidade. O exotismo do local permanece sendo explorado, não mais como área de risco, mas território pacificado, prova concreta de uma batalha vencida pelo Estado. Todo este fenômeno está sendo condicionado por uma espécie de julgamento midiático (MENDONÇA, 2011), aonde as favelas são consideradas, após um enorme vácuo histórico, espaço ‘legítimos’ da cidade dentro das ações do Estado e dos discursos jornalísticos. A projeção de um futuro diferente é sempre a tônica dos discursos, assim como a necessidade do apoio da sociedade ao projeto:

A reconstitucionalização das favelas, dos loteamentos e dos conjuntos degradados pela ausência do Estado brasileiro é uma tarefa muito difícil, por certo. Exige a formulação de uma agenda urbana e o amplo apoio político da sociedade. Mas é um patamar de onde se construirá o futuro do Rio. (MAGALHÃES, 2007, p. 3)

Anteriormente, ações violentas em comunidades e na periferia social usualmente só rompiam esta barreira noticiosa quando se caracterizavam pelo elevado número de mortes e pela brutalidade de suas ações como a chacina de Vigário Geral de 29 de Agosto de 1993 na qual 21 moradores da favela homônima foram executados por um grupo de extermínio (GRANJA, 2008, p. 4). Com a inclusão das comunidades no cotidiano do Rio de Janeiro, não mais como um território *alien* – apesar do Complexo do Alemão ser considerado oficialmente um bairro da cidade desde 1993 – as ações como tiroteios, abusos policiais, prisões nas comunidades ocupadas fogem agora do cotidiano e se legitimam como notícia.

Com a retomada do território e a exposição midiática da política das UPPs<sup>12</sup>, as comunidades carentes ocupadas adentram na teia de facticidade (TUCHMANN, 1978) e tornam-se parte da rede noticiosa que organizações jornalísticas e os profissionais de imprensa definem como essenciais e de interesse humano.

Inicialmente a política das UPPs se instalou em comunidades menores como a favela Santa Marta em Botafogo que não representavam um grande entreposto para o tráfico. Além disso, não se sabia entre a população em geral se o tráfico de drogas estava realmente sendo abalado pela nova política recém-instalada. Afinal, o comércio de drogas continuava gerando lucro nas comunidades, apenas a presença ostensiva dos bandidos tinha cessado.

Mesmo anos depois da ocupação da Vila Cruzeiro e do Complexo do Alemão, as unidades de polícia pacificadora sofrem críticas principalmente em função de denúncias de corrupção e de violência contra os moradores. O caso do desaparecimento e tortura do ajudante de pedreiro Amarildo na UPP da favela da Rocinha foi emblemático. Após a ocultação do cadáver foi montada uma farsa para atribuir o crime ao tráfico. O desaparecimento do ajudante de pedreiro, no entanto, ganhou as redes sociais, onde foi criado e ganhou força um movimento que correu o mundo com a pergunta: “Cadê Amarildo?”. Após forte pressão popular, um dos policiais revelou o crime ao Ministério Público, o comandante da UPP foi exonerado – as investigações iniciais apontam que ele teria participação direta no crime - e quatro policiais estão sendo indiciados. O caso teve ampla cobertura midiática e repercussão dentro da opinião pública.

---

<sup>12</sup> As UPPs representam a principal política de segurança pública do atual governo do estado do Rio de Janeiro. Trata-se, grosso modo, da implantação de postos avançados dentro das favelas, como companhias comunitárias que têm o objetivo de conter a presença do narcotráfico nesses espaços urbanos. As primeiras unidades começaram a ser implantadas em novembro de 2008, no segundo ano do primeiro mandato do governador Sérgio Cabral (PMDB), que assumiu em 2007, sendo hoje 34 unidades, todas na capital.

O caso do pedreiro Amarildo chamou a atenção da mídia e dos movimentos sociais durante os protestos de junho de 2013, movimento desencadeado contra os preços das passagens de ônibus em várias capitais brasileiras que acabou por abranger as mais variadas demandas. Muitas das análises até o momento identificaram a presença maciça de jovens de classe média (SINGER, 2013) entre os participantes do movimento (BOITO, 2013). Um fato porém que foi destacado em vários jornais foi a violência policial:

A "repressão brutal" de jornalistas nos recentes protestos em São Paulo contra o aumento das tarifas do transporte público representa, na avaliação da ONG Repórteres Sem Fronteiras, "um desvio repressivo perigoso" e também uma ameaça à liberdade de informação. A Polícia Militar reagiu a manifestação de quinta-feira no centro da capital paulista com bombas de efeito moral e balas de borracha. Vários jornalistas, cinegrafistas e fotógrafos foram atingidos pelos disparos ou levaram golpes de cassetete; alguns deles chegaram a ser presos. (BBC BRASIL, 14/06/2013)

Existe terror em SP: o dia em que PMs atiraram ante aplausos e pedidos de não violência

Fosse você manifestante, transeunte ou jornalista a trabalho, não havia saída pela via nem pelas transversais, todas cercadas pelo Choque. A cada arremesso de bomba, alguém pedia por vinagre ou o oferecia --na imensa maioria das vezes, ofertas feitas ou recebidas por completos desconhecidos entre si. Recebi muito vinagre nas mãos e na blusa. (UOL, 14/06/2013)

Diversas manifestações estão ocorrendo em todo o país e intensamente na cidade do Rio de Janeiro. Nas últimas semanas a truculência policial se tornou regra e vivemos momentos de bairros sitiados e uma multidão massacrada na cidade. No ato do último dia 20, com cerca de 1 milhão de pessoas nas ruas, o poder público mobilizou a Polícia Militar do Rio de Janeiro (PMERJ), contando com o Choque, Ações com Cães (BAC), Cavalaria, além da Força Nacional. A ação foi de intensa violência contra a população, causando um clima de terror em diversos bairros da cidade. (JUSTIÇA GLOBAL, 25/06/2013)

A PM começou a batalha na Maria Antonia

Num átimo, às 19h10m, surgiu do nada um grupo de uns vinte PMs cinzentos, com viseiras e escudos. Formaram um bloco no meio da pista.

Ninguém parlamentou. Nenhum megafone mandando a passeata parar.

Nenhuma advertência. Nenhum bloqueio sem disparos, coisa possível em diversos trechos do percurso. Em menos de um minuto esse núcleo começou a atirar rojões e bombas de gás lacrimogênio. (GASPARI in O GLOBO, 13/06/2013)

No Rio, não foi diferente. Uma foto de um PM atacando com gás de pimenta uma manifestante foi parar na capa do "New York Times", que fez críticas à atuação da polícia nos atos. Outros veículos de comunicação seguiram na mesma linha. A própria polícia, depois, achou que havia exagerado. (UOL, 03/01/2014)

Em junho de 2013, a classe média leitora dos jornais encontrou a repressão policial que antes era exclusividade das áreas de periferia. A polícia heroica nos eventos de novembro de 2010 nas áreas do Complexo do Alemão e Vila Cruzeiro, aproximou-se de uma polícia covarde e despreparada nas manifestações de rua em 2013. Alguns jornais chamaram a atenção para a violência policial como a Folha de São Paulo e o portal Terra que tiveram

profissionais atingidos por balas de borracha nos protestos. Em O Globo porém, a violência policial fora sempre destacada como uma resposta as ações de vândalos e manifestantes agressivos. A posição política do jornal não se deslocara em uma postura crítica à atuação da PM. Porém a partir das revelações do caso Amarildo, a imagem heroica dos policiais como “libertadores” das áreas pacificadas sofreu um forte abalo. Adentrou-se no terceiro estágio da teoria de Anthony Downs em que os custos políticos para a solução dos problemas se mostram maiores do que no auge da euforia. Há uma reagrupação de forças e a euforia da solução iminente entra em descrédito.

Atualmente, as UPPs apesar de continuarem como o grande carro-chefe da política de segurança pública do governo Luiz Fernando Pezão, sucessor do ex-governador Sérgio Cabral Filho, são adotadas mais como um passo à frente do que com uma solução final. É consensual que a mera ocupação policial não trará a integração à cidade dos territórios ocupados. Mesmo a segurança dos policiais é posta em dúvida frente as mortes de vários policiais em áreas de UPPs. O discurso das autoridades também torna-se mais comedido, sem a euforia dos eventos de novembro de 2010. É singular que o secretário de segurança Beltrame ao comentar a morte de PMs tenha descartado um discurso revanchista ou imperativo contra os bandidos:

"Não podemos agir com sangue nos olhos", diz Beltrame sobre morte de PMs  
O secretário de Estado de Segurança Pública do Rio de Janeiro, José Mariano Beltrame, afirmou nesta segunda-feira (1º) que, apesar da comoção por conta das recentes mortes de PMs no Rio, a reação deve ocorrer com base na lei. "Sou policial, perdi colegas trabalhando, e também fiquei triste, mas nós não podemos agir com sangue nos olhos, de maneira atabalhoada", declarou, durante entrevista à Globo News. (UOL, 01/12/2014)

Se em 2010, as ponderações contra as ações policiais estavam excluídas dos jornais, atualmente a segurança pública é vista como um problema complexo dentro do discurso dos jornais. Vê-se que as estratégias de discurso do Pânico Moral, de consenso e desproporcionalidade, muitas vezes se limitam ao momento de emersão do Pânico e de forma volátil, tais estratégias desaparecem dos jornais. O tráfico volta a dar as cartas no Complexo do Alemão. Deu errado o que não tinha como dar certo

Enquanto o Brasil não aprender a lidar com o óbvio, o óbvio vai nos golear com mais facilidade do que a Alemanha enfrentando a Seleção de Felipão. Quem recorrer ao arquivo deste blog vai encontrar várias dezenas de textos sobre as UPPs, as tais Unidades de Polícia Pacificadora, um nome que nasceu torto, fruto de uma consciência torta para um programa não menos... torto. Notem: é claro que eu defendo, hoje como antes, que a polícia chegue ao morro. É claro que eu defendo, hoje como antes, que se faça o policiamento comunitário. Ocorre que parte do Complexo do Alemão, que conta com quatro UPPs, já está, de novo, entregue ao

narcotráfico. Policiais admitiram à reportagem da Folha que não entram mais nos becos para evitar confrontos. Os tiroteios voltaram a ser diários. De janeiro a julho, oito pessoas morreram em confrontos — duas eram PMs. (AZEVEDO in VEJA, 04/08/2014)

UPP: balanço expõe o modelo falido do policiamento

Na última semana, uma maratona de seminários e matérias de jornais e revistas buscaram analisar os cinco anos da UPP. Cinco anos com muitos saldos. Dentre eles, o mais positivo foi a exposição do modelo falido de policiamento que é direcionado às margens da cidade. Muito mais controle do que segurança de fato. O que vem abalizar o que digo é o fato da grande queixa ouvida ao conversarmos com os moradores e moradoras, tanto aqui no Borel quanto em outras favelas controladas militarmente. (FRANCISCO in JORNAL DO BRASIL, 04/12/2013)

Além de vozes frequentes na imprensa problematizando as UPPs, o pós-Pânico revela que a resolução da criminalidade não passa só pela eliminação dos bandidos. A ineficiência do sistema judiciário, a desigualdade social e a própria forma como a sociedade encara a violência policial são criticadas. Como aponta Luiz Eduardo Soares, a sociedade também é cúmplice dos anacronismos da segurança pública:

Para ele (Luiz Eduardo Soares), a responsabilidade pelas mortes praticadas por policiais na periferia precisa ser dividida entre os segmentos da sociedade. "Contingentes numerosos sentem-se autorizados a perpetrar essas brutalidades, autorizados não necessariamente pelos seus superiores, pelos seus chefes, mas pela sociedade, que aplaude e se omite diante desses fatos", afirmou Soares. Ele destacou que os governos, às vezes por omissão, acabam tolerando e tornando-se cúmplices da violência. (AGÊNCIA BRASIL, 28/11/2013)

## 5.4 Epílogo

O Pânico Moral, apesar de sua funcionalidade na cobertura dos eventos de novembro de 2010, não é uma causa dos eventos de violência descritos apesar de poder influenciá-los. Em uma genealogia do Pânico Moral, vimos diversos fatores presentes na realidade carioca de 2010 e nos jornais que permitiram que o molde do Pânico Moral de origem britânico fosse adaptado à uma organização dos eventos de 2010 de forma satisfatória, que permitiram um olhar que desnaturalizasse o noticiário em voga. A construção do demônio popular, as estratégias narrativas de vitimação da população, a desproporcionalidade da vitória, uma espécie de economia do medo nos permitiu destrinchar os acontecimentos que se sucederam em uma semana em categorizações já existentes na tradição dos *moral panic studies*. Todos estes elementos provavelmente se manifestarão na

cobertura de episódios violentos futuros no Rio de Janeiro. Em 2002/2003, muitas destas categorias de análise encontraram paralelo na cobertura dos jornais O Globo e O DIA. A historicidade própria da cobertura da violência do tráfico pelos jornais cariocas, além das estratégias discursivas recorrentes nos permitem enxergar no Pânico Moral uma ferramenta adequada para análise da cobertura noticiosa de outros eventos de violência urbana no Rio de Janeiro distintos daqueles analisados neste trabalho.

Muitas vezes, tenta-se tratar a cobertura dos jornais como fruto de uma causalidade direta, ou seja, como se a estratégia discursiva dos jornais derivasse de estratégias redacionais previamente fechadas. A análise comparativa dos materiais textuais e imagéticos dos jornais de diferentes empresas revelou abordagens, em diferentes graus, mais belicosas e sensacionalistas entre os objetos estudados. As representações sociais presentes em veículos impressos realçou a esfera do jornalismo como espelho das ideologias correntes em nossa sociedade. Partindo da perspectiva de uma relação dos leitores como interlocutores destes veículos impressos, o jogo de sensações provocados pelo conteúdo textual e imagético destes jornais provoca uma construção de sentido através de discursos presentes nas ações da segurança pública e das narrativas das diferentes editoriais.

Um dos objetivos deste trabalho em sua continuidade era investigar não só como, mas também porque as organizações jornalísticas assumiram determinadas posturas contestatórias ou oficialistas naquele período em que emergiam episódios violentos na cidade. Para além do jogo entre produtores e consumidores de notícias, acreditava-se na existência de uma dinâmica de mercado determinante para que certas ideologias emergissem no discurso e outras se silenciassem dentro das estratégias de embate, incluindo também as reações posteriores ao pânico moral. De fato, a não emergência do discurso consensual do Pânico Moral em 2002/2003 deixava claro que uma relação divergente entre meios de comunicação e governo do Estado inviabilizaria a construção de um Pânico Moral amplo. A relação política convergente entre organizações jornalísticas e autoridades governamentais é essencial para que uma opinião pública absolutamente favorável às ações do estado apareça nos jornais. Afinal, o Pânico não é um sentimento de ponderações, o medo apesar de administrável, no fundo trata-se de um discurso sensibilizado de exagero e totalidade.

Porém, mesmo com um Pânico Moral consolidado nos jornais pode-se problematizar as estratégias discursivas dos jornais preconcebidos que visam o Pânico como uma força política. Uma das jornalistas atuantes na cobertura de O Globo, afirmou em um seminário que as associações com os conflitos externos e a militarização do embate entre traficantes e policiais foi uma escolha pessoal do editor à época. O discurso do Pânico não era consensual

nem mesmo dentro das redações dos jornais. Além disso, é factível pensarmos que muitos dos jornalistas presentes nas coberturas de Meia-Hora, Extra, O DIA e O Globo estavam, como moradores do Rio de Janeiro, também inseridos no cotidiano amedrontado da cidade. Não se pode isolar a prática jornalística da realidade urbana, o jornalista também é consumidor do discurso do medo. Uma das particularidades do Pânico Moral é que ele apesar de ser fomentado e, muitas vezes ser estudado como fruto de tensões sociais já presentes na sociedade, ele não possui uma origem determinada no tempo. O Pânico Moral por sua estrutura volátil, ele é essencialmente espontâneo. Não é uma causalidade única, direta e absoluta dos eventos descritos. O Pânico Moral se constrói a partir de uma estrutura momentânea, é um processo que se move por estratégias de propaganda de medo, pânico e reação sempre condicionadas pela resposta do público e das autoridades sobre determinadas questões sociais. Não há uma regra geral do Pânico que determine sua emersão, mas sim características próprias de cada evento analisado e um conjunto de momentos midiáticos (perigo, inventário e reação) análogos às tradicionais categorizações dos *moral panic studies*.

Por se tratarem de expressões coletivizadas do sensível, medo e pânico podem ser explicados entre as mais variadas óticas sejam sociológicas, históricas, psicanalíticas, econômicas ou até mesmo biológicas<sup>13</sup>. De forma análoga, também é muito problemático estabelecermos uma ontologia da violência urbana e da política criminal. Em *Cultura do Controle*, Garland (2006) associa a expansão da militarização das políticas e de uma cultura punitiva às desigualdades provenientes da política neoliberal dos anos 80 e 90. Referendar o Pânico Moral como um reflexo de uma situação econômica a priori iria contra os preceitos

---

<sup>13</sup> Sendo o Pânico Moral um conceito novo na abordagem da criminalidade no Rio de Janeiro é comum que os leitores deste trabalho o associem a algum conceito mais difundido na área da comunicação brasileira. Sendo um conceito derivado da sociologia e com categorizações específicas das etapas da cobertura jornalística de um determinado evento social, é bem factível que uma associação com o conceito de enquadramento ocorra. O Pânico Moral não deixa de ser uma forma de enquadramento. Afinal, o enquadramento consiste em uma teoria ampla do campo jornalístico sem uma metodologia específica desde os tempos de Goffman, fato defendido pelos próprios promotores do enquadramento como Entman. Muitos autores falam em um paradigma fraturado: Sendo construções simbólicas e interpretativas, os enquadramentos referem-se a crenças partilhadas na sociedade (...). É certo que não existe um verdadeiro consenso entre os investigadores relativamente ao que são, afinal, os enquadramentos e sobre como os indivíduos e as culturas fazem uso deles, o que tem levado mesmo alguns autores a falarem de um “paradigma fraturado” (ENTMAN, 1993; FISHER, 1997). O Pânico Moral como vimos ao longo deste trabalho trata de direcionamento consensual entre meios de comunicação, opinião pública e forças do Estado de que algo precisa ser feito. Portanto, se tratando de promoção de um discurso reativo, o Pânico Moral utiliza de estratégias redacionais que poderiam perfeitamente serem alocadas como formas de enquadramento. Além disso, o Pânico Moral é altamente influenciado pelas tensões políticas em jogo – inexistente consenso se a corrente política expressa por jornais e governo for divergente. Há portanto uma faceta política do jogo das contradições sociais presentes tanto no Pânico Moral quanto no enquadramento. O pensamento do Pânico Moral possui categorias específicas na tradição dos *moral panic studies*, sendo também estas, formas de um enquadramento na análise de um evento social. Ambos conceitos possuem uma raiz sociológica, ambos são extremamente amplos e tratam-se de espécies de moldes ou camafeus de como emolduramos uma realidade complexa descritas em um discurso específico dos jornais.

originais deste trabalho que reafirmavam a necessidade de uma análise dinâmica e aberta do processo do Pânico, e não uma concepção vetorial dos eventos sociais. Ao entendermos a lógica do Pânico Moral, o caminho válido é o de abrir novos questionamentos que este trabalho se furta a responder de forma mais aprofundada. Duas perguntas são factíveis ao final da análise deste processo: Como a gestão desta economia do medo serve a diferentes propósitos políticos e como o combate à criminalidade no Brasil muitas vezes se fundamenta mais por princípios morais do que efetivamente criminológicos.

Como vimos, a militarização dos confrontos é uma tônica crescente no mundo todo e a cultura do controle do crime britânica e americana já é uma realidade no Brasil:

Perceberá o leitor que nosso Estado trilha o mesmo caminho já percorrido pelos EUA e, em menor escala, pela Grã-Bretanha. O Estado vem se despidendo de muitos poderes, remanescendo em suas mãos apenas o poder punitivo; cabe a ele, assim, exercer este poder punitivo de forma mais funcional aos que detém o poder econômico. (NASCIMENTO, 2008, p. 29 in GARLAND, 2008)

No Brasil, esta realidade já é estatística. São cerca de 50 mil homicídios dolosos por ano no Brasil, apenas 8% deles em média são investigados. Apesar disso, o país tem a quarta maior população carcerária do mundo, mas somente 12% dela cumpre pena por homicídio.

O alto teor moral do discurso dos jornais e autoridades governamentais seria também uma forma de gestão dos conflitos.

A análise de Durkheim, que já comemora um século, revela-se mais pertinente ainda em nossos dias (DURKHEIM, 1997). Ele sustentava que os dispositivos de estilo punitivo eram um fenômeno autoritário e primitivo. Em compensação, ressaltava nas sociedades modernas a importância da prevenção e da reparação para o controle do crime. Ele também previra que se tornaria cada vez mais impossível, para um Estado soberano centralizado, governar sociedades complexas e pluralistas com algum grau de autoridade ou de sensibilidade moral. Um simples código moral não poderia ser imposto de cima, senão ao preço de uma repressão e de um descontentamento maciços. Daí resultariam altos níveis de desvio (medido pelas taxas de crime e de suicídio, e Durkheim acrescentaria hoje: o consumo de drogas), níveis baixos de detenções e um sentido amplamente disseminado de anomia moral. (GARLAND, 1999, p. 19)

Deste modo, a violência policial é sempre traduzida no Pânico Moral como ação necessária, uma resposta ao discurso anômico da sociedade civil amedrontada:

Sob esta perspectiva, as autoridades públicas somente podem aparecer aos olhos de alguns cidadãos comuns como “vingadoras” de fato e por direito. Seu papel não é assegurar direitos, porém punir, punir exemplarmente, com muito rigor e sem quaisquer condescendências, notadamente aquelas contidas em lei. Por outro lado, traduz o modo como algumas autoridades compreendem o desempenho de suas

funções públicas de repressão e contenção do crime. Assumindo o papel de “vingadoras”, julgam-se isentas das restrições impostas pela lei ao abuso de poder e de autoridade. Pretendem assim corresponder às expectativas de expressivos segmentos da população. Há, portanto, uma espécie de concubinação entre os sentimentos coletivos de ódio e vingança, disseminados na população e a ação daqueles que, em princípio, deveriam zelar pela preservação dos direitos à vida, à propriedade, à liberdade e à segurança, para lembrar alguns dos mais preciosos axiomas liberais. (ADORNO, 1996, p. 47)

A cobertura da violência urbana no Rio de Janeiro é uma projeção de um confronto sem horizonte de resolução. Em novembro de 2010, se ensaiou um discurso de ruptura que nos anos posteriores acabou por regressar a um estágio latente em que a ameaça do poder paralelo ainda é uma constante e os territórios ocupados pela polícia permanecem como localidades perigosas onde o tráfico de drogas, ainda que de forma não absoluta, exerce seu poder e amedronta população e policiais. A vitória moral do Estado nos jornais se concretizou, porém a realidade complexa destas comunidades não a consagraram. É factível pensar que, em um novo período de pânico e medo com a ameaça do tráfico na cidade, o temor de uma regressão no combate ao crime com a falência das UPPs venha à tona. O discurso de ruptura com a ocupação do Alemão, fruto de uma aliança política entre governos e meios de comunicação poderá ser novamente alimentado. Dependerá essencialmente da conjuntura política à época entre governo do estado, governo federal e jornais.

Além de uma derrota militar do tráfico, seria necessário que a população carioca sentisse que os bandidos estão acuados, sem poder. Nada impede que o enredo de vitória seja apropriado novamente para que se alimente, mais uma vez, a projeção de paz para um futuro não definido. A criminalidade e o medo do crime são elementos já inerentes à vida contemporânea nas grandes cidades brasileiras, porém a derrota deste paradigma é, em momentos de exaltação das forças policiais, retroalimentada de forma quase mítica. Tal como descrito pela revista *Veja* à época, a “esperança” venceu o terror. Em novembro de 2010, a violência urbana natural do nosso dia-a-dia estaria com os dias contados, o Brasil estaria vencendo o crime:

o peculiar da sociedade brasileira, como de outras sociedades, está em sua história. Menos, obviamente, por suas ocorrências características e factuais. E mais pelas determinações que dela fazem mediação viva do presente. História inacabada, o inacabado e o inacabável vão se revelando as determinações estruturais que marcam o nosso trajeto, nosso nunca chegar ao ponto transitório de chegada;...[...] Não é uma história que se faz. É uma história sempre por fazer (MARTINS, 1994, p. 11).

Em um eterno retorno de coação e catarse, jornais, governo e população exploram uma dialética que sempre anseia por uma solução final, uma ruptura definitiva da questão do crime,

apesar de internamente saber que tal vitória se fosse factível de forma real, acarretaria uma remodelação ampla da sociedade, seja pelas raízes históricas, sociológicas e geográficas da violência, seja pelo fato de que não basta a “eliminação de um inimigo interno”, para que o caráter anônimo de uma sociedade seja superado. A própria necessidade de uma ruptura espetacularizada nas políticas de combate ao crime atendem mais a demanda do público do que a efetividade prática de um combate ao tráfico de drogas. O caráter revolucionário que a propaganda governista e o discurso oficialista dos jornais tentam imprimir não deixa de ser um pouco fantasioso. Nada é tão novo que não possa se adaptar.

## CONCLUSÃO

Pela própria tradição dos *moral panic studies*, os fenômenos de Pânico Moral são explicados pelas mais variadas correntes, sejam eles fruto de uma ação promovida pelas elites, seja um temor corrente nos estratos médios da população ou orquestrado por empreendedores morais que articulam a propaganda do Pânico em uma espécie de lobby. Por sua intencionalidade difusa, não que devamos incorrer no erro de tratar o Pânico Moral como um fenômeno ocasional ou isolado, temos um evento que apesar de seu discurso totalizante não possui uma causalidade estrita. Este trabalho se propôs a abrir este problema nas suas mais variadas conjecturas, desde o pacto político formado em novembro de 2010 por veículos de comunicação e governo, até a historicidade própria da violência urbana carioca que sempre associou pobreza à violência e via no poder paralelo da existência de “territórios do tráfico” na cidade, o germe de um discurso anômico que afetaria toda a sociedade.

Como o Pânico Moral, apesar de sua origem como fenômeno sociológico, está intimamente ligado a vida urbana moderna e a produção de discursos de pânico pelos jornais, este trabalho pode sempre se alicerçar no noticiário selecionado e a partir dele enxergar como o posicionamento político dos jornais – com destaque especial aos editoriais pró-governo que convocavam a população a uma posição de alerta e combate – se refletiu na consolidação do apoio às ações estatais. Concomitantemente, a vitimação corrente da sociedade no noticiário criminal em uma estética do risco, com foco no público leitor dos respectivos periódicos, se aliou a este discurso de vitória das forças policiais contra os bandidos, de um modo que se apropriou das tropas policiais como ferramentas de uma vingança desta maioria silenciosa. Em um discurso maniqueísta de teor ficcional, aonde as ações das forças estatais “do bem” derrotavam os traficantes “do mal”, em uma cobertura noticiosa altamente detalhada por mapas, depoimentos de policiais e das populações, além de contar com catálogos dos armamentos utilizados nas operações, a vítima alcançara o posto de juiz através das forças policiais. Esta justiça legitimada pela lógica da territorialização de um espaço antes ocupado pelo inimigo, mas também propalada por um revanchismo latente, homologou a reação moral e permitiu que o consenso entre opinião pública, governo e meios de comunicação, transbordasse em um discurso inflamado de defesa da política das UPPs, que só vai ter o seu revés mais amplo, anos depois com a persistência dos conflitos nas áreas ditas pacificadas, com as denúncias de corrupção entre os novos policiais concursados para o programa e, com a continuação das iniquidades e arbitrariedades nestas favelas.

É sobre esta maioria silenciosa que o discurso do Pânico Moral se aloca nos jornais, apesar dele ser pertinente a todos os estratos sociais. A dimensão totalizante do Pânico se referenda sobre aqueles que estariam indefesos e que passam a sentir a segurança do Estado de Direito. Em novembro de 2010, este discurso foi produzido e consumido, ou pelo menos direcionado para tal, não só pela classe média mas também para a população das regiões faveladas. Daí emerge a figura da ruptura do Pânico de novembro de 2010, sua dialética redentora, aonde a cidade recuperava o seu prestígio, sua tranquilidade e sua unicidade no campo discursivo era permeada por narrativas altamente sensibilizadas que permitiam uma imposição de um discurso político comum. Assim como os traficantes utilizavam de uma política do terror para manter o controle em suas comunidades, houve de modo difuso, porém factível, uma gestão do medo da população para referendar as ações do governo do Estado. Não à toa, a defesa da política das UPPs se manifestou de forma corrente na eleição do governador Luiz Fernando Pezão, herdeiro político do ex-governador Sérgio Cabral Filho. A retórica de defesa do projeto fora utilizada até mesmo por seus adversários políticos. As críticas ao projeto visavam sempre a adaptação e evolução das UPPs, jamais se davam no sentido de interromper o processo de pacificação.

Esta gestão do medo trata-se de um fenômeno comunicacional também e não é exclusividade de novembro de 2010 ou dos *moral panic studies*. Esta forma de assédio é sempre reaproveitada em eventos de violência - em especial em demandas militarizadas - seja no endosso de revoluções militares ou golpes de Estado tal como se deu na imprensa carioca em 1964, seja na legitimação de guerras no estrangeiro como na doutrina Bush por toda a década de 2000 nos Estados Unidos. Todas estas ações militares foram condicionadas à época de suas execuções por um discurso midiático de cruzada moral contra um mal iminente. Este discurso torna digna a ação estatal, além de desumanizar o inimigo. Acaba gerando reações de euforia como se um problema social complexo fosse resolvido pela ação militar apenas, além de sugerir um ponto nodal com uma radicalização do discurso, aonde qualquer problematização ao discurso governamental pode ser interpretada como um movimento de traição e como um discurso favorável aos inimigos públicos. O discurso da reação da maioria silenciosa não abre mão para meandros. Além de totalizante, ele visa um posicionamento do leitor: não existe virtude em se manter a par da questão, deve-se tomar uma postura proativa à reação do Estado. Por se tratar de um discurso sensibilizado, possui também uma racionalidade própria, aonde as demandas de vitimação e reação se confundem nas estatísticas oficiais, em que todo o pragmatismo é deslocado como forma de atender as necessidades do enredo ficcional que é construído. O Estado de Direito é apropriado de

forma utilitária, isto é, a prerrogativa de defesa da Lei é tomada para legitimar o consenso de uma reação contra a ameaça pública, mas ela não é constante durante esta reação. Na defesa do Estado do Direito, os elementos fundadores e diretrizes da vida democrática são desrespeitados, mas na maioria das vezes, no calor do momento, tais denúncias são ignoradas pelos meios de comunicação. Muitas vezes, o jornalismo se desloca de sua posição de vigilante da democracia para a posição peremptória de “homologador”, junto ao público, das ações reativas do Estado. Não que o público seja manipulado a priori por este discurso uno de reação. A necessidade de vingança parte também da opinião pública acuada e vitimada, que também empreende suas cruzadas morais seja na esfera pública dos jornais, seja no seio familiar, contra os elementos desviantes.

Nega-se também que o Pânico Moral seja um fenômeno natural, apesar de se alimentar de fenômenos biológicos, como o medo e culturais, como a relação perversa de alteridade que se constrói contra um elemento ameaçador, mas pode se conceber que a construção do Pânico é sim um caminho factível. A construção do Pânico Moral atende várias demandas e tal como no problema da euforia descrita por Downs, sugere uma simplificação do problema aonde a estrutura social, o status quo, não é alterada na solução do desvio. O Pânico Moral atende a toda esta intencionalidade difusa que está nas raízes do temor e da ameaça do desviante. Sua apropriação por público, imprensa e governo é uma ferramenta política satisfatória, que pode ser gerida de acordo com as intenções políticas de cada grupo social, mas também é um fenômeno sociológico aonde naturalmente desaguardam vários anseios do *pathos* presentes na emersão do Pânico Moral. A necessidade de uma paz ou pelo menos de um discurso de segurança está na raiz do jus naturalismo. Inexiste concepção de contrato entre sociedade e Estado que ignore a necessidade de uma paz social, seja no Estado hobbesiano, seja em uma formulação anárquica. No Pânico Moral de 2010, o Leviatã de que a população depositava na força militar do Estado a sua esperança de dias melhores era assumido, porém o discurso governamental e midiático era de uma recuperação da democracia. A ideia corrente era de a ação militar inicial daria o alicerce para a garantia de direitos e deveres no futuro para a população das áreas dominadas pelo domínio do tráfico, estas áreas quase que rebeladas da esfera do Estado de Direito, segundo a narrativa oficial.

Todo este discurso governamental fora naturalizado por estratégias redacionais e pela dinâmica do Pânico Moral. Porém este caminho, se não era natural, nunca deixou de ser propício para o momento que se vivia. A reação ao medo nunca será, a primeira vista, de cunho frio e racional, mas sim também de origem sentimental, seja de vingança ou seja de

alívio. Tratar o Pânico Moral como uma mera manobra governamental fruto do consenso entre poder público e imprensa seria reduzir o fenômeno de 2010 a sua temporalidade própria e retirar tudo o que é de universal em sua emergência. O Pânico Moral trata-se de uma sensibilização baseada na simplificação de um problema. No caso de novembro de 2010, estava se lidando com um problema social grave que tangia várias origens e perspectivas. O poder militar do tráfico, a dinâmica de uma sociedade partida, a histórica criminalidade no Rio de Janeiro, todos estes elementos foram amarrados e arregimentados em um enredo banal de vitória do bem sobre o mal. Esta banalização de um problema social muito mais grave e profundo, apesar de orquestrada pelas mais variadas forças vigentes não é criação de uma mentalidade perversa ou de um projeto de governo pré-moldado. Mas sim fruto das tensões e ideologias correntes na sociedade carioca e brasileira, referendada por uma historicidade própria e de um momento político que permitiu a emergência deste Pânico Moral.

Mais do que apontar culpados ou beneficiados da dialética do Pânico Moral, o que sem dúvida também é útil ao demonstrar que esta gestão do medo favorece a grupos sociais específicos em detrimento de outros, toda esta descrição do material empírico apresentado visa a pensarmos na possibilidade de uma sistema comunicacional aonde as demandas, ações e lugares das mais variadas forças envolvidas interagem entre si apresentando um discurso uno de reação que não seria a origem do Pânico Moral, mas sim resultado do mesmo. O Pânico Moral não está representado pelo discurso dos jornais, mas sim nas várias acepções em jogo e em como estes discursos são confrontados e modelados pelas reações de forças, pela atmosfera de medo em que circulava a cidade e pelos preconceitos sociais e históricos que envolvem a figura do desviante. Em uma rápida epistemologia do Pânico Moral, podemos problematizar se o fenômeno não apenas é fruto das tensões sociais, mas se ele também não as provoca. Abdica-se aqui de uma dinâmica vetorial de infraestrutura e superestrutura e buscamos uma temática circular em constante produção de sentido. O momento do Pânico se dá quando o medo da violência passa a ser preponderante em todas esferas do discurso, a garantia da vida dos concidadãos estaria em perigo e a partir daí vários elementos culturais são dispostos na formulação de um enredo de reação e vitória. Esta interação entre seres vivos, entre indivíduos que habitam a mesma cidade, é a sede da construção do Pânico Moral.

O Pânico Moral é um fenômeno, em sua profundidade, sociológico e político. Mas o que emerge no discurso corrente é muitas vezes um fenômeno estético. Uma necessidade imediata de limpeza do elemento desviante e de glorificação da vitória. Esta estética do risco que deságua em uma estética da euforia poderia induzir o estudo em uma lógica que, vinda

dos promotores do Estado, é legitimada pela opinião pública. Mas tal fato esconderia todos os mecanismos de deslocamento e condensação e de ressentimento que estão obtusos em um evento deste porte. O Pânico Moral, apesar de sua emersão pontual em novembro de 2010, seria também estrutural da violência urbana carioca. A banalização da violência como ferramenta de combate ao elemento desviante está intrínseca em sua arquitetura. Em momentos de extrema tensão, o Pânico não nasce do nada, mas sim se consolida através de processos de alianças políticas e da união entre aspectos biológicos, geográficos, culturais, comunicacionais e sociológicos que o permitem assumir um posto de discurso oficial obliterando as variadas interações consensuais e disruptivas que são produzidas no universo comunicacional do Rio de Janeiro. Todos estes outros canais de comunicação são obliterados, todas as outras justificativas históricas para o processo da violência que não “*o mal em si*” são descartadas e todas as outras possibilidades de combate ao crime que não a militarização são eclipsadas. Desta forma é que o discurso do Pânico Moral se mostra um enredo ficcional, na forma como, ao excluir as mais variadas formas de hermenêutica de um processo violento, ele legitima uma como corrente e padrão. Espera-se que através da análise empírica deste trabalho, esse complexo processo possa ser desmitificado e melhor entendido em sua circularidade sistêmica e em seu dinamismo próprio.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, Sérgio França. **A gestão urbana do medo e da insegurança**. São Paulo: Nevusp.org, 1996.

ALMEIDA, Bruna Gisi Martins. **Medo do crime e criminalização da juventude**. Disponível em: <[www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/464\\_634.pdf](http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/464_634.pdf)>. Acessado em Janeiro de 2015

\_\_\_\_\_. **Medo do crime e criminalização da juventude (II)**. Brasília: Universidade Católica de Brasília, 2008. Disponível em: <<http://www.crianca.mppr.mp.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=294>>. Acesso em janeiro de 2015

ALMEIDA, Priscilla Margaret Moreira. **Violência, Futebol e Erotismo: Sensacionalismo e espetacularização nas capas do tablóide Meia-Hora de Notícias**. Universidade Federal e Viçosa. Departamento de Artes e Humanidades. Curso De Comunicação Social / Jornalismo. Viçosa, 2007

ALVES, José Cláudio Souza. **A farsa e a geopolítica do crime**. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/violencia-no-rio-a-farsa-e-a-geopolitica-do-crime>>. Acesso em 14/01/2015. 2010

ALVES, Cristiano Siqueira. **O processo de emissão do som na clarineta: proposição e validação de um plano de instrução**. Tese de Doutorado. Departamento de Música, Unicamp. Campinas, 2013.

ALTHEIDE, David L. Moral panic: From sociological concept to public discourse. **Crime Media Culture**, v. 5, p. 79, 2009

AMARAL, Márcia Franz. **Jornalismo Popular**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2011

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARISTÓTELES. **Retórica**. Trad. Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1998.

\_\_\_\_\_. **Retórica das paixões**. Tradução do grego de Isis Borges B. da Fonseca. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

AZEVEDO, Reinaldo. **O tráfico volta a dar as cartas no Complexo do Alemão**. Deu errado o que não tinha como dar certo. VEJA, 04/08/2014

BALKO, Radley. **Rise of the Warrior Cop: The Militarisation of America's Police Forces**. Public Affairs, 2013

BAKTHIN, Mikhail; VOLOCHINOV, Valenti. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. Trad. Michel Lahud e Yara Vieira. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

BARRETO, Gustavo. **O jornalismo desonesto e o mito do “crime organizado”**. Novembro 2010. Disponível em: <[www.consciencia.net/o-jornalismo-desonesto-e-o-mito-do-crime-organizado](http://www.consciencia.net/o-jornalismo-desonesto-e-o-mito-do-crime-organizado)>, Acesso em 15/01/2015.

BARROS, Mari Nilza Ferrari de. Violência contra a mulher: as marcas do ressentimento. **Revista Psicologia. Soc. Instit.**, Londrina, v. 2, n. 2, p. 129-148, dez. 2000.

BATESON, Gregory. **Steps to an Ecology of Mind**. Northvale; New Jersey; London: Jason Aronson, 1972

BATISTA, Nilo. Política criminal com derramamento de sangue. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, n. 20, São Paulo, 1997.

BECKER, H. **Outsiders: Studies in the Sociology of Deviance**. Nova Iorque: The Free Press, 1963

\_\_\_\_\_. **Outsiders**. 1. ed. 1963. Paris: A. M. Metailié, 1985.

BECKETT, Katherine; SASSON, Theodore. **Politics of Injustice: Crime and Punishment in America**. Sage, 2004.

BELLONI, Maria Luiza. Infância, máquinas e violência. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25 n. 87, maio/agosto, 2004.

BENTES, Ivana. Sertões e favelas no cinema brasileiro contemporâneo. **Revista Alceu**. n. 15, Julho de 2007

BOITO, Armando. O impacto das manifestações de junho na política nacional. **Brasil de Fato**, 02/08/13.

BONFIM, Priscilla. **Violência, Futebol e Erotismo: Sensacionalismo e espetacularização nas capas do tabloide Meia-Hora**. Monografia de conclusão de curso. Bacharelado em Comunicação. (UFV). Viçosa: UFV, 2007.

BORDIEU, Pierre. **A economia de trocas linguísticas: o que falar quer dizer**. São Paulo: Ed. De São Paulo, 2008

BRITO, Simone Magalhães. **Experiência moral e emoções: notas para uma sociologia do ressentimento**. Disponível em: <[actacientifica.servicioit.cl/biblioteca/gt/GT26/GT26\\_MagalhaesBrito.pdf](http://actacientifica.servicioit.cl/biblioteca/gt/GT26/GT26_MagalhaesBrito.pdf)>. Acesso em Janeiro de 2015. 2010

BURGOS, Marcelo Baumann, PEREIRA, Luiz Fernando Almeida, CAVALCANTI, Mariana, BRUM, Mario, AMOROSO, Mauro. **O Efeito UPP na Percepção dos Moradores das Favelas**. Revista Desigualdade e Diversidade n. 11. Rio de Janeiro: PUC, 2012. pp. 49-98.

CABRAL, Álvaro; NICK, Eva. **Dicionário técnico de psicologia**. 14. ed. São Paulo: São Paulo: Cultrix, 2006.

CALDEIRA, Tereza Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: EDUSP, 2000.

CANO, Ignacio (coord.). **‘Os donos do morro’: uma avaliação exploratória do impacto das unidades de polícia pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro**. Fórum brasileiro de segurança pública em cooperação com o Laboratório de Análise da Violência – (LAV-UERJ). Maio 2012

CARVALHO, Carlos Alberto. O enquadramento como conceito desafiador à compreensão do jornalismo. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUDESTE, 14., 2009. **Anais...** [S.l.: s. n.], 2009.

CASTILHO, Márcio de Souza. **Uma morte em família: martírio e autoridade nos 100 dias de cobertura do caso Tim Lopes em O Globo**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Comunicação. UFF. Niterói, 2005

CHALHOUB, S. **Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras. 1996

CHOMSKY, Noam. A Nova Guerra contra o terror. **Estudos Avançados**, v. 16, n. 44, p. 5-33, 2002.

CLOWARD, Richard; OHLIN, Lloyd. **Delinquency and opportunity**, New York. 1960

COHEN, Stanley. **Folk Devils and Moral Panics**. London: Routledge, 2004

COHEN, Albert K. **Delinquent boys: the culture of the gang**. Glencoe. 1955

COIMBRA, Cecília Maria Bouças. **Produzindo o mito da Guerra civil: naturalizando a violência**. Trabalho apresentado na Mesa Redonda: “Drogas, Poder e Violência” In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE TOXICOMANIAS, 3., 5 a 8 de julho de 2000, Rio de Janeiro. **Desafios da Pós Modernidade- diversidades e perspectivas**, Rio de Janeiro, 2000.

\_\_\_\_\_. **Operação Rio: o mito das classes perigosas**. Niterói: Intertexto, 2001.

CORDEIRO, Edmundo. Deleuze: Comunicação, Controle, Palavra de Ordem. **Revista Caleidoscópio**, n. 8, 2007

CORRÊA, Felipe Botelho. A busca por segurança: imaginário do medo e geografia urbana. **Revista Contemporânea**. ed.14, v. 8, n1, Rio de Janeiro, 2010.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço e simbolismo. In: \_\_\_\_\_. **Olhares Geográficos**. Ed. Bertrand do Brasil, 2012.

COSTA, Jurandir Freire. **Razões públicas, emoções privadas**. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

COSTA, Carlos. **Ressentimento em Nietzsche**. História Universal: fórum de História, 2012. Disponível em: <http://historiauniversal.forumeiros.com/t956-ressentimento-em-nietzsche>. Acesso em Janeiro de 2015.

COSTA, Márcia Regina da. O Esquadrão da Morte no Rio e em São Paulo. **Sibila, Poesia Crítica e Literária**. São Paulo, 15 de Abril de 2014

CUNHA, Elenice Gonçalves; MAZZILI, Cláudio. A gestão do medo: o mal como instrumento de gestão na ótica da psicodinâmica do trabalho. **Revista Gestão e Planejamento**, Salvador, ano 6. n. 11, p. 32-46, jan./jun. 2005.

DEJOURS, Christophe. **A banalização da injustiça social**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix (1995). Mil platôs. **Capitalismo e esquizofrenia** trad. Ana Lúcia de Oliveira. Rio de Janeiro: Editora 34, vol. 2.

DELUMEAU, Jean. **História do medo do Ocidente - 1300-1800, uma cidade sitiada**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DEMASI, Gabriel; MACHADO, Nathália. Se derem voz ao morro... **Revista Olhar Virtual**. Edição 354. UFRJ. Setembro, 2011.

DOUGLAS, M. **Risk and Blame**. London :Routledge. 1992

DOWNES, David; Rock, Paul. **Understanding deviance: a guide to the sociology of crime and rule-breaking**. Oxford: Clarendon, 1988.

DOWNS, Anthony. Up and Down with Ecology-the Issue-Attention Cycle, **Public Interest**, v. 28, p. 38, Summer, 1972.

DUARTE, R.; LANNES, J.; ALVES, M; CAETANO, C. A estratégia das imagens e dos títulos nas capas do tablóide Meia Hora de Notícias do Rio de Janeiro: o jogo dos valores instituídos. In: COLÓQUIO EM COMUNICAÇÃO E SOCIABILIDADE, 1., nov.2008, Belo Horizonte. **Comunicação Midiática: Instituições, Valores e Cultura**. Belo Horizonte: PPGCOM/UFMG, 2008. Disponível em: <[www.fafich.ufmg.br/cis/pdfs/grispress/DUARTE\\_ricardo.pdf](http://www.fafich.ufmg.br/cis/pdfs/grispress/DUARTE_ricardo.pdf)>. Acesso em 17 set. 2013

DURAND, Jean-Pierre; WEIL, Robert. **Sociologie contemporaine**. Paris: Vigot, 1990

DURKHEIM, Emile. **Leçons de sociologie**. Paris: PUF, 1997

DUSSEL, Enrique D. **Para uma ética da libertação latino-americana**. São Paulo: Loyola, 1977

ENTMAN, Robert M. Framing U.S. coverage of international news: contrasts in narratives of the KAL and Iran Air incidents. **Journal of Communication**, Philadelphia, PA, v.41, n.4, p.6-26, autumn 1991. Tradução de M.T.G.F. de Albuquerque e de F.F. L. de Albuquerque. Revisão técnica de A. de Albuquerque.

FAUSTO NETO, Antônio; ROCHA, Sibila; ALLI, Flávia; BOZZETO, Laís; ISAIA, Letícia S.; VALLEJOS, Maitê. (Re) Visitando os conceitos de contrato de leitura. Uma proposta de entendimento dos pontos de vínculo entre emissor/ receptor da sociedade dos meios para sociedade midiaticizada. Intercom. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA

COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUL, 11., maio de 2010, Novo Hamburgo. **Anais...** Novo Hamburgo, 2010.

FAUGERON, Claude et al. **De la deviance et du controle social (représentations et attitudes)**. Paris: Presses de COPEDITH, 1976.

FELIX, Carla Baiense. Territórios proibidos: mídia e subjetividade na favela da Maré. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUDESTE, 14., maio 2009, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2009/resumos/R14-0090-1.pdf>>. Acesso em 19/01/2015

FERREIRA, Fábio Alves. Para entender a Teoria do Discurso de Ernesto Laclau, **Revista Espaço Acadêmico**, n. 127, dezembro de 2011.

FISHMAN, Mark. **Manufacturing the News**. University of Texas Press, 1980.

FRANCISCO, Mônica. UPP: balanço expõe o modelo falido do policiamento. **Jornal do Brasil**, 04/12/2013.

FISHER, Kimberly. Locating Frames in the Discursive Universe, **Sociological Research Online**, v. 2, n. 3, 1997. Disponível em: <<http://www.socresonline.org.uk/2/3/4.html>>. Acesso em: 10 de Janeiro de 2015.

FREITAS, Ricardo F.; GONÇALVES, Kátia Pires. Rio de reinvenções: Mídia e as representações da favela pacificada. In: FERNANDES, Cíntia; MAIA, João, HERSCHMANN, Micael (orgs). **Comunicações e Territorialidades, Rio de Janeiro em cena**. São Paulo: Ed. Andarco Comunicação, 2012

FORD, John. **The Man Who Shot Liberty Valence**, 1958

GARLAND, David. As contradições da sociedade punitiva: o caso britânico. **Revista de Sociologia e Política**, n. 13, p. 59-80 Nov. 1999

\_\_\_\_\_. On the concept of moral panic. **Crime Media Culture** v. 4, n. 9, Sage, 2008

\_\_\_\_\_. **A Cultura do Controle: Crime e ordem social na sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia, 2008

GAY, P. **O cultivo do ódio: a experiência burguesa da rainha Vitória a Freud**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995

GITLIN, Todd. **The Whole World is Watching**. Berkeley; Los Angeles: University of California Press, 1980.

GOFFMAN, **Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise**. Petrópolis: Vozes, 1986.

GOLDWASSER, Maria Julia. “Cria Fama e Deita-te na Cama”: um Estudo da Estigmatização numa Instituição Total. In: VELHO, Giberto (org.). **Desvio e Divergência: uma Crítica da Patologia Social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

GOLFE, Osvaldo Luís. **O mesmo, o outro, o ethos latino-americano**. Artigos, Rubedo. Disponível em: <[www.rubedo.psc.br/artigos/etoslati.htm](http://www.rubedo.psc.br/artigos/etoslati.htm)>. Acesso em 16/01/2015

GOODE, E.; BEM-YEHUDA, N. Moral Panics: Culture, Politics and Social Construction. **Annual Review of Sociology**, 20, p.149-71, 1994

GRANJA, Patrick. Chacina de Vigário Geral - quinze anos depois multiplicam-se os massacres. **Revista A Nova Democracia**, ano VII, n. 47, Outubro de 2008

HAESBERT, Rogério. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, v. 9, n. 17, Niterói, UFF, 2007.

HALL, S.; CRITCHER, C.; JEFFERSON, T.; CLARKE, J.; ROBERTS, B. **Policing the Crisis: Mugging, the State, and Law and Order**. Londres: Macmillan Press, 1978

HENN Leonardo. **Os correspondentes de guerra e a cobertura jornalística da Força Expedicionária Brasileira**. Unisinos, 2006

JEUDY, Henri Pierre. Pesquisador dos processos midiáticos. In: \_\_\_\_\_. **Mídia e violência urbana**. Rio de Janeiro: Faperj, 1994

LACLAU, Ernesto **Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1990.

\_\_\_\_\_. **Emancipación y diferencia**. Buenos Aires: Ariel, 1996.

LAGE, Nilson. **Ideologia e técnica da notícia**. Petrópolis: Vozes, 1979

LEFEBVRE, H. La Production de l'Espace. Paris : Anthropos. 1986 (1974). In: HAESBERT, Rogério. **Dos Múltiplos Territórios às Multiterritorialidades**. Porto Alegre. Setembro, 2004. Disponível em: <[http://www.uff.br/observatoriojovem/sites/default/files/documentos/CONFERENCE\\_Rogério\\_HAESBAERT.pdf](http://www.uff.br/observatoriojovem/sites/default/files/documentos/CONFERENCE_Rogério_HAESBAERT.pdf)>

LIMA BARRETO, Afonso Henrique de. **Diário do hospício; o cemitério dos vivos**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1993, p. 95-179.

LIMA, Rita de Cássia Pereira. **Sociologia do desvio e interacionismo**. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, v. 13, n. 1, p. 185-201, maio de 2001.

LINCK, J. A. G. O Campo das Ciências Humanas. **Revista Diálogos do Direito**. Disponível em: <[ojs.cesuca.edu.br/index.php/dialogosdodireito/article/download/144/82](http://ojs.cesuca.edu.br/index.php/dialogosdodireito/article/download/144/82)>. 2012.

LUHMANN, N. Risk: a sociological theory. **Communication and social order**. New York: A. de Gruyter, 1993.

KANASHIRO, Marta. Uma postura insurgente para novo desenvolvimento urbano. Resenha. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 60, n.4, Outubro. 2008

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. Medo e sociabilidade. **Revista de antropologia experimental**, n. 2, 2002.

KUSNETZOFF, Juan Carlos. **Introdução à psicopatologia psicanalítica**. Nova Fronteira, 1982

MACHADO, Carolina. Pânico Moral: para uma revisão do conceito. **Interações**. n. 7. Instituto Superior Miguel Torga. Coimbra, 2004

MACLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. Tradução de Décio Pignatari. São Paulo: Editora Cultrix, 1964.

MAGALHÃES, Sérgio. A cidade na incerteza. **Boletim**. CEDES – Centro de Estudos Direito e Sociedade, Junho Julho 2007.

MALAGUTI BATISTA, Vera. **O medo na cidade do Rio de Janeiro**: dois tempos de uma história. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

MARTINS, J. de S. **O poder do atraso**: ensaios de sociologia da história lenta. São Paulo: Hucitec, 1994.

MARTINS, Lucas de Toledo. Os tanques de guerra sobem o morro: a cobertura fotográfica da invasão militar na Vil Cruzeiro e Complexo do Alemão pela Folha de S. Paulo em 2010. **Revista Temática**, Ano X. João Pessoa, Maio/2014

MATHEUS, Leticia Cantarela. **Elos, Temporalidades e Narrativas. a experiência contemporânea do medo no jornalismo de O Globo**. Dissertação de Mestrado. Niterói (RJ): PPGCOM-UFF, 2006. Disponível em: <[http://www.btd.ndc.uff.br/tde\\_arquivos/28/TDE-2006-08-04T100333Z-253/Publico/UFF-Com-Dissert-LeticiaMatheus.pdf](http://www.btd.ndc.uff.br/tde_arquivos/28/TDE-2006-08-04T100333Z-253/Publico/UFF-Com-Dissert-LeticiaMatheus.pdf)>

\_\_\_\_\_. **Narrativas do Medo**: o jornalismo de sensações além do sensacionalismo. Rio de Janeiro: Mauad-X, 2011.

\_\_\_\_\_. O medo como mídia: estratégias de narração no jornalismo de O Globo. **Contracampo**, Niterói (RJ): PPGCOM-UFF, 2008, pp. 97-110.

MATHEUS, SILVA. Território Retomado: O noticiário sobre operações militares em favelas no Rio de Janeiro. **Revista Eco-pós**. v. 16, n. 32013.

MENDONÇA, Kleber. Crônicas morais: uma comparação entre o Linha Direta e panfletos da Europa do século XIX. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 24., 2001, Campo Grande. **Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação**. Campo Grande, 2001;

\_\_\_\_\_. O RJTV e a (re)urbanização do Rio: uma cartografia da violência no discurso telejornalístico de pacificação. Trabalho apresentado no GP Geografias da Comunicação do XI Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 34., 2011, Recife. **Anais...** Recife, 2011.

\_\_\_\_\_. O Rio contra o crime: relatos de uma guerra televisionada. A cobertura televisiva do Complexo do Alemão. **Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia**, v. 19, n. 1, 2012.

MERTON, Robert King. **Sociologia, Teoria e Estrutura**. São Paulo: Mestre Jou, 1970.

MIRANDA, Flávia da Silva. **Contrato e promessa: contribuições para pensar o lugar da recepção**. Belo Horizonte: Fumec, 2008.

MORAES, Pedro Rodolfo Bodê de. **Juventude, medo e violência**. Ciclo de Conferências Direito e Psicanálise novos e invisíveis laços sociais. Disponível em: <[http://www.ipardes.gov.br/pdf/cursos\\_eventos/governanca\\_2006/gover\\_2006\\_01\\_juventude\\_medo\\_pedro\\_bode.pdf](http://www.ipardes.gov.br/pdf/cursos_eventos/governanca_2006/gover_2006_01_juventude_medo_pedro_bode.pdf)>. Acesso em 19/01/2015.

MORETZOHN, Sylvia. O caso Tim Lopes: o mito da “mídia cidadã”. **Ética e Jornalismo**. UFF. Niterói. 2002

MORIN, Edgar. **Cultura de Massas no Século XX: o espírito do tempo**. Rio de Janeiro: Forense, 1967. 208 p.

NASCIMENTO, André. Apresentação à edição brasileira. In: GARLAND, David. **A Cultura do Controle: Crime e ordem social na sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia, 2008

OLIVEIRA, Ana Cláudia de. Estesia e experiência de sentido. **Cadernos de Semiótica Aplicada**, v. 8, n. 2. Unesp. 2010

OLIVEIRA, Joyce Bacelar. O inconsciente lacaniano. **Psicanálise & Barroco em revista**, v. 10, n. 1, p. 109-120, jul.2012

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **O Haiti é aqui**. Brasil de Fato, 30/10/2010.

PEELO, Moira. Framing homicide narratives in newspapers: Mediated witness and the construction of virtual victimhood. **Crime Media Culture**, v. 2., p. 159, 2006.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Notas a propósito de Ernesto Laclau**. Disponível em: <http://www.fcs.edu.uy/archivos/Notas%20a%20prop%C3%B3sito%20de%20Ernesto%20Laclau.pdf>. Acesso em 15/01/2015

PINTO NETO, Moysés. Violência e Maldição: um ensaio sobre ressentimento, justiça e vingança no contexto brasileiro. **Sistema Penal & Violência. Revista Eletrônica da Faculdade de Direito**, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 116-125, julho/dezembro 2010.

PIRIS, Eduardo Lopes. Ethos e pathos na primeira página do jornal. **Estudos Linguísticos**, São Paulo, v. 40, n. 3, p. 1292-1302, set-dez 2011

SACK, R. Human Territoriality: its theory and history. Cambridge: Cambridge University Press. 1986. In: HAESBERT, Rogério. **Dos Múltiplos Territórios às Multiterritorialidades**. Porto Alegre. Setembro, 2004. Disponível em: <[http://www.uff.br/observatoriojovem/sites/default/files/documentos/CONFERENCE\\_Rogério\\_HAESBAERT.pdf](http://www.uff.br/observatoriojovem/sites/default/files/documentos/CONFERENCE_Rogério_HAESBAERT.pdf)>

SANDBERG, Mark. Efégie e narrativa: examinando o museu do folclore do século XIX. In: B. CHARNEY, Leo; SCHARTZ, Vanessa R. (org.). **O cinema e a invenção da vida moderna**. Tradução de Regina Thompson. 2. ed. São Paulo: Cosac & Naify, 2004. 458p.

SELOSSE, Jacques. Regards sur les problématiques des recherches concernant la délinquance juvénile. **Connexions**, Paris, v. 32, p. 11-30, 1981

SENTO-SÉ. **Estetização da Política e liderança carismática: o caso do brizolismo no Rio de Janeiro**. 1997

SILVA, Pedro Henrique de Azevedo Cesário. **A cobertura jornalística de O Globo e O DIA dos eventos de violência de novembro de 2010**. Monografia de conclusão de curso. Bacharelado em Comunicação. (FCS-UERJ). Rio de Janeiro: UERJ, 2011.

SINGER, André. Brasil, junho de 2013: Classes e ideologias cruzadas. Dossiê: Mobilizações, Protestos e Revoluções. **Novos estud.**, São Paulo, n. 97, Nov. 2013.

SINGER, Bem. Modernidade, hiperestímulo e o início do sensacionalismo popular. In: B. CHARNEY, Leo; SCHARTZ, Vanessa R. (org.). **O cinema e a invenção da vida moderna**. Tradução de Regina Thompson. 2. ed. São Paulo: Cosac & Naify, 2004. 458p.

SOARES, Luiz Eduardo. Prefácio. In: RAMOS, Silvia; MUSUMECI, Leonarda. **Elemento suspeito: abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

\_\_\_\_\_. **A crise no Rio e o pastiche midiático**, novembro 2010. Disponível em: <<http://luizeduardosoares.blogspot.com.br/2010/11/crise-no-rio-e-o-pastiche-midiatico.html>>. Acesso em 15/01/2015

SOARES e SOUZA, Taiguara Libano. **O caso do blindado Caveirão: apontamentos sobre controle jurisdicional de políticas públicas em matéria de segurança**. RDM – Revista de Direito dos Monitores da UFF. Niterói, 2008

SODRÉ, Muniz. **Sociedade, Mídia e Violência**. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

\_\_\_\_\_. **Social irradiado: neogrotesco e mídia**. São Paulo: Cortez, 1992.

SOUSA e SILVA, Dario. **Entrevista**. TERRA MAGAZINE, 26/11/2010. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/interna/0,,OI4812673-EI6578,00.html>>. Acessado em 14/01/2015.

SUTTON, Mike. **The british Moral Panic creation myth is a bust**. Disponível em: <[http://www.bestthinking.com/articles/science/social\\_sciences/sociology/the-british-moral-panic-creation-myth-is-bust](http://www.bestthinking.com/articles/science/social_sciences/sociology/the-british-moral-panic-creation-myth-is-bust)>. Acesso em novembro de 2013.

THOMPSON, K. **Moral Panics**. Londres: Routledge, 1998

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são**. Florianópolis: Insular/PósJor EdUFSC, 2004.

\_\_\_\_\_. O Paradigma do Agenda Setting, Redescoberta do Poder do Jornalismo. **Revista de Comunicação e Linguagens- Comunicação e Política**, Lisboa, Edições Cosmos, nos 21/22.

TUCHMAN, Gaye. A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objectividade dos jornalistas. In TRAQUINA, Nelson (Org.), **Jornalismos: Questões, Teorias e Estórias**, Lisboa, Veja. 1993.

\_\_\_\_\_. **Making News: a study in the construction of reality**. New York, 1978.

VASCONCELOS, Pedro Henrique Valadares. Ônibus 174, a violência velada do Estado e o Pânico Moral. **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**, Maringá, v. 32, n. 2, p. 165-171, 2010

VAZ, P.; CARVALHO, C. S.; POMBO, M. F.; JULIÃO, L. Pobreza e risco: a imagem da favela no noticiário do crime. **Revista Fronteira**, São Leopoldo, v. 7, n.2, p. 95-103, 2005.

VAZ, Paulo; CARDOSO, Janine Miranda; FELIX, Carla Baiense. Risco, Sofrimento e Vítima Virtual: a Política do Medo nas Narrativas Jornalísticas Contemporâneas. **Revista Contracampo**, Niterói, n. 25, p. 24-42, dez de 2012. Disponível em: <<http://www.uff.br/contracampo/index.php/revista/article/view/291/122>>

VAZ, Paulo. **Vítima virtual e mídia: Vigilância, Segurança e Controle Social na América Latina**. Curitiba, março 2009, p. 51-69. Disponível em: <[http://www2.pucpr.br/ssscla/papers/SessaoA\\_A43\\_pp51-69.pdf](http://www2.pucpr.br/ssscla/papers/SessaoA_A43_pp51-69.pdf)>

VÈLEZ RODRIGUEZ, Ricardo. In: **Violência e narcotráfico no Rio de Janeiro : perspectivas e impasses no combate ao crime organizado**, 2004. p. 7-70.

VELHO, Giberto (org.). **Desvio e Divergência: uma Crítica da Patologia Social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1974

VERÍSSIMO, Luiz Fernando. **Nosso Pânico**. O Globo, 27/02/2003, Opinião, pg. 7

VERÓN, Eliseo. **Fragmentos de um tecido**. São Leopoldo: Unisinos, 2004.

YOUNG, J. Moral Panic Its Origins in Resistance, Ressentiment and the Translation of Fantasy into Reality. **British Journal of Criminology**, v. 49, n. 1, p. 4-16, 2009.

ZALUAR, Alba. **Integração Perversa: pobreza e tráfico de drogas**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

SÍTIOS:

<http://oficinadepsicologia.com/perturbacoes-de-personalidade/esquizoide> (visitado em 30/12/2014)

[http://www.upprj.com/index.php/as\\_upps](http://www.upprj.com/index.php/as_upps) (visitado em 02/12/2014)

<http://www.casadosfocas.com.br/quais-sao-os-jornais-de-maior-circulacao-no-brasil/> (visitado em 13/01/2015)

PERIÓDICOS (Material Empírico):

EXTRA (2010):

EXTRA INFORMAÇÃO, 25/11/2010 – **Rio de Janeiro em chamas**. p. 5, 2ª edição

EXTRA INFORMAÇÃO, 27/11/2010 – **De: Povo do Rio, Para: Policias**, p. 1, 1ª edição

EXTRA INFORMAÇÃO, 27/11/2010 – **Se for preciso fico um ano combatendo pela paz do Rio** p. 1, 1ª edição

EXTRA INFORMAÇÃO, 28/11/2010 - **“Orgulho por estar no front”**. Pg. 3, 2ª edição.

EXTRA INFORMAÇÃO, 29/11/2010 - **“Aha-uhu, o Alemão é nosso”**. Pg. 1, Ed. Nacional, Caderno Especial.

EXTRA INFORMAÇÃO, 29/11/2010 - **“Tim: coincidência de arrepiar”**. Pg. 5, Ed. Nacional, Caderno Especial.

EXTRA INFORMAÇÃO, 29/11/2010 - **“Os verdadeiros donos do Alemão”**. Pg. 8, Ed. Nacional, Caderno Especial.

EXTRA INFORMAÇÃO, 29/11/2010 – **O luxo até a ‘casa cair’**. Pg. 7, Ed. Nacional, Caderno Especial.

EXTRA INFORMAÇÃO, 29/11/2010 – **Polegar era fã de Justin Bieber**. Pg. 7, Ed. Nacional, Caderno Especial.

EXTRA INFORMAÇÃO, 29/11/2010 – **E o Rio continua lindo**. Pg. 9, Ed. Nacional, Caderno Especial.

EXTRA INFORMAÇÃO, 29/11/2010 – **‘UPP vai chegar no Alemão até junho do ano que vem’**. Pg. 10, Ed. Nacional, Caderno Especial.

EXTRA INFORMAÇÃO, 30/11/2010 - **Cartas de amor para os guerreiros da paz**, p. 1, Ed Nacional

## MEIA-HORA DE NOTÍCIAS (2010):

MEIA-HORA DE NOTÍCIAS, 24/11/2010 – **“Ousadia e deboche”**, 24/11/2010, p. 4. 1ª Ed., Editoria Polícia.

MEIA-HORA DE NOTÍCIAS, 27/11/2010 – **“Renda-se”**, 27/11/2010, p. 1, 1ª Ed.

MEIA-HORA DE NOTÍCIAS, 29/11/2010 - **“Valeu”**. Pg 1. 1ª Ed.

MEIA-HORA DE NOTÍCIAS, 29/11/2010 - **“O coração do mal para de bater, o bem venceu”** - Pg 2 e 3. 1ª Ed., Editoria Polícia.

MEIA-HORA DE NOTÍCIAS, 29/11/2010 – **“Traficantes no conforto”**, p. 9, 1ª Ed, Editoria Polícia

MEIA-HORA DE NOTÍCIAS, 30/11/2010 - **“Operação Paz no Rio: Eu apoio”**.Pôster Grátis. 1ª Ed.

## O DIA (2010):

O DIA, 24/11/2010 - Editorial: **“Ataques: o Rio não pode recuar”** Pág. 22, 1ª edição, Editoria Opinião

O DIA, 24/11/2010 - DAMASCENO, João Batista: Artigo: **“Da Chibata ao Caveirão”** Pág. 22, 1ª edição, Editoria Opinião

O DIA, 25/11/2010 - **“Marinha entra na guerra ao terrorismo”** Pág. 1, 1ª edição, Editoria Rio.

O DIA, 25/11/2010 - Editorial: **“Um não à chantagem dos facínoras”** Pág. 30, 1ª edição, Editoria Opinião

O DIA, 25/11/2010 – TOBIAS, Luiz Murillo: Artigo: **“Confiança na Polícia”** Pág. 30, 1ª edição, Editoria Opinião

O DIA, 26/11/2010 - Editorial: **“População ao lado da polícia”** Pág. 38, 1ª edição, Editoria Opinião

O DIA, 26/11/2010 - **“O Rio contra-ataca”** Pág. 1, 1ª edição, Editoria Rio.

O DIA, 26/11/2010 - BOLSONARO, Jair: Artigo: **“Tolerância Zero”** Pág. 38, 1ª edição, Editoria Opinião

O DIA, 26/11/2010 - **“Mapa mostra como foi a invasão da favela.Veja detalhes da ação”** Págs. 6 e 7, 1ª edição, Caderno Especial

O DIA, 26/11/2010 - **“Como são por dentro os blindados da Marinha usados na operação”** Págs.10 e 11, 1ª edição, Caderno Especial

O DIA, 27/11/2010 - **“Justiça manda prender os advogados do terror”** Pág. 1, 1ª edição, Editoria Rio.

O DIA, 27/11/2010 – SANTOS, Marcelo Alexandrino C.: Artigo: **“Rumo a um Rio de luz”** Pág. 26, 1ª edição, Editoria Opinião

O DIA, 27/11/2010 - **“Povo aplaude, mas bando só quer guerra”** Pág. 1, 1ª edição, Editoria Rio

O DIA, 28/11/2010 – **“Mãe desabafa:”** p. 4, 1ª edição

O DIA, 28/11/2010 - **“Sonhos e Esperanças na libertação das favelas”** Pág. 1, 1ª edição, Editoria Rio.

O DIA, 28/11/2010 - MONTEIRO, Fabiano Dias: Artigo: **“O Rio contra o crime”** Pág. 28, 1ª edição, Editoria Opinião

O DIA, 28/11/2010 - **“A dura rotina dos policiais, os heróis da resistência na ocupação na favela”** Pág. 16, 1ª edição, Caderno Especial

O DIA, 28/11/2010 - GASPARETTO, Zíbia **“A conquista da paz tem um preço que cada um de nós deve pagar”** Pág. 53, 1ª edição, Editoria Opinião

O DIA, 28/11/2010 – **“Número 2’ do Alemão, Mister M se entrega à polícia a pedido da mãe”** Pag. 4 e 5, 1ª edição, Especial

O DIA, 29/11/2010 – **“Lado a lado miséria e riqueza”**, p. 12. 1ª edição.

O DIA (2002/2003):

O DIA, 10/06/2002 - **Morto pelo tribunal do tráfico**, p. 14, 1ª edição

O DIA, 21/06/2002 - **Estado paralelo da bandidagem continua zombando do Poder Público**. p.1

O DIA, 25/06/2002 – **Prefeitura metralhada**, p. 1, 1ª edição.

O DIA, 25/06/2002 – **Não dá mais**, Editorial, p. 8, 1ª edição

O DIA, 26/06/2002 - **Enquanto eles batem boca, a violência não dá trégua**, p.1, 1ª edição

O DIA, 26/06/2002 – **De mãos lavadas**, Editorial, p. 8, 1ª edição

O DIA, 06/09/2002 - **Beira-Mar comanda chacina por telefone**, p. 1

O DIA, 13/09/2002 – **Uma cidade só de reféns**, p. 8, 1ª edição

- O DIA, 15/09/2002 – **Beira-Mar foi bom aluno**, p.1, 1ª edição
- O DIA, 20/09/2002 – **Aqui está Elias Maluco: “Perdi!”**, p.1, 1ª edição
- O DIA, 20/09/2002 – **Sinal animador**, Editorial, p. 6, 1ª edição
- O DIA, 26/02/2003 – **Pânico real**. p.1, 1ª edição
- O DIA, 01/10/2002 – **Boca-boca do pânico**, p. 7, 1ª edição
- O DIA, 02/10/2002 – **Faltou ânimo**, Editorial, p. 8, 1ª edição
- O DIA, 25/02/2003 – **Críticas em um passado recente**, p. 6, 1ª edição
- O DIA, 25/02/2003 – **Fogo da Omissão**, Editorial, p. 10, 1ª edição
- O DIA, 26/02/2003 – **Morto na segunda sem lei era motorista de táxi**. p.1, 1ª edição
- O DIA, 26/06/2003 – **Medo e Pânico**, Editorial, p. 8, 1ª edição
- O DIA, 27/02/2003 – **“Polêmica durante o dia com defesa de morte de bandidos”**, p. 10, 1ª edição
- O DIA, 27/02/2003 – **Cada bandido, um PM**. p. 11, 1ª edição
- O DIA, 28/02/2003 - **Passageira de ônibus não resiste**, p. 8, 1ª edição
- O DIA, 28/02/2003 – **Nunca mais**, Editorial, p. 6, 1ª edição
- O DIA, 28/02/2003 – **Um lar amargo**, p. 9, 1ª edição
- O DIA, 28/02/2003 – **Maioria apóia a declaração de César**, p. 7, 1ª edição
- O DIA, 28/02/2003 – **Depois de palavras, tiros**, p. 7, 1ª edição
- O DIA, 01/04/2003 – **Lenga-lenga**, Editorial, p. 6, 1ª edição
- O Globo (2010):
- O Globo, 23/11/2010 – **Dos Leitores**. Opinião, p.8. 1ª edição.
- O Globo, 25/11/2010 - **“Carro é incendiado na Paulo de Frontin”**, Pág. 18, 3ª edição, Editoria Rio, Primeiro caderno

O Globo, 25/11/2010 - **“A GUERRA DO RIO: Para Cabral, criminosos querem fragilizar a política de segurança e amedrontar a população”**, Pág. 19, 1ª edição, Editoria Rio, Primeiro caderno

O Globo, 25/11/2010 - **“Beltrame nega versão de caminhão com explosivo”**, Pág. 20, 1ª edição, Editoria Rio, Primeiro caderno

O Globo, 25/11/2010 - **“A União do crime contra as UPPs”**, Pág. 17, 1ª edição, Editoria Rio, Primeiro caderno

Globo, 25/11/2010 – **“A GUERRA DO RIO: Para Cabral, criminosos querem fragilizar a política de segurança e amedrontar a população”**, Pág. 19, 1ª edição, Editoria Rio, Primeiro caderno

O Globo, 25/11/2010 - **Editorial: “Nessa Guerra não pode haver recuo”**, Pág. 6, 1ª edição, Editoria Opinião, Primeiro caderno

O Globo, 25/11/2010 – **Países diferentes, experiências parecidas**. P. 15, 1ª edição

O Globo, 25/11/2010 - **“A Guerra do Rio”** Pág. 8, 1ª edição, Editoria Opinião, Primeiro caderno

O Globo, 25/11/2010 - **“PM avança para ocupar o bunker do tráfico na Penha”**, Pág. 1, 1ª edição, Editoria Rio, Primeiro caderno

O Globo, 26/11/2010 - **“O Dia D na guerra ao tráfico”** Pág. 1, 1ª edição, Editoria Rio, Primeiro caderno

O Globo, 26/11/2010 – PEREIRA, Merval. **Capitão Nascimento**. Pág. 4, 1ª edição, , Primeiro caderno

O Globo, 26/11/2010 - **Infográfico: “Conheça o cenário da batalha de ontem”**, Pág. 2, 1ª edição, Editoria Rio, Suplemento Especial/ caderno Especial

O Globo, 26/11/2010 - **“Tática usada pela polícia na Penha lembrou a ‘ Blitzkrieg’”** Pág. 2, 1ª edição, Suplemento especial / caderno especial: A Guerra do Rio

O Globo, 26/11/2010 - **“A Reconquista da Vila Cruzeiro”**, Pág. 2, 2ª edição, Editoria Rio, Suplemento Especial/ caderno Especial: A Guerra do Rio

O Globo, 26/11/2010 - **“Operação policial domina Twitter”**, Pág. 15, 1ª edição, Editoria Rio, Suplemento Especial/ caderno Especial: A Guerra do Rio

O Globo, 26/11/2010 - **“Cariocas assistem à fuga pela televisão”**, Pág. 14, 1ª edição, Editoria Rio, Suplemento Especial/ caderno Especial: A Guerra do Rio

O Globo, 26/11/2010 - **“Moradores telefonam para ajudar a polícia”**, Pág. 4, 2ª edição, Editoria Rio, Primeiro Caderno

O Globo, 26/11/2010 - **“A fortaleza era de papel”** Pág. 1, 1ª edição, Suplemento especial/ caderno especial: A Guerra do Rio

O Globo, 26/11/2010 - **“Quebramos um muro imposto pela guerra”**, Pág. 12, 1ª edição, Editoria Rio, Suplemento Especial/ caderno Especial: A Guerra do Rio

O Globo, 26/11/2010 - **“Ataques em série somam 44 em um dia”**, Pág. 7, 2ª edição, Editoria Rio, Suplemento Especial/ caderno Especial: A Guerra do Rio

O Globo, 26/11/2010 - **“O empório das drogas”**, Pág. 16, 1ª edição, Editoria Rio, Primeiro caderno

O Globo, 26/11/2010 - **“No coração da Guerra do Alemão”**, Pág. 4, 1ª edição, Editoria Rio, Suplemento Especial/ caderno Especial: A Guerra do Rio

O Globo, 27/11/2010 – **Editorial: “Estado brasileiro contra o crime”**, Pág. 7, 2ª edição, Editoria Opinião, Primeiro caderno

O Globo, 27/11/2010 - **“Mata no alto da Serra da Misericórdia é estratégica para ocupação das favelas”**, Pág. 19, 1ª edição, Editoria Rio, Primeiro caderno

O Globo, 27/11/2010 – **“Após o Dia D, um cenário de destruição”**, Pág. 24, 1ª edição, Editoria Rio, Primeiro caderno

O Globo, 27/11/2010 - **“Blindado se torna estrela da operação”**, Pág. 31, 1ª edição, Editoria Rio, Primeiro caderno

O Globo, 27/11/2010 – **“Começa a batalha do Alemão”**, Pág. 14, 1ª edição, Editoria Rio, Primeiro caderno

O Globo, 27/11/2010 – **“Oposição critica ações do governo do estado”**, Pág. 34, 1ª edição, Editoria Rio, Primeiro caderno

O Globo, 27/11/2010 - **“Ação do tráfico reavivou o sentimento de cidadania”**, Pág. 34, 1ª edição, Editoria Rio, Primeiro Caderno

O Globo, 27/11/2010 - **“Ação do tráfico une população em apoio à polícia ”**, Pág. 34, 1ª edição, Editoria Rio, Primeiro Caderno

O Globo, 27/11/2010 - **“LOGO: Isso é terrorismo?”** Pág. 32, 1ª edição, Editoria Rio, Primeiro caderno

O Globo, 27/11/2010 - **“Por e-mail, mensagens de revolta e apoio”**, Pág.34 , 1ª edição, Editoria Rio, Primeiro caderno

O Globo, 27/11/2010 – **“Cúmplices ignoram bandido baleado”**, Especial, p. 3

O Globo, 28/11/2010 - **“Corrente do bem se espalha pela Internet”**, Pág.6 , 1ª edição, Editoria Rio, Suplemento especial/ caderno especial: A Guerra do Rio

O Globo, 28/11/2010 - **“Esperança de paz na caixa de fósforo”**, Pág.6 , 1ª edição, Editoria Rio, Suplemento especial/ caderno especial: A Guerra do Rio

O Globo, 28/11/2010 - **“De que ri o traficante Mister M”** Pág. 1, 1ª edição, Editoria Rio, Suplemento especial/ caderno especial: A Guerra do Rio

O Globo, 28/11/2010 - **“AfroReggae tentou fazer a diferença”**, Pág.3 , 1ª edição, Editoria Rio, Suplemento especial / caderno especial: A Guerra do Rio

O Globo, 28/11/2010 - **“Negociação fracassa e Alemão será invadido”**, Pág.1 , 1ª edição, Editoria Rio, Suplemento especial/ caderno especial: A Guerra do Rio

O Globo, 28/11/2010 - **“Rocinha: ‘ É melhor eles ficarem quietos senão nós vamos lá’ ”**, Pág.7 , 1ª edição, Editoria Rio, Suplemento especial/ caderno especial: A Guerra do Rio

O Globo, 29/11/2010 – **E o Rio de Janeiro continua lindo**. Especial, 1ª Ed. P. 12

O Globo, 30/11/2010 – HUCK, Luciano. **“Avante, Rio!”**, 1ª Ed. Opinião, p. 7

O Globo, 30/11/2010 – GARCIA, Luiz. **“ Mocinhos e bandidos”**, 1ª Ed. Opinião, p. 7

O Globo, 30/11/2010 – **Dos Leitores**, 1ª Ed, p. 8

O Globo, 30/11/2010 – **Lula vai visitar o Complexo do Alemão**. 1ª Ed. Editoria Rio, Primeiro Caderno, p. 15

O Globo, 30/11/2010 – **Agenda para depois da vitória no Alemão**. Opinião, 1ª Ed., p. 6

O Globo 2002/2003:

O Globo, 10/06/2002 - **PODER PARALELO: Considerado um homem frio e violento, Elias Maluco é o bandido mais procurado pela polícia**. p. 13 Editoria Rio, Primeiro Caderno

O Globo, 15/06/2002 – **“O cemitério de Elias Maluco”**, Pág. 13, Editoria Rio, Primeiro Caderno

O Globo, 18/06/2002 - **Beira-Mar negociou compra de mísseis iguais aos de Bin Laden**. p. 1

O Globo, 19/06/2002 – **Escuta revela esquema do tráfico para subornar PM**, p. 1

O Globo, 24/06/2002 - **Trafico alicia 1 em cada 4 jovens nas favelas do Rio**, pg 1

O Globo, 25/06/2002 – **A Ordem Pública e o Estado de Direito**, p. 5

O Globo, 25/06/2002 – **Além do limite**, Editorial, p. 6

- O Globo, 25/06/2002 – **A escalada de violência no Rio**. p. 15 Editoria Rio, Primeiro Caderno
- O Globo, 25/06/2002 – **Prefeitura crivada de balas**, p. 14, Editoria Rio, Primeiro Caderno
- O Globo, 14/08/2002 – **“Um apelido bem-dado”**, Pág. 13, Editoria Rio, Primeiro Caderno
- O Globo, 22/08/2002 - **“Fornecedor de 2t de maconha por mês**. Pág. 18, Editoria Rio, Primeiro Caderno
- O Globo, 12/09/2002, - **Beira-Mar assume o comando do poder paralelo e aterroriza o Rio**. p. 1
- O Globo, 12/09/2002, - **Traficante de novo, ‘as gargalhadas’**. p. 1
- O Globo, 20/09/2002 – **Derrota do medo**, Editorial, p. 6, 1ª edição
- O Globo, 20/09/2002 – **“Silêncio no morro, comemoração no asfalto”**, Editoria Rio, Primeiro Caderno
- O Globo, 20/09/2002 - **“Um trabalho minucioso da polícia”**, Pág. 17, Editoria Rio, Primeiro Caderno
- O Globo, 20/09/2002 – **“Um dia inesquecível para a polícia”**, Pág.16, Editoria Rio, Primeiro Caderno
- O Globo, 20/09/2002 - **“Os meninos de ouro”**, Pág. 16, Editoria Rio, Primeiro Caderno
- O Globo, 01/10/2002 – **Causa comum**, Editorial, p. 6
- O Globo, 01/10/2002 – **Medo provoca efeito dominó na cidade**, p. 18, Editoria Rio, Primeiro Caderno
- O Globo, 01/10/2002 – **Meninas choram no colégio**, p. 18, Editoria Rio, Primeiro Caderno
- O Globo, 01/10/2002 – **Segunda-feira ‘sangrenta’ no Leblon**, p. 18, Editoria Rio, Primeiro Caderno
- O Globo, 25/02/2003 – **Hora do terror**, Editorial, p. 6
- O Globo, 25/02/2003 – **O poder público na mira do crime**. Pág. 15, Editoria Rio, Primeiro Caderno
- O Globo, 26/02/2003 – **O secretário Josias nada sabia**, p. 1, 1ª edição
- O Globo, 27/02/2003 – **Josias: ‘Se alguém tiver que morrer, que morra’** pg 15, Editoria Rio, Primeiro Caderno

O Globo, 28/02/2003 – **Beira-Mar perde regalias e fica incomunicável em nova prisão**, p.1, 1ª edição

O Globo, 28/02/2003 – **“Fortes Tarefas”**, Editorial, Pág. 6, Primeiro Caderno

O Globo, 28/02/2003 – **Vida dura para Beira-Mar**, p. 9, Editoria Rio, Primeiro Caderno

O Globo, 28/02/2003 – **Presídio é conhecido como o Alcatraz brasileiro**, p. 10, Editoria Rio, Primeiro Caderno

O Globo, 01/03/2003 – **A quinta noite de violência**, p. 1, 1ª edição

O Globo, 01/03/2003 - **“Eles não querem justiça, querem a barbárie!”**, p. 10, Editoria Rio, Primeiro Caderno

O Globo, 26/03/2003 – **Estudante morta no metrô**, p. 11, Editoria Rio, Primeiro Caderno

O Globo, 01/04/2003 – **Tráfico volta a atacar**, p. 1, 1ª edição

#### PERIÓDICOS (Outros jornais e revistas):

ADITAL, 10/03/2011 - **O Complexo do Alemão e as mudanças na relação entre capitalismo mafioso e capitalismo ‘cognitivo’**- Entrevista com Giuseppe Cocco. Artigos, Opinião;

CARTA CAPITAL, 18/10/2013 - **Negros são 70% das vítimas de assassinatos no Brasil, reafirma Ipea**. Negro Belchior. <http://negrobelchior.cartacapital.com.br/2013/10/18/negros-sao-70-das-vitimas-de-assassinatos-no-brasil-reafirma-ipea/> Acessado em 14/01/2015.

GAZETA DO POVO, 16/08/2011 – **“Estrutura de guerra para encarar o crime”**. Kátia Brebatti, enviada especial. Curitiba.

O Globo, 21/02/1983 - edições de 21 de fevereiro e 12 de setembro.

O Globo, 13/06/2013 – **A PM começou a batalha na Maria Antonia**. Pág. 7 Elio Gaspari. Primeiro Caderno.

O Globo, 20/12/2014 - **Controle Militarizado**. P. 2 e 3, Prosa e Verso. 1ª Edição

VEJA, 19/08/81 – **A PM carioca gosta de cobras e de caveiras**. p. 11. VEJA, 16/05/1984. Páginas amarelas. **Entrevista com o presidente Médici**. VEJA, 26/04/1995 – Governar é lançar factoides, p. 77.

ZERO HORA, 28/11/2010 – **O Estado criou esses caras**. Entrevista com Hélio Luz, p. 2

#### MÍDIA (Web e Tv):

AGÊNCIA BRASIL, 28/11/2003 - **Ex-secretário nacional de Segurança diz que violência sempre fez parte da história do Brasil.** Fernanda Cruz.

BBC BRASIL, 22/10/2010 - **Sociólogo vê alarme exagerado com arrastões no Rio de Janeiro.** Júlia Dias Carneiro

[http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2010/11/101122\\_arrastoes\\_jc\\_pai.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2010/11/101122_arrastoes_jc_pai.shtml). Acessado em 14/01/2015.

BBC BRASIL, 13/06/2013 - **'Repressão brutal' da PM em SP foi 'desvio perigoso', diz Repórteres Sem Fronteiras.** Daniela Fernandes

[http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/06/130614\\_jornalistas\\_franca\\_df\\_bg](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/06/130614_jornalistas_franca_df_bg)  
Acessado em 16/01/2015

Jornal Nacional, Editorial TV GLOBO, 19/09/2002

JUSTIÇA GLOBAL, 01/12/2010 - **Nota pública de instituições comunitárias atuantes no bairro do Complexo do Alemão**

JUSTIÇA GLOBAL, 21/12/2010 - **Manifestação Pública de Organizações de DH sobre Alemão e Vila Cruzeiro**

JUSTIÇA GLOBAL, 25/06/2013 - **Nota Pública contra a violência policial: após protestos polícia realiza chacina na Maré**

UOL, 14/06/2013 - **Existe terror em SP: o dia em que PMs atiraram ante aplausos e pedidos de não violência.** Janina Garcia. Disponível em:

<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/06/14/existe-terror-em-sp-o-dia-em-que-pms-atiraram-a-aplausos-e-a-pedidos-de-nao-violencia.htm>. Acesso em 16/01/2015

UOL, 03/01/2014 - **Pauta em protestos de junho, combate à violência policial tem de ser prioridade, dizem especialistas.** Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2014/01/03/pauta-em-protestos-de-junho-combate-a-violencia-policial-voltou-a-ser-tema-secundario.htm> Acesso em 16/01/2015

UOL, 01/12/2014 - **"Não podemos agir com sangue nos olhos", diz Beltrame sobre morte de PMs;** <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2014/12/01/pms-estao-morrendo-no-rio-por-reagirem-a-assaltos-diz-beltrame.htm> Acesso em 16/01/2015

**ANEXO - Material Empírico****EXTRA:**

Propaganda da Globo Rio no verso do jornal – 26/11/2010

Capa do caderno “A Guerra do Rio” – 29/11/2010

Matéria “E o Rio continua lindo”, especial, p. 11 – 29/11/2010

**O DIA:**

Primeira Página, 24/11/2010

Primeira Página, 25/11/2010

Primeira Página, 26/11/2010

Primeira Página, 28/11/2010

**MEIA-HORA:**

Primeira Página, 29/11/2010

Matéria “O coração do mal para de bater. O bem venceu”, p. 2-3, 29/11/2010

Cartaz de brinde aos leitores “Paz no Rio”, 30/11/2010

**O GLOBO:**

Suplemento especial, “A Guerra do Rio”, p. 1, 26/11/2010

Suplemento especial, “A Guerra do Rio”, p. 1, 29/11/2010

# GLOBO RIO SEMPRE AO LADO DO CARIOCA.

Com seus repórteres,  
em meio à explosão da violência  
nas ruas, denunciando, alertando,  
esclarecendo e orientando  
as famílias na busca da paz.

Perto das comunidades  
mais atingidas.

Numa mobilização, com o  
respeito e a credibilidade  
reconhecidos por todos.

 **DISQUE DENÚNCIA**  
**2253 1177**  
RIO DE JANEIRO - RJ



QUE QUER PAZ  
Carioca  como você.



# A GUERRA DO RIO

DISQUE  
DENÚNCIA  
2253-117

## E o Rio continua lindo

Dóis a onda de violência, a cidade começa a voltar ao seu ritmo normal, com praias lotadas

sol voltou a brilhar forte em todo o dia de ontem, respondendo à expectativa dos cariocas de que os melhores estão por vir. As comunidades de Vila Cruzeiro e o Complexo do não retomadas pelo público e o fim dos ataques, a população do Rio, enfim, desfrutar de sensação de maior segurança, retornando às atividades normais.

Em toda a orla da Zona Sul, as áreas ficaram lotadas de banhistas de diversas partes da cidade e de turistas que aproveitaram o dia ensolarado e o clima de paz para sentir as belezas da Cidade Maravilhosa.

A jornalista Fabiana Souza, no Rio de férias na segunda-feira, quando já colocava

em prática suas ações terroristas. Ela se hospedou no Leblon, na casa de uma amiga, mas, com medo dos confrontos, só saiu para conhecer a cidade ontem.

— Não tive coragem de sair de casa antes. Mas agora parece que está tudo tranquilo. Aquilo tudo que estava acontecendo definitivamente não era o que esperava encontrar aqui. Agora quero recuperar o tempo perdido. O Rio é uma cidade bonita demais — disse a gaúcha.

O prestador de serviços Moisés Alves, morador do Centro, confiante de que a situação estava normalizada, decidiu manter seu tradicional programa dos fins



de semana:

— Todo domingo eu venho correr na orla de Ipanema. Estava apreensivo por causa dos ataques, mas as condições estão melhorando. As pessoas já estão voltando à vida normal. Um cartão-postal como a nossa cidade merece uma atmosfera de paz.

Como sempre nos domingos de sol, a Lagoa Rodrigo de Freitas também re-

cebeu muitos visitantes. No Parque dos Patins, casais e famílias se divertiam, numa tentativa de virar a página em relação aos episódios dos últimos dias.

A juíza do trabalho Juliana Piza contou que ainda ficou um pouco reticente para decidir se devia ou não sair com os filhos, mas resolveu arriscar ir para a Lagoa. Segundo a juíza, o clima aparenta estar mais calmo, embora ela ainda não se sinta segura.

— A tendência daqui para a frente é melhorar. Tem que começar de algum jeito e essas operações da PM são só o início — opinou.

### Paz no Aterro

O casal de atores Ronnie Marruda e Luana Lopes também aproveitaram o do-

mingo ensolarado para passear na Lagoa Rodrigo de Freitas. Os dois namoravam em um dos piers do local, embalados pela vista de um dos pontos turísticos mais famosos da cidade.

— Estamos na expectativa de que a paz volte a reinar e que os órgãos competentes continuem mostrando quem é que manda aqui. O Rio de Janeiro merece essa atenção — disse Ronnie Marruda.

Outras áreas de lazer também tiveram movimentação intensa nesse domingo. No Aterro do Flamengo, ciclistas dividiram a pista com corredores e pedestres, que só estavam curtindo o dia ao ar livre. As quadras do parque ficaram cheias de jovens e crianças jogando,

em um sinal de que a vida realmente está retomando o ritmo de sempre.

— Não senti medo. Na verdade, ainda não acredito que isso tudo foi real. Para mim, o Rio deveria ter sempre o gostinho dessa vista que transborda paz — disse a médica Teresa Cristina, enquanto admirava do Aterro a Baía de Guanabara.

A onda de violência que abalou a cidade nos últimos dias também não impediu que torcedores do Botafogo fossem acompanhar o jogo do time no Engenheiro, clube, que temia queda pública por causa dos ataques, realmente teve uma torcida abaixo da expectativa, mas, ainda assim, levou mil pessoas ao estádio, que não registrou nenhum previsto na segurança.



CARIOCAS E TURISTAS

# O DIA

www.odia.com.br R\$1,20

ARY CARVALHO (1934-2003) | QUARTA-FEIRA, 24/11/2010 | ANO 60 | Nº 21.343 | 2ª EDIÇÃO

## APOSENTADO: SAIBA COMO SE PROTEGER AO SACAR O 13º, PAGO A PARTIR DE HOJE

Especialistas ensinam medidas de segurança para idosos evitarem golpes na hora de receber seus benefícios.

> ECONOMIA, P.23

> AVENIDA PAULO DE FRONTIN, 23H

ALCYR CAVALCANTE

# RIO SOB ATAQUE



O policiamento reforçado nas ruas e as operações policiais em 23 favelas não conseguiram conter a onda de violência no Rio. Ontem, às 23h, no Rio Comprido, bandidos atearam fogo a um Voyage que tinha sido roubado no dia 18 de outubro em São João de Meriti. Desde o dia 8, 19 veículos foram incendiados por criminosos. Oito chefões do crime presos no Rio que estariam envolvidos nos atos de violência serão transferidos para a penitenciária de segurança máxima de Porto Velho, em Rondônia, no Norte do País. > P.4 a 9

**Disque-Denúncia oferece R\$10 mil por informações dos incendiários**

> P.4

**Beltrame promete força dobrada contra bandidos que impõem terror**

> P.6

**Reação: polícia faz operações em 23 favelas, prende oito e mata dois**

> P.7

**Polícia prende em Copa quatro do Pavão-Pavãozinho com explosivos**

> P.5

**Seguradoras vão indenizar vítimas que tiveram seus carros queimados**

> P.9

# O DIA

www.odia.com.br R\$1,20

ARY CARVALHO (1934-2003) | SEXTA-FEIRA, 26/11/2010 | ANO 60 | Nº 21.345 | 1ª EDIÇÃO

## GRAVAÇÃO CONFIRMA: ADVOGADOS PASSARAM ORDEM PARA ATAQUES

Grampo telefônico registrou conversas que revelam como preso orientou terror no Rio, relata a repórter Adriana Cruz. > P.14



SEVERINO SILVA



REPRODUÇÃO TV GLOBO



ERNESTO CARRICO

Numa das cenas mais fortes de ontem, um dos bandidos em fuga, com medo dos blindados, cai baleado. Ele é arrastado por alguns metros, mas acaba deixado para trás

# O RIO CONTRA-ATAÇA

Na maior mobilização das forças de segurança contra o crime na História do Rio, policiais conseguiram retomar a Vila Cruzeiro, área até então sob controle absoluto do tráfico. Favela da Zona Norte havia se tornado um dos redutos de traficantes que fugiram de comunidades com UPPs. Com a chegada dos nove carros de combate da Marinha, bandidos fugiram para o Complexo do Alemão. > P.4 a 26

**Ministro da Defesa autoriza envio de 800 homens do Exército**

> ESPECIAL, P. 8

**Bandidos queimaram 40 veículos no estado somente ontem**

> ESPECIAL, P. 18 e 19

**Mapa mostra como foi a invasão da favela. Veja detalhes da ação**

> ESPECIAL, P. 6 e 7

**Como são por dentro os blindados da Marinha usados na operação**

> ESPECIAL, P. 10 e 11

**Atentados aumentam na Z. Sul. Polícia mata nove no Jacarezinho**

> ESPECIAL, P. 16 e 17

# ODIA

www.odia.com.br R\$1,20

ARY CARVALHO (1934-2003) | QUINTA-FEIRA, 25/11/2010 | ANO 60 | Nº 21.344 | 1ª EDIÇÃO



**CHEVROLET CAMARO NO BRASIL**  
Quinta geração do carrão premiado tem motor V8 e custa R\$ 185 mil  
> AUTOMANIA

> QUARTÉIS DO EXÉRCITO ESTÃO EM ALERTA MÁXIMO

# Rio: Marinha entra na guerra ao terrorismo



EDUARDO NADDAR

CARLOS EDUARDO CARDOSO RODRIGUES



A pedido do governador Sérgio Cabral, a Marinha vai dar apoio às ações contra a onda de ataques no Rio, cedendo veículos, inclusive blindados. Confrontos entre policiais e bandidos no Rio e na Baixada deixaram ontem 18 mortos – alguns inocentes, como a estudante Rosângela Alves, 14 anos. Desesperados, os pais da adolescente receberam a notícia na porta do Hospital Getúlio Vargas. Bandidos atearam fogo a oito ônibus, 16 carros, três vans e dois caminhões. Escolas e creches em áreas de risco não funcionaram. > P.4a17

# ODIA

www.odia.com.br R\$ 2,40

ARY CARVALHO (1934-2003) | DOMINGO, 28/11/2010 | ANO 60 | Nº 21.347 | 2ª EDIÇÃO



Mariana Rios conta o que passou para chegar ao sucesso

> REVISTA TVTDB!

## FLUZÃO PODE SER CAMPEÃO AINDA HOJE

Tricolor pega o Verdão e torce pelo Vasco contra o Corinthians. Fla encara o Cruzeiro

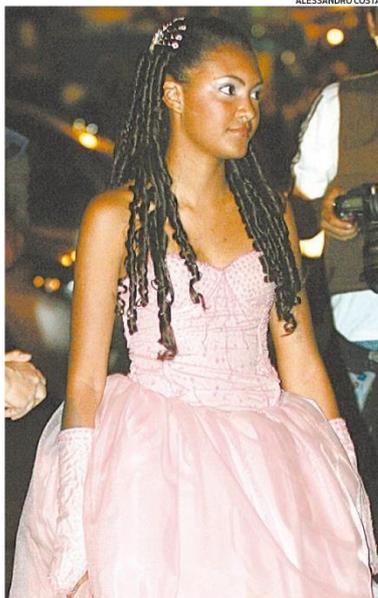
> ATAQUE

# SONHOS E ESPERANÇA NA LIBERTAÇÃO DAS FAVELAS

Apesar do medo e da iminência de uma invasão, moradores do Complexo do Alemão aplaudem as forças da lei – ontem, 40 bandidos foram presos. Com vestido rosa de princesa, Rayane Martins, 15 anos, virou símbolo da esperança. Seu bolo de debutante foi levado pelos parentes em meio aos tanques de guerra até uma casa de festa próxima à comunidade. “Esperei muito por esse momento”, disse. > P.8

ALESSANDRO COSTA

CARLOS MORAES



**Mulher de bandido da Mangueira é presa em prédio na Barra da Tijuca**

> ESPECIAL, P. 6 e 7

**A dura rotina dos policiais, os heróis da resistência da ocupação na favela**

> ESPECIAL, P. 16

**ZIBIA GASPARETTO**

**A conquista da paz tem um preço que cada um de nós deve pagar**

> P. 53



WANDERSON FERNANDES

**‘Número 2’ do Alemão, Mister M se entrega à polícia a pedido da mãe**

> ESPECIAL, P. 4 e 5

Hoje todas as lojas estarão abertas até 14h.\*

\*Exceto Maxwell, Irajá e Niterói, abertos até 22h, e Barra até meia-noite.

Natal Feliz SUPERMERCADOS GUANABARA

Sorteio de 1 carro toda semana

ATÉ 14/12/2010

**ELES MERECEM, ELES MERECEM!**

# VALEU!

**Em nome do povo do Rio de Janeiro, o Meia Hora oferece essa medalha simbólica a todos os que estão se entregando de corpo e alma para livrar a cidade dos vagabundos. Vocês são 'Heróis de Guerra'**

Escreva aqui seu recado para as forças do bem e mande para a Secretaria de Segurança, na Praça Cristiano Ottoni, s/nº - Prédio da Central do Brasil - Centro, Rio de Janeiro - RJ, Brasil - CEP 20.221-250

MEIA HORA

**GUERRA AO TRÁFICO**

**Coração do mal para de bater: o bem venceu**

Considerado Quartel General do Comando Vermelho, o Complexo do Alemão está volta àqueles que merecem viver longe do domínio das armas. Os moradores

**Blindados e tanques fundamentais em re**

Um aparato de guerra foi montado no entorno da Estrada do Itararé, que margeia grande parte da Favela da Grota. No céu do subúrbio, cinco helicópteros das polícias Civil e Militar do Exército sobrevoadam a comunidade. Equipes que se guiam por terra ainda contavam com a ajuda da tecnologia: uma das aeronaves da Polícia Civil filmava toda a ação e enviava a computadores das comunidades, informações e rotas de fuga de traficantes.

Os 16 blindados e tanques militares presentes no retiro. Em um dos momentos, os cavaleiros pararam na rua, aguardando a ordem para avançar. Se você estiver no site www.mil.br, verá que na maioria do tráfego, os moradores venceram a

Polícia não encontrou resistência para vacuilar as 30 mil residências do Complexo do Alemão

Segunda-feira, 20/11/2010

Ordem e Progresso

os de balc om e

1 usuário, antequer o fotografar

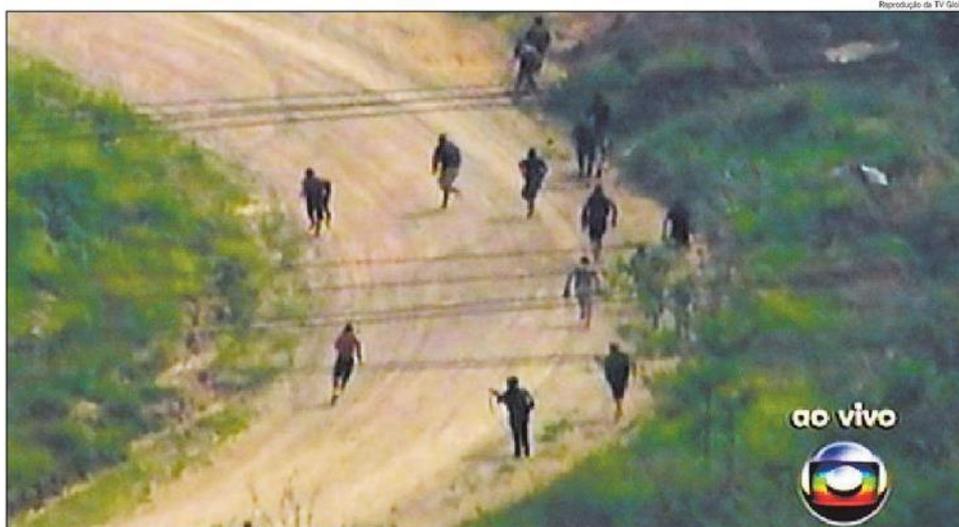




# O GLOBO

## A GUERRA DO RIO

SEXTA-FEIRA, 26 DE NOVEMBRO DE 2010



TRAFICANTES FOGEM pelo alto da Vila Cruzeiro, na Penha, que dá acesso ao Complexo do Alemão. Mais de 200 bandidos se embrenharam pela mata. Polícia Federal ajuda no cerco para capturar o bando

# A fortaleza era de papel

Traficantes da Vila Cruzeiro abandonam o reduto, considerado inexpugnável, diante da tática da polícia, que chegou em seis blindados da Marinha. Mas os ataques nas ruas continuam

**N**uma ação ousada, que envolveu cerca de 600 homens e logística da Marinha do Brasil, a polícia do Rio deu uma resposta ao tráfico que entra para a história do Rio como uma das mais contundentes dos últimos anos. Com ela, cal por terra um velho mito, sempre lembrado desde o início das Unidades de Polícia Pacificadora, de que os grandes complexos de favelas da cidade, como a Penha e o Alemão, eram territórios do tráfico quase inexpugnáveis. No final da tarde de ontem, a imagem de policiais no cruzamento que fica no alto da encosta, e dá nome à favela, era emblemática. A fortaleza do narcotráfico revelou-se de papel, suscetível a uma operação que combinasse tropa treinada e surpresa tática.

Tudo o que aconteceu ontem. De símbolo do poder paralelo, que dela se apoderou por anos, a Vila Cruzeiro passa a troféu do estado, que retomou uma área de mais 200 mil metros quadrados, que estava alijada da cidade formal. Passando sobre todas as barricadas que os traficantes instalaram nos acessos ao morro, principalmente usando pneus em chamas, os carros blindados sobre esteiras, pilotados por fuzileiros navais — em vez dos caveleiros que fatalmente ficariam nos obstáculos por terem pneus — avançaram por dentro das vielas, empurrando o que estivesse pela frente e obrigando os traficantes a uma fuga em massa pela mata. Pelo menos 200. Agora, são as polícias Civil e Federal que fazem um cerco na região para capturar o bando.

Ao descer do cruzamento, no ponto culmi-

nante do morro, o subchefe operacional da Polícia Civil, delegado Rodrigo Oliveira, disse a frase que resumiu o feito: — A comunidade hoje pertence ao Estado.

Enquanto novos ataques se multiplicavam em pontos aleatórios, o staff da segurança adotou uma estratégia de risco. Ao contrário do que se esperava, a considerar situações semelhantes vividas no passado, a polícia não se limitou a combater os focos de terror no asfalto. A tropa, que tinha o Bope à frente, foi para o confronto, tomando de assalto o campo do inimigo.

Enquanto combatia no front, nas ruas a situação ainda era de medo. Ontem, 19 ônibus e microônibus foram incendiados, além de 14 carros de passeio, 5 vans e kombis, dois caminhões e uma moto. Entre os

baixos que presenciaram as ações criminosas, estão Penha, Madureira, Méier, Tijuca e Cachambi. No mais violento, na Tijuca, um trocador de ônibus teve 60% do corpo queimados. Fora do Rio, foram registradas ocorrências em São Gonçalo, Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Cabo Frio e Macaé. Bandidos Também jogaram granadas no pátio do Departamento de Policiamento Ostensivo (DPO) da Chatuba, em Mesquita, e no estacionamento do supermercado Guanabara de Bonsucesso. Ninguém se feriu.

Desde domingo, a guerra do Rio registrou 188 prisões e 32 mortes. O balanço da operação de ontem — o nosso Dia D — não se resume, no entanto, a uma contabilidade numérica. É a herança que deixará para a polícia de segurança do Rio — só será entendida no decorrer da batalha. ■



UM CARRO blindado cedido pela Marinha é pilotado por fuzileiro naval



MAIS UMA ação do tráfico à noite: bandidos atacaram um ônibus que foi totalmente destruído pelas chamas, em plena Avenida Presidente Vargas, no Centro, com a igreja da Candelária ao fundo. Ninguém se feriu





# O GLOBO

## A GUERRA DO RIO

SEGUNDA-FEIRA, 29 DE NOVEMBRO DE 2010



A TROPA com mais de 2.600 homens chegou rápido ao alto do Complexo do Alemão: em pouco mais de uma hora após a invasão já tinha dominado o Areal, a região de mais difícil acesso do conjunto de favelas.

# A senhora liberdade abriu as asas sobre nós

População comemora libertação histórica em operação exemplar, sem sequer um inocente ferido



A BANDEIRA do Brasil é hasteada sobre a laje de um prédio do Alemão

**R**abiscado por uma moradora do Complexo do Alemão e depositado numa cabine de fóssforo, os versos de um samba do imortalizado pela Impetratriz Leopoldinense — escola de samba da região — que pede por liberdade se tornou realidade ontem num dos maiores conjuntos de favelas do Rio. Depois de pelo menos 30 anos de domínio do tráfico, a polícia do Rio, com tropas das Forças Armadas, levou pouco mais de uma hora para chegar ao alto do morro. Foram momentos de intensa expectativa. Mas, logo, um dos momentos mais marcantes e emocionantes dos últimos dias de ataques de terror, e contra-ataques das forças de segurança, seria apresentado: a Bandeira do Brasil tremulava soberana sobre uma laje, uma imagem que já entrou para a história da cidade.

— O Alemão era o coração do mal — disse, no fim do dia, o secretário de Segurança Pública, José Mariano Beltrame, traduzindo em poucas palavras o significado da vitória.

Ao contrário do que se temia, o banho de sangue não aconteceu. Os 2.600 homens do Estado "varreram tudo o que estava pela frente" como prometido na véspera, depois de 24 horas de um ultimato em que se aguardou a rendição dos bandidos entrenchados, sem ferir um inocente sequer. A operação foi exemplar. Nas costas das baixas, três mortos, apenas do lado dos bandidos. No início da manhã, houve confrontos. Mas, em seguida, os policiais teriam pleno domínio da região de mais difícil acesso, conhecida como Areal. Ali, já se dava como certo o sucesso da missão que al-



UM PM faz a segurança de helicóptero que retirava a droga do Alemão: ação aérea foi fundamental para o sucesso da missão

guns achavam ser impossível. À medida em que os policiais progrediam morro acima, o mito de que no Alemão estava a quadrilha mais temida do Comando Vermelho rolava morro abaixo. Centenas de bandidos que fugiram para lá, depois das incursões na Vila Cruzeiro, na Penha, deram nova demonstração de que jogavam para a plateia ao estibar luzes e fazer sinais aos operadores do bunker. Cara a cara com os policiais, o comportamento mudou muito. Como ratos, chegaram a tentar fugir pelo esgoto. Prova de que a aparente valentia

não resistiu à pressão foi a prisão do traficante Elzeu Felício de Souza, conhecido como Zeu. Condenado pelo assassinato do jornalista Tim Lopes e foragido da Justiça, ele estava visivelmente abatido ao ser detido. Um detalhe não passou despercebido: ele tinha urinado nas calças. Outro bandido, identificado como Vitinho, tentou um ardil prosaico, sendo parcialmente bem sucedido: vestido com um uniforme de mata-mosquito, agente que combate a dengue, ele conseguiu chegar à casa de uma tia na Favela da Chatuba, também na Zona Norte. Mas

foi denunciado e preso. Pelo menos 20 bandidos foram capturados, segundo estimativa feita ontem à noite.

Foram denúncias dos próprios moradores, demonstrando apolar como nunca a polícia, que tornaram a ação mais efetiva. O Disque-Denúncia havia recebido 746 ligações e a maioria seria de moradores da comunidade. Só quem dorme com o inimigo conhece detalhes como os que levaram à descoberta da mansão de Polegar — outro traficante na lista dos mais procurados que estava na resistência — entre as mais de 25 mil casas humildes

do lugar. O bandido está foragido. Mas agora sabe-se que, em meio à miséria do complexo, um dos mais baixos IDH do Rio, ele vivia numa casa luxuosa: três andares com piscina sobre deque de madeira e banheira de hidromassagem. Realidade bem diferente das 13 favelas de lá que tangenciam cinco grandes bairros do subúrbio carioca, Ramos, Penha, Olaria, Bonsucesso e Olaria.

Os próximos dias serão de pente fino. Ontem, porém, foram feitas apreensões recordes, só registradas em interceptações de carregamentos de droga nas estradas: cerca de 13 toneladas de maconha, 200 quilos de cocaína e 10 quilos de crack.

De patinho feio, o Rio de Janeiro passa a cismar em matéria de segurança pública, ainda que neste primeiro momento. Com o cerco sem precedentes ao tráfico, cresce a pressão para que a presidente eleita Dilma Rousseff leve as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) a outros estados. Ontem, a assessora da petista afirmou que este é um dos compromissos de campanha que serão discutidos com os governadores no início de 2011.

Na quinta-feira passada, ao pisar na Vila Cruzeiro, que fica ao lado do Alemão, o poder público revelou uma estratégia militar que consiste no progresso gradual e certeiro sobre o território, semelhante à usada pelas tropas aliadas ao ocupar a Normandia, durante a Segunda Guerra — e que criou as condições para se vencer os nazistas. Assim como Paris foi retomada no passado, a polícia também, com passos milimetricamente pensados, recuperou o Alemão. É um feito e tanto. Mas foi apenas uma batalha vencida. A guerra ainda não acabou. ■